

Políticas públicas e os desafios do ensino de língua estrangeira em escolas no Brasil

Notícias da China: António Caeiro e a experiência da transformação

A Ficção machadiana como antecipadora de uma abordagem psicanalítica sobre os processos de segregação

“Amar sem ser amado, ora pinhões!”: o amor e a música nos versos de Mário de Andrade

Configurações da identidade latino-americana nos poemas "O coração latino-americano", de Thiago de Mello, e "Nós, latino-americanos", de Ferreira Gullar

Figurações de Don Quixote no pensamento crítico de Álvares de Azevedo: no avesso da crítica romântica

Metonímias do desejo

Paradoxos do arquivo em Nove noites: entre a verdade e a ficção

Carimbos da migração no *Passaporte* de Fernando Bonassi: minificções em trânsito

Documentação:

Correspondência de Manuel María com Xosé María e Emilio Álvarez Blázquez: edição e contextualização

AGÁLIA

REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

número **113** 1º semestre 2016

DIREÇÃO

Roberto Samartim

Universidade da Corunha

(Galabra, USC e UMinho)

M. Felisa Rodríguez Prado

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

SECRETARIA TÉCNICA (Adjunta à direção)

Cristina Martínez Tejero

CEC-Universidade de Lisboa; Galabra

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antón Corbacho Quintela

Universidade Federal de Goiás; Galabra-UFG

Carlos Pazos Justo

Universidade do Minho; Galabra-UMinho

Carlos Velasco Souto

Universidade da Corunha

Graziella Moraes Dias da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Idalete Maria Silva Dias

Universidade do Minho; Galabra-UMinho

Luís García Soto

Universidade de Santiago de Compostela

M. Adriana Sousa Carvalho

Universidade de Cabo Verde

M. Carmen Villarino Pardo

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

M. Teresa López Fernández

Universidade da Corunha

Márcio Ricardo Coelho Muniz

Universidade Federal da Bahia

Maria das Dores Guerreiro

I.U. de Lisboa (CIES-ISCTE)

Mihai Iacob

Universitatea din Bucuresti

Pablo Gamallo Otero

Universidade de Santiago de Compostela

Raquel Bello Vázquez

Universidade Ritter dos Reis; Galabra (USC)

Rosa Verdugo Matés

Universidade de Santiago de Compostela

Vanda Anastácio

Universidade de Lisboa

Xerardo Pereiro Pérez

UniversidadeTrás-os-Montes e Alto Douro

CONSELHO CIENTÍFICO

Álvaro Iriarte Sanromán (Universidade do Minho;

Galabra-UMinho)

António Firmino da Costa (I. U. de Lisboa, CIES-

ISCTE)

Arturo Casas Vales (Universidade de Santiago de

Compostela)

Carlos Costa Assunção (Universidade Trás-os-

Montes e Alto Douro)

Carlos Quiroga (Universidade de Santiago de

Compostela)

Carlos Taibo Arias (Universidad Autónoma de

Madrid)

Celso Álvarez Cáccamo (Universidade da Corunha)

Francisco Salinas Portugal (Universidade da

Corunha)

Elias J. Torres Feijó (Universidade de Santiago de

Compostela, Galabra)

Gilda da Conceição Santos (Universidade Federal do Rio

de Janeiro; Real Gabinete Port. de Leitura)

Inocência Mata (Universidade de Lisboa)

Isabel Morán Cabanas (Universidade de Santiago de

Compostela)

José António Souto Cabo (Universidade de Santiago de

Compostela)

José Luís Rodríguez (Universidade de Santiago de

Compostela)

José-Martinho Montero Santalha (Universidade de

Vigo)

Júlio Barreto Rocha (Universidade Federal de

Rondônia)

Marcial Gondar Portasany (Universidade de Santiago de

Compostela)

Onésimo Teotónio de Almeida (Brown University)

Raul Antelo (Universidade Federal de Santa Catarina)

Regina Zilberman (Universidade Federal de Rio

Grande do Sul)

Teresa Cruz e Silva (Universidade Eduardo

Mondlane)

Teresa Sousa de Almeida (Universidade Nova de

Lisboa)

Tobias Brandenberger (Universität Göttingen)

Yara Frateschi Vieira (Universidade Estadual de

Campinas)

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1 1 30-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1 985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

ENDEREÇO-ELETRÓNICO: revista@agalia.net

ENDEREÇO POSTAL: Rua Santa Clara nº 21

1 5704 Santiago de Compostela (Galiza)

PERIODICIDADE: Semestral (números em junho e dezembro)

ASSINATURA

(https://espaciosseguro.com/agalia/inscricao_agalia.html)

Versão eletrónica (2 números/ano): 20€

Versão impressa (2 números/ano):

<i>Estado espanhol</i>	20€ Sócios/as AGAL	30€ Não sócios/as
<i>Europa</i>	28€ Sócios/as AGAL	38€ Não sócios/as
<i>Resto do mundo</i>	31€ Sócios/as AGAL	41€ Não sócios/as

Contacto: agalia@agal-gz.org

Envio de originais: <http://www.agalia.net/envio.html>

Normas de Edição no fim do volume e em

<http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>

Indexada em:

CAPES (<http://www.capes.gov.br/>)

dialnet(<http://dialnet.unirioja.es>)

Desenho da capa: Carlos Quiroga

Impressão: Sacauntos, cooperativa gráfica (info@sacauntos.com)

SUMÁRIO

NOTA DA REDAÇÃO	5
ARTIGOS	
Políticas públicas e os desafios do ensino de língua estrangeira em escolas no Brasil	7
<i>Public policies and the challenges of foreign language teaching at schools in Brazil</i>	
João Paulo Xavier e Vicente Aguiar Parreiras	
Notícias da China: António Caeiro e a experiência da transformação	29
<i>News from China: António Caeiro and the experience of transformation</i>	
André Corrêa de Sá	
A Ficção machadiana como antecipadora de uma abordagem psicanalítica sobre os processos de segregação	43
<i>The fiction of Machado de Assis as an anticipation of Lacan's approach about segregation processes</i>	
Ernesto Söhnle e Eunice Piazza Gai	
“Amar sem ser amado, ora pinhões!”: o amor e a música nos versos de Mário de Andrade	59
<i>“Amar sem ser amado, ora pinhões!”: love and music in Mário de Andrade's verses</i>	
Cristiane Rodrigues de Souza	
Configurações da identidade latino-americana nos poemas “O coração latino-americano”, de Thiago de Mello, e “Nós, latino-americanos”, de Ferreira Gullar	77
<i>Configurations of Latin-American identity in the poems “O coração latino-americano”, by Thiago de Mello, and “Nós latino-americanos”, by Ferreira Gullar</i>	
Marcelo Ferraz de Paula	

Figurações de Don Quixote no pensamento crítico de Álvares de Azevedo: no avesso da crítica romântica	95
<i>Figurations of Don Quixote in Álvares de Azevedo's critical thought: on the other side of Romantic criticism</i>	
Natália Gonçalves de Souza Santos	
Metonímias do desejo	109
<i>Metonymies of desire</i>	
José Luiz Foureaux de Souza Júnior	
Paradoxos do arquivo em <i>Nove noites</i>: entre a verdade e a ficção	121
<i>Archive paradoxes in Nove noites: between truth and fiction</i>	
Harion Márcio Costa Custódio	
Carimbos da migração no <i>Passaporte</i> de Fernando Bonassi: minificções em trânsito	131
<i>Migration stamps in Passaporte by Fernando Bonassi: mini-fiction in transit</i>	
Wendell Guiducci	
DOCUMENTAÇÃO:	
Correspondência de Manuel María com Xosé María e Emilio Álvarez Blázquez: edição e contextualização	145
<i>Correspondence between Manuel María and Xosé María and Emilio Álvarez Blázquez: an edition and contextualization</i>	
Cristian Pernas Rubal	

NOTA DA REDAÇÃO

O volume 113 da *Agália* contém um total de dez trabalhos, nove procedentes do Brasil e um da Galiza. Este exemplar da revista abre com um contributo dos professores João Paulo Xavier e Vicente Aguiar Parreiras, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, em que é analisada a docência do inglês no Brasil através da legislação específica e dos planos curriculares nacionais, para depois comparar o caso brasileiro com o sueco e o chinês. A discussão põe em causa a eficácia das políticas públicas na hora de garantir a qualidade, os bons resultados e as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades pedagógicas asseguradas pelas leis em vigor.

No segundo artigo, o professor André Corrêa de Sá, da Universidade Federal de São Carlos, discute as transformações que mobilizaram o envolvimento da China com o resto do mundo a partir das crónicas do jornalista português António Caeiro, entendidas como um local privilegiado para compreender tanto as mudanças verificadas na República Popular da China como o desenvolvimento de diálogos interculturais entre Portugal e o país asiático na época contemporânea.

A partir de abordagens metodológicas de diferente tipo, os restantes contributos estão já referenciados dentro do campo dos estudos literários, a começar pelo texto assinado por Ernesto Söhnle e Eunice Piazza Gai, investigadores ligados à Universidade de Santa Cruz do Sul, em que é abordado o tópico da loucura no conto “O Alienista” de Machado de Assis à luz da teoria psicanalítica lananiana. Na continuação, o artigo de Cristiane Rodrigues de Souza, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, faz uma leitura cercana da obra de Mário de Andrade e encontra elementos repertoriais assimiláveis à cultura popular (ritmos, tradições) a nutrir, juntamente com a herança europeia, os versos amorosos do poeta modernista brasileiro.

Por seu lado, os três artigos seguintes estão localizados no âmbito dos estudos comparados. Marcelo Ferraz de Paula, da Universidade Federal de Goiás, serve-se da ideia de comunidade de Zigmunt Bauman para estudar a construção da identidade comum latino-americana em Ferreira Gullar e Thiago de Mello, fazendo-o a partir das escolhas estéticas e das relações entre literatura, política e sociedade presentes em textos dos dous poetas brasileiros. Natália Gonçalves de Souza Santos, da Universidade de São Paulo, contrasta a receção que a crítica romântica faz do *Dom Quixote* de Cervantes com a obra de Álvares de Azevedo, que retoma a obra cervantina a partir do seu aspecto cómico e afasta-se, assim, do caminho central da crítica oitocentista brasileira. Já José Luiz Foureaux de Souza Júnior, da Universidade Federal de Ouro Preto, analisa com perspectiva comparatista e aparato psicanalítico o tópico da ausência do corpo por meio da abordagem de textos de diferentes géneros, épocas, países e produtores: Guimarães Rosa, António Nobre e Álvaro de Campos.

A partir da análise da forma “arquivo” no romance *Nove noites* de Bernardo Carvalho e recorrendo fundamentalmente a Foucault e Derrida, o contributo de Harion Márcio Costa Custódio, da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa os

limites da representação da realidade pelo texto ficcional, a desconstrução do conceito de verdade histórica e documental e a problematização da noção de temporalidade; o texto conclui evidenciando o efeito paradoxal produzido pelo arquivo dramatizado do romancista brasileiro.

Na continuação, Wendell Guiducci analisa a presença na literatura contemporânea brasileira de tópicos como a mobilidade, a fragmentação e o trânsito em tempos de globalização capitalista, fazendo-o através do caso de Fernando Bonassi e sua obra *Passaporte*, em cuja estrutura fragmentária, grafismo e hibridismo genérico encontra o investigador da Universidade Federal de Juiz de Fora bom exemplo das práticas desterritorializadas e da “mobilidade líquida” teorizada por Bauman.

Por último, este número da *Agália* encerra com uma nova entrega da seção de Documentação iniciada no nosso volume anterior. Neste caso, Cristian Pernas Rubal, investigador formado na Universidade da Corunha, edita uma parte da correspondência trocada no final da ditadura franquista entre o escritor e editor galego Manuel María Fernández Teixeira e os irmãos Xosé María e Emilio Álvarez Blázquez, também escritores e editores. Além de disponibilizar publicamente o material cedido para este fim pelo professor Celso Álvarez Cáccamo (filho e sobrinho dos irmãos Álvarez Blázquez citados), as sete cartas agora publicadas evidenciam as condições (precárias) do campo editorial galego da altura, às quais também não era alheio o escritor Manuel María, autor homenageado no Dia das Letras Galegas de 2016.

Roberto Samartim
Felisa R. Prado

Políticas públicas e os desafios do ensino de língua estrangeira em escolas no Brasil

João Paulo Xavier
Vicente Aguiamar Parreiras
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Brasil)

Resumo

O presente trabalho discute algumas propostas elaboradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) relativas às políticas públicas para o ensino das línguas estrangeiras em escolas no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), uma vez que estes são documentos que orientam a prática docente e regulamentam o ensino público no país. Em um primeiro momento, é feita uma breve revisão histórica sobre como se deu o processo regulatório do ensino de línguas estrangeiras em escolas brasileiras. Para analisar os textos dos PCN acerca das expectativas e resultados decorrentes do ensino das línguas estrangeiras e seu papel para a formação humana e cidadã, buscou-se relacionar os trabalhos de Paiva (2004); Miccoli (2010; 2013); Xavier (2015). Por fim, foram considerados resultados de avaliações de proficiência em língua estrangeira de chineses, suecos e brasileiros, bem como a análise de dados de pesquisas apresentadas pelo Índice de Proficiência em Inglês (IPI 2015) –, apresentado pela Education First (EF, British Council, 2015). Esta discussão objetiva suscitar uma reflexão a respeito da eficácia das políticas públicas em garantir a qualidade, bons resultados e as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades pedagógicas asseguradas por leis.

Palavras-chave: Políticas Educacionais - Políticas Linguísticas - Língua Inglesa - Ensino de Língua estrangeira.

Public policies and the challenges of foreign language teaching at schools in Brazil

Abstract

This article analyzes some aspects of the Brazilian curricular parameters regarding public policies for foreign language teaching in Brazil: the new Law of Directives and Bases of National Education and the Curriculum Guidelines for High School, important documents that regulate the Brazilian education system. Firstly, the history of how the regulatory process of foreign language teaching in schools in Brazil took place is resumed. The works of Paiva (2004); Miccoli (2010; 2013) and Xavier (2015) are presented to analyze and discuss the importance of language teaching and the official documents that support and regulate the Education in Brazil. Finally, the results of foreign language proficiency exams of Chinese, Swedish and Brazilian are compared as well as the analysis of research data presented by the English Proficiency Index (2015), conducted by Education First and British Council (2015). This thread aims to portray a reflection about the effectiveness of public policies to ensure the quality, good results and the necessary conditions for the development of educational activities ensured by law.

Keywords: Educational Policies - Linguistic Policies - English Language - Foreign Language Teaching.

Receção: 22/01/2016 | Admissão: 01/08/2016 | Publicação: 31/03/2017

XAVIER, João Paulo; PARREIRAS, Vicente Aguiamar: "Políticas públicas e os desafios do ensino de língua estrangeira em escolas no Brasil". *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 113 (2016): 7-27

Discutir a história do ensino de Línguas Estrangeiras (LE) no Brasil exige reflexões sobre vários aspectos da nossa história desde a colonização, o controle institucional absoluto de Portugal sobre o povo brasileiro até o estabelecimento paulatino de uma instituição que objetivava instruir educacional e religiosamente e ainda preparar o indivíduo para exercer mão de obra que satisfizesse o mercado e a sociedade daquela época. Segundo Oliveira (1999), por mais de 200 anos, os padres jesuítas administraram e conduziram a educação no Brasil. Este poder teve sua validade revogada somente em 28 de junho de 1759 devido a um alvará concedido por D. José I e feito manifesto por Marquês de Pombal naquele mesmo ano. Esse documento foi um marco histórico para a chamada Reforma Pombalina, uma das primeiras tentativas do Estado em tentar administrar a educação no Brasil. No entanto, as investidas dessa reforma não produziram o efeito que se esperava. Ao invés de um sistema educacional sólido, unificado e competente, o que se viu foi o esfacelamento do que outrora havia sido construído. Este quadro se perpetuou até de meados de 1808, mas começou a ser afetado a partir das transformações ocasionadas pela chegada da família real portuguesa ao Brasil. Alterações significativas no quadro educacional brasileiro foram pelo príncipe regente, Dom João VI, que criou um dos primeiros cursos de educação superior no país a fim de formar profissionais, oficiais, engenheiros, civis, militares, médicos e arquitetos (Oliveira, 1999). Essas novidades inauguraram um novo tempo para a Educação, contudo pouco serviram para modificar as estruturas do ensino no Brasil, uma vez que Dom João VI visava a estabelecer cursos que supririam às necessidades específicas do mercado e não à formação crítica ou intelectual dos cidadãos. Deste modo, a educação se distanciava cada vez mais das massas e se estabelecia como mais um artigo de luxo das minorias latifundiárias e da corte.

O ano de 1809 inaugura, por meio do Decreto de 22 de junho, as primeiras cadeiras de LE no Brasil, a princípio seriam ensinadas as Línguas Francesa e Inglesa, com o intuito de prosperar e melhorar as relações mercantilistas que o país passava a estabelecer com outros povos, como advento da abertura dos portos brasileiros às nações amigas (principalmente à Grã-Bretanha) que foi promulgada por meio de uma Carta Régia assinada por Dom João VI, em 28 de janeiro do ano anterior. Segundo Oliveira (1999) o ensino nessa época precisava ocorrer da maneira mais comunicativa possível a fim de que os aprendizes fossem instrumentalizados para se comunicar, comprar e vender de maneira prática e dinâmica. Devido a isso, regras gramaticais, expansão lexical e padrões sociais e culturais eram enfatizados. Entre todas essas manobras para o ensino de LE, cabe destacar a fundação do Colégio Pedro II, que impactou de maneira significativa o ensino e aprendizagem de LE. Nele, as LE passaram a ser estudadas como disciplinas compulsórias nos currículos escolares no Rio de Janeiro. No entanto, o pouco direcionamento pedagógico institucional oficializado pode ser observado em três momentos cruciais da história educacional do Brasil: a Reforma Francisco Campos, em 1931, a Reforma Capanema, em 1942, e a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961.

1. Ensino de línguas no Brasil e sua regulamentação

Francisco Campos foi o nome dado a primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Esse movimento político-educacional foi marcado pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. Durante a década de 1930, as instituições de ensino não gozavam plena autonomia para organizar e definir quais programas e métodos de ensino seriam implementados nos seus currículos. Esta prerrogativa foi concedida apenas a Secretaria de Estado, com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, hoje conhecida como MEC, criado em 14 de novembro de 1930, pelo Decreto-lei nº 19.402. Isto reforçava a centralização do ensino secundário. Segundo Machado, Campos e Saunders (2007), as diretrizes adotadas para as disciplinas de línguas vivas estrangeiras (francês, inglês e alemão) estabeleciam, oficialmente pela primeira vez, a adoção do “método direto intuitivo” que propunha o ensino da LE a partir da utilização majoritária da própria língua alvo.

Segundo Machado, Campos e Saunders (2007), “o número exíguo de horas reservadas aos idiomas modernos e, por outro lado, a carência absoluta de professores cuja formação linguística e pedagógica ensejasse o cumprimento de programa tão avançado foram circunstâncias que transformaram as Instruções de 1931 em autêntica letra morta”. Entretanto, as autoras observam que a implantação deste método no Colégio Pedro II contribuiu expressivamente para o desenvolvimento do ensino de línguas no Brasil. No tocante à formação dos professores, as autoras discutem a significativa relevância da reforma Francisco Campos, pois esta estabeleceu pelo Estatuto Básico das Universidades Brasileiras e pelo decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, a criação da Faculdade de Filosofia, cuja função seria, entre outras, a preparação dos docentes da escola de segundo grau. Vale salientar a experiência da Universidade de São Paulo, criada em 1934 com sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, assim como a da Universidade do Distrito Federal (UDF), organizada em 1935 no Rio de Janeiro.

Alguns projetos discutidos e propostos na gestão de Francisco Campos foram implementados e amadurecidos pelo novo Ministro Gustavo Capanema. Para o novo ministro, a prioridade deveria ser dada à reforma do ensino secundário a partir de 1940. Desta forma, em 9 de abril de 1942 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, mediante o decreto lei nº 4244. Nesta época, vários problemas surgiram no seio da educação secundária como questões econômicas e administrativas, já que o Governo Federal não possuía condições de manter muitas escolas primárias e secundárias espalhadas pelo país.

Apesar dos percalços administrativos vivenciados no período, o ensino de LE foi coerente com a sua orientação geral e se tornou ainda mais valorizado; inclusive eram ensinados os idiomas clássicos e modernos. De acordo com Machado, Campos e Saunders (2007), no ginásio incluíram-se como disciplinas obrigatórias, o latim,

o francês e o inglês (as duas primeiras com quatro e a última com três anos de aprendizado) e no colegial o francês, o inglês e o espanhol (o primeiro com um ano e os outros com dois anos), bem como o latim e o grego, ambos com três anos no curso clássico. Mudanças significativas na carga horária foram implementadas: o latim com oito aulas semanais (no primeiro ciclo), o francês com treze, o inglês com doze e o espanhol com duas horas semanais. O grego quase não chegou a ser ensinado, pois os poucos alunos que faziam o curso clássico, preferiam estudar uma língua moderna. Esta carga horária revela que a Reforma Capanema, ao destinar trinta e cinco horas por semana ao ensino de idiomas, ou seja, 19,6% dos conteúdos curriculares, ou seja, 9,6% a mais que na Reforma Francisco Campos, considerando-se apenas as línguas modernas (Machado, Campos e Saunders, 2007).

A Reforma Capanema instituiu o que de mais moderno e avançado havia na época para o ensino das línguas estrangeiras na escola secundária. Porém, durante os vinte anos de sua vigência, ajustes e alterações quase que sucessivas tiveram que ser realizadas, não ocorrendo então, a execução do que havia sido estipulado, exceto em raras exceções.

As autoras enfatizam que as instruções dadas levavam em conta a questão metodológica, sendo o “método direto”, embora mais por denominação do que em seu uso real, utilizado por representar “um ensino pronunciadamente prático”, sendo acatado para os idiomas vivos estrangeiros, os seguintes objetivos: “objetivos instrumentais” (ler, escrever, compreender o idioma oral e falar), “educativos” (contribuir para a formação da mentalidade, desenvolvendo hábitos de observação e reflexão) e “culturais” (conhecimento da civilização estrangeira e capacidade de compreender tradições e ideais de outros povos). Contudo, o método direto tinha se reduzido novamente ao “leia e traduza”, dado que muita coisa se perdeu no caminho entre o Ministério da Educação e as salas de aula.

Novos direcionamentos seriam propostos com o intuito de trazer maior direcionamento sobre o ensino no Brasil. A Nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional foi criada em 1961 e reformulada dez anos depois em 1971 (Brasil, 1971). A LDB estabeleceu normas para todo o sistema educacional brasileiro, fixando diretrizes e bases da educação nacional desde a educação infantil até a superior. No entanto, segundo Paiva (2004), essas duas primeiras versões da lei negligenciaram as línguas estrangeiras e não as incluiu entre as disciplinas obrigatórias do currículo escolar. Mas, delegavam, então, aos conselhos estaduais o poder de decisão sobre este assunto. Posteriores a essas duas LDBs, outras políticas foram formuladas para administrar o ensino no país e, em todas elas, a questão do ensino de língua estrangeira é abordada, no entanto nem sempre conferida a importância devida. A partir da década de 1960, com a chegada da Linguística ao Brasil, setores e grupos não-governamentais passaram a, sistematicamente, discutir e intervir nos âmbitos do ensino e aprendizagem de LE, especialmente no da Língua Inglesa.

A Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) promoveu no de 1996 o I Encontro Nacional de Políticas Linguísticas e de Ensino de Línguas (ENPLE) que resultou na elaboração de um documento chamado de Carta de Florianópolis, cidade sede do evento. Como resultado de várias discussões acerca do ensino de línguas, a primeira e mais forte afirmação foi: “todo brasileiro tem direito à plena cidadania. No mundo globalizado e poliglota de hoje, isso inclui a aprendizagem de línguas estrangeiras” (Paiva, 2004: 1), propondo, entre outros itens, que fosse elaborado um plano emergencial de ação para garantir aos alunos o acesso ao estudo de línguas estrangeiras, proporcionado através de um ensino eficiente. Vale a pena retomar que um mês após o I ENPLE, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 17 de dezembro de 1996 e promulgada no dia 20 de dezembro do mesmo ano a nova LDB, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro (Brasil, 1996). Entre as várias premissas e propostas gostaríamos de dar destaque para “o direito de todo cidadão brasileiro de ser preparado para o mundo multicultural e plurilíngüe por meio da aprendizagem de línguas estrangeiras”. No documento ficou claro o desejo por planos de ação capazes de garantir ao aluno o acesso ao estudo de LE, proporcionado por meio de um ensino de qualidade. Essa nova LDB, a Lei nº 9.394, tornou-se obrigatório o ensino de língua estrangeira a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e estabeleceu que no Ensino Médio seria incluída pelo menos uma língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, a ser escolhida pela comunidade escolar e também uma segunda língua estrangeira optativa, dentro das possibilidades da instituição. Como resultado posterior, em 1998, foi publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1998).

2. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN

Os PCN, cuja elaboração começou por volta do ano 2004, surgiram como uma forma de validar o que está prescrito na LDB, a partir da necessidade de se discutir, refletir, repensar e reestruturar o ensino público de nível médio. Consta como objetivos dos PCN (Brasil, 2006a: 8) “apontar e desenvolver indicativos que pudessem oferecer alternativas didático-pedagógicas para a organização do trabalho pedagógico, a fim de atender às necessidades e às expectativas das escolas e dos professores”. A elaboração dos PCN precisou seguir o que já havia sido previsto pela LDB. Logo, os PCN foram criados priorizando a elaboração de orientações gerais, contemplando todas as disciplinas do currículo escolar, como também de orientações específicas para cada disciplina. Criados em 1996, suas diretrizes são voltadas, sobretudo, para a estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil - obrigatórias para a rede pública e opcionais para as instituições privadas. Ou seja, seu o objetivo principal é padronizar o ensino no país, estabelecendo pilares fundamentais para guiar a educação formal e a própria relação entre a escola e a sociedade. Os PCN estão divididos em disciplinas, ciclos (Ensino Fundamental e Médio) e abrangem também tanto as práticas de organização de conteúdo quanto as formas de abordagem dos conteúdos.

Segundo Miccoli (2013), a LDB, de 1996, conferiu autonomia à escola para eleger qual LE será ensinada em seu contexto específico do ensino fundamental. Para o ensino médio, foi obrigatória a inclusão de pelo menos uma LE, podendo ser ofertada uma língua opcional, de acordo com a realidade de cada comunidade escolar. A autora avalia que, embora haja uma melhora significativa na valorização do ensino de LE no país, o mesmo, ainda, é incipiente.

Era de se esperar que, com tanta história, as línguas estrangeiras estivessem consolidadas nos currículos escolares. Até hoje, ao iniciar cursos de formação ou de educação continuada, o questionamento sobre por que ensinar línguas está na ordem do dia. [...] o propósito e o significado da aprendizagem de línguas estrangeiras estão na ampliação de horizontes e de atuação social. No entanto, parece que docentes precisam se convencer dessa relevância (Miccoli, 2013: 26).

Miccoli discute, ainda, a existência de uma lacuna entre as teorias e pesquisas acadêmicas e a prática dos docentes que precisa ser estreitada, pois isso beneficiaria os alunos durante seu processo de aprendizagem, embora estes não se preocupem, demasiadamente, se seus professores possuem ou não domínio sobre embasamento teórico. Para a autora, não há unanimidade acerca de como-onde-quando conceitos teóricos passaram a integrar a realidade escolar e tampouco quais destes são responsáveis pelo êxito pedagógico. No entanto, o sucesso se dá à medida que a “reflexão sobre conteúdos, competências e habilidade a serem desenvolvidas” são modulados, adaptados e contextualizados de acordo com a realidade dos aprendizes (Miccoli, 2003: 13). Para elucidar essa questão, Miccoli denuncia a incipiência dos materiais didáticos em aproximar a teoria (frutos das pesquisas desenvolvidas pela academia) à prática dos professores de LE na escola pública. Semelhantemente, para Almeida Filho (2003), o ensino de LE nas escolas regulares, principalmente o do inglês, produz resultados inferiores aos esperados e previstos pela legislação em vigor. Quando se analisa o ensino de línguas nas escolas, sejam elas públicas ou particulares, é comum encontrar equívocos metodológicos que resultam em práticas ineficazes. O autor afirma que a historiografia do ensino de LE no Brasil, ainda privilegia o estudo da língua pela língua, com ênfase na forma gramatical que se engessa em conhecimentos descontextualizados, em detrimento do que apreçoam as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), que defendem, para o ensino da LE no ensino médio, o desenvolvimento da comunicação oral e escrita, uma vez que os documentos entendem tais competências como “ferramentas imprescindíveis no mundo moderno, com vistas à formação profissional, acadêmica ou pessoal” (Brasil, 2006b: 8). A ênfase dada ao tripé profissional-acadêmico-pessoal deve-se ao contexto de um mundo globalizado, onde o conhecimento eficaz de línguas, quer seja a materna ou as estrangeiras, funciona como um meio de realização do indivíduo.

Desse modo, as competências esperadas do aprendiz não deveriam enfatizar apenas uma habilidade linguística, uma vez que a expectativa hoje é que o indivíduo

seja linguisticamente competente para falar, ler, escrever e entender uma ou mais LE sem muitas dificuldades (Brasil, 2006b). Vale destacar que o mundo midiático atual “exige” do cidadão muito além do que era demandado nos séculos passados. Partindo-se desse pressuposto, os (Novos) Letramentos só têm a acrescentar, uma vez que buscam não apenas o conhecimento estrutural, mas também valorizar e aproveitar as experiências de alunos e aprendizes de forma ampla e/ou multimodal. Uma questão delicada envolve o distanciamento entre o que é oficialmente preconizado nas OCEM, por exemplo, e a prática pedagógica vigente nas instituições de ensino públicas e particulares, já que não é difícil encontrar escolas e colégios famosos por priorizar currículos que enfatizam a preparação para provas ou vestibulares, até mesmo a partir do ensino fundamental. Por outro lado, torna-se relevante o apontamento das diferenças entre o ensino de LE nas escolas de idiomas e na educação regular, a fim de incentivar a conscientização de alunos e professores não só para os distintos objetivos que há em um contexto e outro, mas também, para o reconhecimento de que se pode aprender também na escola. A necessidade de prestigiar o ensino de LE na grade curricular da escola pública é ainda mais premente, já que nem sempre o aluno da escola pública tem acesso à língua ou cultura estrangeira fora do ambiente escolar. Se o aluno e o professor partirem da crença comum de que não é possível aprender a LE na educação regular, haverá uma exclusão desse aluno dos benefícios de se aprender uma língua. Benefícios que vão muito além de interesses econômicos.

Segundo Hawkins (2011), a literatura que trata da formação do professor de línguas privilegia assuntos pertinentes à língua e à pedagogia em detrimento do impacto de questionamentos socioculturais na linguagem, nos letramentos e na aprendizagem. Corroborando as ideias de Pennycook (2010), Hawkins (2011) aponta que tal fato deriva parcialmente das maneiras através das quais o próprio processo de ensino/aprendizagem tem sido historicamente abordado.

Movendo-se de uma visão de língua como conjunto de palavras e estruturas governadas por princípios particulares armazenados na mente (uma abordagem psicolinguística) para uma visão de língua como ferramenta para criação de sentido (uma abordagem comunicativa), para uma visão de criação de sentido como situado em encontros sociais específicos que acontecem em lugares específicos, em momentos específicos, entre pessoas específicas (uma abordagem sociocultural), e, por último, para uma visão de uso de língua situada que é modelada pelas forças e ideologias políticas, culturais e sociais que servem para empoderar algumas pessoas e marginalizar outras (uma abordagem crítica) (Hawkins, 2011: 2).

Muitas das escolas regulares no Brasil encontram-se ainda no que Hawkins (2011) chamou de abordagem psicolinguística. Miccoli (2013) discute a necessidade de mais cursos de formação docente que permitam aos professores já atuantes ou em formação aprofundar-se em teorias de ensino e aprendizagem, bem como conhecer mais a fundo suas próprias teorias e práticas. Uma significativa parcela dos professores

de línguas estrangeiras nunca foi preparada para desenvolver educação crítica ou passou por experiências de aprendizagem que chegassem a este objetivo, o que pode explicar sua dificuldade em incluir estratégias metodológicas críticas para o ensino de LE. A amplitude da perspectiva crítica, que será discutida mais adiante, transcende o proposto por abordagens de ensino tradicionais e alternativas¹ (Miccoli, 2013), isto é, contempla mais que a busca pelo domínio de estruturas linguísticas ou uma possível descrição de processos de aprendizagem e aquisição linguística, pois pretende a ampliação do entendimento sobre os impactos sociais destes processos para o empoderamento de indivíduos, que ao utilizar a língua e práticas reflexivas e críticas de leitura e letramento podem participar de maneira ativa nos contextos se inserem. Essa perspectiva crítica é adotada nas OCEM, documento que será comentado a seguir.

3. As OCEM e o ensino de línguas estrangeiras

As OCEM propõem um aprofundamento nas discussões referentes à função do ensino e aprendizagem de LE no ensino médio. No documento são discutidos os possíveis impactos socioeconômicos e culturais do ensino pautado na cidadania, tolerância às diversidades, “o problema da exclusão no ensino em face de valores globalizantes e o sentimento de inclusão, frequentemente, aliado ao conhecimento de Línguas Estrangeiras” (Brasil, 2006b: 87). São avaliados no documento como as teorias da linguagem e das novas tecnologias, por exemplo Letramentos, Multiletramentos e Multimodalidades, podem contribuir para enriquecer o processo educacional de aquisição de LE. Ao analisar essas teorias, tornam-se claros os desejos dos idealizadores das OCEM de ampliar o entendimento de professores e alunos sobre as questões globais, locais e incentivar uma prática docente crítica, formadora e plena. No tocante às habilidades linguísticas, as OCEM advogam “a leitura, a prática escrita e a comunicação oral contextualizadas” (Brasil, 2006b: 88). Embora façam diversas recomendações para o ensino de língua estrangeira no contexto específico do ensino médio, as OCEM ressaltam que estão passíveis a adaptações e ajustes em função das especificidades de cada idioma.

Ao avaliar que “a reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino” as OCEM convidam educadores e teóricos para uma discussão mais ampla e participação ativa, uma vez que nelas não se pretende estabelecer soluções e respostas definitivas para

[...] os problemas do ensino em questão, mas sim problematizar o contexto educacional brasileiro a fim de estabelecer um diálogo capaz de trazer amadurecimento teórico, pedagógico e educacional e viabilizar

1 Segundo Miccoli (2010) as abordagens tradicionais são aquelas baseadas na concepção cognitivista do processo de aprendizagem de uma LE, a saber, os universais linguísticos de Chomsky; a interlíngua de Slinker; o monitor de Krashen; o Interacionista de Hatch; a aculturação de Schumman; a produção compreensível de Swain e o desenvolvimento da linguagem de Cummins. A qualificação *alternativa* é utilizada para caracterizar as abordagens que, embora tenham contribuído de maneira significativa no campo da Linguística Aplicada, ainda são consideradas periféricas frente ao paradigma cognitivista dominante como argumenta Atkinson.

a administração de conflitos inerentes à educação, ao ato de ensinar, à cultura que consolida a profissão de professor, ao aprendizado de Línguas Estrangeiras e à construção de uma visão de mundo (Brasil, 2006b: 90).

A partir da leitura das OCEM, nota-se grande preocupação com o ensino e a necessidade de uma educação completa que leve os alunos além das questões linguísticas e instrumentais durante a aprendizagem da LE, contemplando também aspectos educacionais, culturais, sociais e que visem à cidadania. As OCEM defendem um ensino da língua contextualizado e que permita a participação do sujeito na sociedade. Como resultado, os conceitos de Letramento Crítico (LC) e a valorização dos multiletramentos tornam-se importantes por evidenciar de forma mais objetiva as múltiplas possibilidades para as práticas docentes. Como bem apontam as OCEM, é preciso mostrar que a informação e o conhecimento circulam de formas diversas e que não estão limitados às paredes da sala de aula, ou seja, exclusivamente na forma tradicional; que a multimodalidade requer certos tipos de habilidades e que há a necessidade de desenvolver a capacidade crítica do aprendiz. Esta preocupação dos autores com a educação crítica e a política de LEs é nítida, já que o ensino de línguas é apontado como alheio a um universo mais amplo “hoje em constante diálogo com a ciência da linguagem, como *World Englishes*, Pedagogia Crítica, Estudos Culturais, Educação para a Cidadania, para citar algumas”. Os pressupostos que sustentam as OCEM se baseiam na “formação de indivíduos, o que inclui o desenvolvimento de consciência social, criatividade, mente aberta para conhecimentos novos, enfim, uma reforma na maneira de pensar e ver o mundo” (Brasil, 2006b: 90).

Outra característica marcante do documento é a recomendação da seleção de exemplos de atividades que contemplem a criticidade. Por meio desses modelos, os professores podem ter uma ideia mais prática do que é letrar criticamente, do que é realizar uma leitura crítica, dos propósitos distintos de cada uma delas. As vozes e experiências de professores e alunos no texto legitimam as abordagens e esclarecem que a origem das discussões reside em temas recorrentes em sala de aula, assim, além da percepção crítica sobre o ensino, é importante o entendimento e o respeito às diferenças. Um exemplo é o conceito de “heterogeneidade linguística” que permite o pensar das diferentes práticas linguísticas relacionadas ao contexto social, histórico e cultural; que se opõe ao termo “homogeneizar”. Ou seja, se há homogeneidade, privilegia-se somente um determinado tipo de conhecimento, ou língua, ou cultura e, conseqüentemente, exclui-se qualquer tentativa de se estabelecer lastros que respeitem a diversidade.

Por fim, pode-se concluir que devido ao caráter dialógico das OCEM, estas não buscam eliminar questões complexas referentes ao ensino de LE na escola, mas sim instigar reflexões acerca do processo educativo e como este pode ser aperfeiçoado, adaptado a cada contexto específico de ensino e, assim, se tornar cada vez mais exitoso no Brasil. Diferentemente das escolas de idiomas, a escola regular não deveria se preocupar em ensinar somente a materialidade da LE para seus alunos. As escolas

regulares precisam não somente trabalhar os conteúdos relativos à língua como partes integrantes do currículo escolar, como também se preocupar com a formação mais ampliada do aprendiz. Faz-se necessário incentivar nos alunos o desenvolvimento da consciência social e da criticidade, propiciando-lhes novas maneiras de compreender o mundo (Sousa, 2014). Nas aulas de LE, portanto, o ideal seria incluir estímulos à formação da consciência cidadã do aluno, para que ele possa refletir sobre o seu lugar/papel que ocupa na sociedade. Nessa perspectiva, a noção de letramento pressupõe que a escrita não pode ser desvinculada de seus usuários e de seu contexto de uso. É preciso, também, considerar que, na atualidade, os textos são multimodais, ou seja, não são mais organizados apenas de forma tradicional, linear (Rojó e Almeida, 2012). Na comunicação, a linguagem mediada pelo computador, por exemplo, proporciona novos usos. Além disso, pensar as habilidades de falar, ouvir, escrever e ler de forma separada pode se constituir um erro, pois as formas de leitura e de escrita ocorrem em processo dinâmico e de interação entre si e de forma mais complexa. É preciso que essas habilidades sejam entendidas como abarcantes dos multiletramentos, ou seja, como um conjunto variado de capacidades que engloba letramentos visuais e digitais (Lima, 2014; Zacchi, 2014). A partir de uma visão mais complexa, reflexiva e crítica dos impactos da aprendizagem de uma LE sobre o indivíduo, dos cursos de formação docente ou de formação continuada, e, principalmente, da produção dos LDs, uma vez que estes são os instrumentos pedagógicos mais acessíveis para os professores e alunos, o ensino de LE poderia ser repensado. Dessa forma, docentes e discentes teriam a oportunidade de se engajar em um processo de educação em sentido amplo e não meramente linguístico: uma educação crítica.

São apresentados, a seguir, três modelos distintos adotados para a organização e condução do ensino de LE. No primeiro, buscou-se compreender como a China vem tratando o recente ensino de LE, que começou na década de 1980, na sua educação nacional. Em seguida são apresentadas a estrutura educacional para o ensino de LE na Suécia e por fim no Brasil. Após essa análise, são apresentados os resultados colhidos pela Education First, English Proficiency Index e British Council referentes aos níveis de proficiência linguística de seus alunos no ano de 2015.

4. A regulamentação do ensino de línguas estrangeiras na China, na Suécia e no Brasil

4.1. China e a regulamentação do ensino de línguas estrangeiras

Segundo Yu Qianhua², diretora adjunta do Instituto Confúcio da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong, na China o ano letivo estrutura-se em torno de dois semestres de cerca de vinte semanas cada um. O primeiro tem início em setembro e o segundo em fevereiro e as aulas são obrigatórias. O sistema educacional chinês é muito competitivo e por isso há várias provas ao longo das diversas etapas do sistema com o intuito de avaliar o rendimento e aproveitamento dos estudantes. No entanto, apesar de baixos, os

2 Comunicação pessoal.

níveis de fracasso escolar estão presentes embora a taxa de alfabetização ultrapasse os 94%.

O ensino elementar, obrigatório para todas as crianças, tem início aos seis anos de idade. Nele, o ensino da língua inglesa já ocorre com uma carga horária de quatro a seis horas por semana. Durante este ciclo que dura aproximadamente seis anos, o currículo engloba questões morais, laborais, alfabetização e iniciação ao ensino da língua inglesa por meio de leitura de textos simples, apresentação de vocabulário, “chunks” de frases prontas. O Ensino secundário, comumente está dividido, por sua vez, em ensino secundário do primeiro ciclo e ensino secundário do segundo ciclo. O primeiro ciclo dura três anos e é obrigatório (as autoridades chinesas estabeleceram um total de nove anos de ensino obrigatório). O segundo ciclo do ensino secundário também tem, de forma geral, uma duração de três anos. Na primeira fase do ciclo secundário, o número de aulas de língua estrangeira aumenta, significativamente, passando de quatro horas semanais para dez aulas semanais, já na fase final do ciclo secundário a carga horária aumenta ainda mais, de dez para quinze horas semanais, na maioria das províncias chinesas. O enfoque lingüístico em ambas as fases do ciclo secundário é dada a leitura, fala, escrita acadêmica e estudos gramaticais. Ao término do Ensino Secundário, os estudantes precisam se submeter a uma avaliação de cunho nacional, cuja aprovação é mandatória para ingressar no Ensino Superior. Os estudantes têm apenas uma chance para serem aprovados nessa avaliação, sendo que não é possível refazê-la posteriormente. Essa avaliação é marcada pelo governo chinês e tem data e dias pré-determinados, geralmente duas semanas após o término do ano letivo. Os candidatos são avaliados por dois dias consecutivos e os exames têm duração máxima de doze horas. Entre as disciplinas avaliadas estão a Língua Chinesa, Língua Inglesa, Política, História Chinesa e Cálculo – conteúdos base do Ensino Secundário.

4.2 Suécia e a regulamentação do ensino de línguas estrangeiras

Introduzido na Suécia em 1962, o ensino de LE modernas tem sido uma disciplina obrigatória no ensino fundamental I a partir dos nove anos de idade (Marklund, 1983). No final da década de 1980 a primeira política pública referente ao ensino de LE, mais especificamente o ensino da língua inglesa, foi promulgada, estabelecendo que do quarto ao sétimo ano o ensino de inglês é obrigatório nas escolas suecas, passando a ser eletiva nas classes de oitavo e nono para que os alunos tenham a oportunidade de estudar outras línguas estrangeiras modernas. No entanto, a proposição também afirma que alguns alunos podem optar por não estudar mais outra LE, no caso, eles têm a opção de passar mais tempo estudando inglês ou sueco (Regeringen, 2007). Segundo Skolverket (2011), na prática, o que se vê hoje na Suécia é que quase todos os alunos escolhem estudar Inglês nos oitavo e nono anos também.

Em 1994, ocorreu na Suécia uma reforma curricular que deu a Língua Inglesa e à Matemática um status diferenciado em relação às outras disciplinas e estabeleceu que ao final do sétimo ano do Ensino Fundamental os alunos, obrigatoriamente, tenham recebido no mínimo 1400 horas de aulas para cada uma dessas disciplinas

- o equivalente aproximado a dez horas de instrução semanal (Skolverket, 2011). Assim como no Brasil, a educação pública é subsidiada pelo Governo, no entanto, os materiais didáticos, merenda e transporte ficam por conta dos alunos. Os pais podem matricular os filhos tanto em escolas próximas a suas casas ou em bairros diferentes de onde vivem.

Como resultado dessas políticas públicas específicas para a educação e, mais especificamente, para o ensino de LE nas escolas públicas suecas, a Suécia figura hoje como o país que oferece o melhor ensino de inglês como LE, possuindo, conseqüentemente, a mais alta proficiência linguística, segundo o Índice de Proficiência em Inglês da Education First (EPI-EF) (EPI 2013, 2014, 2015 in <http://www.ef.com.br/epi/>). O EPI-EF é a primeira e mais abrangente classificação mundial dos conhecimentos da língua inglesa, entre adultos do mundo todo. O índice adota como um ponto de referência a proficiência desenvolvida na fase de escolarização, ao longo do tempo. O EPI-EF volta-se para discussões e diálogos significativos sobre o ensino do inglês, práticas de testes, bem como examinar as habilidades em inglês em cada país em relação a competitividade individual e empresarial.

4.3 Brasil e a regulamentação do ensino de línguas estrangeiras

O ensino da LE no Brasil, discutido nas seções anteriores, está amparado pela Lei de Diretrizes e Bases e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que trazem um direcionamento acerca dos objetivos e expectativas para um ensino exitoso e de qualidade. Como analisado, os resultados esperados do ensino da língua estrangeira nas escolas públicas brasileiras são que o aluno se forme ao final do ensino médio sendo capaz de comunicar-se com certa desenvoltura e também sem dificuldades para ler ou escrever. No entanto, segundo dados publicados em 2015 pela British Council (2015: 7), apenas 5% da população brasileira pode ser considerada fluente na língua. A baixa desenvoltura dos brasileiros também foi comprovada pelo EPI 2015, que avaliou a gramática, vocabulário, leitura e compreensão de 1,7 milhões de adultos de 60 países, em 2015 o Brasil figurou a 41ª posição entre os 70 países avaliados. Luciano Timm, diretor de marketing da EF no Brasil e porta-voz do EPI, explica que um falante com proficiência muito baixa é capaz de se comunicar de forma simples, entender frases isoladas que contenham informações rotineiras, entretanto esse falante não consegue desenvolver uma conversa ou discorrer sobre assuntos mais complexos. As conseqüências desta baixa proficiência linguística impactam até mesmo a competitividade econômica. No estudo do EPI, o Brasil apresentou o pior desempenho entre os membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e, de acordo com uma pesquisa realizada pela Catho, empresa especializada em Recursos Humanos, apenas 8% dos profissionais brasileiros são capazes de falar e escrever em inglês de forma fluente; 24% têm dificuldades em compreender ou se comunicar em inglês (Paiva e Tory, 2013).

A revista *Exame* do dia 27 de dezembro de 2015 (Pati, 2015) publicou uma reportagem afirmando que uma competência linguística limitada teria impactos bastante negativos tanto no desenvolvimento profissional de cada indivíduo quanto também no crescimento do País. E ainda, oportunidades de negócios podem ser

perdidas, relações profissionais podem ser prejudicadas e a falta de independência é maximizada. Como se percebe, a falta de proficiência linguística confronta o papel da língua estrangeira proposto nos PCN e nas OCEM no tocante à comunicação com desenvoltura e independência. Hoje, há vários obstáculos para o ensino exitoso da língua estrangeira, entre os quais se destacam a desvalorização do docente, a carga horária insuficiente, os baixos investimentos na formação acadêmica e em alguns casos até mesmo a falta de fluência do professor, o que justifica o fato de tanto alunos quanto professores se sentirem desmotivados a aprender e lecionar uma língua estrangeira. No livro ‘Ensino e Aprendizagem de Inglês: Experiências, Desafios e Possibilidades’ a professora doutora Laura Miccoli, da UFMG, expõe um estudo de caso realizado com professores de escolas públicas e particulares da região de Belo Horizonte e constata que as dificuldades enfrentadas pelos docentes são muito similares. Miccoli destaca que há muita semelhança do contexto extra-institucional, que não é ideal – no contexto particular, o professor é pressionado a ser um representante da cultura estrangeira; no contexto público, a ausência de investimentos governamentais prejudica o professor, em ambos os contextos público e particular. Segundo Miccoli, docentes reportam dificuldades em se trabalhar nuances de língua e cultura em turmas muito numerosas, com alto índice de heterogeneidade dos estudantes e o tempo exímio semanalmente, haja vista a carga horária pequena, majoritariamente duas aulas de cinquenta minutos – o equivalente a aproximadamente oitenta horas anuais.

As consequências da baixa proficiência linguística dos estudantes brasileiros têm acarretado também prejuízos para os cofres públicos. O programa de internacionalização do ensino superior que concede bolsas de estudos para alunos de graduação e pós-graduação, Ciências Sem Fronteiras, tem sido um grande desafio para aqueles que não dominam uma ou mais LEs. Em 2014, houve casos de alunos que foram “academicamente deportados” por não possuírem condições de acompanhar as aulas nas universidades para as quais foram enviados.

Em fevereiro de 2014 um portal eletrônico na Internet noticiou que a “falta de domínio de 2º idioma dificulta vida de intercambistas no exterior”³ e que “mais de 40 mil vagas não foram preenchidas no Programa Ciência Sem Fronteiras” devido ao alto índice de reprovação dos candidatos na prova de língua inglesa. Segundo a matéria reproduzida na notícia, havia estudantes que teriam que retornar ao Brasil por falta de domínio da língua inglesa. Essa foi uma consequência previsível para o que já se anunciava como sendo uma barreira para que os estudantes brasileiros no exterior pudessem acompanhar as aulas de forma produtiva, ministradas em LE, principalmente em língua inglesa.

Com o intuito de sanar esse problema, o governo adotou a solução noticiada pelo jornal “Estadão” em 2 de março de 2013⁴. A decisão do governo foi a de reduzir as exigências da prova de inglês para facilitar a ocupação de um maior número de

3 <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/02/falta-de-dominio-de-2-idioma-dificulta-vida-de-intercambistas-no-exterior.html>

4 <http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not249925.shtm>

vagas ofertadas, haja vista o grande número de vagas não preenchidas devido ao nível insatisfatório de proficiência em LE apresentado pelos candidatos.

Uma reportagem da The Pie News, anuncia que em agosto de 2013 cem brasileiros que não conseguiram ser aprovados na prova de entrada para uma universidade na Inglaterra optaram por estudar em outros países⁵.

Em maio de 2014 o site eletrônico “The Times, Higher Education” publicou a matéria “Voando de volta para o Rio” em que afirma que “mais de 100 estudantes (...) foram convidados a voltar para casa por não terem conseguido atingir os requisitos mínimos de proficiência em língua inglesa”⁶.

Essas reportagens não têm o rigor de uma pesquisa científica, contudo, apresentam uma amostragem do nível de proficiência em língua inglesa dos estudantes brasileiros que tentaram aproveitar a oportunidade de ter uma experiência acadêmica numa universidade estrangeira por meio do Programa “Ciência sem Fronteiras”⁷ de forma a vivenciar outros contextos culturais e profissionais em sua área de formação e de tornar o seu percurso acadêmico mais significativo e com diferenciais que pudessem facilitar a sua inserção no mercado de trabalho após a graduação.

Um dos caminhos possíveis para transformar este quadro seria um forte investimento na educação básica e na formação continuada dos professores. Isto poderia resultar em práticas pedagógicas cada vez mais eficientes e atualizadas capazes de ampliar a compreensão sobre os processos de ensino e aprendizagem de LE. Outros aspectos que também merece atenção são as mudanças nas relações socioeconômicas mundiais e a crescente presença das tecnologias digitais na vida diária. Tais fatores têm demandado novas formas de letramentos e a consequente necessidade de revisão dos currículos e das práticas pedagógicas de LE, a fim de melhor preparar os alunos para a vida fora da escola.

As mudanças e interferências nas práticas sociais ocasionadas pela crescente informatização e globalização que possibilitam diferentes maneiras de produzir e compartilhar as informações e conhecimentos têm indicado a necessidade constante de investimentos educacionais, principalmente no ensino de LE. Segundo Xavier (2015), o advento das novas tecnologias requer a problematização e a discussão sobre o modo como as pessoas comunicam-se e relacionam-se na atualidade. Para o autor os educadores precisam estar atentos aos papéis atribuídos à fluência em LE e como essa está intrinsecamente ligada às novas tecnologias, que precisam ser discutidas, incluídas e adaptadas para ser utilizadas nas salas de aula. Segundo Xavier (2015), para que o processo de aprendizagem tenha êxito e seja eficiente, cabe ao professor analisar e eleger materiais didáticos que alcancem os objetivos de uma educação formadora, continuada e crítica, que valorize a diversidade entre os alunos, e que contemple os aspectos globais da língua ensinada e respeite as características locais onde ela é ensinada e aprendida.

5 <https://thepienews.com/news/uk-science-without-borders-expands-to-included-english-prep/>

6 <https://www.insidehighered.com/news/2014/05/01/some-students-brazils-study-abroad-program-are-being-sent-back#sthash.8key6OSc.dpbs>

7 <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>

Xavier (2015) corrobora o entendimento postulado por Chiarini (2001) sobre a sociedade atual como parte de um cenário híbrido, plural, globalizado e, ao mesmo tempo, marcadamente atravessado por reivindicações locais. Nas palavras do autor, esse cenário propicia a oportunidade para um debate acerca da globalização e das questões de poder que resultam na reprodução das relações sociais já existentes e que tendem a satisfazer os desejos e interesses dos grupos dominantes. Embora seja uma abordagem mais localizante, esta não busca se opor à globalização, pelo contrário, visa ao empoderamento e à libertação dos alunos (cidadãos), subvertendo a ordem dominante e buscando alternativas locais para a mudança. Nota-se que há uma discussão veemente sobre a relevância de se adotar uma perspectiva crítica, global e local para o ensino de línguas, que Robertson (1992) conceitua como glocal. As OCEM apresentam um capítulo referente aos “Conhecimentos de Línguas Estrangeiras” que convida a esta relevante reflexão sobre os diferentes contextos sociohistóricos e econômicos, ampliando o entendimento sobre

Os diferentes valores do que é global (universal, exterior, de um grupo de países desenvolvidos, que, por sua força político-econômica, se apresentam como modelos sociais) e do que é local (regional, interior, de uma comunidade ou de grupos com características próprias), levando-nos a pensar sobre a perspectiva hierárquica entre esses dois *modus vivendi* e a relativizá-lá (Brasil, 2006b: 96).

Endossando esta perspectiva, Kleiman (2008), Soares (2008) e Leal (2003) fazem uma distinção entre a noção de “alfabetização”, centrada na forma, e dos pressupostos da pedagogia dos multiletramentos com foco no desenvolvimento do letramento crítico que, além do letramento linguístico, leva em conta outros letramentos (literário, digital, etc.). Segundo essas autoras, enquanto o processo de alfabetização inicialmente era visto como um meio para ensinar a língua, agora compete à Escola estimular os alunos a tornarem-se usuários proficientes de uma linguagem, dominando e conhecendo os seus múltiplos aspectos tanto locais quanto globais. Essa consciência glocal (Robertson, 1992), na qual o global e o local se fundem, precisa ser aliada à escolarização com o intuito de empoderar e levar os jovens a perceberem-se cidadãos do mundo. Educar para a cidadania implica compreensão da diversidade cultural e “aprender para a vida”. Este processo resultaria em futuros adultos prontos para a mobilidade social, instrumentalizados por habilidades sociais fundamentais para seu crescimento e formados criticamente com um forte senso global de responsabilidade.

Considerações Finais

Uma vez que hoje há políticas públicas que estabelecem e regulamentam o ensino de LE, diretamente, cabe a nós nos perguntarmos os motivos desses resultados tão baixos e distantes do proposto e quais seriam os caminhos para que possamos contorná-los. É premente rever questões específicas concernentes à aplicação dessas políticas, a valorização dos docente e do ensino público no país. O que poderia ser feito por

parte dos governantes, teóricos e professores para se melhorar de maneira expressiva e significativa a qualidade da prática docente e, por consequente, o processo de aprendizagem dos alunos? Quais planos de ações e metas seriam os mais eficazes para que a fluência requerida por um mundo cada vez mais globalizado deixe de ser encontrada, unicamente, como uma marca das elites brasileiras e passe, de fato, a ser também obtida através do ensino público brasileiro.

Os dados levantados evidenciaram que políticas públicas para a regulamentação do ensino de LE nas escolas públicas brasileiras, de fato, foram formuladas e implementadas, no entanto, ainda estão muito aquém dos investimentos estatais necessários para que as escolas possam oferecê-la com excelência, haja vista escolas em outros países onde o ensino tem sido exitoso. Hoje, nas escolas brasileiras, professores e alunos carecem de mais ações públicas para que o ensino de línguas estrangeiras modernas deixe de estar simplesmente normatizado, mas também que possa estar assegurada a sua qualidade comprovável em exames de proficiência.

A historiografia da legislação sobre ensino de LE no Brasil, a revisão da literatura e os casos e exemplos de publicações sobre desempenho de alunos brasileiros em LE apresentados neste artigo enfatizam a necessidade de produzirmos mais pesquisa em quantidade e em profundidade sobre o desenvolvimento de proficiência em LE no Brasil, bem como a necessidade de definição dos focos prioritários e de metas de investigação sobre esse tópico. Percebe-se nos posicionamentos dos pesquisadores e dos legisladores por meio dos discursos presentes nos documentos de políticas públicas analisados, que a pesquisa precisa se concentrar no que realmente acontece na sala de aula, isto é, em como os professores ensinam e em como os alunos aprendem LE no Brasil. Avaliamos que tais investigações devam partir de uma reformulação das metas a serem alcançadas no ensino de LE no Brasil e posteriormente analisar os resultados buscando explicações para os contextos pedagógicos em que tais metas foram ou não alcançadas, aos moldes das pesquisas de Miccoli (2010), de modo a formar massa crítica para compreensão bem fundamentada sobre as práticas de sala de aula de LE no Brasil.

No entanto, como geralmente acontece na educação em geral, fica evidente que há um grande distanciamento entre as intenções dos pesquisadores e a implantação de práticas pedagógicas bem informadas, com resultados satisfatórios do ponto de vista da proficiência desejada em LE. Os resultados das investigações de diversos pesquisadores, entre os quais Miccoli (2010), mostram que muito pouco da pesquisa atual está focada em como se dão o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de LE. Além disso, a análise da legislação sobre ensino de LE no Brasil nos permite inferir que o problema é agravado por um conjunto cada vez menor de pesquisas aplicadas às realidades das salas de aula de LE brasileiras.

Notamos que há uma resposta óbvia à problematização que propusemos neste artigo sobre a eficiência do ensino público brasileiro de LE e do processo avaliativo de exames de proficiência, mas que tal resposta é geralmente ignorada. Mesmo nos países com condições de ensino de LE mais favoráveis que as verificadas no Brasil,

parece-nos que os professores estão gradualmente se convencendo das possibilidades pedagógicas de práticas docentes mais voltadas para o letramento crítico e não apenas para o domínio de regras estruturais da língua, próprio das práticas estruturalistas de ensino com foco na forma.

Os casos apresentados neste artigo demonstram o potencial papel do letramento crítico como um estímulo à aprendizagem de LE, tanto como fator motivador da construção de um nível de proficiência satisfatório em LE quanto para o desenvolvimento da autonomia do estudante.

As políticas públicas também podem ajudar nesse sentido. Os PCN (Brasil, 1999) expressam claramente a importância da LE no currículo, enquanto as OCEM (Brasil 2006b) enfatizam a aprendizagem contextual que pode facilmente ocorrer dentro dos contextos de LE. Defendemos que à medida que professores experimentarem e se apropriarem dessa proposta de prática de ensino de LE com vistas ao letramento crítico, muitas questões sobre o ensino e aprendizagem surgirão naturalmente proporcionando práticas reflexivas cada vez mais frequentes e, dessa forma, os professores poderão desempenhar papéis cada vez mais centrais nas pesquisas sobre ensino e sobre avaliação de proficiência em LE.

Avaliamos que há um argumento ainda mais importante para a participação dos professores em pesquisas sobre ensino de LE. Uma grande parte dos projetos de investigação sobre ensino e sobre exames de proficiência em LE tem pouca relação com o cotidiano do professor em sala de aula. Os professores são, muitas vezes, vistos como irrelevantes e até mesmo ignorados nos debates acadêmicos e políticos sobre as “grandes questões” educacionais, tais como LDB (Brasil, 1996), PCN (Brasil, 1999), OCEM (Brasil, 2006b) ou o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos em LE. O mais comum é que o pesquisador tradicional considere o professor como um “objeto de estudo” em vez de um parceiro de pesquisa. Como resultado dessas atitudes, alguns professores consideram que a pesquisa sobre práticas pedagógicas de LE carece de relevância para informar a sua prática de ensino. Como Miccoli (2010) aponta reiteradamente em suas análises sobre o contexto de ensino de LE no Brasil, é improvável que a pesquisa educacional que ignore a sala de aula tenha algum significado real para a prática de professores de LE teoricamente bem informada.

Consideramos fundamental um câmbio e ampliação dos focos das pesquisas relacionadas ao ensino e aos exames de proficiência em LE para que estes contemplem a multiplicidade dos contextos encontrados dentro das salas de aula, contudo essa é apenas uma solução parcial. A menos que os pesquisadores se disponham a conhecer mais de perto os ambientes onde o ensino e a aprendizagem de LE é conduzido, eles, possivelmente, não conseguirão entender todas as suas implicações, complexidade e seus impactos nos contextos internos e externos. Como defende Miccoli (2010), há muitas questões de pesquisa que apenas os professores realmente conhecem, por isso são os mais indicados para fornecer dados aos pesquisadores. Os professores geralmente não são treinados em métodos de pesquisa, nem é esperado que sejam

especialistas em letramento crítico ou em outros conceitos que estão envolvidos na prática docente de LE e subjacente aos exames de proficiência. Logo, uma parceria entre pesquisadores e professores traria possíveis contribuições às pesquisas sobre o ensino de LE. Essas investigações devem ser pautadas no maior número possível de conhecimentos científicos de pesquisadores e na expertise de professores não pesquisadores, tanto de dentro quanto de fora da sala de aula de LE.

Paralelamente a esse movimento em direção a parcerias efetivas entre professores e pesquisadores, a educação precisa se adaptar às novas demandas da “sociedade do conhecimento” (Lévy, 1998) e adotar um modelo sócio interacionista (Vygotsky, 2002) com ênfase na relação do aprendiz com o seu contexto social tendo a língua como elemento mediador. Nesse contexto, é necessário mudar o foco da prática docente, deslocando o professor do centro do processo, de uma posição de transmissor de conhecimentos, para a de gestor de interações, de forma a preparar o aluno para a vida e não apenas para a prova. Os alunos passam a ser sujeitos do seu processo de aprendizagem em colaboração com os colegas e com o professor. Isso pressupõe iniciativas de construção do conhecimento descentralizadas, flexíveis e interativas.

Esse design instrucional baseado em diversos tipos de interações (Ellis, 1999) demanda um professor que atue como mediador do processo de criação de oportunidades de interações dos aprendizes entre si, com o professor, com as mídias disponíveis e com os seus conhecimentos prévios, promovendo oportunidades de construção social de conhecimentos. Assim, o professor assume o papel fundamental de atuar como um elemento motivador das inteligências coletivas, promotor de reflexões sobre o conhecimento construído, no sentido de que os aprendizes se tornem agentes da sua própria formação.

Além dessas questões discutidas aqui, não podemos deixar de mencionar a histórica necessidade de melhorias no ensino de LE, em vários aspectos como ampliação da carga horária, remuneração adequada para os professores e investimentos para oportunidades de formação continuada dos estudos referentes ao idioma ensinado, bem como cursos de aperfeiçoamento pedagógico, por exemplo. Desta forma, tanto os estudantes como os professores estarão mais preparados para desempenhar um papel significativo na sociedade, como fruto de uma aprendizagem crítica, cidadã e competente linguisticamente. Todas essas são questões que procuraremos abordar em outros trabalhos.

Referências

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. “Ontem e Hoje no Ensino de Línguas no Brasil”.

In: STEVENS, C.M.T. *Caminhos e colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*. Brasília, Ed. UnB, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, Brasília, MEC, 2006a.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Brasília, MEC, 2006b.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.
- BRITISH COUNCIL. “Demandas de Aprendizagem de Inglês no Brasil”. British Council, Education Intelligence: May, 2015. <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/demandas_de_aprendizagempesquisaCompleta.pdf> (13/10/2016).
- CHIARINI, A. M. “Língua e cultura na globalização: algumas implicações na sala de aula de língua estrangeira”. In: Congresso da Associação de Professores de Língua Inglesa do Estado de Minas Gerais & Encontro de Professores de Línguas Estrangeiras do Cefet-Mg, 3, 2001, Belo Horizonte. *Anais: Iniciativas para o ensino de línguas estrangeiras*. Belo Horizonte, APLIEMGE / CEFET-MG, 2001. p. 72-79.
- ELLIS, Rod. *Learning a second language through interaction*. Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1999.
- HAWKINS, Margaret (ed.). *Social justice language teacher education*. Toronto, Multilingual Matters, 2011.
- KLEIMAN, Angela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, Mercado das Letras, 2008.
- LEAL, Leiva de Figueiredo Viana. “Leitura e formação de professores”. In: EVANGELISTA, Aracy & outras (org.). *A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.
- LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo, Ed. Loyola, 1998.
- LIMA, L. H. M. X. “Videogames, letramentos e construção de sentidos”. In: *Letramentos*, London, 2014.
- MACHADO, Rachel; CAMPOS, Ticiania R. de; SAUNDERS, Maria do Carmo. “História do Ensino de Línguas no Brasil: Avanços e Retrocessos”. *Revista HELB*, Ano 1, nº 1. 2007. <<http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-1-no-1-12007/98-historia-do-ensino-de-linguas-no-brasil-avancos-e-retrocessos>> (13/10/2016).
- MARKLUND, Skolsverige. *Från Visbykompromissen till SIA* [School Sweden 1950 – 1975. Part 3. From the Visby compromise to SIA]. Stockholm: Liber Utbildningsförlag, 1983.
- MICCOLI, Laura. *Ensino e Aprendizagem de Inglês: Experiências, Desafios e Possibilidades*. Campinas, Pontes Editores, 2010.
- _____. *Aproximando teoria e prática para professores de línguas estrangeiras*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2013.

- OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. *A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, SP, 1999.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes. “A LDB e a Legislação Vigente sobre o Ensino e a Formação de Professor de Língua Inglesa”. In: STEVENS, C.M.T. *Caminhos e colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*. Brasília, Ed. UnB, 2004, pp. 53-84.
- PAIVA, Thais e OLIVEIRA, Tory. “Nação Monoglota. O ensino de língua estrangeira no Brasil não ajuda a melhorar a baixa proficiência dos alunos”. #Carta. *Ideias em tempo real*. 23/05/2013 <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/nacao-monoglota>> (13/10/2016).
- PATI, Camila. “A receita do fracasso do brasileiro ao falar inglês”. *Exame.com*, 27/12/2015 <<http://exame.abril.com.br/carreira/a-receita-do-fracasso-dos-brasileiros-ao-falar-ingles>> (13/10/2016).
- PENNYCOOK, Alastair. “Critical and Alternative Directions in Applied Linguistics”. *Australian Review of Applied Linguistics*. v. 33, n. 2, 2010: 1-16.
- REGERINGEN, [Government] 2007. *Förslag till ändrade regler för tillträde till högre utbildning. Promemoria*. [Suggestions for changed rules for access to higher education. memorandum]. 2007-02-23. Stockholm, Utbildnings departementet [Ministry of Education and Research].
- ROBERTSON, Roland. *Globalization – Social Theory and Global Culture*. London, Newbury Park, and New Delhi, Ed. Sage, 1992.
- ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura. *Multiletramentos na Escola*. São Paulo, Parábola Editora, 2012.
- SKOLVERKET, [National Agency for Education]. *Redovisning av regeringsuppdrag angående utveckling av språkvalen moderna språk och svenska/engelska*. [Report on Governmental Commission on the development of language choice, modern languages and Swedish/English]. Dnr U2010/4019/S. Stockholm, Skolverket, 2011.
- SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SOSA, Renata. “Onde fica o ensino da língua inglesa em trabalhos multimodais? Uma experiência em uma escola pública Brasileira”. In: Takaki, Nara Hiroko e Maciel, Ruberval Franco (orgs.). *Letramentos em terra de Paulo Freire*. Campinas, Pontes Editores, 2014, pp. 231-254.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. “Interação entre aprendizado e desenvolvimento”. In: Cole, Vera. (org) *A formação social da mente*. 6ª edição. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2002.
- XAVIER, João Paulo. “Letramento visual crítico: leitura, interpretação e apropriação das imagens dos livros didáticos”, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2015. <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MGSS-A77LCL/1735m.pdf?sequence=1>> (14/10/2016).

ZACCHI, V. J. “Jogos eletrônicos e novos letramentos no ensino de língua inglesa”. In: Takaki, Nara Hiroko e Maciel, Ruberval Franco (orgs.). *Letramentos em terra de Paulo Freire*. Campinas, Pontes Editores, 2014, pp. 63-76.

Nota Curricular:

João Paulo Xavier. Professor de Língua Inglesa na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Estrangeiras (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG); Doutorado em andamento no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Contacto: xavierebedran@gmail.com

Nota Curricular:

Vicente Aguimar Parreiras. Professor efetivo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Doutorado em Letras - Estudos Linguísticos. Coordenador de Estágio do Curso de LETRAS/edição e Coordenador Adjunto do Mestrado/Doutorado em Estudos de Linguagens do CEFET-MG.

Contacto: E-mail: vicente@deii.cefetmg.br

Notícias da China: António Caeiro e a experiência da transformação¹

André Corrêa de Sá
Universidade Federal de São Carlos (Brasil)

Resumo

A partir de uma análise dos livros de crónicas de António Caeiro, jornalista português que vive na China desde 1991, este artigo propõe discutir as enormes transformações que mobilizaram o envolvimento da China com o resto do mundo. Argumenta-se que *Pela China Dentro, Uma Viagem de Doze Anos* (2004) e *Novas Coisas da China* (2013) representam de modo particularmente significativo tanto o axioma da mudança da China contemporânea como o desenvolvimento de diálogos interculturais entre Portugal e a China.

Palavras-chave: António Caeiro – Crónica – China – Globalização.

News from China: António Caeiro and the experience of transformation

Abstract

Based on an analysis of the chronicles of Antonio Caeiro, a Portuguese journalist who has lived in China since 1991, this article proposes to discuss the enormous transformations that have mobilized China's engagement with the rest of the world. It is argued that the texts collected in *Pela China Dentro, Uma Viagem de Doze Anos* (2004) and *Novas Coisas da China* (2013) represent in a particularly significant way both the axiom of change in contemporary China and the intercultural dialogues between Portugal and China.

Keywords: António Caeiro – Chronicle – China – Globalization.

Receção: 15/03/2016 | Admissão: 28/03/2016 | Publicação: 31/03/2017

SÁ, André Corrêa de: "Notícias da China: António Caeiro e a experiência da transformação". *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 113 (2016): 29-42

1 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no *IV Congresso Internacional da ALLP* (Macau, dezembro de 2014).

Qual é o povo mais sábio do mundo? – Os chineses, porque inventaram a imprensa e não inventaram o jornal. Inventaram a pólvora e com ela fizeram fogos-de-artifício. Inventaram a bússola e não descobriram a América.
História Pequinesa

I. Introdução

Um primo meu, Macaense, tem uma pereira no pátio de casa. Todos os anos, assim que um minúsculo fruto começa a germinar, ele, com paciência artesanal, envolve o rebento num frasco e deixa-o amadurecer. Quando a pera já se estira contra a membrana de vidro, colhe o recipiente e acrescenta aguardente, açúcar, limão, especiarias. Não sei se esta técnica de receção da vida pertence a um universalismo chinês ou se é apenas uma alegria hortícola do meu primo, mas na etiologia de mudança de que quero falar esta história encerra uma metáfora com dois níveis – tanto pode ilustrar os dois princípios basilares da economia de mercado de influência chinesa como o pragmatismo pedagógico de António Caeiro na revelação das coisas da China, que, à semelhança do antecessor do séc. XVI Frei Gaspar da Cruz, autor do *Tratado das cousas da China e de Ormuz* (1570), quer contagiar-nos com a imagem da China e dos Chineses. Partamos da primeira ilustração para chegar à segunda.

António Caeiro, repórter português da Agência Lusa, chegou a Pequim em 1991, no momento em que o país começava a converter-se à “economia de mercado socialista”, e assistiu de perto àquele que é talvez o mais expressivo processo de transformação económica, social, cultural da história contemporânea. A primeira experiência durou até 2002 e dela resultou, dois anos depois, *Pela China Dentro, Uma Viagem de Doze Anos*, um denso retrato, em registo de crónica, das paisagens humanas e do quotidiano de um povo que, ao mesmo tempo que era exposto a uma velocidade inédita de desenvolvimento, não deixava de manter vivos muitos dos ecos milenares da tradição cultural. Alguns anos depois, no verão de 2008, António Caeiro regressou a Pequim, de novo como correspondente internacional, e em Pequim continua como um espetador privilegiado (e ainda perplexo), não só das imparáveis transformações internas, mas também do protagonismo que a China tem consolidado na dinâmica da globalização. No seu segundo livro, *Novas Coisas da China* (2013), o autor, distanciando-se, de certa forma, do registo de diário de viagem do livro anterior, procura compreender o axioma da mudança da China contemporânea.

Neste artigo, propomos, por isso, desenvolver uma leitura comparativa das suas coleções de crónicas, no intuito, por um lado, de mostrar como estes textos representam e como respondem às transformações radicais que têm agitado a sociedade chinesa nas últimas décadas, e, num segundo momento, mostrar como se integram numa discussão sobre o confronto entre duas realidades culturais e linguísticas, Portugal e a China, que a globalização tem aproximado cada vez mais.

II. A China e a Globalização

Na China moderna, a fé no setor privado tem sido normativamente regulada pela fé no setor público. Não é só na China. Como o campo semântico de *fé* obriga a pensar nos conceitos de *confiança*, *risco* e *aposta* (cujos realismos, tanto quanto a fé, são quase sempre nebulosos), na aceção económica do alfabeto capitalista mundial, esta simbiose não é tão antagónica quanto deseja a teoria liberal. Não surpreende por isso que países emergentes, especialmente sensíveis a tudo o que é provisório e sem outra saída que um salto essencial de modernização, optem por incubar as suas empresas e a função exportadora numa bolha amniótica. É o que nos explica minuciosamente Raghuram Rajan em *Linhas de Fratura* (2011), um dos livros mais lúcidos sobre as tensões, os jogos de equilíbrio e as ameaças da economia mundial deste começo de século. Destina-se esse ecossistema protetor a criar novos empregos, a aliciar investimento externo, a estimular a exportação e o consumo interno. Desde o pós-guerra, Alemanha, Japão, Hong Kong, Taiwan, Singapura, Coreia do Sul – e nos anos mais recentes, Coreia do Sul – e nos anos mais recentes, também a Índia, o Brasil e os países do antigo Bloco de Leste –, todos estes territórios nutriram ou querem assim nutrir as superestruturas de reconstrução².

Acontece o mesmo na China – mas, como é hábito por lá, tudo acontece de forma diferente quando comparamos com as realidades de países ocidentais. A transição é o estado estacionário do pensamento de uma nação que se vê como centro do mundo e as autoridades estão cientes de que só a expansão serve os reptos de fronteira do futuro. O pragmatismo militante tem feito soar este toque de aurora num turbilhão industrial e financeiro sem par no ocidente e as missivas chinesas saúdam todas as nações com o jargão da cooperação económica. Em vez de reiterar as abstrações de uma utopia revolucionária, a China acelerou numa modernização económica quase irreal, constituindo em velocidade de ponta os segmentos de capital físico, humano e organizacional com que Raghuram Rajan (2011: 89-123) caracteriza as economias desenvolvidas, conhecidas por estarem em adaptação permanente.³ Transcrevo, na passagem seguinte, o sumário que Justin Yifu Lin (2011: 3), professor da Peking University, nos fornece desse quadro:

Behind this growth, there has been a dramatic structural transformation— in particular, rapid urbanization and industrialization. At the start of economic reforms in the 1980s, China was primarily an agrarian economy. Even in 1990, 73.6 percent of its population still lived in rural areas, and primary products composed 27.1 percent of GDP. These shares declined to 27.1 percent for the rural population and 11.3 percent for primary products composition of GDP in 2009. A similar change occurred in the composition of China's exports. In 1984, primary products and chemicals

² Para um quadro detalhado acerca desta discussão e das suas relações com o contexto da economia global, consultar *Linhas de Fratura*, de Rajan (2011).

³ Para um estudo aprofundado sobre a transformação económica chinesa, consultar Yasheng Huang (2008).

composed an important share of merchandise exports (about 55 percent). Now, almost all of China's exports are manufactures.

Centrar-se nas exportações, acumular recursos naturais e ascender na cadeia de produção de valor são elementos de uma prescrição pragmática de desenvolvimento que tem a função de retirar milhões de indivíduos da fome e de condições de existência miseráveis. Na conjuntura mundial, o cintilante caso chinês (que engloba a China Continental, Hong Kong e Macau) tem tirado partido, em todas as facetas, de uma morfologia *sui generis*, que não há como sumariar. A teleologia que define o inconsciente coletivo chinês atua sobre circunstâncias históricas, filosóficas e literárias extraordinariamente complexas e essa é talvez uma das razões pelas quais a China tem sido alvo de mistificações profundas em muitos países europeus e a sua ascensão tem sido ingenuamente desvalorizada.

Essa ascensão é projeção de aspirações identitárias antigas e incomparavelmente resilientes. Nunca é demais lembrar que a China representa mais de um quinto da população mundial e as razões da sua individualidade desdobram-se em várias alíneas. Logo à cabeça, a sua morfologia unívoca é sinal da coesão e durabilidade da Civilização Chinesa, que preserva linhas ancestrais de continuidade numa moldura civilizacional com cinco mil anos. Mesmo tendo em conta que as influências do taoísmo ou do budismo são irrefutáveis na tradição chinesa, é preciso manter nítida a imagem de que os estratos filosóficos, políticos, éticos e sociais predominantes são sobretudo velados pela sombra com vinte e cinco séculos de Confúcio (*vid* Zhang Lihua 2013). Estes antecedentes são da ordem do afetivo, do intelectual e dos códigos normativos, e são também metafísicos. O vínculo utópico entre memória, educação e moral que Confúcio e os seus seguidores conjugaram ainda está nos pilares de um humanismo gerado como maneira de interpelar os fantasmas apocalípticos, um humanismo fixado num código ético e meritocrático, com deveres e obrigações que começavam no núcleo familiar e se ampliavam até à administração do Estado, símbolo do ideal de virtude. Veja-se como Zhang Lihua (2013: s/p) apresenta essa vocação comunitária do quotidiano da sociedade chinesa:

Benevolence, the core value of Confucianism, extends from the importance of familial ties and blood connections and is held in high esteem by the Chinese. “A peaceful family will prosper (jiahe wanshi xing, 家和万事兴)” is a famous and widely embraced saying. This benevolence, although based in familial ties, extends to friendships and social relationships, producing a full set of values that include justice, courtesy, wisdom, honesty, loyalty, self-discipline, and commitment.

A conceção da consciência comunitária e individual que aí se gerou, o *pathos* da busca e conservação da harmonia, a retificação do indivíduo através do estudo contínuo ou o mandato autocrático dos governantes, tais princípios têm contribuído para manter a ordem nacional desde as dinastias imperiais e para modular as relações diplomáticas com outros países.

Conservar a unidade do povo e zelar pelo governo do estado têm sido imperativos perentórios sob o céu chinês desde a época clássica. Não se estranha, então, que a China seja absolutamente intransigente quando se trata da salvaguarda da cultura e identidade chinesas. Por isso, qualquer modelo de modernização tem apoios realistas num desejo étnico de reunificação. Depois da recuperação de Hong Kong e Macau, presentemente os desejos estão projetados em Taiwan (cf. Nylander, 2014). Sublinhe-se, porque tal facto é digno de ser sublinhado, que os termos ortodoxos desta sacralização identitária não têm paralelo na multirracial e reticulada paisagem Ocidental, cujos nacionalismos são mais intensivos do que propriamente duradouros.

Adicionalmente, tal argumento nacionalista dá crédito à convicção com que o Estado assume o dever de tutelar, em mandato celeste, a sincronia constitucional e jurídica do modelo “Um país, dois sistemas”⁴, que começou a ser formulado por Deng Xiaoping em 1984. Esta solução, sobre a qual o ocidente tanto especula e que em termos muito simples permite às regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau manter transitoriamente os seus regimes capitalistas, não é um recurso estilístico – foi entrelaçado não para a eventualidade da reunificação, caso viesse a ocorrer, mas para *velar e garantir a sua afirmação*. As autoridades chinesas esperam, inclusivamente, que esta moldura constitucional permita lidar com os casos delicados do Tibete e Xinjiang, bem como a desejada reunificação com Taiwan. Deparamos aqui desde já com um axioma nuclear do pensamento chinês, tangível desde o confucionismo ao maoísmo: aquilo em que de facto é preciso ter fé é no sistema de garantias face à história natural da destruição económica.

Esse axioma serve perfeitamente de símbolo, já se vê, das raízes aéreas que a via chinesa de desenvolvimento difunde nos rizomas da globalização, numa tessitura tão ampla que o centro geográfico da economia global efetivamente já se deslocalizou e a China está no epicentro dessa deslocação (Lin, 2011: 228):

It's role as a leading dragon can be beneficial for growth prospects for the overall economy. The world is desperately in need of engines of growth right now, and fortunately – with continued strong and pragmatic economic policymaking – China can provide that impetus for economic growth.

Há que acrescentar, porém, que o enlace tecnológico entre a iniciativa privada e a autoridade estatal se aprofunda, em medida comparável, nos extratos milenares da cosmovisão chinesa. Às raízes aéreas sobre o mundo global contrapõem-se as raízes subterrâneas do senso confucionista. Não é possível recusar que as normas ancestrais ainda se expressam, e até se reabilitam, no velho costume de ritualizar o quotidiano ou numa velha visão de mundo profundamente sensível à reverência ao passado, à piedade filial, à circularidade dos provérbios. No comportamento coletivo do povo chinês persistem, em camadas audíveis, as estruturas de valores morais, familiares e

⁴ Para mais informações acerca das especificidades deste modelo político e da sua implementação nas regiões de Hong Kong e Macau, consultar Leng (2009).

sociais que têm definido, desde os tempos dinásticos, uma organização social e política subsidiária dos símbolos cósmicos do milenar *Livro das Mutações* (Wilhelm 2006).

Desse preâmbulo submerso nos tempos descende também o foco humanista que (fazendo jus à imagem de Platão) transforma o governo no tecelão da harmonia nacional, resgatando-o do caos e defendendo a estabilidade. Embora tenha proscrito o culto confucionista, ao apelar à metáfora do país como a unidade básica onde o socialismo tinha de ser estruturado pelo método dialético, a Era Maoísta abeirou-se dessas profundas raízes da lealdade consanguínea e nacional, assim como da filosofia clássica da mutação, e dela se alimentou o caráter dos soldados de libertação popular. “Servir o povo”⁵ era o exercício supremo de um revolucionário e isso significava aceitar voluntariamente a direção de um governo que sobriamente funcione e que funcione com retidão e como uma família.

Nessa vantagem, que é simultaneamente um álibi e uma obsessão, filia-se decerto a orientação cautelosa e estabilizadora que caracteriza a ação de um «partido único» sobre o signo de integração globalizada e economia de mercado que a China contemporânea pôs em marcha. A tradição encerra esses sinais. A sabedoria chinesa é transmitida em provérbios e subordina-se à aptidão do ouvinte para constituir a pergunta e interpretar as soluções. Esta prática inspira o controlo pessoal e limita a fantasia e a autoilusão. Para a sabedoria contemporânea ocidental, que é freudiana, o sujeito é o autêntico dono da palavra, mas não é um narrador confiável e por isso necessita da atenção flutuante do psicoterapeuta e das suas interpretações para ir tateando pelo fio interminável do inconsciente. Ora, contrapor a “vergonha” das sociedades confucianas⁶ à “culpa” das sociedades ocidentais tem efeitos absolutamente díspares na constituição do sentimento de pertença a uma comunidade.

III. Sobre a forma específica do capitalismo chinês

Depois de Freud, não há dúvida de que a civilização ocidental é determinada pelo esquecimento e é consequência de uma névoa de mal-estar e da psicologia da culpa e da tragédia (cf. Freud, 2008). Quando a autoanálise psicanalítica expõe os laços familiares enquanto cenas dramáticas de suspeição, revolta e homicídio, aplica esse artifício para desmascarar a hipocrisia do amor cristão pelo próximo e os dispositivos de poder associados à doutrina religiosa. Mas as sociedades confucionistas continuaram a enlaçar a consciência individual e a autorrealização à piedade filial, ao altruísmo e ao dever moral que estão consagrados nos conceitos de *Ren* e *Yi*.

Meios tão díspares geram diferenças abissais. Até podemos refutar a moral que determina a reverência ante uma sociedade hierarquizada, tolerando situações sociopolíticas tidas como *não democráticas*, mas não há como abjurar o facto de que desses valores emergem a estabilidade, coesão e continuidade que o Ocidente não conhece, bem como um senso de mutualismo sem par nos sistemas de solidariedade

⁵ Para compreender a importância desta proposição na sociedade maoísta, será proveitoso consultar o romance *Servir o Povo*, de Yan Lianke (2007).

⁶ Para uma visão global acerca deste tema, consultar o artigo “The organisation of Chinese shame concepts”, em que Li, Wang & Fischer (2004) desenvolvem um estudo sobre o conceito chinês de “vergonha”.

européus. Tudo faz crer que o projeto de autoconsciência chinês seja mais avançado que os homólogos ocidentais e incorpore não só a língua comum, mas a imagética do corpo, o sistema de relações sociais, os hábitos culinários e as crenças políticas. No seu livro *Quando a China Mandar no Mundo*, em que procura caracterizar a modernidade chinesa, contrapondo-a aos matizes da modernidade ocidental, o eminente sinólogo Martin Jacques (2012) argumenta que, em regra, os chineses são muito mais seguros de si e da supremacia da sua civilização do que a generalidade dos povos ocidentais, cujas manifestações culturais estão desde a década de cinquenta do século passado sob a influência da desarticulação pós-moderna..

É assim que se tem constituído o espaço emancipatório da civilização chinesa na Era da Globalização. Uma das distinções apontadas por este ensaísta entre as sociedades ocidentais e a sociedade chinesa tem precisamente a ver com a relação que o chinês estabelece entre passado, presente e futuro, e com a persistência, nas rotinas diárias, do sistema de valores, crenças e doutrinas éticas e morais da tradição (cf. Jacques, 2012: 159). Nestas condições epistemológicas, não espanta a magnitude do seu otimismo, do individualismo das suas práticas e da sua energia reformadora.

Foi precisamente a urgência pragmática de mudança que esteve na origem desta transformação da economia chinesa. Após a morte de Mao, em 1976, os líderes do Partido analisaram à transparência o contexto da vida humana na China e a fragilidade das condições de vida despoletou a reação do governo. Como aponta Ezra Vogel (2011b: s/p):

When Deng Xiaoping became pre-eminent leader of China in December 1978, China was still in the chaos from the Cultural Revolution. Per capita annual income was less than US\$100. By the time he stepped down in 1992, several hundred million Chinese citizens had been lifted out of poverty, and China was rapidly becoming stronger, richer and more modern.

Debatendo-se com a ineficácia da base marxista-leninista para assegurar a evolução das forças produtivas e a autossuficiência que são apanágio da comunhão socialista (cf. Brant & Rawski, 2008; Vogel, 2011a), a cúpula governativa, encabeçada por Deng Xiaoping, quis formular com precisão as perguntas fraturantes acerca do retraimento económico em que os chineses viviam, bem como pôr em ação o dispositivo para superação desse atraso⁷. O abraço à economia de mercado que as suas reformas potenciaram não é, por isso, a rendição da China ao Ocidente dos imperialismos liberais – mas é muito mais uma consequência do esforço de autocritica, da definição das perguntas corretas, da correção de ideias erradas e da autopreservação de uma ação política responsável. O modo como Deng consolidou relações diplomáticas com as nações de maior desenvolvimento económico é também prova da compreensão de como o caminho para a modernização teria de

⁷ Para compreender a dimensão da imensa transformação económica da China dos últimos trinta anos e a importância de Deng Xiaoping nesse processo, consultar Vogel (2011a) e o livro de ensaios *China's Great Economic Transformation*, organizado por Loren Brant e Thomas G. Rawski (2008).

ser programado. Um dos pontos fundamentais para o sucesso desta estratégia tem a ver com a forma como tais palavras de ordem consolidaram a ousadia económica sinocêntrica não só em função do respeito pelos princípios socialistas (como via para criar igualdade de meios e oportunidades), mas também pelo respeito à tradição confucionista, que entretanto ressurgiu (*vid* Miller 2010).

Ganha relevância, neste sentido, a assimilação entre o método pragmático de Deng e a natureza oracular do *Livro das Mutações*, que unindo, literalmente, John Dewey e Confúcio (*vid* Grange, 2012), define a natureza dinâmica da experiência chinesa. Questione-se, por exemplo, o limiar estratégico que se enunciou com a invenção das Zonas Económicas Especiais. O que são esses laboratórios para o capitalismo senão essa aproximação oracular às perguntas definitivas e ao ensaio das respostas?

Os efeitos vêem-se ao longe: são violentos, obstinados, ruidosos. Em termos justíssimos, recorre-se quase sempre à metáfora do dragão (que na mitologia chinesa é símbolo da ânsia renovadora do fogo e da força do império) para dar a novidade da sensacional ascensão da China sobre o Ocidente. É também um lugar-comum que certos setores da opinião pública, menos conhecedores do contexto particular da China, imputem esse êxito e as suas consequências (sobretudo o eclipse das economias europeia e norte-americana que está a gerar) à facilidade com que os chineses se desoneram de responsabilidades em relação ao desrespeito dos direitos humanos e à desvalorização cambial. No entanto, se tivermos em conta a força de coesão da Civilização Chinesa, os efeitos de escala desta ascensão são inconfessáveis. Sem prolongar as mistificações, preparo já dois factos para a discussão. Primeiro: em muitos aspetos, a competitividade chinesa é uma estratégia madura, sincrética, e que, pese as incertezas acerca das linhas de fratura que ameaçam os equilíbrios mundiais (cf. Rajan, 2011), se tem revelado tão eficaz quanto tentadora na acumulação de capitais (cf. Lin, 2011 e 2013). Segundo: o ímpeto das massas inesgotáveis da China pôs a nu as debilidades dos sistemas económicos, políticos e culturais dos países ocidentais. O universalismo Ocidental já não é de maneira alguma normativo. A via de arranque económico que a Pequim de Deng Xiaoping e Confúcio arquitetou tem servido de inspiração para outros países. Como Martin Jacques (2012) conclui a partir das várias teses e dos vários quadros que percorre no livro a que aludimos, hoje já dispomos de provas suficientes para concebermos um globo em que a influência chinesa se torne progressivamente dominante, deslocalizando para a tensão do hibridismo a hegemonia Ocidental que tem sido moeda corrente desde o final do século XIX.

É esse arranque imparável do mundo chinês e as forças de gravidade que o sustêm que substancializam os livros de crónicas de António Caeiro, e é esse o cenário em que o jornalista se viu como espetador e autor. Correspondente permanente da agência Lusa em Pequim praticamente desde o início dos anos noventa, Caeiro experienciou o epicentro desse sortilégio. *Pela China Dentro* (2004) e *Novas Coisas da China* (2013) são provas documentais e retratos da China moderna. Podemos neles vislumbrar o manancial de cenários que apresentei, à medida que inserem vozes humanas entre eles, tanto ocidentais como orientais. Socorro-me agora das suas crónicas para ensaiar

um avizinhamento a esse brilho estrangeiro e tentarei, sob esse foco, delinear os modos de uma apropriação contemporânea de Portugal pelo Oriente.

IV. Novas coisas de uma China já vista por dentro

Consideremos, então, as crónicas reunidas nestes dois livros de António Caeiro. Uma das hipóteses de leitura é ver estes textos como uma espécie de exercício contemplativo sobre as relações (passadas, presentes e futuras) entre o Ocidente e o Oriente. O segundo volume, *Novas Coisas da China*, transporta-nos mais para essa antevisão, mas o primeiro, *Pela China Dentro*, a confiar no subtítulo, *Uma Viagem de Doze Anos*, enquadra-se mais no género da literatura de viagem e da autobiografia. É o género onde pontifica o encontro com o Outro, a comparação, a descoberta pessoal.

Antecipando o choque cultural, antes de entrar em Pequim, António Caeiro fez uma espécie de desinfeção, expressa numa fórmula curiosa: “Não queria entrar na China como um missionário” (Caeiro, 2004: 21). Isto é: é como se o repórter não quisesse ser visto como um subversivo, uma entidade estrangeira que viesse testar a suscetibilidade dos chineses para a conversão ao mundo ocidental e aos seus confortos. Isto é: António Caeiro não queria ser conhecido por tentar transplantar para novos territórios a cultura de onde partiu e que lhe serve de baldaquino, quer dizer, de uma representação portátil de céu, de um horizonte autossustentado de realismo e transcendência. Queria abrir-se à experiência, deixar-se ele próprio – imagino – converter.

Mas claro que o género biográfico está limitado pelos factos que emoldura, de uma maneira ou de outra. Nos primeiros tempos em Pequim, António Caeiro traçou o diário de viagem querendo encarnar a versão popular do «China Watcher», o operacional que monitorizava as tensões sociais e políticas na China Vermelha. Outros «China Watchers» recomendavam-lhe que procurasse perspetivá-la do exterior das suas fronteiras, concebendo um eixo de visão simétrico do olhar tributário que o chinês impunha sobre os países que circundavam o Império do Meio.

Encadeando pesquisas, observações e reflexões pessoais com as responsabilidades noticiosas, Caeiro incorporou grande número de fontes e perspetivas, aprofundou conteúdos e factos indefinidos, nivelou e contrapôs correntes de opinião de quadrantes distanciados. O estilo é jornalístico, tão acessível como referencial e empático e a ordenação é cronológica e bastante livre. A sua preocupação era a de interpretar o universo chinês e aprofundar o sentido de comunidade com o leitor português. Obedecendo a esse pragmatismo dialogante e até interpelativo, às vezes anedótico, as suas narrativas demonstram que o autor se viu na eminência de ter que ajustar as peças de um quebra-cabeças geopolítico e biocultural, cuja aparência futura era impossível de pré-determinar.

Para uma subjetividade ocidental, esse momento particular de débil resistência perante o bem-estar material do Ocidente conjugava, portanto, um método e um vocabulário preferencial de observação. Também não há como esquecer que o ecossistema dessa época era propício a sínteses sociais e culturais que experimentassem as novas bases aglutinadoras. “Toda a China” – diz-se numa passagem sobre as

sombras da Revolução Cultural – “parecia então uma Cidade Proibida” (Caeiro, 2004: 95). Depois de longos anos de disciplina ideológica inflexível, estilo de vida ascético, negação de si e incomunicabilidade com o exterior, os chineses expuseram-se à possibilidade dos *open-spaces* do mundo moderno, numa vertigem que poucos meses antes seria perigosamente contrarrevolucionária: egocêntrica, insaciável e liberal. Muitos, em *sino-americanização*, metamorfosearam-se em aves de arribação sobre o “american way of living” e dedicaram-se de corpo e alma ao novo sol vermelho sobre a terra que evocavam sob a bandeira do sonho americano.

A tudo isso os textos de António Caeiro nos permitem assistir. Tempos sobrepostos, espaços diluídos e reconfigurados – tempos talhados por medida para alguém que pretendia escalar por mérito próprio no ranking dos «China Watchers». Quanto não é o espanto, por exemplo, quando somos informados de que nos anos noventa só os antiquários e os hotéis ainda tinham para venda o *Livro Vermelho* de Mao, que poucos anos antes todos os chineses eram praticamente obrigados a possuir?

O radialista e ativista social Su Jinping, citado pelo repórter, resumia a ambivalência nestes termos: “– As pessoas, agora, estão sujeitas a maior pressão psicológica. Há um conflito entre os valores tradicionais e a sociedade moderna, entre a cultura ocidental e a cultura tradicional chinesa” (Caeiro, 2004: 71).

Esse é o processo contínuo que se narra na *Longa Viagem*. A pressão ocidentalizante, o revisionismo historiográfico latente e a ação dirigente concentram os núcleos temáticos invariantes. Mas também nele se conta da génese e da instalação na China daquilo que é um extraordinário exemplar da *sociedade em planificação*. E a fraseologia é solidária com essa função, ao aparelhar a linguagem com um exotismo reverso para desmascarar a China antiquíssima que subsiste sob a novíssima China, ou vice-versa. Designo por exotismo reverso a conjugação de análises por meio das quais António Caeiro conota o momento chinês com a sedução pelo Ocidente. Nesses termos, abundam sentenças que declaram a ousadia, o desejo de enriquecimento, o engajamento mercenário, a mobilidade profissional, a emigração, a apologia ao destino individual. A cadência vem nos signos da transição, da transliteração, da desobrigação, sublinhada pela imagem de uma governação ousadamente aberta mas preventivamente autoritária, que tolera a desinibição gradual, mas não quer de modo algum ser desautorizada.

Se apreendermos esta compulsão temática como variações em torno da figura do *China Watcher*, parece razoável que o horizonte evolutivo destes retratos da China contemporânea se queira esclarecer mediante um percurso diacrónico por entre listagens, ilustrações e análises empíricas, adjacentes umas às outras como etapas de uma viagem. Muitas procedem de contatos diretos, entrevistas, reportagens: ouvimos as perspetivas da geração que entrava na idade adulta, fala-se do dono do primeiro Ferrari da China, da música Rock nativa, das sex-shops em Pequim, do caso do bailarino transexual, do acontecimento que representou a morte de Deng Xiaoping. Mas o cerne está sobretudo no inventário dos meios e dos recursos que sustentam as construções simbólicas e mitológicas da nova revolução: António Caeiro ocupa-se em descrever

a explosão económica e social nas cidades das províncias do sul onde as políticas de abertura foram testadas (como Xangai, Shenzhen ou Cantão), a descrever os titânicos projetos de infraestruturas e a orientação pericial do Partido, os protestos estudantis, a reintegração de Hong Kong e Macau, a entrada na Organização Mundial do Comércio, a natureza das relações com países vizinhos, como a Índia, a Mongólia ou a Coreia do Norte. Todos estes momentos de transformação da China são contemplados pela atenção do repórter.

A leitura é inteiramente proveitosa. Se Caeiro não tem pretensões de exaustividade, mas tão-só de transpor para a reportagem a multiplicidade de vozes com que contata, consegue, nesta *longa viagem de 12 anos*, dar a justa imagem de uma China em aceleração progressiva sobre o mundo global. A *longa viagem* termina a 8 de julho de 2002, quando o autor retorna a Lisboa. A *sino-sedução* estava consumada. E havia inclusivamente uma moldura metafórica para a dimensão da mudança que a exposição à China causara: Vasco, o filho mais novo, nascera em Pequim, em 1991, e lá crescera.

Novas Coisas da China, o segundo livro de António Caeiro já não possui tantos elementos autobiográficos, até porque não se reporta a um período de tempo cronologicamente determinado, como sucede com o livro anterior. Inserem-se alguns episódios, referências, alusões à sua própria vida, evidentemente, mas trata-se, na prática, de uma extensa reportagem sobre o corolário da mudança na China Moderna, compondo uma visão de conjunto do atual quadro frenético da modernização chinesa. Agora, António Caeiro debruça-se, portanto, não sobre um tempo que *foi*, mas sobre um tempo que há-de vir e é nessa relação temporal que julgo conceber-se o aspeto mais importante destes textos e da relação íntima entre os dois livros. A sucessão cronológica e retrospectiva do volume anterior foi substituída por secções temáticas, que se prestam com outra energia à imanência do puro presente. Baseando-se sobretudo em entrevistas e depoimentos, desta vez, António Caeiro usou um método mais científico para traduzir a sua perceção da mudança num quadro tão completo quanto possível. E a diferença nota-se: os dados documentais estão mais sistematizados, a polifonia é mais vasta e os matizes das paisagens físicas e humanas estão mais nítidos.

A leitura continua tão proveitosa como antes. Para retomar a metáfora com que livremente comeci este artigo, acrescento que a ação didática deste par de livros é capaz de reproduzir essa técnica da receção da vida ilustrada pela história da conserva de pera. Onde a literatura de viagem do primeiro livro quis desmascarar a especificidade chinesa, a reportagem de *Novas Coisas da China* quer sincronizar-se com o presente, mostrá-lo à transparência tal como ele é. Onde os textos anteriores desvendam o *visível*, os textos posteriores questionam o *previsível*. Onde antes se é recebido pelo povo chinês (veja-se a afetuosidade da cena final no aeroporto, em 2002, em que o pessoal doméstico se despede da família do jornalista), somos transportados, no segundo livro, para a imagem da receção dos chineses no Ocidente. De maneira que nas *Novas Coisas da China*, já

não havendo lugar para exotismos de espécie alguma (no sentido do contato com uma cultura ainda desconhecida), se constitui um novo exotismo para o leitor não familiarizado com as transformações deste universo da China.

Quase tudo continua a ser observação e análise. E a paisagem que o repórter desenha, apesar dos tons ainda difusos, gira sempre em torno da ascensão económica chinesa e dos seus efeitos, dos quais o sinocentrismo do século XXI é o mais pronunciado. O que o bom senso nos diz é que a China está a apropriar-se do Ocidente, tirando partido, numa mão, da visão de curto prazo e do fetichismo europeu pela privatização e isolando-se, ao mesmo tempo, da exposição descontrolada a títulos de risco. A expansão, a influência, o domínio, o sistema de garantias são, deste modo, elementos de um processo de *procura* que derivam, não de um arquétipo mítico, mas do sentimento de insegurança em relação à disponibilidade futura de recursos energéticos e alimentares. No fundo, são mantidas as preocupações de Confúcio. E de resto já o afirma o subtítulo de *Novas Coisas da China*: «Mudo, logo existo» – ou, como prefiro: *mudo, para existir*.

V. Mudar para existir

Uma coisa é certa: há que preparar a receção das próximas gerações. Que só a China parece pensar nisso, ou, pelo menos, que os líderes chineses o pensam como os líderes dos outros países não o pensam, é o conflito a que António Caeiro vai dar forma dialética. Sem dourar a pílula, Caeiro, como tantos outros especialistas em assuntos chineses, tem uma tese simples e objetiva – a de que as consequências desse imperativo da cosmovisão e da identidade chinesas serão visceralmente sentidas à escala global. Mas entendamo-nos: não significa isso (e nunca Caeiro o insinua) que a China vá efetivamente *mandar no mundo*. Algumas das peripécias dessa ascensão talvez não passem, vistas com cabeça fria, de uma fantasia romanesca que a crise do mundo ocidental vai alimentando. No entanto, exatamente por isso mesmo, a tecnologia da supremacia chinesa que António Caeiro primorosamente ilustra nos seus livros terá de desempenhar um papel relevante nas projeções portuguesas sobre um futuro ameaçado pela crise persistente. É certo que a austeridade tem razões morais, mas não esqueçamos que qualquer ascetismo vai esmorecer com a falta de nutrientes. Há que sermos pragmáticos: bem vistas as coisas, as peras, em Portugal ou na China, são sempre mais do que metáforas.

Referências bibliográficas

- BRANT, Loren; Rawski, Thomas G. (eds.). *China's Great Economic Transformation*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.
- CAEIRO, António. *Pela China Dentro*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- _____. *Novas Coisas da China*. Lisboa: Dom Quixote, 2013.
- FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização*. Traduzido por Isabel Castro Silva. Lisboa, Relógio D'Água, 2008.

- GRANGE, Joseph. *John Dewey, Confucius, and Global Philosophy*. Albany: Suny Press, 2012.
- HUANG, Yasheng. *Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.
- JACQUES, Martin. *Quando a China Mandar no Mundo*. Traduzido por Pedro Vidal. Lisboa: Temas e Debates, 2012.
- LAO, Y. "On Harmony: the Confucian View". *Harmony and Strife: Contemporary Perspectives, East and West*. S-H Liu, & R.E. Allison (Eds.). Hong Kong: The Chinese University Press, 1988.
- LENG, Tiexun. "On the Fundamental Characteristics of the 'One Country, Two Systems' Policy. *Academic Journal of "One Country, Two Systems"*. Vol 1. Issue 1 (2009): pp. 49-59. Consultado a 10/03/2015. Disponível em: <http://www.ipm.edu.mo/cntfiles/upload/docs/research/common/1country_2systems/issue1/p49.pdf>.
- LI, Jin; WANG, Lianqin; FISCHER, Kurt W. "The organisation of Chinese shame concepts". *Cognition and Emotion*. Vol. 18. Issue 6 (2004): pp. 767-797.
- LIANKE, Yan. *Servir o povo*. Lisboa: Teorema, 2007.
- LIHUA, Zhang. "China's Traditional Cultural Values". *Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy*. Publicado a 21/11/2013. Consultado a 12/03/2016. Disponível em: <<http://carnegietsinghua.org/publications/?fa=53613>>.
- LIN, Justin Y. "China and the global economy. Remarks at the 20th Anniversary of the University of Science and Technology Hong Kong". Publicado a 23/03/2011. Consultado a 10/03/2016. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/UST-Justin-Lin-Hongkong.pdf>>.
- _____. "Demystifying the Chinese Economy". *Australian Economic Review*. Vol. 46. Issue 3 (2013): pp. 259-268. Consultado a 10/03/2016. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2319609> or <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8462.2013.12035.x>>.
- MILLER, Nicholas J. S. "Pragmatic Nationalism and Confucianism: The New Ideology of the CCP". *Inquiries Journal*. Vol. 2. Issue 4 (2010): p. 1/1. Consultado a 10/03/2016. Disponível em: <<http://www.inquiriesjournal.com/articles/229/pragmatic-nationalism-and-confucianism-the-new-ideology-of-the-ccp>>.
- NYLANDER, Johan. "Taiwan president will deal with China but not at expense of sovereignty". Publicado a 04/11/2014. Consultado a 19/11/2014. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2014/11/03/world/asia/taiwan-president-nylander/>>.
- RAJAN, Raghuram G. *Linhas de Fractura*. Traduzido por Carla Pedro. Lisboa: Babel, 2011.
- VOGEL, Ezra. *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. Cambridge: Harvard University Press, 2011a.
- _____. "China under Deng Xiaoping's leadership". *East Asia forum*. Publicado a 27/09/2011b. Consultado a 01/03/2016. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2011/09/27/china-under-deng-xiaopings-leadership/>>.

WILHELM, Richard. *I Ching. O Livro das Mutações*. Traduzido por Alayde Mutzenbecher e Gustavo Alberto Corrêa Pinto. São Paulo: Pensamento, 2006.

Nota curricular:

André Corrêa de Sá. Professor de Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (São Paulo, Brasil).

Contacto: andredcsa@hotmail.com

A Ficção machadiana como antecipadora da abordagem lacaniana sobre os processos de segregação¹

Ernesto Söhnle

Programa PNPd - CAPES (Brasil)

Eunice Piazza Gai

Universidade de Santa Cruz do Sul (Brasil)

Resumo

Na primeira parte deste artigo procuramos seguir o fio da meada crítica, exposto no conto “O alienista”, com respeito à exclusão da loucura, enquanto arma irônica que resistiu à mentalidade segregacionista do positivismo evolucionista da época. Machado parte da loucura da razão, representada pelo mestre alienista – porta-voz de uma forma de delírio que Lacan caracterizou como bovarismo científico – para nos mostrar que o discurso racional não passa de um duplo, que encontra suas origens no vazio loucura. Mesmo porque, a segregação deste lado enigmático do homem, nos leva a supor que, ao perdermos a dialética entre sensibilidade (da alma interior) e a razão (da alma exterior), perdemos de vista o sujeito, em sua existência singular. Já na segunda parte, procuramos destacar, para além da mensagem melancólica de não haver remédio capaz de curar a miséria dos homens, a forma irônica com a qual o mestre cético desconstrói os limites morbidos da melancolia. Tal movimento pode ser relacionado à forma shandiana, que contracenava riso e melancolia. Em todo o caso, os artifícios de Machado contra a razão cínica e os dogmatismos, adotados pela promessa iluminista de um governo da razão, sempre foram o riso irônico e o saber fazer com a palavra, nos termos de um acordo entre o seu sentimento íntimo e a exposição “da irremediável tolice humana”. Assim, ao bem-dizer o fora de sentido da loucura, por incluir este não-saber na cogitação do espírito humano, seu amor ao pensamento pôde conferir a sua obra em progresso uma dimensão subjetiva e, ao mesmo tempo, universal e imortal.

Palavras-chave: Loucura – Ficção – Cientificismo – Revolução – Segregação.

The fiction of Machado de Assis as an anticipation of Lacan's approach about segregation processes Abstract

In the first part of this article we follow the thread of criticism, exposed on the tail “The alienist”, regarding the exclusion of madness as an ironic weapon, which resisted the segregation’s mentality present in the evolutionary positivism from that time. Machado starts from the madness of reason, represented by the master alienist spokesman of a delirium form characterized as scientific bovarism by Lacan to show us that rational discourse is nothing more than a double, which finds its origins in the empty madness. Even because the segregation of this enigmatic side of man leads us to assume that when we lose the dialectic between sensitivity (the inner soul) and reason (the outer soul), we lose sight of the subject in his singular existence. In the second part, we seek to highlight, beyond the melancholic message that there is no medicine able to cure the misery of men, the ironic way in which the skeptical master deconstructs the morbid boundaries of melancholy. Such a move may be related to the “Shandian” style, which combines laugh and melancholy. In any case, the artifices used by Machado against cynical reason and dogmatism, adopted by the illuminist promise of a government based on reason, was always the ironic laughter and the word know-how, under an agreement between its intimate feeling and the exhibition of “inevitable human foolishness.” Thus, by exalting the sense out of madness –including the lack of knowledge on the cogitation of the human spirit–, his love for thought provided to his Work in progress a subjective dimension, at the same time, universal and immortal.

Keywords: Madness – Fiction – Scientism – Revolution – Segregation.

Receção: 11/11/2015 | Admissão: 08/04/2016 | Publicação: 31/03/2017

SÖHNLE, Ernesto; GAI, Eunice Piazza: “A Ficção machadiana como antecipadora de uma abordagem psicanalítica sobre os processos de segregação”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 113 (2016): 43-58

¹ Este estudo, de base psicanalítica, mas em diálogo com o ceticismo filosófico, foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Narrativas e conhecimento: especificidades teóricas e constituição de sentido”, por Ernesto Söhnle, psicanalista e bolsista do Programa PNPd/CAPES (de setembro de 2014 a setembro de 2016) e Eunice Piazza Gai, coordenadora do projeto e professora do PPGL-UNISC.

1. O “mestre alienista” e sua loucura da razão e/ou o discurso do mestre e seu saber-fazer em torno do vazio

Seja em *Memórias póstumas* (1881), ou mesmo em *Quincas Borba*, mas principalmente n^o “O alienista” (1882), Machado nos antecipa o questionamento de um discurso epistemológico muito caro ao cientificismo do século XIX: a noção de “doença mental”, como mais um argumento que, no âmbito do psiquismo comportamentalizado, pretendeu, não só conferir estatuto de verdade à antinomia loucura/normalidade², como também almejou curar a loucura dos homens, ao preço de sua exclusão psíquica e social.

Em tempo, o discurso científico da época – que não passava de mera imitação conformista, sem filtragem crítica, das teorias europeias – disseminava a confusão entre realidade psíquica e “determinismo” racial, étnico, ou mesmo geográfico, na medida em que pensava a dita sanidade mental unicamente em função de caracteres orgânicos e hereditários.

Por sua vez, o pensamento machadiano sempre realizou a desconstrução, pelo humor irônico, dos efeitos do cientificismo hegemônico da época, questionando seu imperativo da razão. Neste sentido, a leitura lacaniana da *Crítica da razão prática* (cf. Mendonça *et al* 1993), expõe uma racionalidade em que o imperativo da razão deveria ser exercido por uma moralidade imanente, pois, segundo Kant, nasce-se com algo da ordem do juízo moral, ou seja, com algo intrínseco ao homem. Então, o “livre-arbítrio” kantiano encontraria sua fonte no nível de uma espécie de juízo moral de caráter lógico, enquanto algo imanente, que tornaria possível a Comunidade humana. Do ponto de vista psicanalítico, para Kant, o ser humano já portaria um superego moral, que considera a referência à subjetividade como sendo da ordem do patológico. Então, tal superego apriorístico se formula nos seguintes termos: “aja somente se a máxima de tua ação puder ser universalizada!”. Com efeito, esta razão imanente foi abraçada pela mentalidade positivista da época a ponto de se tornar o núcleo semântico do preconceito, que fez girar as engrenagens do racismo mental, em função de uma lógica do 3^o excluído. Assim, na ilusão de curar a loucura dos homens, pela exclusão da paixão e da sensibilidade, o discurso cientificista não somente cronificou a exclusão psíquica dos indivíduos, como promoveu a segregação das massas, sob os mais variados álibis biopolíticos.

Nossa leitura sobre esta “loucura da razão”, enquanto uma doença de mentalidade, irá partir da insólita definição, proposta por Simão Bacamarte (Assis,

2 Ainda que tal antinomia tenha se revelado desprovida de solo positivo, conforme as lições de Canguilhem (2012) e Foucault (1979), a mera verificação de sinais comportamentais observáveis “conferia” valor de verdade à hipótese de uma lesão orgânica específica no tecido neurológico. Mesmo que a suposta lesão não pudesse ser localizada fisicamente, muito menos mapeada por imagem, conforme os critérios de objetividade e neutralidade das ciências exatas. Atualmente, o mais sofisticado mapeamento por imagem pode somente apontar alterações funcionais na atividade cerebral de diferentes casos, em comparação com um dito “padrão médio” de funcionamento. Então, na ausência de uma provada positiva sobre a existência de uma falha organo-genética, a psicose tem muito a nos ensinar, por lançar luz sobre os processos ditos normais, que aludem a uma suposta maioria estatística.

2007: 50), sobre ciência. Assim se expressou o insigne médico: “ciência é ciência”, se aproximando da resposta tautológica do *Elohim* à pergunta de Moisés, sobre como o povo eleito deveria se referir ao Ser-Supremo, YHVH, o Deus impronunciável legado por Abraão. A resposta de Deus foi: “eu sou o que sou” (*ehié asher ehié*). Ao contrário desta volta ao mesmo lugar, Lacan, nos ensinou que um significante não significa a si mesmo, visto que um significante (mesmo dito por ele significante-mestre S1) somente representa o sujeito junto a outro significante (o S2). Contudo, o *non-sense* da definição de Bacamarte, a exemplo do mistério revelado pelo nome do Deus de Abraão, remete ao núcleo enigmático em torno do qual a razão deveria reconhecer os seus limites ou, pelo menos, formular a questão sobre os seus fundamentos.

Porém, esta palavra-mestra (ciência), na boca de Bacamarte, “é tanto a Última Palavra quanto a Primeira, aquela que, originando todas as cadeias de enunciados, também marca, assim que é proferida, que é inútil proferir algo mais” (Milner, 2006: 55). Aqui o cientificismo do alienista se alinha com o fundamentalismo do reformador social (pedagógico, ou moral), que toma o Verbo ao pé da letra, em seu sentido literal, ainda que misterioso, excluindo todo o sentido que não estiver de acordo com esta verdade enigmática, enquanto pretexto para sacrificar o bode expiatório mais próximo.

Em tempo, esta palavra-plena, com valor de certeza literal, ao dispensar o concurso da mediação ficcional, funcionou como uma religião inflexível na produção de sua Verdade imediata, a modelar a realidade, ainda que tenha permanecido sempre enigmática, como o mistério revelado pelo *Elohim*, no episódio da sarça ardente (descrito no *Êxodo*), ou qual o enigma da esfinge, que acabou por devorar o personagem machadiano.

Aliás, nos anos 30 do século passado, Lacan reconheceu em uma forma de loucura, a paranoia, a certeza delirante de haver uma verdade oculta, que o sujeito paranoico supõe desvelar, na ânsia de reformar o mundo. Nestes termos, o fim melancólico de Simão Bacamarte pode ser visto como uma metáfora deste saber impossível, “que no real há” e que retorna somente como falha no saber da ciência. Da mesma forma, a ilusão de um *pharmakon* universal se tornou a antessala da morte para *Brás Cubas* que, em sua viagem pela vida, adoecce e morre na busca do emplastro supremo. Malgrado isto, o positivismo evolucionista fomentou a ilusão, não somente de objetivar toda a verdade sobre a loucura, mas também decifrar, em termos universais, o enigma singular, que concerne unicamente a cada sujeito, em sua elaboração de saber-fazer em torno do vazio originário.

Desse impossível saber sobre o gozo parece nos dar testemunho a abordagem cética do mestre machadiano, porquanto o seu conto questionou ironicamente a marcha iluminista, cuja fé inquebrantável no poder da razão alicerçou-se em quimeras como a ilusão de perfectibilidade humana e o estabelecimento de um governo racional, sem esquecer o domínio da natureza.

Assim, como o significante “ciência” não produz significação em si mesmo, é o próprio Simão Bacamarte que vai construir um “sistema ordenador” para sua

ciência, que Lacan chamou de metáfora delirante, assumindo o lugar de porta-voz desse Outro absoluto, em função do delírio “de se conceber como um outro que não é” (Gaultier, 1902: 13), supondo-se um célebre “homem de ciência, de ciência unicamente...” (Assis, 2007: 46). Tal aspiração, qualificada de bovarismo científico, foi incorporada à reflexão lacaniana sobre o caso Aimée (Lacan 2011), a partir do conceito do filósofo e psicólogo Jules de Gaultier, como a pretensão de ser o gênio da ciência, visto que Bacamarte pretendia ser coberto de “louros imarcescíveis”, como ironizou Machado, ao expor o caráter megalomaniaco do cientificismo de época. Aliás, nossa reflexão sobre o cientificismo do personagem machadiano nos levará, em momento interpretativo posterior, a retomada ampliada da categoria de bovarismo, respectivamente, em suas modalizações passional e científica.

Ao contrário do cientificismo de Bacamarte, a interpretação do padre Lopes sobre a alienação (Assis, 2007: 42), como um efeito do retorno do caos das línguas, na Torre de Babel – ao reconhecer o limite do saber humano – remeteu a loucura à suposição impossível de alcançar Deus, seu saber, seu gozo, ou sua partícula, como diriam alguns físicos midiáticos do século XXI. Ou o discurso da ciência não se propõe como uma língua universal, capaz de dizer, um dia, a “verdade sobre o verdadeiro”, ainda que nunca se atualize na fala coloquial, somente em fórmulas abstratas e sem-sentido?

Machado de Assis ironiza, deste modo, a megalomania cientificista do alienista, que acreditava “mudar a face da terra” com a descoberta de uma “terapêutica universal” (Assis, 2007: 47). Da mesma forma ele ridicularizou o sonho de grandeza de um Brás Cubas, quando travestido do ideal científico, de inventar a “droga perfeita”. Com isso, o autor parodia, também, um tema caro à literatura do gênero felicidade no mal, já que a elucubração do emplastro Brás Cubas fracassou, assim como todo e qualquer paraíso artificial, pois o *panakeiai* supremo chamado *népenthès* foi perdido para sempre do saber-fazer humano, na cisão entre *Gnósis* e *Eros*. Assim, em “Brás Cubas, a principal função do riso era zombar de todos os [‘prozaquianos’] esforços para curar a melancolia” (Rouanet, 2007: 238). Em suma, Machado nos mostra com isso que a tentativa, sempre persistente, do discurso da ciência de negar seus limites, supondo a cura do mal-estar civilizatório é uma das verdadeiras causas da melancolização e da loucura dos homens.

Já para a psicanálise, este persistente furo no saber, este limite, enquanto saber impossível remete ao real. Em outras palavras, o real é a ausência absoluta de sentido, é, portanto, o vazio. Por sua vez, como ensinou Lacan (1997), no *Seminário 7*, a arte organiza seu saber-fazer em torno deste vazio. A religião, quando não fundamentalista, evita ritualmente e/ou respeita este vazio³. O discurso da ciência, principalmente em

3 Nestes termos, se o vazio gera desejo, este é conotado como pecado, introduzindo o cristão num ritual de orações, penitências e absolvições. Visto que ao devoto cabe a resignação, não a compreensão dos desígnios divinos. Já em “A ciência e a verdade”, Lacan (1998b) irá nos dizer que a religião *denega* a verdade como causa do desejo e/ou de gozo, remetendo esta causalidade, que é subjetiva, à vontade de Deus, sendo a angústia daí decorrente apaziguada pela promessa de vida eterna, conforme “O triunfo da religião” (Lacan 2005).

sua vertente cientificista, irá *negar* este vazio, por se atribuir o “inefável dom de curar todas as mágoas” (Assis, 2007: 39), ainda que ao preço da exclusão do sujeito.

Contudo, se a religião, a arte e a ciência, são formas sublimatórias, pertinentes ao discurso do mestre, que se relacionam à elaboração de sentido em torno do vazio, somente a arte não pretende tamponar este vazio com uma verdade estabelecida, pois o representa como estrutura não-toda de ficção. Ou seja, a arte utiliza o imaginário para organizar simbolicamente a obra em torno do furo do real, convocando o sujeito a pensar sobre e dizer de seu mais íntimo, sem a imputação de dogmas morais e/ou racionais. Já a loucura, conforme *Outros escritos* (Lacan 2003b) vai expor este vazio – o *nihil originarium* como disse Heidegger – que subsiste na “essência” do homem, enquanto “virtualidade permanente de uma falha aberta” (Lacan, 2003b: 359).

Diante desta abertura para a “essência” imperscrutável do ser, o pensamento machadiano propôs uma leitura do lugar d’“O alienista” na sociedade do século XIX, a partir do personagem Simão Bacamarte, considerado: “o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas” (Assis, 2007: 38), como um representante caricato e, portanto, desconstrutor, do modo de inserção desse discurso segregacionista na cultura. Machado avança, assim, na paródia do tema da secularização da loucura – sob o pano de fundo do império da razão (indo inclitamente de Pinel ao delírio de um Cesar Lombroso) – visto que antes a loucura era escutada e “falava” ao homem pré-moderno. Isto ocorria através da narrativa épica, dramática ou satírica, ou mesmo como uma manifestação sobrenatural, ainda que ligada à concupiscência agostiniana – esta tendência inexplicável ao gozo com os objetos mundanos ao invés dos eternos – e/ou à perturbação do corpo/alma tomista (que se traduz em termos de paixões da alma). Em outras palavras, desde a antiguidade, havia ali certo descobrimento da dimensão da verdade, ainda que o idealismo cristão quisesse ver nesta outra cena, que se agitava nas entranhas da “endemoniada” medieval, a sexualidade como um conteúdo “ameaçador” em relação a um ego, dito senhor de sua morada. Mas, como dissemos, apesar da moral inquisitorial, o discurso da loucura ainda produzia um efeito reflexivo, que não deixava de fustigar o cristão (pré-moderno), em seu mais íntimo, por devolver-lhe sua própria imagem invertida no espelho.

Não por acaso, Machado ilustrou a disputa sobre a alma humana, entre metafísica religiosa e medicina secularizada, por nos apresentar uma leitura corrosiva a respeito da loucura da razão, exemplificada na insinuação do padre Lopes a D. Evarista, de que a intenção de concentrar todos os loucos na Casa Verde seria um sintoma de demência.

Lacan, por sua vez, remeteu o mal-estar causado por este “fora do discurso” (que é o louco), para além do desejo freudiano, ao gozo, enquanto excesso não catequizável pela razão.

Assim procedendo, Machado nos sugere ironicamente que a lógica racional, ideologicamente adotada pela medicina mental do século XIX, escamoteou o fato de o discurso da razão ser filho da loucura ou, pelo menos, de eles serem duplos que se equivalem, ainda que um deles, o “racional”, seja elevado hierarquicamente em

relação ao discurso da loucura, na medida em que atende às demandas de controle social da ordem estabelecida. Assim, na ilusão de livre arbítrio (baseada no conceito de unidade da pessoa), este suposto sujeito da razão perde de vista o lugar inconsciente da verdade (Mendonça 1974), desvelado nos atos falhos, nos sonhos, nos sintomas, ou pelo discurso literário.

Machado irá expor esta equivalência discursiva na medida em que Bacamarte inverte sua teoria da doença mental, ao se dar conta de que quatro quintos da população de Itaguaí estava internada na Casa Verde. Passaríamos, então, por mero *insight* estatístico, da desrazão = loucura, para razão = loucura.

Contra o furor normativo do cientificismo positivista, um bruxo soube dar voz ao conteúdo recalçado e inaudito da loucura, pela persistente diferenciação estética em relação aos modelos de racionalidade e historicidade europeus, na medida em que questionou o discurso da razão pela loucura do próprio mestre alienista, que acabou “descobrimo” que “uma e outra coisa existiam no estado latente, mas existiam” (Assis, 2007: 79). Então, se a loucura não é uma lesão organo-dinâmica, muito menos uma fraqueza moral, mas a base constitutiva do psiquismo humano, o Lacan de “Alocação sobre as psicoses infantis” pode nos dizer que “o ser do homem não apenas não pode ser compreendido sem a loucura, como não seria o ser do homem se não carregasse em si a loucura como limite de sua liberdade” (Lacan, 2003a: 359).

Nestes termos, a psicanálise, assim como a literatura, tem o mérito de conceder novamente a “palavra” à loucura, sublinhando não só a falha no saber da ciência (em sua pretensão de melhorar e/ou curar o homem), mas expondo a ilusão pré-romântica de retorno à *primeira natureza*, seja em Rousseau (pela virtude natural de um Émile), seja em Sade, que apostou no resgate pedagógico da perversidade animal de sua Eugénie. Mais ainda, em sua análise do caso Aimée, Lacan ilustrou, ao reconsiderar o saber literário, a precariedade inscrita na transição da natureza para a cultura – vale dizer, para a *segunda natureza*, que é o espírito hegeliano (habituaado à linguagem, ao pensamento) – de onde sempre pode ressurgir o excesso inefável da loucura, que desnuda a base da própria subjetividade humana. Assim, em 1932, Lacan publica sua tese de doutorado (Lacan 2011), consagrada a um caso de paranoia feminina, em que um anseio ilusório por um ideal pôde ser articulado, sob a letra de Jules de Gaultier, a uma variada gama de manifestações psicológicas ditas de bovarismo, que reúnem no mesmo quadro “Madame Bovary e Homais, [...] Santo Antão de Flaubert, nossos delirantes e Prometeu! Com efeito, [...] a evocação desse mito [...], solicita-nos a aí reconhecer o símbolo da mentalidade paranoica em suas formas elevadas” (Lacan, 2011: 65).

Ou o próprio bovarismo literário não usou a histeria de uma Emma, ou até de uma Thérèse Raquin, apenas como álibi, para que a culpabilidade moral evidenciasse a desestruturação mórbida de um atavismo instintivo, seja no assassinio passional e/ou no morrer de amor suicida? Da mesma forma, a abordagem lacaniana do conceito de bovarismo, caracterizado por uma aspiração amorosa, que se traduz numa tensa relação com a realidade, não nos remeteu a fragilidade psíquica na evidência paranoica de auto e hetero-exclusão?

Nestes termos, a loucura seria a fixação, não sublimada, desta libido instintiva, pela rejeição de um significante inaugural⁴ em trevas exteriores. Teríamos aí um sujeito prisioneiro de seu próprio gozo, não simbolizado, na trágica e delirante experiência de “retorno” à natureza pré-simbólica, que nada mais é do que aquilo que é pleiteado pelo que Freud chamou de princípio do Nirvana: a morte, enquanto encontro com o objeto impossível, a aniquilação enfim ...

2. A ficção machadiana como metáfora da degradação da cultura: “curar” e/ou governar

Antes de retomarmos o tema da loucura da razão, cabe uma breve consideração sobre os efeitos sociais da loucura clínica, ou seja, da psicose em suas duas modalidades: a paranoia e a esquizofrenia. Assim, em “Resposta aos estudantes de filosofia”, ao ser inquirido pelo movimento estudantil francês, sobre qual seria a função social da “doença mental”, Lacan respondeu-lhes, não sem ironia: “quando tiverem prática com o esquizofrênico, vocês saberão da ironia que o arma, atingindo a raiz de toda a relação social” (Lacan 2003b: 216). Em outras palavras, quando a sociedade tem que lidar com o efeito da esquizofrenia, isto é, com uma “ironia” radical que não se inclui em nenhum discurso possível, o desdobramento é mais do que dramático (ou segregacionista), torna-se aniquilador e desse efeito, malgrado a aspiração desejan- te de Freud, não se faz luto.

Por sua vez, “O alienista” vai ironizar a recepção acrítica da paranoia do reformador, em sua lide de certeza e megalomania, principalmente quando atrelada ao governar, conforme o duo Bacamarte/ Porfírio, enquanto duplo do duo Rousseau/ Robespierre. De início, tal discurso provocou laço apaixonado e, posteriormente, face ao terror (jacobino), dispersão e rejeição, o que é, de certa forma, gerado pela exclusão hetero e auto-hostil da paranoia do reformador social e/ou moral.

Mas, voltando ao tema da loucura (psicose), quando Lacan, em *Outros escritos*, ironizou a futura vanguarda estudantil de maio de 68, que se pretendia fora do discurso da cultura, ele estava se referindo a uma modalidade ancestral de *outsider*, em que a forclusão do significante primordial do Nome-do-Pai incide sobre o corpo despedaçado, consolidando a abolição da referência simbólica e corpórea: a esquizofrenia. Assim, apesar do contra-culturalismo *soft* deste *zyniker* moderno⁵ (que supõe dissimular sua opção solipsista pelo princípio do prazer com a máscara da atividade crítica), a esquizofrenia – única condição que se pereniza numa ironia realmente sem-sentido – projeta o sujeito para muito além das muralhas do discurso do Outro, ainda que este sem-lugar extremo indicie o “saber que no real há” (somente enquanto impossibilidade).

4 Trata-se da transmissão, por uma figura simbólica, do significante-mestre (dito Nome-do-Pai), responsável pela aquisição da linguagem e do pensamento, que rechaça a expansão ilimitada do gozo e funda o desejo, por inserir a vida humana no campo da realidade psíquica (que é faltante por excelência).

5 Segundo Peter Sloterdijk (2012), na modernidade o *Kynismus* antigo, que se traduziu historicamente enquanto estratégia de resistência ao discurso oficial, quando adotado pelos excluídos, “troca de lado”, tornando-se *zynismus*, isto é, assume a lógica dos impostores e/ou dos “donos do poder”. Em outras palavras, esta razão cínica é a utilização, pelo *zyniker* moderno, de um discurso politicamente adequado para praticar a imoralidade, só que disfarçada com a máscara da moralidade.

E, ao contrário do *zynikerb* moderno, o *Kynikoi* antigo pôde urinar contra o vento idealista, ao formular sua réplica materialista, que falava pelo exemplo de uma vida autêntica e não-conformista, colocando o corpo, de forma irreverente, a dizer a verdade, num diálogo que perfura com mais sarcasmo que a *eironeia* socrático-platônica. Ou seja, a ironia bizarra deste “Sócrates enlouquecido” – que era como Platão chamava depreciativamente Diógenes – não passava de um fingimento para melhor dizer a verdade, através da pantomima corrosiva e do riso sério. Logo, a autarquia cínica permanece nos limites do discurso do Outro, ou seja, dentro do campo da homeostase ética, entendida como felicidade filosófica.

Em suma, se o cinismo almeja a corrosão permanente dos ideais culturais e o ceticismo machadiano realiza a suspensão do caráter preconcebido e/ou absoluto dos discursos de semblante, sublinhando o furo da linguagem, sem prescindir dela, a ironia do esquizofrênico aponta para a aniquilação integral do discurso do Outro, em função do mergulho no abismo da ausência total de sentido.

Com relação à loucura da razão, o delirante modelo de psiquismo comportamentalizado d’“O alienista” pode ser lido como uma metáfora do governar, enquanto efeito da degradação da cultura, em função do qual elegemos duas chaves de leitura diferentes, mas complementares, a saber: o ponto de vista da comédia, bem como o olhar corrosivo da ironia. Em outras palavras, iremos ler “O alienista” a partir da comédia de Jean Genet, chamada *O balcão*, mas sem desprezar a contribuição corrosiva do humor irônico, também incorporada pelo dramaturgo francês. Tal escolha se justifica porque Machado não ironizou, apenas, a loucura cientificista de Simão Bacamarte, mas ridicularizou, com riqueza de detalhes, a impostura revolucionária dos Canjicas.

Neste sentido, a comédia, desde Aristófanes, objetivou denunciar a crise da *pólis*, em decorrência da perversão da guerra (*Lisístrata*). Ou mesmo, em tempos de paz, a comédia expôs a traição dos nobres ideais político-filosóficos (*A assembleia das mulheres*), bem como criticou a manipulação sofisticada dos semblantes em causa própria (*As nuvens*). De forma geral, a comédia vai romper com estes discursos de semblantes para denunciar o gozo abjeto que escorre por traz dos nobres ideais e dos discursos engenhosos.

Mas, na origem da comédia, a cultura ática vai questionar a *Arete* guerreira, enquanto valor de Esparta, por confrontá-la com a degradação sem-sentido da guerra, em nome da “volta ao lar” e do apego do homem comum aos pequenos prazeres da vida. Então, nesta crítica, pela via simbólica da paródia, sobre a perversidade da guerra – que acaba fazendo com que Atenas ceda sob seu desejo de ser *pólis* – se produz uma erótica do luto, na medida em que a comédia “desfruta da relação com um efeito [desejante] que está fundamentalmente relacionado com [...] o aparecimento do significante chamado falo” (Lacan, 1999: 273), como lemos no *Seminário 5*. Ou seja, a comédia vai denunciar o gozo abjeto que existe por trás dos discursos de semblante para restaurar a dignidade dos ideais culturais.

Neste mesmo seminário, Lacan irá considerar Jean Genet o Aristófanes de nossa época, vendo *O balcão* como uma ressurgência singular e extraordinária da comédia

no tempo em que os discursos de honra e vergonha foram totalmente subjugados pela impudência; tempo em que o herói Ulisses não passa de mais um personagem contábil desse bordel generalizado, no qual se transformou nossa sociedade contemporânea.

Ao contrário da erótica refalicitante (ou dignificante) da comédia que, como dissemos, expõe a abjeção para restaurar a dignidade humana, a ironia vai mostrar “que o Outro não existe, que o laço social no fundo é uma escroqueria”, não reconhecendo “discurso que não seja de semblante” (Miller, 1996: 191), por não apostar na restauração do falo. Ou seja, a ironia vai construir seu saber desconstrutivo em torno do vazio, sem supor um discurso ideal que o tampone, o que a aproxima da forma shandiana, estudada por Sergio P. Rouanet (2007).

Contudo, tal procedimento, compatível com o efeito cortante da mordida do cão (*kynós*) e com a vida autêntica do cínico (*Kynikoi*) antigo, foi incluído nesta cogitação por seu modo sublimatório, de auto-suficiência, a exemplo do trabalho de Eunice P. Gai (1997), que articulou a estética do pessimismo em Machado ao seu contraponto dubidativo (de desinvestimento fálico⁶) como nos mostra o mestre cético: “o essencial em relação ao [suposto] pessimismo do escritor é que através dele, exerce a atividade refutatória, que tem em mira justo os preconceitos e as crenças instituídas” (Gai, 1997: 159). Ou seja, assim como o cético, Machado não se identifica com nenhum discurso ideal, ou aposta em um Soberano Bem, fazendo apenas com que ideias, modos de vida e visões de mundo, inclusive antagônicas, conversem entre si, sem juízos pré-estabelecidos que possam disfarçar os paradoxos da realidade humana, ou suspender o olhar crítico.

Nesta perspectiva, em “O Alienista”, a mensagem melancólica vai contracenar com a atividade refutatória, através do humor irônico, para realizar a denúncia da degradação cultural. Para tal Machado parodia determinadas formas de segregação (bio)política da miséria humana, por ironizar o semblante conteudista que assumiu o discurso cientificista nos trópicos. Imperativo da razão a partir da qual o idolatrado alienista iria exercer seu conhecimento diagnóstico (“mania de amor das pedras”, “mania sumptuária”, “demência dos touros”, etc.), mero simulacro de positividade nosológica, que nada mais era do que a expansão, sem freios, de um glossário de preconceitos.

Mas, quando a cidade inteira se vê em risco de exclusão, os insurgentes começam a tratar Simão Bacamarte, já despido da sublime aura de medalhão da ciência, com o

6 Tanto a *ataraxia* cética, quanto *autarquia* cínica se incluem no que a psicanálise lacanianiana denomina de condutas de desinvestimento fálico, pois o cético, ao não conferir a nenhum objeto intelectual valor de verdade integral, ou de gozo definitivo, apenas reconhece uma relação com o vazio objetual, que é seu modo de cultivar a dúvida. Por sua vez, este não-saber, esta “falta” de um sentido definitivo anima a busca daquele que ama sublimatoriamente o saber, visto que seu espírito analítico resiste a fixar semblante, se contentando por nada esperar. Mas, se o cético procede filosoficamente orientado por modos epistemológicos precisos, através dos quais exerce a suspensão do julgamento, a abordagem cínica é presidida por um “faro” circunstancial e corrosivo, que incita a representação do ato refutatório. Isso fica evidente no caso da resposta de Diógenes a Alexandre da Macedônia, que fascinado pela liberdade do mestre cínico, ofereceu a ele a satisfação de qualquer desejo; a resposta de Diógenes foi: então “retira-te da frente de meu sol”, negando “não apenas o desejo de poder, mas o poder do desejo em geral” (Sloterdijk, 2012: 225).

mesmo *kynisme* que os setores descontentes se apropriavam do discurso oficial para desconstituí-lo. Vide o efeito subversivo das palavras de ordem, lançadas pelo líder dos Canjicas, o barbeiro Porfírio, em protesto contra o insigne médico (“déspota científico”) ou contra seu templo (a Casa Verde: “Bastilha da razão humana”), numa clara analogia com a Revolução Francesa, “dada a diferença de Paris a Itaguaí” (Assis, 2007: 59).

Malgrado isto, Simão Bacamarte na ficção machadiana, assim como o chefe de polícia na peça de Genet, lido por Lacan, não duvidaram por um só instante sequer “que tanto depois quanto antes da revolução, tudo será sempre uma zona. Ele[s] sabe[m] que a revolução, nesse sentido, é um jogo” de cenas dramáticas (Lacan, 1999: 277).

Com efeito, esse *Balcão* é a maquete da sociedade que “não passa daquilo que chamamos de um palácio de ilusões”, ou seja, um bordel (Lacan, 1999: 274). E, assim como Machado elege Itaguaí para sublinhar, “com muita perspicácia, o imenso poder moral de uma ilusão” (Assis, 2007: 66), Lacan destaca, em sua análise d’“O balcão de Genet” (conforme *Seminário* 5), as formas imaginárias de ilusão que trocam o pensamento político por esta figura populista, que oferece à audiência uma solução identificatória rápida e fácil: o ditador, para expressar o atual “estado, mais ou menos avançado, de degradação da cultura” (Lacan, 1999: 275). Então, tal qual o personagem-pivô de Genet, o chefe de polícia, também recaía sobre o nosso “sábio alienista” a função repressiva de manutenção do poder estabelecido. Por isso, o “homem de ciência, [...] deixava correr pela multidão um olhar inquieto e policial, [que] não era outra coisa mais do que a ideia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo” (Assis, 2007: 46).

Assim, se do ponto de vista do estilo do cientificismo de época, nos deparamos com a razão paranoica de Simão Bacamarte; do ponto de vista da sua justificativa oficial: “a defesa da sociedade”, iremos nos deparar com um procedimento que dissimula a exclusão, sob disfarces “politicamente corretos”, que Peter Sloterdijk (2012) chamou de razão cínica e Slavoj Žižek (1992) articulou ao campo da impostura perversa. Esse argumento nos remete ao raciocínio presente em *O triunfo da religião*, que fez “de Kant uma flor sádica” (Lacan, 2005: 81), visto que o conhecimento paranoico, mesmo editado por um discurso de semblante idealista (pedagógico, ou moral), acaba desembocando no ato perverso da exclusão e vice-versa. Em outras palavras, malgrado o nobre ideal da fantasia iluminista, núcleo retórico da Revolução Francesa, praticou-se o terror (seu efeito perverso) em função do ressentimento paranoico dos *sans-culottes*: “Simão Bacamarte não o contrariou, [pois] disse... aos circunstantes que o terror também é pai da loucura” (Assis, 2007: 69). Lacan lê Genet desta forma para nos demonstrar que qualquer revolução, inclusive a psiquiátrica, quando não gira em círculo, acaba degradando a dignidade humana (fálica), ao disseminar o terror segregativo, no âmbito da fraternidade perversa, inerente ao estado de exceção, malgrado o ideal revolucionário da liberdade, enquanto aspiração do fantasma romântico.

Do contrário, vejamos como o barbeiro Porfírio, tal qual o encanador virtuoso, ou a prostituta Chantal, na peça de Genet, serviu de voz da revolução, por tirar

proveito de sua experiência de bordel, isto é, de sua habilidade para falar a linguagem do povo. Ali, em pleno surto revolucionário, o carismático barbeiro, líder do levante contra a despótica ordem vigente, sob a promessa de restauração moral dos “Direitos do Homem e do Cidadão Itaguaense”, “sentiu despontar em si a ambição do governo; pareceu-lhe então que, demolindo a Casa Verde, e derrocando a influência do alienista, chegaria a apoderar-se da câmara, dominar as demais autoridades e constituir-se senhor de Itaguaí” (Assis, 2007: 61).

Nesse momento preciso, o carismático Porfírio é arrebatado pelo brilho egoico do poder, escorregando do lugar de porta-voz da restauração moral para o lugar que Freud reservou ao ditador, conforme “Psicologia das massas e análise do ego”.

Assim, conforme “Genet, a comédia e a perversão”, o barbeiro representa aquele que passou “a ser o encarnador da psicótica possibilidade do governar e supressor de todos esses paramentos a que o chefe de polícia teria que se subordinar” (Mendonça, 1997: 67). E, mais do que nunca, o barbeiro ditador deve se aliar, enquanto parceiro/cúmplice, ao insubmisso autocrata da razão, aquele que está mais familiarizado com as “evidências” psiquiátricas da desrazão, visto ser especialista nos rigores científicos que asseguram o controle social, em um estado de emergência, na medida em que Porfírio “confessou que o novo governo não tinha ainda por si a confiança dos principais da vila, mas o alienista podia fazer muito nesse ponto. O governo, concluiu o barbeiro, falaria se pudesse contar, não já com a simpatia, senão com a benevolência do mais alto espírito de Itaguaí” (Assis, 2007: 67).

Entretanto, um outro rival de navalha do, então, “protetor de Itaguaí”, João Pina, se insurge contra a traição dos ideais libertários da revolução, derrubando o tirano através da denúncia do conluio Porfírio/Bacamarte e da impostura ideológica urdida pela sede de poder do barbeiro. Malgrado essa nova síncope de restauração moral, o próprio João Pina passa, agora no poder, a inspirar-se no ditador deposto, reproduzindo os mesmos decretos do governo revolucionário anterior, até que tudo retorne a ordem precedente.

Nestes termos, Lacan retomou, diante de uma juventude exaltada com as vicissitudes que conduziriam a Maio de 68, a lição esquecida de Copérnico, ao falar de revolução, na melhor das hipóteses, como uma “volta ao mesmo lugar”, conforme o *Seminário 16* (Lacan, 2008). Mas, antes disto Lacan já havia demonstrado, em seu comentário sobre “O balcão de Genet”, que a história não se repete, qual o “jovem Marx” nos fez supor, apenas como farsa, mas retorna, também, como terror, num ponto de degradação tal, em que a cultura se vê destituída de seus recursos simbólicos. Esta é também a questão proposta pelo “Alienista”, lido do ponto de vista d’“O balcão”: a restauração da ordem simbólica, que em psicanálise remete ao acatamento da Lei-do-Pai (na castração), enquanto o limite fundante de todas as culturas. Isto nos coloca diante do necessário acatamento da lição edípica – vale dizer, da proibição do incesto, como álibi que os gregos inventaram para erradicar o parricídio e junto dele todas as formas de homicídio – enquanto ponto de corte dos atos revolucionários, sejam eles políticos e/ou científicos. Já a recusa deste limite nos condena a um ciclo de terror e segregação, em

nome do qual outra revolução se fará necessária à restauração da dignidade humana, ou outro chefe de polícia se tornará a metáfora da degradação da cultura.

Mas, ao reconhecer a degradação histórica dos ideais revolucionários, Machado persiste na desconstrução irônica da razão cínica do discurso do governar, prodigioso na proposição de modelos de sociedade, ainda que através da metáfora de um modelo de psiquismo comportamentalizado, quando travestido dessa síndrome do doutor, onde o delírio de gênio do conhecimento, próprio do bovarismo científico de nosso profeta curador serve para escrever mais um capítulo da história das heresias (preconceito) e das excomunhões (exclusão) ou, a juízo de Lacan, dos processos de segregação.

Neste sentido, Lacan (2003c) nos alertou, em sua “Proposição de 9 de outubro de 1967”, para o fato de o remanejamento das estruturas sociais pelo discurso da ciência levar a uma homogeneização jamais vista dos modos de gozo, cujo efeito seria a ampliação, cada vez mais dura, dos processos de segregação. Ali, ao fazer referência ao caráter traumático da segregação – cujo paradigma seria a emergência dos campos de concentração – como ato perverso de exclusão, não importando aí o álibi que for levantado como palavra de ordem, Lacan pode nos dizer, conforme *bonmot*, proferido em 1969, que “a paranoia virá do futuro”.

Dessa forma, ele associou a segregação ao tema da loucura (psicose), também por nos indicar que, a partir do conhecimento paranoico (ali um delírio da razão), tudo que não for concebido de acordo com essa verdade pseudocientífica é rejeitado, primeiro na forma de preconceito diagnóstico, depois como ato perverso de exclusão propriamente dito. Em função disso teríamos: processos de segregação = preconceito + exclusão.

Logo, se a segregação pode incluir, do ponto de vista do imaginário sociocultural, o preconceito, por outro lado, do ponto de vista psíquico, a segregação implicará, quando em ato, a exclusão. Esta, por sua vez, poderá ter dois matizes: 1º) a exclusão social, que é da ordem de uma “cultura do bunker”, isto é, remete à frieza instrumental de Bacamarte apoiada, não só pelo estamento governamental, mas também pela conivência da opinião pública, em prol da exclusão que transformou Itaguaí num grande “campo de concentração”; 2º) já a auto-exclusão psíquica pôde ser caracterizada de acordo a tese de doutoramento de Lacan, que destacou o efeito autopunitivo da auto-exclusão psíquica, produzida pelo bovarismo passional de Aimée (Marguerite Anzieu), que se dizia excluída de uma vida de mulher célebre (no campo das artes) quando foi ela quem se excluiu de seu lugar no mundo.

Assim, ao supor ser outra que não era, Aimée elegeu a atriz Huguette Duflos, que ela gostaria de ser, como alvo de seu ataque passional. Este atentado, fruto da pretensão ilusória de ser especial diante da vida, fez com que a hostilidade homicida de Marguerite Anzieu provocasse o asilamento compulsório, fazendo incidir sobre o seu próprio ego-ideal a exclusão.

Por analogia com a autopunição de Aimée, se na maior parte do conto Machado trata da exclusão social produzida pelo cientificismo de Bacamarte, seu desfecho

ilustra a auto-exclusão do próprio alienista, “[n]um dos mais belos exemplos de convicção científica e abnegação humana” (Assis, 2007: 76). Trata-se da conversão de nosso “mestre curador”, aquele que não dava satisfação de sua “ciência” a ninguém, em “funcionário da razão”, agente do próprio sacrifício. Ou seja, a submissão a sua “nova doutrina psicológica” revela o “lado funcionário” de nosso pequeno-mestre da loucura, cujo ápice está em seu sacrifício risível ao imperativo categórico da razão, na busca de uma “heurística universal”, que fosse compatível com a “verdadeira teoria da loucura”. Aspecto ilustrado, antecipadamente, na escolha matrimonial de Bacamarte, onde o sentimento amoroso foi sacrificado em função das “condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem” (Assis, 2007: 38), supostamente reunidas por D. Evarista, como reprodutora. Assim, pela via da auto-exclusão, a missão do burocrata da razão “termina no sacrifício, propriamente falando, de tudo que é objeto de amor em sua ternura humana” (Lacan, 1998c: 259-60).

Enfim, Machado finaliza seu conto fazendo com que Simão Bacamarte, depois de elucidar sua teoria definitiva sobre a loucura e se reconhecer como espécime eleito – único da população que reúne “o perfeito equilíbrio mental e moral” (Assis, 2007: 80) – se inclua no lugar de objeto do sacrifício, servo de uma “ciência” correlata ao Ser-Supremo, que Lacan (1998a) chamou de *Deus obscuro*, ou mesmo da Natureza cruel de que nos fala Humanitas. O culto à “razão” não imunizou Bacamarte da auto-imolação em nome do vontade de gozo de uma ciência que o “disseca” e o “devora”, em seu apetite, sem limite, pelo conhecimento que no real há.

Mas, se n^o “O alienista”, assim como em *Brás Cubas*, o destino da loucura do homem é a morbidez (melancólica), seu contraponto pode ser “rir, mesmo em face da morte, até a cambalhota final” (Rouanet, 2007: 221). Mesmo que pareça tentador apostar na solução de Demócrito, que pretendia fazer do riso um remédio capaz de curar a morbidez melancólica da vida, assim como para Tristram Shandy a alegria podia exorcizar a tristeza⁷, Machado não se iludiu com o suposto poder curativo do riso, não se comprometendo com “nenhuma verdade, sistema ou escola; [mas] enquanto indivíduo compreende[u] a necessidade de conviver com os outros, talvez, não sem um punhado de angústia ou de tédio” (Gai, 1997: 138).

A intimidade de Machado com os significantes, que servem para fabricar os discursos de semblante, por vezes grandes vultos da impostura, permitiu-lhe uma autonomia em relação à onipotência do Outro da cultura, resistindo à eleição de um critério fixo de verdade. Contudo, mesmo não dando crédito aos discursos de semblante, Machado soube incluir a realidade psíquica, pela autoria da própria palavra, no laço social, pois serviu-se magistralmente desse saber-fazer com a linguagem, para nos ensinar que todo sentido, inclusive tido como ideal e absoluto (proporcional ao desamparo estrutural de nossa segunda natureza), não passa de obra humana que, enquanto tal, possui estrutura de ficção. E, ao não levar a sério a denúncia das derrapagens do sentido, bem como dos efeitos melancólicos do real, Machado

7 Rouanet (2007) lembra que o próprio Sterne – por ser leitor de Robert Burton, autor de *Anatomia da melancolia*, sob o pseudônimo de Demócrito Júnior – seguiu a lição de Demócrito, rindo da vida.

inventou um modo de jogar com as palavras para bem-dizer o vazio, que levasse em conta seu sentimento íntimo, numa forma que articulasse riso e melancolia, não só para além da miséria da condição humana, mas da própria morte.

Ou melhor, a forma shandiana⁸, ainda que parcial e subjacente em “O alienista”, ao sustentar uma posição de suspensão (compatível com a abordagem do cético e/ou do cínico antigo), em que o riso funciona como renúncia dos ideais e/ou dos dogmas da cultura, reconheceu haver, por ser a vida humana uma obra de ficção, um impossível saber sobre o gozo. Em outras palavras, o discurso machadiano pôde até não acreditar no saber e/ou na existência do Outro, mas não deixou de servir-se de seu legado significante para bem-dizer o fora-de-sentido, convertendo o não-saber em amor pelo saber, motivo da busca sublimatória que conferiu ao pensamento-estético do mestre da narrativa cética e do discurso melancólico a dignidade subjetiva de Obra universal e imortal.

Referências bibliográficas

- ASSIS, Machado de. O Alienista. In: GLEDSON, J. (org.). *50 Contos de Machado de Assis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GAI, Eunice Piazza. *Sob o signo da incerteza*. Santa Maria: UFSM, 1997.
- GAULTIER, Jules de. *Le bovarysme*. Mercure de France: Paris, 1902.
- LACAN, Jacques. *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 2011.
- _____. *Kant com Sade*. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a.
- _____. *A ciência e a verdade*. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.
- _____. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998c.
- _____. *Resposta aos estudantes de filosofia*. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a.
- _____. *Alocução sobre as psicoses infantis*. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003b.
- LACAN, J. *Proposição de 9 de outubro de 1967*. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003c.
- _____. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

8 Segundo Rouanet (2007), *Memórias póstumas de Brás Cubas* ilustra uma forma singular de discurso melancólico, dito shandiano para além de Sterne, que elevou à perfeição a interpenetração entre o riso e a melancolia, tornando perene este jogo de forma e contra forma. Ora, se o riso irônico dessacraliza a melancolia, não recuando diante do temor da morte, ele tem o poder de libertar o homem de seu efeito traumático, por ridicularizar a obrigação sacrificial, imposta pelo rigor cientificista do Outro ideológico de que nos fala “O alienista”, sem a necessidade de colocar outra ilusão no lugar da Causa, ou da Coisa perdida.

- _____. *O triunfo da religião*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- MENDONÇA, Antônio Sérgio. *Por uma teoria do simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- _____. “Genet, a comédia e a perversão”. *A Transmissão* 5 6(1997): 103-107.
- MENDONÇA, A. S. et al. *O Ensino de Lacan*. Rio de Janeiro: Gryphus/Forense, 1993.
- MILLER, Jacques-Alain. *Matemas I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- MILNER, Jean-Claude. *Os nomes indistintos*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2006.
- ROUANET, Sergio Paulo. *Riso e melancolia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- SLOTERDIJK, Peter. *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.
- ZIZEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

Nota Curricular

Ernesto Söhnle é psicanalista e foi bolsista do Programa PNPd/CAPES de setembro de 2014 a setembro de 2016.

Contacto: ernestosohnle@gmail.com

Nota Curricular

Eunice Piazza Gai é coordenadora do projeto “Narrativas e conhecimento: especificidades teóricas e constituição de sentido” e professora do PPGL-UNISC.

Contacto: piazza@unisc.br

“Amar sem ser amado, ora pinhões!”: o amor e a música nos versos de Mário de Andrade¹

Cristiane Rodrigues de Souza
Instituto de Estudos Brasileiros - Universidade de São Paulo (Brasil)

Resumo

Os escritores modernistas brasileiros, no começo do século XX, ao mesmo tempo em que absorviam preceitos ditados pelas vanguardas europeias, adequando-os à realidade do Brasil, buscavam construir uma expressão literária que fosse genuinamente brasileira, resgatando, para tanto, as tradições culturais do povo e mesclando-as a seu fazer literário erudito. Foram capazes, assim, de dar relevo e de legitimar, por meio de suas obras, o caráter plural do país, formado pela sobreposição da herança de diferentes tradições – europeias, africanas, indígenas, entre outras. Nos versos do modernista Mário de Andrade, o eu lírico é múltiplo e complexo, tomado pelo desejo de compreender a si mesmo e ao seu país por meio da arte. No livro de poemas *Remate de males* (1930), ele se reconhece plural, revelando sentir, no próprio eu, a diversidade encontrada em seu país. Tendo isso em vista, este trabalho desenvolve estudo detido do poema “Amar sem ser amado, ora pinhões!”, do livro de 1930, aproximando a produção do poeta a uma de suas fontes, a saber, a cultura popular, percebendo como o ritmo e as tradições do povo são transformados em matriz dos versos amorosos do poeta modernista, ao lado da herança europeia.

Palavras-chave: Literatura Brasileira – Poesia – Mário de Andrade – Música.

“Amar sem ser amado, ora pinhões!”: love and music in Mário de Andrade’s verses

Abstract

In the beginning of the 20th century, at the same time Brazilian modernist writers absorbed precepts ruled by European vanguards adjusting them to the reality of Brazil, they were also searching to build a literary expression which was genuinely Brazilian. Therefore, they were redeeming people’s cultural traditions and blending them to their erudite literary doing. They were able to highlight and legitimate, through their work, the plural character of the Brazilian people constituted through the superposition of the heritage of several traditions – European, African, Indigenous and others. In the verses by Mário de Andrade, a modernist writer, the lyric self recognizes and assumes himself as multiple and complex, full of desire of comprehending his self and his country through art. In *Remate de males* (1930), a book of poems, the lyric self is auto-recognized as plural, unveiling to feel, in his own self, the diversity found in this country. Bearing that in mind, this piece of work develops a deterred study of “Amar sem ser amado, ora pinhões!”, a poem from the book *Remate de Males*, which approximates the poet’s production to one of his sources, mainly popular culture, realizing how the beat and people’s traditions are morphed into the matrix of the modernist poet’s verses, beside the European tradition.

Keywords: Brazilian literature – Poetry – Mário de Andrade – Music.

Receção: 15/12/2015 | Admissão: 04/08/2016 | Publicação: 31/03/2017

SOUZA, Cristiane Rodrigues de: “«Amar sem ser amado, ora pinhões!»: o amor e a música nos versos de Mário de Andrade”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 113 (2016): 59-76

¹ O trabalho tem origem em tese de doutoramento orientada pelo prof. Dr. Alcides Villaça, na FFLCH-USP, com financiamento da FAPESP (05/56528-7/ 2006-2008), estudo desdobrado em pesquisa de pós-doutorado, também com apoio da FAPESP (13/25992-6/ 2014-2016), sob orientação da profa. Dra. Telê Ancona Lopez, no IEB-USP.

Em meio aos versos musicais de **Tempo da Maria**, grupo de poemas do livro *Remate de males* (1930), do poeta brasileiro modernista Mário de Andrade, após ter anunciado, no poema “Moda do corajoso”, a necessidade de sublimar por meio do canto o amor pela dona casada nos moldes das cantigas populares, o poeta, no segundo poema do grupo – “Amar sem ser amado, ora pinhões!” –, entoa seu amor pela mulher proibida.

Além do resgate do tom da fala popular brasileira e do emprego de sextilhas, caras à forma musical popular da moda, Mário de Andrade emprega, no poema, o verso de oito sílabas, uma das medidas “mais usad[a]s pelos trovadores galego-portugueses, principalmente nas cantigas de caráter cortês” (Cunha & Cintra, 1998: 665). Dessa maneira, o trovador brasileiro, anunciado no primeiro poema de *Tempo da Maria*, percorre, em “Amar”, as ruas da cidade de São Paulo, tecendo seu canto por meio da métrica própria dos cantores ambulantes medievais. No entanto, o poeta, ao entoar o amor pela dona proibida, resgatando um tema comum da música popular, percorre a cidade em um bonde, índice de modernidade, unindo, dessa forma, elementos díspares.

“Amar sem ser amado, ora pinhões!” se constrói tendo como base a movimentação do eu lírico na paisagem. Antonio Candido insere os poemas de deslocamento de Mário de Andrade na tradição da poesia itinerante, em que o movimento do corpo sugere devaneios ou meditações e em que o tempo narrativo coincide com o tempo narrado. Esse tipo de poesia, inaugurado, de acordo com o estudioso, por Jean-Jacques Rousseau, está presente na obra de românticos de diversos países (Candido, 1993: 260-4). No poema longo de Mário de Andrade, os versos são construídos ao sabor da viagem do eu poético que percorre, no bonde, as ruas da cidade de São Paulo. O eu lírico, ao mesmo tempo em que organiza os versos de acordo com os solavancos do transporte coletivo – mais rápidos, em determinados momentos, e mais lentos, em outros –, identifica-se de forma profunda com a paisagem que se abre ao seu olhar, revelando a multiplicidade de sua intimidade e, ao mesmo tempo, a face contraditória e complexa de seu país.

Além disso, os versos de “Amar” constituem-se como uma partitura musical formada por diferentes andamentos. Partindo de versos lentos, início do deslocamento do veículo elétrico, em um *crescendo*, o poema atinge momentos em que sua música, mais agitada, revela os solavancos indecisos do transporte coletivo em maior velocidade e, ao mesmo tempo, a perturbação do eu poético que vive o dilema do amor impossível. Aos poucos, em um *rallentando*, a calma inicial é retomada, sinalizando o término da viagem.

Dividindo “Amar sem ser amado, ora pinhões!” em cinco blocos de estrofes, além de uma parte menor que funciona como apêndice à composição poética – a “Louvação do Êter” –, podemos compreender não apenas a modulação dos versos, como também o ritmo que recria o movimento itinerante do poema.

Amar sem ser amado, ora pinhões!

Esperemos neste lugar.
Não sou nenhum conde do papa,
Só mesmo de Anto serei conde...
Sou poeta da viação barata,
Mário, pague os duzentos réis... 5
Siga, chofer. Espero o bonde.

Cachorro. Trilhos nobres. Moças.
Moças, não. Mulheres perdidas
No ouro, distinga-se, senão
Perde o sal a comparação 10
Com que saudei essas amigas:
- Grandes auroras promissoras!

Tenho jeito pra gigolô...
E, por falar de aurora, enfim
Me dá São Paulo uma tardinha 15
De que o poeta Gonçalves Dias
Si tivesse alguma saudade,
Tinha razão. Que nem rubi.

De puro oriente, no ocidente
O Solão despenca do mármore 20
Dum céu elegante, na estica.
Esta folha no meu chapéu...
Em mim, talqual num tronco de árvore,
Trepam um ventinho piricica.
(Andrade, 2013: 317)

No início do poema, o eu lírico nos convida a esperar o bonde a seu lado, levando-nos, assim, a acompanhar a viagem traçada em versos – “Esperemos neste lugar”. Após dispensar o chofer do carro de aluguel – locomoção particular –, entregando-se ao movimento do transporte coletivo, o eu lírico cadencia seus versos por meio de pontos que interrompem a fluidez do discurso, seguindo o ritmo batido do veículo que começa a andar – “Cachorro. Trilhos nobres. Moças”. No início do deslocamento, o eu poético observa a paisagem, saudando ironicamente personagens da rua: as “mulheres perdidas” – as prostitutas ou amantes – ou as “mulheres perdidas/ no ouro” – damas da sociedade – são “grandes auroras promissoras”. O dourado que envolve as moças, fruto do trabalho de perdição ou da posição social, aparece aos olhos do poeta como o brilho do Sol matutino – a aurora –, comparação que o leva à associação

com o oposto do amanhecer – o crepúsculo que o cerca –, momento em que cores diferentes se sobrepõem. É estabelecido, portanto, um contraste entre materialismos da vida prosaica e a disposição anímica para contemplar e absorver a expressão da natureza.

A tarde, intersecção de opostos – dia e noite –, é paisagem propícia para o sentimento contraditório do poeta que ama sem poder amar, além de ser o momento do ângelus, canto de louvor à mãe de Deus, e, por extensão, à Maria, mulher sedutora e santificada. O vermelho forte e vibrante do entardecer, rubi dado ao poeta por Pauliceia, fazendo-o lembrar-se do romântico Gonçalves Dias, invade a brancura do dia, assim como o tom forte da paixão do poeta contrasta com a brancura santa e sublime da dona inacessível. A amplidão vespertina, de cor intensa, é nomeada com o carinhoso e tímido diminutivo “tardinha”, de sabor brasileiro, compondo mais um dos contrastes do poema.

E, por falar de aurora, *enfim*

Me dá São Paulo uma *tardinha*

15

De que o poeta Gonçalves Dias

Si tivesse alguma saudade,

Tinha razão. Que nem *rubi*.

(Andrade, 2013: 317; grifos nossos)

A beleza sonora da terceira estrofe é construída por meio do contraste entre o som aberto da maioria das sílabas tônicas, destacadas em itálico acima, e o timbre fechado de algumas sílabas fortes em final de verso, como nas linhas 14 e 15 – “*enfim*”, “*tardinha*” –, marcadas por nasais que dão a sensação de finitude melódica. Em um decrescendo sonoro, os versos terminados no timbre mais fechado dão ao leitor a impressão de esvaecimento que acompanha o pôr-do-sol, intensificada pelo sussurrar das sibilantes dos versos 16 e 17. O vocábulo final “*rubi*” confirma o esmorecimento melódico ao terminar a estrofe por meio da fraquejante oxítone formada pela vogal “i”, ajudando a compor a sensação dada pela tarde que se dispersa.

No primeiro bloco, formado pelas quatro estrofes iniciais, o eu poético começa a viagem de bonde, como vimos, observando a paisagem e sendo tomado pela beleza da tarde. Nesse início de viagem, os versos são marcados por ritmo comedido ditado por pontos incisivos que cortam, muitas vezes, o verso ao meio – “Siga, chofer. Espero o bonde.”, “Tinha razão. Que nem *rubi*.” –, assim como pelo uso de reticências – “Só mesmo de Anto serei conde...”, “Mário, pague os duzentos réis...”, “Tenho jeito pra gigolô...”, “Esta folha no meu chapéu...” –, elementos que ajudam a construir o andamento calmo, lembrando o sacolejar do bonde que, iniciando viagem, começa a tomar velocidade.

Levado pelo balanceio do transporte, o poeta contempla, absorto, o pôr do “Solão” quente, marca da cultura tropical. Reconhecendo, na paisagem, a mistura de contrários que também forma seu ser fragmentado – o Oriente no Ocidente –, além

de apreender a sensação de esvaecimento e de dispersão da tarde, resgatada pelo tom dos versos das primeiras estrofes, o poeta deixa-se tocar por um dos elementos da natureza – “Esta folha no meu chapéu...” – e, sentindo-se parte da paisagem observada – “talqual num tronco de árvore” –, é dispersado pelo “ventinho piricica”.

Me perdi pelas sensações. 25

Não sou eu, sou eus em farrancho,

E vem lavar minha retina,

Em maretas de poeira fina

Todas as coisas tamisando,

O Tâmis das ilusões. 30

Me dissolvo por essas águas!

E na vista submarina,

Renovo o milagre cristão

Com a minha multiplicação:

Sou a festança desta vida! 35

Peixes! Torpedos... bondes... casas...

Cavam a terra do jardim.

É no meu peito. Como um óleo,

Me esparramo pela cidade,

E as coisas, nessa intimidade, 40

São um dilúvio de olhos, olhos

Meus, assuntados sobre mim.

Tudo se funde em minha vista.

Estou alegre. Coisa estranha,

Não sinto o bem, sorrio ao mal... 45

Será a inconsciência transcendental

De que falava Graça Aranha?

Todo infinito! ôh farra! ôh Lapa!

Não sei não. Porém, ver um Zeus,

Conhecem? Zeus de casimira, 50

Meio suado, vou no universo

Buscando o meu fogo disperso

Que pelas coisas giro gira,

Roubado pelos Prometeus.

(Andrade, 2013: 318-319)

O vento, ao lado da paisagem vespertina e do balanço hipnótico do bonde, faz o poeta se perder por sensações de forma semelhante à dispersão da voz lírica de outro poema de Mário de Andrade (“Toada”, do livro *A costela do Grã Cão*, de 1941) – “No outro lado da cidade,/ [...] foi o vento,/ o vento me dispersou” (Andrade, 2013: 422). Em “Amar”, após o contato com o “ventinho piricica”, início da entrega do eu lírico à volúpia urbana, a viagem do poeta itinerante ganha outra dimensão.

A procura da identidade do Brasil monstruoso e esfacelado, empreendida pelo poeta desde seus primeiros livros de poemas – *Paulicéia desvairada* (1922), *Losango cáqui* (1926) e no *Clã do jabuti* (1927) –, e, ao mesmo tempo, a tentativa de compreender o próprio ser múltiplo e complexo, é intensificada no segundo poema de **Tempo da Maria**, em que a voz lírica assume uma identificação forte com a paisagem que a cerca. O poeta que reconhece, no próprio ser, a pluralidade de seu país, realiza, em “Amar”, um contato absoluto com o outro, ao sentir os elementos exteriores dentro da parte mais íntima de seus olhos, em “sua retina”, por meio de paradoxais *ondas* de *poeira* fina. Mergulhado nas águas-areias densas do rio Pauliceia, o poeta é multiplicado – “não sou eu, sou eus, em farrancho” – e a paisagem e ele se misturam de tal forma que os elementos externos e a sensibilidade do eu lírico são um só. O eu poético pode, então, sentir em si, de forma profunda, a vida do cenário urbano: pulsa, em seu peito, o ritmo de se cavar um jardim. Fazendo parte das ondas de Paulicéia, “como um óleo”, o poeta – líquido – percebe as “coisas” externas como se fossem seus próprios olhos “assuntados” sobre ele mesmo.

Cavam a terra do **jardim**.
É no meu peito. Como um **óleo**,
Me esparramo pela **cidade**,
E as coisas, nessa **intimidade**,
São um dilúvio de **olhos, olhos**
Meus, assuntados sobre **mim**.
(Andrade, 2013: 318; grifos nossos)

O “dilúvio”, abundância intensificada pela repetição do plural – “**olhos, olhos/ meus**” –, encharca o eu lírico a sentir as coisas como se fossem seus próprios olhos multiplicados. Na estrofe em que a identificação entre o poeta e o mundo exterior é revelada dramaticamente pelos olhos que se vêem por meio de olhares alheios, a sonoridade dos versos revela também a sensação de multiplicação e de espelhamento. Em um movimento especular, os sons finais dos três primeiros versos são repetidos nos três últimos, construindo uma musicalidade formada por sons reduplicados que, organizados de forma simétrica, começam e terminam da mesma maneira – “im”, “óleo”, “idade” se transformam em seu oposto: “idade”, “olhos”, “im”. A simetria sonora desse esquema rítmico, retomado várias vezes durante o poema, intensifica a sensação de multiplicação e de união de opostos, tema que percorre a obra de Mário de Andrade.

No momento de profunda identificação entre o interior do eu lírico e o mundo externo, o poeta alcança o plano do mito. Os brasileiros são descritos por Mário de Andrade, no “Prefácio interessantíssimo”, de *Pauliceia desvairada*, como “os primitivos de uma nova era” (Andrade, 2013: 73), pois o modernista reconhece, no seio de nossa civilização, traços da mentalidade primeva estudada por antropólogos como Levy-Brühl (1933). O primitivo, portanto, buscado pelas vanguardas europeias como traços aflorados, em certos momentos, no homem civilizado, estava, no Brasil, não apenas em camadas interiores do ser, mas exposto por meio da arte, como nos lembra Telê Lopez (1996: 97-8). O poeta moderno, por meio do resgate, em sua produção erudita, da cultura do povo brasileiro, busca “a poesia das origens, o substrato selvagem de uma «raça»” (Bosi, 2003: 217), principalmente nos livros de sua fase “heróica”, como *Clã do jabuti* (1927) e *Macunaíma* (1928). Em “Amar sem ser amado, ora pinhões!”, as contradições que formam a identidade brasileira são sentidas no eu múltiplo do poeta que, ao se entregar ao mundo exterior, realiza uma identificação mitológica: não separando a si mesmo da paisagem, transfere para os objetos que o cercam as próprias características (Mielietinski, 1987: 191). Levado por suas observações do fenômeno folclórico brasileiro, assim como pelas teses de Lévy-Brühl, antropólogo francês que, de acordo com Telê, teve grande influência no nosso Modernismo, lido por Mário a partir de 1928 (Lopez, 1972: 92), Mário resgata, no poema, a mentalidade pré-lógica dos primitivos, ao mostrar que “objetos podem ser simultaneamente o que são e algo diferente” (Mielietinski, 1987: 45). Como nos esclarece Telê, para Brühl, as representações míticas dos primitivos não são determinadas racionalmente, mas surgem de imperativos e sentimentos da coletividade, que dominam o indivíduo sem que ele precise pensá-las de forma racional, fazendo-o participar do mundo sem sistematizá-lo (Lopez, 1972: 94). No poema, Mário, recuperando o primitivo que compõe o caráter do povo brasileiro, entrega-se à participação pré-lógica do mundo. No entanto, o espírito racional do modernista não é totalmente suprimido, como veremos adiante.

Os versos de “Amar sem ser amado, ora pinhões!”, ao construírem uma identificação forte entre o eu lírico e o mundo que o cerca, além de conjugar opostos – o mundo exterior e o mundo interior – e de mostrar o poeta a resgatar a cultura popular, na medida em que reconhece nela os traços de uma mentalidade primitiva, desvelam o novo passo dado por Mário de Andrade em busca da identidade brasileira que, a partir de *Remate de males*, é procurada por meio de mergulhos na própria intimidade do poeta.

No bloco de estrofes em que o eu poético se identifica com a paisagem (versos 25 a 54), o movimento mais agitado do poema transparece por meio do uso intenso de exclamações que, ao deixarem pouco espaço para reticências, nos fazem pensar no bonde a tomar velocidade – “Me dissolvo por essas águas!”, “Sou a festança desta vida!/ Peixes!”, “Todo infinito! ôh farra! ôh Lapa!”. Além disso, é maior a presença de frases mais longas, divididas em vários versos, dando um ritmo mais solto ao período e reconstruindo, ao lado das exclamações, o balançar do bonde que atinge, em meio

à viagem, maior rapidez – “Não sou eu, sou eus em farrancho,/ E vem lavar minha retina, / Em maretas de poeira fina/ Todas as coisas tamisando,/ O Tâmis das ilusões.”

As coisas da cidade, derretidas como as águas de um rio, “se fundem” na “vista” do poeta – dentro de seus olhos e, ao mesmo tempo, no horizonte que se abre ao seu olhar –, possibilitando um estado de êxtase quase religioso, uma inconsciência, ou distância, transcendental do bem e do mal que, no entanto, é olhada com reserva e humor pelo eu poético – “Não sei não”. O eu lírico torna-se infinito – imenso, inumerável – em sua multiplicação e compara-se a Zeus.

Identificando-se com a paisagem que o cerca, o poeta se torna a individualização das potências naturais, de forma semelhante aos deuses clássicos que, de acordo com Hegel, são forças da natureza e, ao mesmo tempo, indivíduos espirituais que deixam ver, na aparência exterior – em sua forma – a expressão exata de seu conteúdo (Hegel, 2000: 157, 184-5). O poeta, ao se comparar com Zeus, se mostra, no poema, como uma das divindades estudadas por Hegel – “cada deus, na medida em que traz em si mesmo a determinidade enquanto individualidade *divina* e, com isso, *universal*, é em parte caráter determinado, em parte tudo no todo, e paira no centro unificado pleno entre a mera universalidade e a particularidade igualmente abstrata” (Hegel, 2000: 213). É dessa forma, na intensificação da multiplicidade contida em na individualidade, que o poeta desvela seu ser dilacerado.

Apesar de atingir o patamar divino, espécie de preparação para o encontro com a amada, o poeta relativiza sua própria divindade, mostrando-se um Zeus moderno que, com vestuário feito com tecidos de origem europeia (a quente casimira), anda “meio suado” – atributo humano –, em meio ao calor brasileiro.

O deus-homem percorre o universo realizando a busca essencial: procura o fogo divino que, roubado pelos Prometeus, foi disperso pelo mundo.

Às sacudidelas do bonde, 55
Na minha frente rósea chama
Crepita, ôh pescoço! Um ardor
Principiante, consolador,
Zeus (Zeus sou eu) gemendo chama:
– Fogo, onde estás, aonde? aonde? 60

É isso! Rapazes, encontrei
O fogaréu maravilhoso
Que foi, que é meu, que será sempre
Meu! Relumeia à minha frente,
E devora num instantinho 65
As minhas paus Tábuas da Lei.

Moralidade, lei seca, vá-se
Embora! Vá por Seca e Meca!
Darei Seca, Meca e Baía

Por mais este amor, sim, mais um, 70
Porque enfim é amante de poeta
Toda e qualquer mulher que passe!

Êxtase! Desejo! Loucura!
Quase dolorosa surpresa!
Espanto de não ser mais só! 75
E a gente imagina que é o pó
Que sufoca e, vai, com aspereza
Bota a culpa na Prefeitura.
(Andrade, 2013: 319-320)

O fogo procurado por Zeus-poeta – a mulher amada – só pôde ser divisado após a entrega mítica do eu lírico à paisagem de Pauliceia e após a elevação do eu poético à divindade, preparação que revela ser sublime a chama rósea, mulher adorada por um ser supremo.

A chama, símbolo de santidade, revela uma mulher intocável, acima das coisas mundanas e, no entanto, invoca também a ardência da paixão. A contradição do fogo – pureza e desejo – aparece ainda na cor rosada de Maria, mistura de vermelho e branco, revelando uma dona ao mesmo tempo sensual e santa. Os solavancos do bonde fazem a labareda-mulher “crepitar” – verbo que lembra, por meio de sua sonoridade, os estalos causados pelo fogaréu –, atraindo (chamando) o poeta-deus que sente, em si, o ardor da paixão e, longe de uma postura divina, desejando o corpo sensual da amada – “ôh pescoço!” –, busca, em meio a gemidos, o fogo perdido.

As quatro estrofes em que o poeta se entrega à paixão desenfreada (versos 55 a 78), mostrando-se como um deus sem compostura que implora pelo amor, ao mesmo tempo, destrutivo e santo, apresentam tom exagerado e pedante que, ao lado do ritmo mais agitado, se contrapõe às tonalidades e movimentos anteriores do poema. Apesar de o êxtase tomar o poeta entregue ao balanço do bonde, mais veloz em meio à viagem – “Êxtase! Desejo! Loucura!/ Quase dolorosa surpresa!/ Espanto de não ser mais só!” –, o amor grandioso cantado de forma afetada sofre, ainda nessa parte do poema, rebaixamentos que, tirando-o da elevação suprema a que fora alçado, começam a mostrá-lo mais próximo da realidade prosaica: o grande amor é apenas mais uma paixão, “porque enfim é amante de poeta/ toda e qualquer mulher que passe!”, assim como a falta de ar do poeta tomado pelo arrebatamento do desejo pode ser apenas o pó sufocante das ruas.

No quarto bloco (versos 79 a 103), o tom desajeitado do eu lírico modernista que sucumbe ao arrebatamento místico é quebrado, iniciando-se um balanceio indeciso entre a atração do grande amor e o comedimento de quem conhece a impossibilidade de realizá-lo, invocando, no poema, o movimento do bonde que, em ritmo forte de viagem, joga os passageiros de um lado para outro. Assim, após a identificação mitológica e pré-lógica com o mundo natural, o eu lírico sente-se abalar por constatações racionais que quebram o encanto mítico.

Minha paixão de supetão! Já nem posso mais respirar! Que pescoço! que braços! quê!... Bom... olhemos a natureza. O céu se encurva sobre o chão Num gesto forte de abraçar.	80
Te amo!... Que bonita que ela é!... Trago comigo o cheiro dela, Só penso nela!... Infelizmente O meu caso não tem futuro, Ai, Maria do perfil duro, Ai, Maria sempre presente!...	85 90
Que friúme em minha tristeza... Rapazes! a minha alegria, A minha alegria está presa Num perfil duro de mulher! Ela me olha tão fria, fria... Ora! verifiquemos como Rictus: “Merde! voilà l’hiver.”	95
Poeta, sossegue, ela é casada... Pois sim. Pensemos noutra coisa. No que será?... Negro de suéter, Que engraçado!... mas... que tristeza! Esta vida não vale nada!... Vou cantar a Louvação do Éter! (Andrade, 2013: 320)	100

No instante em que se entrega ao arrebatamento amoroso, envolvido pela beleza física da mulher – “Que pescoço! que braços! quê!...” –, o poeta procura conter o desajeitado desejo, ao voltar seu olhar para a natureza, como se buscasse retornar ao ritmo do início do poema, em que, calmo, divisava, ao longe, as cores da tarde – “Bom... olhemos a natureza”. Os versos “O céu se encurva sobre o chão/ Num gesto forte de abraçar” revelam, por meio do tom comedido, sem exclamações, marcado por uma acentuação que segue, nas duas linhas, o mesmo padrão (as segundas, quartas e oitavas sílabas métricas são acentuadas), a tentativa do eu lírico em restituir a calma a seu poema, retomando seu equilíbrio. No entanto, a tentativa é frustrada, pois a imagem do entardecer invoca o abraço amoroso de opostos – o céu e a terra –, fazendo o eu poético entregar-se, novamente, ao desejo por Maria – “Te amo!... Que bonita que ela é!...”.

Assim, no balançar indeciso do bonde que ginga em meio à viagem, os versos de “Amar” alternam-se entre a lucidez do poeta que pensa ser impossível realizar o desejo amoroso, consciente de que esse amor será esquecido – “O meu caso não tem futuro” –, e a fatalidade do amor que o toma no tempo presente – “Ai, Maria sempre presente!...”, alternância realçada pela pontuação que oscila entre exclamações e reticências.

Ao constatar a impossibilidade de realização amorosa – “Poeta, sossegue, ela é casada...” –, o eu lírico tenta escapar de seu desalento, procurando direcionar, racionalmente, suas reflexões – “Pensemos noutra coisa./ No que será?... Negro de suéter,/ Que engraçado!... mas... que tristeza!”. No entanto, apesar da tentativa de interrupção do tom melancólico que se desenvolvia no poema, a tristeza fatal atinge o poeta que, certo de poder, somente no futuro, esquecer Maria, sofre, no presente, a indiferença da mulher inalcançável. A alternância entre o riso e a tristeza, após a expressão “negro de suéter”, também indica a crítica ao preconceito com relação ao negro, como lembra Angela Teodoro Grillo, na sua tese de doutoramento, já que, após a reprodução do discurso que ridiculariza o negro a usar a peça de roupa europeia – “que engraçado” – o eu lírico é tomado pela tristeza (Grillo, 2015: 128).

As quebras realizadas no poema pelo eu lírico, preocupado em não se entregar ao tom exagerado do amor não correspondido, intercalando arroubos amorosos a certezas racionais, são parecidas com certas passagens do livro *O turista aprendiz*². No diário de viagem, o poeta itinerante, ao se aproximar do sublime – das companheiras de excursão proibidas ao desejo; da grandeza da Foz do Amazonas; da aurora vista a partir do vapor que corta as águas do rio (Andrade, 2015: 54-55, 66 e 141-143) –, percebendo, nesses momentos, o caráter elevado e quase metafísico de seu discurso, quebra o alumbramento por meio de constatações prosaicas ou de brincadeiras, como bem mostrou Telê Ancona Lopez em seu curso sobre as dimensões de *O turista aprendiz*³. Em “Amar sem ser amado, ora pinhões!”, ao se aproximar da mulher sublime, percebendo o tom exaltado de seus versos, o poeta também rompe o discurso elevado, voltando-se à realidade prosaica. A alternância entre o arrebatamento amoroso e a ponderação dá ao poema a sensação de intermitência recorrente, conseguida por meio de sucessivos cortes.

O título do poema, “Amar sem ser amado, ora pinhões!”, também mostra a alternância entre o sentimento arrebatador que toma o poeta e a preocupação em fugir do tom apaixonado, pois ao lado da expressão utilizada por Mário de Andrade, em texto de 1935, para definir um dos temas românticos, “o tema do ‘amar sem ser amado’” (Andrade, 2002: 230), o prosaico “ora pinhões!” mostra o enfado ou a reprovação, feita em chave humorística, ao próprio medo da entrega.

2 Em 1927 e em 1928, Mário de Andrade dirige-se ao Norte e ao Nordeste do país, conferindo, em meio ao povo brasileiro, a imagem do Brasil construída por ele, antes, por meio de leituras, anotando seu deslumbre frente ao esplendor amazônico e registrando, como pesquisador aplicado, as diversas formas de manifestação popular, anotações reunidas, depois, em *O turista aprendiz*, livro organizado por Telê Ancona Lopez.

3 A disciplina “O Turista Aprendiz: Dimensões de um Diário de Viagem” foi ministrada pela Prof^a. Dr^a. Telê Ancona Lopez, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, no segundo semestre de 2005.

Se, nos versos marcados pela paixão, a mulher é representada pela chama que desenha movimentos crepitantes embalada pelo bonde, a partir do reconhecimento da impossibilidade de realização amorosa, o poeta passa a ver na amada o perfil duro e frio. A figura inexorável de Maria prende em seu ser austero, resistente a qualquer aproximação, a alegria do eu lírico que, sem outra opção, se entrega à tristeza gelada trazida pelo olhar distante da mulher – “que friúme em minha tristeza”. A proximidade da frieza da mulher branca, inatingível como as donas ausentes europeias desejadas pelos marujos portugueses, em sua viagem ao Brasil, faz o poeta sentir, em meio ao calor brasileiro, as agruras do inverno europeu, verificando, como o poeta francês Jehan-Rictus, a aspereza da estação gelada – “Merd! V’là l’Hiver et ses dur’tés” (Rictus, 1955: 9).

No último bloco de estrofes, apesar de mostrar a constância do desejo que não o deixa – “Eu não aguento mais meu peito!” –, o eu poético retoma o tom mais comedido do início, sinalizando o final da viagem de bonde.

Tudo isso há-de passar, Maria,
Durma em sossego. O meu respeito
Sempre há-de respeitar você.
Eu não aguento mais meu peito!
Mas jamais não aceitaria 120
Arranjos como o de Musset!

Durma sem medo, sossegada.
Você não vai pra sala grande,
Tem sala à parte em meu harém.
Vista o pijama dos meus olhos, 125
E descanse sobre o meu sonho
Que nunca fez mal pra ninguém!

Eu velarei a corajosa
Dormindo sobre a dinamite...
Fumos... Assombrações... Não te 130
Largo mais, Iara do Tietê!...
Ao menos até que fareje
Alguma paixonite nova...

É o fim. Lá fora dormirá
Pauliceia. Paz. Quase informe, 135
Ela dorme, dorme sorrindo,
Enquanto gemo o verso lindo
Com que as índias parecis dormem...
Uirô mococê ce-macá...
(Andrade, 2013: 321-322)

Ao negar “arranjos como o de Musset”, o eu lírico, além de repudiar relações amorosas como o triângulo amoroso do jovem francês, da poeta George Sand e o médico Pagelo, mostra a disposição em fugir aos arroubos românticos, conseguindo sofrerá-los por meio dos cortes que interrompem os momentos de êxtase amoroso. No entanto, no texto moderno, o poeta não apenas foge de arrebatamentos sensuais, mas os usa programaticamente, ao construir o jogo entre clareza racional e entregas da paixão, prevendo as quebras do poema que formam seu eixo temático e construtivo.

No entanto, como Musset e outros românticos, que sublimam o medo do amor por meio da imagem da mulher adormecida, o poeta modernista também escapa do receio de se entregar a uma paixão, ao desejar a amada que dorme, já que acalenta Maria, ao final do poema – “Durma em sossego./ Durma sem medo, sossegada./ E descanse sobre o meu sonho”. Mário de Andrade, após reconhecer o impasse dado pelo desejo irrealizável, criando quebras que traduzem o enfrentamento de desejos sensuais e da racionalidade, termina seus versos se aproximando da amante adormecida sobre seu sonho. Dessa forma, apesar de evitar “arranjos como o de Musset”, o modernista se entrega a um dos recursos do poeta francês: deseja a amada a dormir, tentando escapar, paradoxalmente, da paixão romântica por meio de uma fuga também romântica, atualizada, no entanto, pela reflexão modernista: frente à mulher em meio ao sono, realiza e não realiza o seu amor.

O poeta volta a se identificar com as coisas da paisagem, ao ter traços de sua individualidade transfigurados em elementos externos, quando oferece, no último bloco de estrofes, seus olhos – os pijamas – para aquecer o sono da amada, assim como seu sonho – o sossego do leito e, ao mesmo tempo, a explosão da dinamite – para receber o sono de Maria. Assim, a mulher adormecida é possuída por meio do abraço do eu lírico, realizado, de forma sublimada, por meio dos elementos da cidade que, sendo também o poeta, envolvem a dona ausente. Identificar-se com objetos que tocam a mulher desejada é recurso semelhante ao empregado pelo cantador popular, em quadra divulgada por Sílvio Romero: “Lá d’outro lado do rio/ Está uma rosa por se abrir;/ Quem me dera ser sereno,/ Para na rosa cair!” (Romero, 1897: 329)⁴. Dessa forma, assim como a flor só é alcançada por meio do sereno, a amada, no poema de Mário, é a chama tocada apenas por meio da identificação do eu com elementos que a envolvem.

Além de assumir a forma da chama rósea, Maria é comparada, no poema, à Iara, um dos “símbolos” do complexo da dona ausente⁵. Mário de Andrade, baseando-se em conceito de Charles Baudoin (*Psychanalyse de l’art*, 1929), define “símbolo” como uma representação complexa, formada por um feixe de noções (Andrade [Manuscrito] *apud* Carvalho, 2001: 147). Dessa maneira, em uma sobreposição de conceitos, o mito da Iara, além de representar a mulher desejada e inatingível – a

4 Exemplar da biblioteca de Mário de Andrade com a anotação a lápis “sequestro”, ao lado do trecho transcrito.

5 O tema da dona distante e impedida tem relação com o sequestro do amor, encontrado pelo estudioso modernista na expressão popular brasileira, herdado, de acordo com ele, dos colonizadores portugueses, que desejavam as mulheres que tinham ficado do outro lado do oceano. O nome “sequestro” é usado por Mário para definir o que Freud chama de repressão e de sublimação.

dona ausente –, invoca também a imagem materna, como fica claro em texto de Arthur Ramos, de 1932, apontado, em anotações de Mário de Andrade, como um dos documentos sobre sequestro.

A mãe d'água (yara, sereia, Yemanjá) é evidentemente a *imago* materna. [...] O feitiço da Yara [...] nada mais exprime do que o desejo inconsciente de volta ao regaço materno. Mas, como no inconsciente o incesto é tabu, é punido terrivelmente com a morte, ai daquele, que se deixar iludir pela atração fatal da mãe d'água! (Ramos *apud* Carvalho, 2001: 157).

A Iara aparece também no diário de viagem *O turista aprendiz*, texto de Mário de Andrade formado por sobreposições de criações literárias ao registro do cotidiano. No livro, ao ser “avistada” pelo poeta, em sua viagem pelo Amazonas, a Iara, possuindo as mesmas características físicas da amada de “Amar sem ser amado, ora pinhões!”, é comparada à Maria.

Consegui avistar a Iara. Surgiu de sopetão das águas, luminosa, meio corpo fora, tomando bem cuidado em não mostrar pra mim a parte peixe do corpo. É realmente muito bonita, meio parecida com uma certa malvada que andou, faz pouco, enchendo os meus descansos em São Paulo. Tem o perfil um pouco duro, cabelo preto e bem aparadinho. O carmim da boca é nitidamente recortado. O canto dela é efetivamente mavioso, num ritmo balanceado mas sem síncopas. (Andrade, 2015: 135).

No último bloco, em que o poeta acalanta Maria, a Iara do Tietê, o andamento calmo inicial é retomado aos poucos. Abandonando as exclamações, presentes ainda nas duas primeiras estrofes do último grupo, os versos voltam a assumir um ritmo mais comedido, marcado por reticências e por pausas – “Dormindo sobre a dinamite...”, “Fumos... Assombrações... Não te/ Largo mais, Iara do Tietê!...”, “É o fim. Lá fora dormirá/ Paulicéia. Paz. Quase informe”, “Com que as índias parecis dormem.../ Uirô, mococê ce-macá...”.

É o *fim*. Lá fora dormirá
Paulicéia. Paz. Quase informe, 135
Ela *dorme*, *dorme* sorrindo,
Enquanto gemo o verso *lindo*
Com que as *índias* parecis *dormem*...
Uirô, mococê cê-macá...
(Andrade, 2013: 322; grifos nossos)

O timbre das vogais tônicas da última estrofe do poema, marcadas em itálico acima, dá sonoridade singular ao período, construído por meio do jogo entre vogais abertas e nasais. Iniciada por uma sílaba marcada pela nasal – “*fim*” –, a última estrofe apresenta várias sílabas tônicas abertas – “fora”, “dormirá”, “Paulicéia”, “paz”, “informe”,

“dorme”. Após sustentar a abertura do “o” por meio de repetições de palavras e de sons – “informe/ Ela *dorme, dorme*” –, como se fosse uma nota musical que se sustenta, o período é abruptamente finalizado pela nasal do vocábulo “sorrindo”, em um abaixamento melódico. O contraste súbito dá a sensação de fechamento sonoro, invocando o estado íntimo comovido do eu lírico que acalanta a mulher. A nasal é mantida, ainda, nos versos seguintes – “lindo”, “índias” –, como se a sonoridade da nota musical “in” se estendesse, confrontando-se com a retomada da vogal aberta “ór” – “sorrindo,/ Enquanto *gemo o verso lindo/ Com que as índias parecis dormem...*”. O último verso do poema, ao resgatar a sonoridade singular da fala indígena dos parecis, mais expressivo na medida em que, em uma primeira leitura, aparece sem significado para o leitor, que atenta apenas para sua musicalidade, constituindo-se, assim, como uma verdadeira frase musical, termina o poema em um espraiamento sonoro: as vogais fechadas – “Uirô, mococê” – são finalizadas pelo alastrado “ã” – “macá...”, música que embala o sono da amada, assim como de Pauliceia.

Roquette-Pinto, em seu livro *Rondônia*, registrou o acalanto dos índios parecis, resgatado, em verso, por Mário de Andrade:

Fomos, alta noite, visitar a cabana [...]. Numa rede, uma família inteira ressonava [...]. Mais além, uma criança choramingava, ao lado de uma índia moça que a balouçava nos braços cantando: [...]

Uirô-môkôcê ce-maká...

(Menina dorme na rede...)

(Roquette-Pinto, 1975: 92)⁶.

Ao resgatar a sonoridade da língua dos índios parecis – “Uirô, mococê cê-macá...” –, o poeta completa seu acalanto, cantiga terna usada, em todo o Brasil, para adormecer crianças (Andrade, 1999: 6), realizando, assim, o amor sublimado: embala o sono de Maria.

Nas últimas estrofes, o eu lírico retoma o andamento calmo dos versos iniciais, sinal do final da viagem de bonde, invocando, ainda, o esmorecimento da tarde e a chegada da noite – “Lá fora dormirá/ Pauliceia”. Ao voltar seus olhos para a paisagem urbana, como fez no início do poema, encontra-a, agora, adormecida e “quase informe”, como se, ao acalantar Maria, embalasse também o sono da cidade. É o final da louvação à mulher-santa, conclusão de uma “ave-maria” entoada ao entardecer.

Como pudemos notar, o poema é composto por diferentes andamentos e por tons que invocam o percurso do bonde, formando, ao mesmo tempo, uma partitura de versos dividida em blocos distintos. Dessa forma, o movimento itinerante da composição poética, desenhado de acordo com o andar do transporte coletivo por

⁶ A obra veio a público, nos *Arquivos do Museu Nacional*, em 1917, de acordo com informações na orelha do exemplar. Na biblioteca de Mário de Andrade, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), há um exemplar de *Rondônia*, de 1935, sem anotações. No entanto, o contato entre os dois estudiosos, por meio de cartas, ocorreu antes dessa data.

São Paulo, assim como a viagem interior do eu lírico que, após a identificação mítica com a paisagem urbana, vivencia a paixão romântica marcada pelo medo do amor, constroem a música de “Amar sem ser amado, ora pinhões!”.

Além disso, o poeta utiliza-se de recursos musicais próprios da música do Romantismo, confirmando, dessa forma, a tensão entre os ideais do escritor moderno e a atualização de recursos românticos, expressa por meio da retomada do tema “amar sem ser amado”. A maior liberdade formal dos românticos que, na música, realizam grandes modulações, indo, repentinamente, para regiões tonais diferentes, pode ser vista, no poema, por meio da agitação dos versos que oscilam entre a entrega ao sentimentalismo e os cortes reflexivos do poeta moderno, titubeio acompanhado por mudanças abruptas de tonalidade – variação entre o êxtase sentimental, marcado por um tom exacerbado, e a calma procurada na paisagem da cidade, conseguida, depois, no tom velado do acalanto final. O “tom”, além de ser um recurso musical, pode ser entendido, ainda, como uma das “modalidades afetivas da expressão” literária de que nos fala Alfredo Bosi. De acordo com o estudioso, além da “perspectiva”, que dá o “inteligível cultural da mensagem artística”, é preciso atentar para o tom do texto literário (Bosi, 2003: 468). Em “Amar sem ser amado, ora pinhões!”, o tom dominante do poema, no sentido atribuído a essa palavra por Bosi, é contraditório e múltiplo, sendo construído, pelo poeta, como o resultado da sobreposição de tonalidades distintas. Assim, a modulação tonal que aproxima o poema das composições românticas compõe, ainda, o tom oscilante que determina o *ethos* do texto.

Os diferentes andamentos que formam o poema, além de recriarem o movimento da viagem de bonde, constroem um esquema musical apreciado pelos românticos, em que partes de caracteres diferentes se opõem em uma estrutura ternária (ABA), como nos ensina Bennett (Bennett, 1986: 59). Ao iniciar a composição com um andamento calmo e um tom mais medido, descrevendo a paisagem da cidade, depois de modulações e de mudanças rítmicas que marcam os versos centrais de “Amar sem ser amado, ora pinhões!”, em que o poeta oscila entre o medo de amor e o desejo sensual, o ritmo inicial é retomado. No entanto, como movimentos cíclicos são formados pela retomada do início de forma modificada, o poeta que, nos primeiros versos do poema era o gigolô que, protegido pela distância do bonde, se divertia com as moças perdidas no ouro, ao seu final, abandona o tom galhofeiro e observa Pauliceia adormecida, sentindo, ao mesmo tempo, a amada dormir em si mesmo – “sobre seu sonho”.

Não podemos nos esquecer de que o Romantismo, ainda de acordo com Mário, “partiu do espírito popular e consistiu numa deformação nova desse espírito” (Andrade, 2003: 134). De acordo com o estudioso, como para o povo tem valor a expressão musical como função social específica, os românticos, além de unirem a palavra à música, tornando-a compreensível e, portanto, útil, dão a ela uma função: exprimir os sentimentos. Para o poeta, se o povo é “brutalhão” em suas manifestações – “chora gritado, aplaude berrando, briga a pau” –, os românticos buscam a comoção grandiosa por meio da deformação da franqueza popular, transformando-a num “repugnante cultivo da dor” e construindo, assim, uma música que vibra “duma

comoção não imaginada ainda, violenta, expressiva” (Andrade, 2003: 134-137), da qual o eu lírico de “Amar sem ser amado, ora pinhões!” tenta escapar. Apesar de se aproximar dos compositores dessa época, buscando, nos versos populares, a sonoridade de seus poemas, o poeta modernista, ao mesmo tempo em que resgata o modo de ser romântico, reconhece seus exageros sentimentais, incorporando-os de forma crítica à sua lírica, na medida em que os impulsos da paixão, ao lado da consciência racional, criam o movimento hesitante do poema, construído por meio de rupturas que percorrem os versos. Assim, dando espaço para a discussão crítica do ideal romântico, mas temendo sucumbir ao exagero sentimental criticado pelos modernistas, Mário de Andrade reafirma o medo de amar em nova chave.

Bibliografia

- ANDRADE, Mário de. “Amor e medo”. *Aspectos da Literatura Brasileira*. Editora Itatiaia: Belo Horizonte, 2002.
- _____. *Dicionário musical brasileiro*. Coordenação de Oneyda Alvarenga, 1982-84, e de Flávia Camargo Toni, 1984-89. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
- _____. “Sereia” (Manuscrito). CARVALHO, R. S. *Edição genética d’O sequestro da dona ausente de Mário de Andrade*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. FFLCH - USP. São Paulo, 2001.
- _____. *Pequena história da música*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003.
- ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. Brasília, DF: Iphan, 2015.
- _____. *Poesias completas*. 2 v. Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Tatiana Longo Figueiredo e Telê Ancona Lopez. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- BENNETT, Roy. *Uma breve história da música*. Tradução de Maria Teresa Resende Costa e revisão técnica de Luiz Paulo Sampaio. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- BOSI, Alfredo. “A interpretação da obra literária”. *Céu, Inferno*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- CANDIDO, Antonio. “O poeta itinerante”. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- GRILLO, Angela Teodoro. *O losango negro na poesia de Mário de Andrade*. 243 f. Tese (Doutorado em Letras) Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Orientação da Profa. Dra. Telê Ancona Lopez, FFLCH – USP, 2015.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Cursos de estética*. Vol. II. Tradução de Marco Aurélio Werle, Olivier Tolle. São Paulo: EDUSP, 2000.
- LEVY-BRÜHL, Lucien. *La mentalité primitive*. Paris: F. Alcan, 1933.

- LOPEZ, Telê Ancona “A biblioteca de Mário de Andrade: seara e celeiro da criação”.
ZULAR, Roberto. (Org). *Criação em processo*. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- _____. *Mariodeandrando*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *Mário de Andrade: ramais e caminhos*. São Paulo: Duas Cidades, 1972.
- MIELIETINSKI, Eleazar. *A poética do mito*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- RAMOS, Arthur. *Notas de etimologia*. Bahia, Escola de Aprendizes Artífices, 1932.
Separata de *Bahia Médica*, Salvador, nº 15/16, 1932 *apud* CARVALHO, R. S.
Edição genética d'O seqüestro da dona ausente de Mário de Andrade. São Paulo,
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas, USP (Dissertação de Mestrado), 2001.
- JEHAN-RICTUS. *Les soliloques du pauvre*. Pierre Seghers, éditeur: Paris, 1955.
- ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves,
1897.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia*. 6ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL,
1975.

Nota Curricular:

Cristiane Rodrigues de Souza é mestre em Estudos Literários pela UNESP de Araraquara, sob a orientação da profa. Dra. Laura Beatriz Fonseca de Almeida, Doutora em Letras, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com orientação do prof. Dr. Alcides Villaça, e pós-doutoranda do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, com a supervisão da profa. Dra. Telê Ancona Lopez, com bolsa da FAPESP. Atua como docente de Literatura Brasileira, no ensino superior.

Contacto: crika_rodrigues@hotmail.com

Configurações da identidade latino-americana nos poemas “O coração latino-americano”, de Thiago de Mello, e “Nós, latino-americanos”, de Ferreira Gullar¹

Marcelo Ferraz de Paula
Universidade Federal de Goiás (Brasil)

Resumo

Este trabalho desenvolve uma análise comparativa dos poemas “Nós, latino-americanos”, de Ferreira Gullar, presente no livro *Barulhos* (1988), e “Coração latino-americano”, do poeta amazonense Thiago de Mello, do livro *De uma vez por todas* (1996). Os dois poemas mobilizam elementos simbólicos que aludem a uma proposta comunitária, marcada pelo reconhecimento e a ativação de uma identidade comum que justificaria o esforço de integração entre os países da América Latina. Em diálogo com algumas ideias sobre as construções das identidades, presentes nas reflexões de Bauman (2005), Hall (1999) e Mendes (2002), examinamos neste artigo as escolhas estéticas adotadas por Ferreira Gullar e Thiago de Mello para dar corpo à aspiração americanista, bem como as relações entre literatura, política e sociedade que permeiam os dois poemas analisados.

Palavras-chave: América Latina - Identidade - Thiago de Mello - Ferreira Gullar.

Configurations of Latin-American identity in the poems “O coração latino-americano”, by Thiago de Mello, and “Nós latino-americanos”, by Ferreira Gullar

Abstract

This paper develops a comparative analysis of the poems “Nós, latino-americanos,” by Ferreira Gullar, published in the work *Barulhos* (1988), and “Coração latino-americano”, by the Amazonian poet Thiago de Mello, belonging to *De uma vez por todas* (1996). Both poems mobilize symbolic elements that point to a community proposal, marked by the recognition of a common identity that would justify the effort of integration between the countries of Latin America. Taking these aspects into account, we examine in this article the aesthetic choices made by the authors to build an Americanist identity -the political horizon for which they beckon-, and how they resume and update stereotypes linked to the cultural conditions in Latin America.

Keywords: Latin America - Identity - Thiago de Mello - Ferreira Gullar.

Receção: 14/01/2016 | Admissão: 29/07/2016 | Publicação: 31/03/2017

PAULA, Marcelo Ferraz de: “Configurações da identidade latino-americana nos poemas ‘O coração latino-americano’, de Thiago de Mello, e ‘Nós, latino-americanos’, de Ferreira Gullar”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 113 (2016): 77-93

¹ O presente artigo é desdobramento direto de pesquisa de doutoramento desenvolvida na Universidade de São Paulo e que contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Uma primeira versão deste texto foi apresentada no *II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*, organizado pelo PROLAM na cidade de São Paulo no ano de 2014.

Introdução

Em trabalhos anteriores (Paula, 2009: 2011) vimos insistindo na imagem de um Brasil insular, como recurso para a compreensão dos intermitentes diálogos supranacionais esboçados ao longo da história do país. A imagem da ilha encontra fundamento numa condição simultaneamente geográfica e histórico-cultural que ajuda a pensar, metaforicamente, o nosso lugar no mundo moderno. Por um lado, o Brasil está distante da antiga metrópole portuguesa e dos países africanos com os quais compartilha o idioma, sendo a extensão do oceano Atlântico um importante dificultador das relações entre os países. Por outro lado, permanece à deriva numa América onde predomina a língua espanhola das nações vizinhas, sendo o idioma, com seus múltiplos desdobramentos culturais, um obstáculo também bastante considerável para a inserção do país em um ideal americanista, especialmente quando se almeja uma circulação mais efetiva de repertórios culturais. Vale, contudo, destacar que o Brasil apresenta em relação a estes países uma série de convergências históricas, sociais, econômicas e culturais, justificando o interesse numa aproximação comunitária entre estas nações (Abdala Jr, 2003: 64).

Neste sentido, os esforços para se pensar o Brasil para além das promessas advindas de nacionalismos recalcitrantes e de globalizações neocoloniais encontram frequentemente na América Latina e nos países de língua portuguesa horizontes para uma cooperação efetiva, assentada em bases mais horizontais e cooperativas. Acenar para este horizonte político exige o reconhecimento dos enormes desafios por trás dessa investida. Quando pensamos no discurso artístico, encontramos abundantes referências que sintetizam esse diálogo (ou a ausência dele) nas imagens da solidão desmesurada do mar, quando se trata do contato com Portugal e os países africanos de língua portuguesa, e da confusão babélica das línguas, quando nos voltamos para os países da América Hispânica. Enfrentar, superar, resistir ao insulamento nos parece uma preocupação que habitou as produções culturais brasileiras de modo irregular, mas relevante e ainda pouco investigado.

Na agitação dos anos 1960 e 1970, por exemplo, fulgurava em vários de nossos mais importantes artistas a consciência de uma América Latina subdesenvolvida, explorada, desigual, farta de afinidades irrecusáveis e prenhe de uma ação política comum. Na música popular, trata-se de um período de grande projeção dos espetáculos-comícios, nos quais artistas ligados ao que se convencionou chamar de “canção de protesto” irmanavam-se no palco por meio de duradouras parcerias entre músicos da MPB e intérpretes hispano-americanos como Mercedes Sosa, León Gieco e Pablo Milanés. Nas artes plásticas o intercâmbio propiciado pelas bienais refletia na incorporação de temas e formas representativas da América Latina, como nos trabalhos de Helio Oiticica; enquanto na literatura poetas e romancistas, de Vinicius de Moraes a Antonio Callado, se inspiravam em personagens e imagens associadas à latinidade na construção de suas obras politicamente mais empenhadas.

Nestes exemplos, com frequência a memória traumática do passado colonial era atualizada no discurso político da época, engajado em denunciar um presente de

dependência econômica e penúria, causadas pela ação imperialista. Ativado por um discurso inflamado, o ideal de uma América Latina unida, destinada, na voz de seus entusiastas, a superar a arbitrariedade de suas fronteiras, era adequado principalmente à produção artística de esquerda, que convidava a mirar um futuro comum de libertação e justiça social. Os poetas Thiago de Mello e Ferreira Gullar viveram intensamente os sonhos e contradições desse período. Ambos criaram algumas de suas obras mais importantes vinculados a essa expectativa de transformação social, associando sua poesia a uma perspectiva militante na qual o compromisso político era visto como urgência e as questões estéticas encaradas como indissociáveis do compromisso humanizador e revolucionário da palavra poética.

Parte desse projeto literário, a reflexão sobre a latinidade comparecia regularmente em suas obras, ocupando espaço de destaque em alguns de seus poemas mais relevantes. Sem perdermos de vista as suas nítidas diferenças de estilo e temperamento artístico, chama atenção o fato de terem dedicado poemas à Revolução Cubana, a Pablo Neruda, Che Guevara, Salvador Allende² e outros ícones da recente história política latino-americana, além de explorarem poeticamente ritmos e imagens do continente, e estabelecerem fecundos diálogos críticos com autores dos países vizinhos. Perseguidos pelo regime militar brasileiro, os dois escritores cumpriram parte de seu exílio em países hispano-americanos, o que também contribuiu para uma maior presença do imaginário da “pátria grande” em suas trajetórias artísticas.

Apesar da abundância de temas ligados à América Latina na recente poesia brasileira, o projeto/ideal de América unida só ganha forma e profundidade literária na medida em que sustenta, explícita ou implicitamente, a ativação – ou mesmo a construção – de certa “identidade continental”, ainda pouco estudada sob a ótica dos estudos literários. A estruturação de uma perspectiva comunitária, tendo como norte as articulações entre o Brasil e os países vizinhos, sustenta-se no princípio de que há, no plano da história latino-americana, elementos capazes de justificar a integração dos países e atores sociais neles envolvidos. Tais convergências, de fundo político, econômico e cultural, como já foi dito, determinariam uma experiência compartilhada, revelando hábitos comuns, práticas sociais paralelas e saídas políticas dignas de serem articuladas e amalgamadas em um discurso de integração. Ao escritor interessado em disseminar a cooperação e o diálogo, caberia a ativação do imenso rol de imagens, tradições e sincretismos sócio-históricos que permeiam o discurso da e sobre a América Latina para imprimir em suas obras o horizonte comunitário. É esta “identidade continental” reivindicada e posta em movimento na poesia dos autores aqui estudados, bem como seus fundamentos, origens e limites, que examinaremos comparativamente neste artigo.

2 Ver, por exemplo, de Thiago de Mello, “Cupim no esteio”, “Ao Nemésio”, “O que me espantou” (Mello 1984), “Segunda declaração de amor”, “Tradução, verso e música”, “A mão” (Mello 1996); e de Gullar (2009) “Dentro da noite veloz”, “Dois poemas chilenos”, “Queda de Allende”, “Cantada”, “Ao nível do fogo” e o “Poema Sujo”.

1. A identidade latino-americana e o discurso poético

Tema dos mais abordados nas ciências sociais e, nas últimas décadas, foco de interesse de diversas áreas do conhecimento, a formação das identidades nutre com a literatura uma relação de profundos contatos. O texto literário alimenta-se frequentemente de signos identitários correntes e, simultaneamente, os recria e os expande, rasurando-os ou reciclando-os conforme as exigências do tempo em que são produzidos. Nota-se, também, a capacidade do texto literário inaugurar novas visões e formas de autorrepresentação social, aglutinando em seu discurso atributos que modulam uma identidade coletiva antes oculta ou inexistente. É o que mostram, por exemplo, os estudos de Benedict Anderson (1989), ao levar em conta o papel preponderante da literatura na formação dos estados nacionais modernos. Segundo o autor, a afirmação das línguas modernas na Europa contou com uma importante contribuição da literatura em seu processo de fixação e legitimação, fazendo dos textos literários importantes componentes do imaginário das emergentes nações europeias, sendo um dos polos de veiculação dos discursos nacionais (e posteriormente nacionalistas e colonialistas), chave para a coesão social e base simbólica para a justificação destes estados.

Retomando algumas das principais contribuições teóricas sobre a questão da identidade, podemos partir da necessidade de observá-la, antes de mais nada, como algo construído no e pelo discurso (Hall, 1999). A identidade estaria fundida em um modo específico de prática discursiva capaz de articular, através de conteúdos culturais mais ou menos comuns, um todo integrado, coeso, virtual e minimamente compartilhado pelo grupo social, capaz de gerar em seus membros um sentimento de pertença e identificação com as práticas, costumes e valores aglutinados nesse discurso. É, portanto, a base discursiva que compõe a frágil unidade, sempre transitória, das identidades. E à identidade cabe, por sua vez, o papel de fundar na dinâmica da práxis um (re)conhecimento coletivo, um elo de relativa segurança entre o sujeito e o grupo no qual está inscrito.

Tal perspectiva teórica recusa a crença numa identidade essencial, imutável, e salienta sua fluidez inerente – mais visível e radical, talvez, em nosso tempo de extrema fragmentação –, seu caráter múltiplo, elaborado e re-elaborado na interação social. Desse modo,

As identidades são activadas, estrategicamente, pelas contingências, pelas lutas, sendo permanentemente descobertas e reconstruídas na acção. As identidades são, assim, relacionais e múltiplas, baseadas no reconhecimento por outros atores sociais e na diferenciação. (Mendes, 2002: 505).

No caso de algo abstrato e controverso como a veiculação da “identidade continental” aqui analisada, fica evidente o complexo jogo de nuances que atuam sobre o sentir-se latino-americano. Afinal, é possível identificar algum laço capaz de unir, do Atacama ao Caribe, todos os indivíduos do continente numa expressão iluminadora dos nossos problemas mais espinhosos? Como reunir a grande bacia de línguas, dialetos e culturas numa palavra integradora, num projeto comum,

sem ferir a diversidade e a particularidade de cada grupo? Ou mais ainda: como justificar um paralelismo sociocultural já historicamente segmentado, permeado de vários caminhos e desencontros, numa formulação simbólica que dê sentido à ação conjunta e a torne suficientemente límpida a ponto de, sem falseá-la, compensar as inquestionáveis diferenças entre aqueles que a reivindicam?

Tais questionamentos vêm se impondo como sólidos desafios ao diálogo comunitário desde a formulação de uma ideia de América Latina, chegando às reflexões acadêmicas atuais envoltas por desconfiança e ceticismo. Para os mais otimistas, nenhuma das inequívocas diferenças entre os países americanos seria capaz de desestimular o interesse na busca/elaboração de uma identidade comum, que delimite nosso lugar no mundo e nos conduza a uma luta conjunta, marcando a sedutora expectativa de juntos sermos mais fortes e menos solitários. Já para os menos esperançosos, tal identidade não poderia surgir senão enquanto farsa, simplificação abusiva, sendo invariavelmente um apelo pronto para a demagogia política.

Sem escapar do caráter esquivo dessa discussão, é preciso reconhecer as identidades enquanto múltiplas, plurais, concorrentes e interligadas (Hall, 1999: 24). Por isso não nos parece adequado falar em circulação de *uma* identidade latino-americana contida, idêntica, na poesia de Ferreira Gullar, Thiago de Mello e demais poetas que a exploraram. Na elaboração estética do texto poético, mesmo quando recolhidas de uma aspiração política comum, as identidades em jogo podem ser literariamente tão distintas como os estilos dos autores e suas visões de mundo. É o que veremos nos dois poemas estudados neste artigo.

2. “O coração latino-americano”

Nos dois poemas confrontados a seguir, os contrastes entre os princípios que regem o esforço solidário emergem de forma bastante reveladora. Embora, *grosso modo*, os dois textos partam de uma base comum que funda a identidade latino-americana em torno da paisagem social – isto é, da pobreza e da dependência econômica – e histórica (o passado colonial e o projeto libertário), por trás deste fio encontramos diferentes formas de fixá-la na linguagem poética.

Após terem atuado num momento em que o grande projeto assumido pela literatura brasileira ainda era a constituição de uma perspectiva crítica assentada em bases nacionalistas³, Gullar e Thiago passaram a articular essa identidade, a partir da visão já consagrada pelo modernismo brasileiro, com uma posição supranacional, ou seja, com um olhar que questionasse a posição do Brasil no cenário global, com a América Hispânica aparecendo como horizonte privilegiado para uma aproximação comunitária. Tudo isso articulado também com linhas “regionais”, já presentes no chamado “romance de 30” e no discurso da sociologia, que marcam a consciência da diversidade, de vários *Brasis* dentro do Brasil.

3 No início dos anos 1960 os dois autores se aproximaram dos Centro Populares de Cultura (CPCs), cuja base ideológica estava marcada pela perspectiva popular-revolucionária, com forte base nacionalista.

Em outras palavras, não nos parece desprovido de significado o fato de dois poetas tão preocupados com a questão da latinidade estarem constantemente visitando o tema da “cidade da infância” – o Amazonas fluvial de Thiago de Mello e a São Luis “quente e realíssima”⁴ de Gullar – espaços para onde convergem as lembranças mais remotas dos sujeitos. O cruzamento entre estes três níveis identitários (regional, nacional e continental) é frequente tanto na poesia como na música popular brasileira. A canção dos anos 1970, por exemplo, se aventurou intensamente na “descoberta” cultural da América Latina e na exaltação da união solidária entre os países (Paula 2011). Essa tendência não perde de vista, porém, a veiculação de uma identidade nacional e regional articuladas livremente com a proposta americanista. Pensemos nas canções de Milton Nascimento, tão interessadas na representação poética da “mineiridade” como na difusão de uma latinidade várias vezes retratada em suas gravações. Ou da estética tropicalista, que de uma obra para outra saía da Bahia para São Paulo, e daí para o contundente canto de *soy loco por ti América*. Mais visivelmente ainda, uma canção como “Sou apenas um rapaz latino-americano”, de Belchior, lançada em 1974, assume abertamente a identificação latino-americana em seu título e no refrão, mas o sentimento de pertença emerge justamente da saga de um nordestino buscando melhores condições de vida numa típica grande cidade brasileira. Em todos os casos, a convivência entre estes vários níveis identitários não apresenta desconforto para os sujeitos que as reivindicam, as identidades são múltiplas e complementares.

Passando ao poema de Thiago de Mello, veremos como o espaço da desmesura latino-americana é refundado sob o signo do pertencimento:

O coração latino-americano

Incas, ianomamis, tiahuanacos, aztecas,
mayas, tupis-guaranis, a sagrada intuição
das nações mais saudosas. Os resíduos.
A cruz e o arcabuz dos homens brancos.
O assombro diante dos cavalos,
a adoração dos astros.
Uma porção de sangues abraçados.
Os heróis e os mártires que fincaram no
tempo
a espada de uma pátria maior.
A lucidez do sonho arando o mar.
As águas amazônicas, as neves da
cordilheira.
O quetzal dourado, o condor solitário,
o uirapuru da floresta, canto de todos os
pássaros.

4 A expressão é utilizada por Alfredo Bosi (2004). Para o crítico, a cidade da infância é o núcleo central e irradiador dos sentidos na produção poética de Gullar.

A destreza felina das onças e dos pumas.
Rosas, hortênsias, violetas, margaridas,
flores e mulheres de todas as cores,
todos os perfis. A sombra fresca
das tardes tropicais. O ritmo pungente,
rumba, milonga, tango, marinera,
samba-canção.
O alambique do barro gotejando
a luz ardente do canavial.
O perfume da floresta que reúne,
em morna convivência, a árvore altaneira
e a planta mais rasteirinha do chão.
O fragor dos vulcões, o árido silêncio
do deserto, o arquipélago florido,
a pampa desolada, a primavera
amanhecendo luminosa nos pêssegos e nos
jasmineiros,
a palavra luminosa dos poetas,
o sopro denso e perfumado do mar,
a aurora de cada dia, o sol e a chuva
reunidos na divina origem do arco-íris.
Cinco séculos de árdua esperança.
De tudo isso, e de dor, espanto e pranto,
para sempre se fez, lateja e canta
o coração latino-americano.

(Mello, 1996: 91-92)

O poema de Thiago de Mello está presente no livro *De uma vez por todas*, publicado em 1996. Trata-se, portanto, de uma elaboração tardia, que representa sua mais detalhada definição do que seria a identidade continental que inspira vários de seus cantos. Embora a América Latina seja tema dos mais profícuos para o autor, a ocorrência do tema em sua obra é abundante principalmente quando trata de personagens/amigos do continente (“Canção para Victor Jara”, “Canto a Nemésio Antunez”), paisagens (“Água de remanso”, “Mormaço de primavera”) e acontecimentos históricos do continente (“O cupim nos esteios”, “O que me espantou”).

“O coração latino-americano” é um poema em que a identidade que justifica o diálogo americanista está formulada com grande fôlego, sendo o poema inteiramente dedicado a difundir a ideia de uma unidade continental. Interessante também reparar que ele está contido em um livro mais recente, posterior ao período de maior recorrência da latinidade na poesia brasileira. Por isso não pode deixar de ser lido como uma espécie de síntese do sentimento que o poeta profetizava desde *Faz escuro mas eu canto* (1966).

Neste poema o sentimento de pertença brota, metonimicamente, do próprio coração, de uma forma natural e contínua, que pulsa e se coloca em estado de comunhão com os índices semânticos que definem a identificação:

O fragor dos vulcões, o árido silêncio
do deserto, o arquipélago florido,
a pampa desolada, a primavera
amanhecendo (...)
De tudo isso, e de dor, espanto e pranto,
para sempre se fez, lateja e canta
o coração latino-americano.

(Mello, 1996: 92)

O poema é composto por uma única e longa estrofe, estendida do primeiro ao último verso, reforçando a ideia de continuidade e união que será a sua tônica. Algumas palavras são isoladas, aparecendo sozinhas em versos menores. Este recurso cumpre a função estratégica de dar destaque visual a certas expressões e contribui para tecer um fio que, ligado à plácida regularidade do ritmo, enlaça os vários núcleos do poema. “Tempo”, “cordilheira”, “pássaros”, “samba-canção” e “jasmineiros” são as palavras, semanticamente conectadas, que se desmembram do grupo ao qual estão sintaticamente subordinadas e “deslizam” para o verso seguinte, nos quais estão marcadas pelo isolamento e pelo recuo na página.

Os vários grupos semânticos são constituídos por uma cadeia de elementos justapostos que contém, cada um, vários signos com forte teor identitário elencados de maneira aparentemente aleatória, casual. A sonoridade límpida, séria, cria a impressão de que as imagens vão brotando espontaneamente, numa única e inquebrantável corrente, tal como dita a fluência do ritmo. No entanto, numa leitura mais detida, percebemos que a disposição das imagens segue uma ordem sugestiva e calculada: cada um dos elementos enumerados interage e complementa os que o acompanham dentro de cada núcleo que, por sua vez, fazem parte da cadeia maior do poema, que seria um quadro monumentalizado da própria identidade latino-americana. Dessa maneira, é possível delimitar alguns grupos: um, o primeiro a ser enunciado, corresponde aos grupos indígenas formadores do continente; outro abarca paisagens naturais e a topografia; outro, a fauna e a flora; depois os ritmos e assim por diante, sempre com imagens consagradas como típicas da América Latina.

Chama atenção a assistente aglutinação da diversidade: a extensa lista de atributos se desenvolve de forma forjadamente harmônica, não como modo de expor a diferença entre as inúmeras culturas presentes na América e sim com o desejo de, através da linguagem poética, pacificar os opostos, sublimando as tensões para justificar a união. Com isso, a variedade exuberante é subvertida, tornando-se um traço singular, único, estático, identificador. É com essa intenção que o poeta recorre muitas vezes à justaposição de antíteses: “as águas amazônicas, as neves da

/ cordilheira”, “a árvore altaneira/ e a planta mais rasteirinha”, “o árido silêncio do deserto, / o arquipélago florido”. Não há tensão entre os elementos, embora eles se refiram a realidades e sensações opostas. Água e neve, o alto e o rasteiro, o deserto e as flores integram-se num todo maior, resultante da soma destes e de todas as outras imagens que se sucedem orquestradamente no texto. Não há ruído ou impasse abalando a paz dos cenários que se abraçam e se harmonizam em um todo coeso que expressa uma identidade que funde os vários elementos – de ordem natural e cultural – num único e eterno “coração latino-americano”.

A busca pelo nativo, pelo particular, e a ênfase na natureza são desdobramentos quase imediatos dessa identidade que, desde o início, se proclama residual. O poeta resgata, com intensos ecos românticos, a exuberância da natureza como força propulsora do sentir-se americano. São mencionados, de maneira quase folclórica, alguns dos animais e plantas típicos das diversas regiões do continente (condor, uirapuru, puma, rosas, hortênsias...), assim como cintilam paisagens, florestas, danças e ritmos, sobretudo ligados à cultura popular. É bem vindo na constelação lírica do poema tudo aquilo que soa como genuíno, sem par nos grandes centros tidos como civilizados. Coloca-se um sinal de positivo na beleza agreste e se valoriza, de maneira mais ou menos idealizada, a pujança, a grandeza, a desmesura do cenário latino-americano, do qual se retira a crença num destino social à altura da exuberância natural sobre a qual o continente se ergue.

Antonio Candido, no célebre ensaio “Literatura e Subdesenvolvimento”, identifica nas manifestações literárias do século XIX, contemporâneas à independência, as marcas de um processo no qual a literatura fez-se linguagem de celebração e terno apego, com apoio da hipérbole e na transformação do exotismo em estado de alma. O nosso céu era mais azul, as nossas flores mais vistosas, a nossa paisagem mais inspiradora que a de outros lugares, como se lê no poema de Gonçalves Dias, mas que poderia ter sido assinado por qualquer um dos seus contemporâneos latino-americanos entre o México e a Terra do Fogo. (Candido, 1973: 14)

O poema de Thiago de Mello resgata parte significativa desse imaginário romântico para desenvolver a sua projeção da identidade latino-americana. Vale, porém, ressaltar que os ecos românticos convivem com uma consciência da necessidade de mudança. Sendo um amálgama de diversas paisagens naturais – a floresta e a cordilheira, a onça e o puma, o deserto e o vulcão, entre outros – e diversas práticas culturais – a milonga, o tango e o samba, as palavras dos poetas, o barro dos alambiques –, a identidade latino-americana só poderia, então, surgir como projeto político, como a “espada de uma pátria maior”. Ao apresentar com tamanha harmonia e limpidez os mais tenros e exóticos aspectos da América Latina, o poema apresenta um desejo de igual aproximação da realidade social do continente: ele parte de uma análise crítica da realidade para vicejar, em seguida, uma identidade idealizada e, com efeito, aceita o risco de se instalar entre o chão da história e a abstração idealizante.

O poema acaba sendo uma lista plasticamente construída de estereótipos desta identidade. Ele apresenta elementos díspares com o intuito de fundi-los e fazer da soma

inverossímil de suas realidades o sentido da própria condição latino-americana. Na enumeração retirada do caldeirão de imagens que representam o espaço americano, o autor resgata o projeto de heróis e mártires que anunciavam um futuro de união muito bem definido, ainda que caprichosamente longínquo ou sabidamente utópico, como “um sonho arando o mar”.

Por fim, vale a pena retornarmos ao início do poema e ponderarmos um pouco mais sobre os primeiros elementos que estalam do “coração latino-americano”:

Incas, ianomamis, tiahuanacos, aztecas,
mayas, tupis-guaranis, a sagrada intuição
das nações mais saudosas. Os resíduos.
(Mello, 1996: 91)

A matéria indígena está no topo da reflexão identitária. Essa ancestralidade é evocada como base étnica que forneceria o traço distintivo do sujeito latino-americano. Nesse ponto, não há muita diferença entre o poema em questão e a idealização romântica do índio. Nos primeiros versos temos encenada, de maneira lírica e sintética, a formação do povo latino-americano: primeiro aparece a matriz indígena, marcada pelos vários grupos que habitavam o solo americano antes da chegada dos conquistadores; em seguida a chegada do homem europeu, marcado pela religião católica (“A cruz e o arcabuz do homem branco”) e, por fim, a luta pela independência e a mestiçagem reunidas numa imagem bastante sugestiva: “Uma porção de sangues abraçados”, na qual a mistura dos sangues estaria ligada tanto à resistência interna e ao sofrimento, quanto à vocação do continente a se integrar em laços consanguíneos:

Os heróis e os mártires que fincaram no
tempo
a espada de uma pátria maior.
A lucidez do sonho arando o mar.
(Mello, 1996: 91)

Diferentemente do que observaremos na perspectiva identitária presente na poesia de Ferreira Gullar, em Thiago de Mello a explicação social e a aspiração transformadora da realidade comumente dividem espaço com uma encenação mítica do drama social latino-americano. No poema em questão o escritor não deixa de pintar um cenário carregado de exotismo, de belezas altissonantes e de um passado longínquo, sustentado por uma matriz comum. Os personagens da independência são elevados à condição de mártires e heróis de uma pátria unida; os grupos indígenas são resgatados como a base étnica e espiritual do novo homem que surge em nosso território, tudo isso inscrito na metáfora do coração capaz de suportar os “cinco séculos de árdua esperança” com toda a “dor, espanto e pranto”

resultantes da consciência crítica e moderna do subdesenvolvimento (Candido, 1973: 15).

Obviamente, a harmonia entre as diferenças, tônica do poema, deve ser vista sem ingenuidade. Lançar mão dos diversos grupos indígenas só faz algum sentido se lido numa vertente simbólica. Na prática, sabemos que eles jamais formaram um grupo coeso, sequer com práticas culturais minimamente semelhantes. O poema ecoa a confiança numa natureza comum e em um passado que nos une; teríamos, todos nós, um mesmo sangue, faríamos parte de uma grande família, uma “pátria maior” – crenças que serão pulverizadas no poema de Gullar que leremos a seguir. Mais do que isso, essas “verdades” são indissociáveis, nasceriam com o sujeito, pois brotam do seu próprio coração.

A presença do mito e da natureza como suportes para a identidade só poderia fazer sentido para uma identificação que também se quer natural, espontânea, na medida em que a própria voz lírica oculta o caráter transitório e em permanente construção das identidades em jogo. Por isso os elementos brotam diretamente do coração, como consequência de um passado mítico, mas também histórico, irrecusável. Eis a grande marca do poema: reduzindo o discurso identitário ao feltro estático da natureza, ele já nasce tendo o sonho da “pátria maior”, ao mesmo tempo, como seu ponto de partida e seu ponto de chegada.

Poderíamos dizer que a identidade forjada no poema existe somente enquanto justificativa para uma “comunidade de vida e destino”, expressão discutida por Bauman (2005: 17) a partir das ideias de Siegfried Kracauer. Uma comunidade de vida e destino, segundo o autor, seria aquela “dada ao indivíduo a partir de seu nascimento e dentro da qual vivem [seus membros] juntos numa ligação absoluta” (Bauman, 2005: 18). A “pátria maior” referida no poema, ou o “coração latino-americano” que lhe dá nome, são arranjos discursivos que enlaçam o leitor numa adesão solidária a esse sentimento de pertença. A voz lírica que anuncia a identidade americana vem somente avisar o leitor de que ele faz parte de um irrecusável conjunto de práticas sócio-histórico-culturais correspondentes a um determinado espaço afetivo/geográfico. A identidade latino-americana seria, assim, uma consequência imediata de se ter nascido neste lugar, é o sentido que nos une, nossa condição de *estar no mundo*.

3. “Nós, latino-americanos”

Passando a examinar o poema “Nós, latino-americanos”, de Ferreira Gullar, veremos como ele encara a identidade latino-americana a partir de uma ótica distinta, quase oposta, a de Thiago de Mello. Primeiramente, vale notar, retomando a classificação de Bauman, a forma como a identidade presente no poema se dispõe a justificar uma “comunidade fundida unicamente por ideias ou por uma verdade de princípios” (Bauman, 2005: 18), por isso renega tudo que soe como “identidade inerente”:

Nós, latino-americanos

à Revolução Sandinista

Somos todos irmãos
mas não porque tenhamos
a mesma mãe e o mesmo pai:
temos é o mesmo parceiro
que nos trai.

Somos todos irmãos
não porque dividamos
o mesmo teto e a mesma mesa:
divisamos a mesma espada
sobre nossa cabeça.

Somos todos irmãos
não porque tenhamos
o mesmo berço, o mesmo sobrenome:
temos um mesmo trajeto
de sanha e fome.

Somos todos irmãos
não porque seja o mesmo o sangue
que no corpo levamos:
o que é o mesmo é o modo
como o derramamos.

(Gullar, 2009: 378)

O poema faz parte do livro *Barulhos*, publicado em 1987. Tal como em “O coração latino-americano”, de Thiago de Mello, trata-se de um olhar mais distanciado em relação aos anos de maior atuação político-partidária e aos anos em que viveu parte de seu exílio em países da América Latina. Ele também não deixa de ser uma revisão do grande entusiasmo com que era debatida a latinidade nos anos 1960 e 1970, com um tom de lúcido balanço destas representações e de enfrentamento das limitações a elas impostas. Podemos observar no poema alguns traços que confirmam um estilo muito sólido alcançado pela poesia de Ferreira Gullar, visível na abordagem altamente crítica da temática social, alheia aos cacoetes da poesia engajada e sem fechar-se numa visão dogmática ou laudatória da causa política.

O poema é dedicado à Revolução Sandinista, primeiro indício de uma solidariedade de base latino-americana, irmanada com as lutas sociais travadas no continente. A homenagem à revolta popular na Nicarágua é o mote para uma investida nas tensões que permeiam o diálogo entre os países latino-americanos.

Neste sentido, a identificação com a luta na Nicarágua se oferece como marco evocado para se examinar crítica e liricamente uma noção mais ampla de identidade. Enquanto processo revolucionário, a Revolução Sandinista representava o desejo de independência num país onde a maior receita econômica vinha da agricultura desenvolvida nos latifúndios de controle norte-americano. A homenagem ao movimento, que seria violentamente contido pelas forças estadunidenses, marca uma posição de adesão ao projeto de América livre, vindo na luta nicaraguense os indícios de um destino comum, libertário.

“Nós, Latino-americanos” se concentra, evidentemente, na sustentação de uma identidade latino-americana. Mas seu discurso identitário não aceita, em momento algum, refugiar-se na celebração de um estado de espírito absoluto e inegável de pertença. Temos já no título o início de uma tensão, expressa pelo dilema do *ser ou não ser* latino americano. Tal tensão manifesta-se por meio da ambiguidade do significante “nós”, que, numa leitura mais direta, respeitando a sintaxe marcada pela vírgula, é lido como pronome pessoal da primeira pessoal do plural, endossando um sentido de unidade e de união em torno do qualificador comum: o ser “latino-americano”, o “nós” coral, típico do canto participativo. Entretanto, numa outra camada de significação – perceptível apenas na vocalização do texto – o “nós” do título pode assumir a função de substantivo e, nesse caso, sua carga semântica se aproximaria simbolicamente da noção de descontinuidade, embaraço – isto é, um nó insolúvel. Seguindo essa segunda leitura, o “latino-americano” do título passaria de substantivo, isto é, de algo fixo, estável, ocupando a posição de aposto na primeira variante, para se converter em adjetivo, marcando a fluidez típica das identidades sociais. Assim, a marca de pluralidade e congregação do “nós” pronome está em atrito com o imbróglio do “nó” (cego) da identidade latino-americana. A leve fissura semântica no interior do discurso coral não suplanta, porém, os laços assumidos pela voz enunciativa, ao contrário, as ilumina. Ou nas palavras de Alfredo Bosi (2000: 214- 215; itálicos no original):

uma das marcas constante da poesia aberta para o futuro é a coralidade. O discurso da utopia é comunitário, comunicante, comunista. O poema assume o destino dos oprimidos no registro de sua voz (...) O coro atua, necessariamente, um modo de existência plural. São as classes, estratos, os grupos de uma formação histórica que se dizem no *tu*, no *vós*, no *nós* de todo poema abertamente político. Mas o coro não se limita a evocar uma consciência de comunidade; ele pode também provocá-la, criando nas vozes que o compõem o sentimento de um destino comum.

O poema configura um problemático jogo entre os elementos simbólicos tradicionalmente ligados à identidade latino-americana. A tensão central se dá entre o que é fixo e o que é transitório, entre o que é dado naturalmente e o que é alcançado através de escolhas. A estrutura simples, ancorada nos paralelismos, reforça em cada estrofe o choque entre as identidades tradicionalmente formuladas e as identidades tecidas na práxis como um horizonte de ação conjunta. Na voz lírica está a confiança num princípio comum capaz de definir e distinguir o povo latino-americano de

outros povos, assim como há uma inquestionável convocação à aproximação dos países e a crença na convergência histórica do continente. Afinal, martela no topo de cada estrofe, como estribilho, a positiva convicção de que “somos todos irmãos”. Mas o poeta utiliza uma espécie de inversão estrutural na qual se apresenta o refrão não como clímax, mas como início, posto no primeiro verso de cada estrofe. A confiança na irmandade é ponto de partida (seu ponto de chegada não é proclamado no poema, mas fica implícito, podendo ser a revolta, a ação conjunta), um dado *a priori* que nos versos seguintes será negado, desdobrado, invertido e finalmente apresentado em novo matiz.

Afinal, se o poema desenvolvesse pacificamente seu verso principal, “Somos todos irmãos”, e enumerasse os fundamentos desta fraternidade, teríamos, provavelmente, um resultado final semelhante ao observado no poema de Thiago de Mello. Definitivamente não é o que ocorre no poema de Gullar: a identidade possível não se constitui ali somente às margens dessa visão que aqui chamamos, na falta de um nome melhor, de mítica ou “natural”, mas insurge-se frontalmente contra ela, desconstruindo-a. No segundo verso de cada estrofe a adversativa “mas” – ora enunciada ora subentendida – se coloca em tensão com o estribilho e o sentido fraternal que ele expressa. Cria-se uma estrutura que é repetida em cada estrofe, modulando um ritmo e reforçando uma ideia, com a seguinte base: somos todos irmãos, *mas não por isso e sim por aquilo*.

Vejamos a primeira estrofe (Gullar, 2009: 378):

Somos todos irmãos
mas não porque tenhamos
a mesma mãe e o mesmo pai:
temos é o mesmo parceiro
que nos trai.

Num primeiro momento não se explica o motivo pelo qual “somos todos irmãos”. A queda rítmica e semântica propiciada pela posição forte da adversativa “mas” demonstra que a ordem sintática focaliza a negação: ela primeiro abala a irmandade para em seguida refundá-la em outra base; ela diz primeiro não, para em seguida dizer que sim. O “não”, aliás, é direcionado exatamente para o grupo de elementos que simbolizam a dimensão espiritual/atemporal da identidade. O poema renega com veemência qualquer aproximação de ordem mítica, ancestral ou sanguínea, justamente aquelas que ganharam estatuto intelectual na luta pela independência e tornaram-se lugares-comuns com a literatura romântica. As imagens são diversificadas; cada estrofe desconstrói um determinado fator identitário construído pela tradição americanista, mas todos estes elementos têm algo em comum: são arbitrários, absolutos, irreversíveis.

Na primeira estrofe nega-se a importância da matriz compartilhada. Não somos irmãos, diz o poema, por termos o mesmo pai e a mesma mãe – que podem

significar o passado indígena e a colonização ibérica. Na segunda estrofe nega-se o espaço familiar, com a imagem de um mesmo berço, referindo-se, talvez, à formação dos estados nacionais latino-americanos, e a mesma mesa, pondo em evidência a proximidade geográfica entre os países. Na terceira, nega-se o sobrenome e na quarta o próprio sangue, criando um interessante paradoxo entre a afirmação da irmandade e o reconhecimento de não termos o mesmo sangue.

Repara-se que, se verdadeiros, nenhum dos atributos poderia ser negado, pois já nascem com o próprio sujeito. O poema não invalida ou nega a base de verdade desses termos – apenas diz que não são eles que nos tornam irmãos. Talvez até exista um mesmo sangue, o nome, a ascendência – não é isto que está em questão –, mas tais atributos não servem para definir a conturbada relação entre os países latino-americanos, pois não se trata de uma irmandade *normal*, aleatoriamente distribuída, logicamente incontornável, mas sim de uma opção, um projeto baseado na análise da realidade social de cada um dos grupos e atores interessados nessa aspiração.

Somos irmãos, retumba o verso principal de cada estrofe, mas não irmãos comuns, de mesmo berço, sangue e sobrenome, elementos que não podemos escolher; somos irmãos por compartilhar os mesmos dilemas políticos e dramas sociais, a mesma perfídia e o mesmo sangue derramado: escolhemos, enfim, ser irmãos, porque assim lutamos melhor, nos sentimos menos sozinhos e podemos sonhar sonhos mais promissores. Dessa maneira, retomando o pensamento de Bauman, o modelo apregoado no poema não se aplica a uma “sociedade de vida e destino”, tal como apontamos no poema de Thiago de Mello, mas levanta a questão da América Latina como uma “comunidade fundada unicamente num jogo de princípios e projetos comuns” (Bauman, 2005: 17).

Nessa altura, o risco encarado pela poesia de Gullar, cuja base é visceralmente materialista, é o de perder seu apelo expressivo ao abandonar a encenação poética do mito e da ancestralidade comum como justificativa espiritual para o desejo político de cooperação entre os países latino-americanos. Esse abandono poderia ser um passo para a deformidade do discurso literário, gerando um risco de frieza ao se reduzir a crença (ideologicamente construída) a questões contingenciais, políticas. Entretanto, a habilidade do poeta parece residir na capacidade de fugir dessas armadilhas e ser convincente, tanto do ponto de vista crítico como estético, ao salientar a base histórica das identidades em trânsito no discurso sobre o continente. O poema gera surpresa e convida à reflexão justamente por dialogar criticamente com os estereótipos que naturalizam uma imagem exótica da América Latina; ele inova ao não dissimular o uso político inerente a todo discurso identitário, criando uma obra que converte em força persuasiva a aparente fragilidade dos nossos laços.

Ao invés da segurança de serem herdeiros de um mesmo pai e uma mesma mãe, de comerem na mesma mesa, se desenvolverem em berço comum e terem a identificação no sobrenome e nos laços sanguíneos, o poeta reduz a identidade a um único traço: a falta. O que nos une é precisamente aquilo que não temos e precisamos conquistar. É o parceiro que nos trai (referência provável ao imperialismo

norte-americano), o mesmo sangue derramado, a mesma fome, que justificam a solidariedade entre os povos do continente.

São questões que aparecem de modo incidental no poema de Thiago de Mello, que também faz menção a uma América explorada e sofrida, mas que se diluíam, enquanto crítica, no painel harmonioso tecido por sua poesia. Nos dois casos trata-se de uma concepção que atende a três momentos didaticamente marcados: a primeira apontada para o mesmo passado, marcado por surrupiamentos inglórios, extermínio da matriz indígena e domínio colonial; a segunda firmada no presente, denunciando a interferência estrangeira, personificada no imperialismo norte-americano, a desigual divisão de riquezas e a persistência do latifúndio e, por último, uma terceira via apontada para um futuro de justiça e liberdade, mediado pela luta revolucionária e pelo discurso utópico. Não obstante, o poema de Ferreira Gullar relativiza o passado e realça o presente enquanto argumento para a ação (é a fome de agora, o sangue agora derramado que justifica a união) enquanto para Thiago de Mello o passado ainda é a âncora que nos reúne numa mesma condição.

Considerações finais

Como pudemos observar ao longo da análise dos dois poemas, um dos principais desafios para a elaboração de um discurso poético interessado na ampliação do diálogo entre os países latino-americanos é lidar com a incontornável necessidade de enfrentamento crítico e ativação simbólica de uma identidade continental legítima, sem falseamentos ou idealizações ingênuas. As poesias de Thiago de Mello e Ferreira Gullar enfrentaram, em vários níveis e de formas diversas, a precariedade dos laços que costumam sustentar a aspiração americanista, especialmente quando pensada a partir da ótica brasileira. Os dois autores participaram, com certo protagonismo, da investida na latinidade nos anos 1960 e 1970, impulsionada pela polarização política da Guerra Fria, o impacto político-cultural da Revolução Cubana e a relativa “guinada à esquerda” de amplos segmentos do campo intelectual latino-americano (Schwarz, 1978; Rama, 2006).

Os dois poemas aqui estudados correspondem, como salientamos, a uma etapa posterior de suas obras, já distante do período de maior recorrência da latinidade em nosso debate cultural. Esta nova etapa é marcada pela crise das utopias e pela consolidação da globalização neoliberal, pautada na abertura de novos mercados e no trânsito rentável de pessoas e mercadorias. O êxito dessa proposta hegemônica de globalização fixou nas alternativas de aproximação comunitária, semeadas nos anos 1960 e 1970, um incômodo véu de ingenuidade e demagogia. Enfrentar novamente o espinhoso sonho americanista, num contexto de frustração e derrota, leva os poetas a sintetizarem, nos poemas lidos, um movimento reavaliação, mais ou menos distanciada, dos anseios nutridos em livros anteriores.

Fundamentados, portanto, pela concepção identitária amadurecida nos poemas estudados, identificamos uma América mítica presente na poesia de Thiago de Mello, com sua paisagem natural e conclamação à solidariedade e à irmandade espontânea entre os povos; e uma América visceral na obra de Gullar, com seu olhar desconfiado

e tensa fulguração identitária, propondo a construção de uma identificação que é opcional, projetiva e voluntária. Através da poesia, diversas pontes são erguidas em nome do contato mais produtivo entre os países da América Latina, mantendo como ponto de partida o desejo de abertura estratégica dessa ilha chamada Brasil. Erguidas em terreno sabidamente pantanoso, ao qual a poesia frequentemente é convocada a retornar, cabe ao olhar crítico examinar de perto a estrutura dessas pontes, pois a partir delas, de pontos vários, podemos uma vez mais aspirar a uma travessia.

Referências Bibliográficas

- ABDALA JR., Benjamin. *De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOSI, Alfredo. *O Ser e o Tempo da poesia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
- _____. “Roteiro do poeta Ferreira Gullar”. In: *Céu Inferno*. São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- CANDIDO, Antonio. “Literatura e Subdesenvolvimento”. In: *Argumento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- GULLAR, Ferreira. *Toda Poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- MELLO, Thiago de. *Vento Geral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *De uma vez por todas*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996.
- MENDES, J. M. “O desafio das identidades”. In: SANTOS, B. S. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PAULA, Marcelo Ferraz de. “A América Latina na música popular brasileira: dois idiomas e um coro-canção”. *Darandina Revista Eletrônica*. Vol. 4, nº 1, Juiz de Fora, 2011.
- _____. “Neruda no Brasil; o Brasil em Neruda”. *Cadernos de Letras da UFF*. Nº 37, p. 185-203, 2009.
- RAMA, Ángel. *Literatura, cultura y sociedad en América Latina*. Montevideo: Trilce, 2006.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política 1964-1969*. In: *O pai de família e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Nota Curricular:

Marcelo Ferraz de Paula. Doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela USP. É professor adjunto da Universidade Federal de Goiás e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da UFG. Pesquisa os seguintes temas: poesia brasileira e hispanoamericana; trânsitos literários ibero-afro-americanos; literatura, história e vida social.

Contacto: marcelo2867@gmail.com

Figurações de Don Quixote no pensamento crítico de Álvares de Azevedo: no avesso da crítica romântica¹

Natália Gonçalves de Souza Santos
Universidade de São Paulo (Brasil)

Resumo

No prefácio à primeira parte da obra *El ingenioso hidalgo Don Quixote de la Mancha* (1605), de Miguel de Cervantes, há a recomendação de que “leyendo vuestra historia, el melancólico se mueva a la risa, el risueño la acreciente”. Colocando em segundo plano a importância deste traço fundamental, a crítica literária do período romântico se preocupou em ressaltar o aspecto trágico do livro, lendo a narrativa na sua perspectiva mais transcendente e interpretando a proposta do autor como uma ilustração do desencantamento do mundo. Essa interpretação, que se coaduna a uma parte central do projeto estético desta escola literária e que adentrou o século XX, foi inaugurada pelo Romantismo alemão, nas primeiras décadas do século XIX e tornou-se quase uma unanimidade dentro do movimento. Embora tributário desse romantismo, o escritor brasileiro Álvares de Azevedo, no prefácio à *Lira dos vinte anos* (1853) e no poema “Namoro a cavalo”, por exemplo, retoma a obra cervantina a partir do seu aspecto cômico, perfazendo uma inflexão em face do caminho central da crítica do *Don Quixote* no oitocentos e dialogando, assim, com uma outra vertente romântica.

Palavras-chave: *Don Quixote* - Romantismo - Recepção crítica - Álvares de Azevedo.

Figurations of Don Quixote in Álvares de Azevedo's critical thought: on the other side of Romantic criticism

Abstract

In the preface to the first part of the work *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha* (1605), from Miguel de Cervantes, there is the recommendation that “leyendo vuestra historia, el melancólico se mueva a la risa, el risueño la acreciente”. Literary criticism of the Romantic period gave less importance to this fundamental trait and it highlighted the tragic aspect of the book. So, this critical proposal read the story in its most transcendent perspective and it interpreted the author's proposal as a sight of the disenchantment of the world. This interpretation was inaugurated by German Romanticism in the first decades of the 19th Century, it became almost unanimous within the movement and even reached the 20th Century. Although tributary of that Romanticism, the Brazilian writer Álvares de Azevedo, in the preface to *Lira dos vinte anos* (1853) and in the poem “Namoro a cavalo”, for example, takes up Cervantes' work from its comic aspect. He makes a shift in face of the central path of *Don Quijote's* critical reception in his time and dialogues with another Romantic trend.

Keywords: Don Quijote - Romanticism - Critical reception - Álvares de Azevedo.

Receção: 22/01/2016 | Admissão: 03/10/2016 | Publicação: 31/03/2017

SANTOS, Natália Gonçalves de Souza: “Figurações de *Don Quixote* no pensamento crítico de Álvares de Azevedo: no avesso da crítica romântica”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 113 (2016): 95-108

1 Comunicação apresentada no VII Colóquio de Estudos Hispânicos: língua, cultura e literatura, realizado entre os dias 03 e 05 de outubro de 2012, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara/Brasil.

1. A recepção crítica do Don Quixote no século XIX

O interlocutor do prefácio à primeira parte d'*El ingenioso hidalgo Don Quixote de la Mancha* (1605), de Miguel de Cervantes (1547-1616), é claro quanto aos objetivos do livro: “todo él es una invectiva contra los libros de caballerías”, buscando “deshacer la autoridad y cabida que en el mundo y en vulgo tienen los libros de caballerías” (Cervantes, 1972: 21). Para alcançar tamanho intento, ainda de acordo com o amigo do escritor, o autor deveria levar “la mira puesta” e focar, justamente, o caráter satírico da narrativa, procurando, “también que, leyendo vuestra historia, *el melancólico se mueva a la risa, el risueño la acreciente*, el simple no se enfade, el discreto se admire de la invención, el grave no la desprecie, ni el prudente deje de alabarla” (Cervantes, 1972: 21, grifos nossos).

Como se vê, o prefácio ao *Don Quixote* torna-se um espaço privilegiado para a reflexão literária de seu autor e das propostas do livro, bem como para a problematização dos expedientes literários comumente empregados pelos autores de novelas de cavalaria. A tentativa de contemplar tantas nuances quanto ao público leitor da obra nos mostra a complexidade do trabalho de Cervantes, consagrado pelos leitores, ao longo dos séculos, fato que lhe rendeu a produção de uma extensa fortuna crítica. As distintas formas de recepção do *Don Quixote*, questão que foi largamente abordada pelos estudos cervantinos e que acentuam a profundidade da obra, é o problema central desse texto, especialmente quanto à peculiar maneira que o livro foi lido pelos escritores românticos e, inclusive, por um brasileiro, o ultrarromântico Álvares de Azevedo (183-1852).

De acordo com o trecho do prefácio grifado acima, vê-se a ênfase no efeito destruidor trazido pelo riso na desconstrução do gênero das novelas de cavalaria a que o autor se propõe, ao longo de toda a narrativa. O riso franco, aberto, possui, entre outras funções, a de promover o rebaixamento de ideais até então tidos por verdades unívocas e, com isso, inicia-se um processo de esfacelamento das convenções literárias nas quais se baseavam tais livros. As situações cômicas que permeiam as duas partes da obra evidenciam as incongruências das referidas novelas, que poderiam ser tomadas como verossímeis pelos leitores e que passam, a partir da irrupção do riso provocado pelas vivências de Don Quixote e de Sancho Panza, a ser vistas, se não com estranhamento, ao menos com desconfiança.

Segundo Maria Augusta da Costa Vieira, a recepção da obra de Miguel de Cervantes como sendo concebida para suscitar o riso prevaleceu desde a sua publicação até meados do século XVIII. A partir de 1750, aproximadamente, “esse território hilariante foi abalado drasticamente pela leitura romântica que desloca a comicidade de seu lugar privilegiado e instala o trágico, para grande decepção dos leitores predispostos às gargalhadas” (Vieira, 1998: 64). A interpretação romântica da obra perdurou por todo o século XIX até meados do XX, quando uma leitura de cunho estilístico construiu aquilo que ficou conhecido como interpretação realista do livro.

A leitura romântica do *Don Quixote*, como se sabe, prima pela idealização da loucura do herói, convertida num símbolo do desencantamento do mundo, ela evidencia, então, um viés trágico para a história, considerado como fundamental, em detrimento do cômico. Na era moderna, bem como no contexto espanhol que gestou a obra, os ideais elevados dos quais partilha o protagonista não encontram lastro na realidade, convertendo-o, de acordo com o projeto romântico, num indivíduo cindido, problemático. A ideia fixa do cavaleiro andante, que o leva a uma loucura cômica, ganha, assim, um cunho amargo, de interdição entre o ideal e o real, antinomia basilar aos partidários desse movimento literário. Assim, Sancho, por seu turno, evidencia a dura realidade a que é subjugado o protagonista.

Vieira (1998: 68) ressalta que, além de “os românticos encontrarem na obra questões de caráter mais filosófico e simbólico”, para eles, o que poderia ser ainda mais importante do que o seu traço cômico era a sua contribuição para um novo gênero então em franca expansão, o romance. Desloca-se a motivação de parodiar velhos gêneros a qual se presta o livro para a contribuição que ele legaria ao gênero moderno por excelência. Essas contribuições estariam contidas nas contradições psicológicas do Quixote, tornando-o uma personagem complexa, na aproximação das esferas do real e do ideal, concebida nas personagens do escudeiro e de seu amo e, como os românticos não ignoravam totalmente o caráter cômico da obra, na mescla estilística entre baixo e alto que é promovida pela narrativa. Tais características embasam a afirmação de Jorge Luis Borges (2010: 87), por exemplo, que entrevê na obra “o último livro de cavalaria e o primeiro romance psicológico das letras ocidentais”.

Os inauguradores dessa visão sobre a obra de Cervantes foram os escritores alemães do grupo de Iena e suas ideias foram difundidas, ainda de acordo com Vieira, pelas histórias literárias provenientes da Alemanha como, por exemplo, a de Friedrich Bouterwek, publicada em 1804, e a de Simonde de Sismondi, de 1813. O grande trabalho de tradução das obras-primas universais a que se dedicaram os românticos alemães, especialmente August W. Schlegel, também deve ter contribuído para a interpretação que foi sendo feita da obra. Otto Maria Carpeaux (1962: 2089) esclarece que, devido a traduções,

o mesmo Ariosto que pareceu romântico aos alemães é o poeta máximo da Renascença italiana, e o mesmo Dante que abriu aos românticos alemães os poetas da Idade Média católica é na Itália o discípulo de Virgílio, o portador do espírito latino “durante dez séculos de silêncio”.

Este fato se deve ao conceito de romantização cunhado pelos irmãos Schlegel e pelo círculo do primeiro romantismo alemão. De maneira geral, esse conceito pretendia a subjetivação de todas as atividades da vida, até mesmo as mais corriqueiras, que seriam, assim, transpassadas de significado poético. Evidentemente, todas as artes estariam envolvidas nesse projeto, até mesmo as que frutificaram em épocas passadas, o que resultava numa tradução criativa de obras antigas, de modo a romantizá-las.

Como o próprio Schlegel (1987: 51) afirma, no fragmento 25 da revista *Athenaeum* (1798), “não é raro inserirmos em nossas interpretações aquilo que

desejamos ou visamos, e muitas deduções são, na realidade, desvios”. Equívocos ou desvios foram traços que os estudiosos cervantinos do século XX discerniram na leitura divulgada pelo romantismo. O capítulo “A Dulcinéia Encantada”, parte do célebre livro *Mimesis* (1946), de Erich Auerbach (2011: 316) pode ser apontado como um marco nessa reviravolta da recepção do *Don Quixote*. Antípoda da leitura que preponderou por mais de cem anos, o autor considera que

um livro como o *Dom Quixote* solta-se da intenção de seu autor e vive uma vida independente, apresenta a cada época que nele acha prazer um novo rosto. Mas para um historiador que procura determinar o lugar de uma obra dentro de um processo histórico é, contudo, necessário, na medida do possível, esclarecer o que significou a obra para o seu autor e para seus contemporâneos.

Destaca, então, que os românticos fizeram uma “hiperinterpretação” do texto que, embora, frutífera, deveria ser reconsiderada.

Auerbach parte de um episódio notório da novela, do capítulo X da segunda parte, o encontro tão almejado de Don Quixote e a “señora de sus pensamientos”. Como é sabido, a cena se dá uma vez que Sancho havia mentido sobre ter, anteriormente, entregado uma carta da parte do cavaleiro à imaginária dama e, quando chegam a Toboso, suposta cidade de Dulcinea, o escudeiro encontra-se em dificuldades para dar prosseguimento a esse alvitre. Assim, decide ludibriar o amo, quando vê três lavradoras montadas em três burricos e as aponta como a dama e seu séquito. É quando ocorre uma das mais propaladas inversões entre os dois caracteres, pois Don Quixote “que todas las cosas que veía, con mucha facilidad las acomodaba a sus desvariadas caballerías y malandantes pensamientos” (Cervantes, 1972: 176), enxerga a realidade e não àquilo que a ideia fixa lhe projeta e Sancho tenta recriar a atmosfera da cavalaria a qual conhece por intermédio do amo. Vejamos um recorte da cena, também reproduzida no ensaio de Auerbach:

- Yo no veo, Sancho - dijo don Quijote -, sino a tres labradoras sobre tres borricos.

- Agora me libre Dios del diablo - respondió Sancho - ¿y es posible que tres hacaneas, o como se llaman, blancas como el campo de la nieve, le parezcan a vuestra merced borricos? ¡Vive el Señor, que me pele estas barbas, si tal fuese verdad!

- Pues yo le digo, Sancho amigo - dijo don Quijote -, que es tan verdad que son borricos, o borricas, como yo soy don Quijote, y tú Sancho Panza; a lo menos, a mi tales me parecen.

- Calle, señor - dijo Sancho -; no diga la tal palabra, sino despabile esos ojos, y venga a hacer reverencia a la señora de sus pensamientos, que ya llega cerca.

Y diciendo esto, se adelantó a recibir a las tres aldeanas, y apeándose del rucio tuvo del cabestro al jumento de uno de las tres labradoras; y

hincando ambas rodillas en el suelo, dijo:

- Reina y princesa y duquesa de la hermosura, vuestra altivez y grandeza sea servida de recibir en su gracia y buen talante al cautivo caballero vuestro, que allí está hecho piedra mármol, todo turbado y sin pulsos de verse ante vuestra magnífica presencia. Yo soy Sancho Panza, su escudero, y él es el asendereado caballero don Quijote do la Mancha, llamado por otro nombre el caballero de la Triste Figura.

A esta sazón ya se había puesto don Quijote de hinojos junto a Sancho, y miraba con ojos desencajados y vista turbada a la que Sancho llamaba reina y señora; y como no descubría en ella sino una moza aldeana y no de muy buen rostro, porque era carirredonda y chata, estaba suspenso y admirado, sin osar desplegar los labios. Las labradoras estaban asimismo atónitas, viendo aquellos dos hombres tan diferentes, hincados de rodillas, que no dejaban pasar adelante a su compañera; pero rompiendo el silencio la detenida, toda desgraciada y mohína, dijo:

- Apártense, nora en tal, del camino, y déjennos pasar, que vamos de priesa. [...] Apartóse Sancho, y dejóla ir, contentísimo de haber salido bien de su enredo. Apenas se vió libre la aldeana, que había hecho la figura de Dulcinea, cuando, picando a su cananea con un agujijón que en un palo traía, dió a correr por el prado adelante; y como la borrica sentía la punta del agujijón, que le fatigaba más de lo ordinario, comenzó a dar corcovos de manera, que dió con la señora Dulcinea en tierra; lo cual visto por don Quijote acudió a levantarla, y Sancho, a componer y cinchar el albarda, que también vino a la barriga de la pollina. Acomodada, pues, la albarda, y queriendo don Quijote levantar a su encantada señora en los brazos sobre la jumenta, la señora, levantándose del suelo, le quitó de aquel trabajo, porque haciéndose algún tanto atrás, tomó una corridica, y puestas ambas manos sobre las ancas de la pollina, dió con su cuerpo, más ligero que un halcón, sobre la albarda, y quedó a horcajadas, como si fuera hombre, y entonces dijo Sancho:

- Vive Roque, que es la señora nuestra ama más ligera que un alcotán, y que puede enseñar a subir a la jineta al más diestro cordobés o mejicano. El arzón trasero de la Silla pasó de un salto, y sin espuelas hace correr la hacanea, como una cebra, y no le van en zaga sus doncellas, que todas corren como el viento.

[...] Siguiólas don Quijote con la vista, y cuando vio que no parecían, volviéndose a Sancho, le dijo:

- Sancho, ¿qué te parece cuán malquisto soy de encantadores? Y mira hasta dónde se extiende su malicia y la ojeriza que me tienen, pues me han querido privar del contento que pudiera darme ver en su ser a mi señora. [...]

(Cervantes, 1972: 567-569)

O crítico alemão explica que, mesmo que Don Quixote consiga arquitetar uma saída condizente com sua loucura para a desilusão diante da conformação máxima do seu ideal de cavaleiro, o fato de Dulcinea estar encantada, o episódio “parece ser altamente significativo, [...] parece triste, amargo e quase trágico”, já que representa, conjuntamente, “o auge da sua ilusão e da sua desilusão” (Auerbach, 2011: 303). Por outro lado, “se simplesmente lemos o texto de Cervantes, temos uma brincadeira, e ela é irresistivelmente cômica”, convertendo-se, então, no “cúmulo da brincadeira” (Auerbach, 2011: 305).

Certamente que o auge do efeito cômico da cena se dá pela queda de Dulcinea e é ainda mais acentuado pelo gracejo de Sancho, que já se sente resguardado, na sua mentira, pela loucura do amo. Auerbach ressalta, ainda, o contraste estilístico das falas das lavradoras e das de Sancho e Don Quixote que, embora se deem paulatinamente, geram um contexto ainda mais risível. Esse contraste entre a retórica cavaleiresca do protagonista e o estilo prosaico das demais personagens que surgem, especialmente no decorrer da primeira parte, é um dos grandes argumentos do crítico alemão contra a leitura romântica.

Ao lado dele está a falta de um antagonista na narrativa, o que impediria um conflito trágico. As aventuras e, conseqüentemente, as enrascadas nas quais o protagonista se coloca não surtem “complicações trágicas e conseqüências sérias” (Auerbach, 2011: 308), além de alguns eventuais machucados. O que move o enredo é a ideia fixa do herói, avesso à culpabilidade advinda dos atos que perfaz para o cumprimento dela. Há muito pouco de crítica social no livro, sendo a crítica restrita aos limites do literário. Auerbach (2011: 313) assevera então que

o jogo não é, em momento algum, trágico – como esperamos ter demonstrado –, e nunca os problemas humanos, quer os pessoais do indivíduo, quer os da sociedade, são postos diante dos nossos olhos de modo tal que tremamos ou sintamos compaixão; sempre ficamos no campo do divertimento. Mas trata-se de um divertimento que está disposto em camadas tão numerosas como nunca antes acontecera.

A consideração das gradações do cômico ressalta a riqueza da obra de Cervantes e contribui para os vários tipos de recepção crítica que a obra teve. Como é o caso da recepção do escritor romântico brasileiro Álvares de Azevedo que, mesmo sendo tributário do romantismo alemão, optou pela manutenção do aspecto cômico do livro na apropriação que faz dele em sua poética, da qual elegemos para ilustrar nossa argumentação, o segundo prefácio ao livro de poemas *Lira dos vinte anos* (1853), e os poemas “É ela! É ela! É ela! É ela” e “Namoro a cavalo”, ambos da segunda parte do referido livro.

2. Álvares de Azevedo e a lição do Quixote

Segundo Vieira (2006: 344), no ensaio ‘A recepção crítica do Quixote no Brasil’, “o primeiro estudo interpretativo da obra de Cervantes publicado no Brasil” foi a conferência de Olavo Bilac (1865-1918), intitulada “Don Quixote” e estampada na sessão *Conferências Literárias*, em 1906, da *Revista Kósmos* do Rio de Janeiro. De modo que a maneira como a obra é interpretada por Azevedo não vem a ser um estudo

sistemático, mas apropriações pontuais daquilo que foi produzido por escritores da tradição literária, caso de Cervantes, Shakespeare ou Goethe, como ponto de partida para a constituição da originalidade autoral.

A segunda geração romântica brasileira é geralmente vista pelo seu veio principal de produção poética, consolidado pela tradição crítica do país, que é o do ultrassentimentalismo, cujas tópicos principais foram, entre outras, o amor idealizado, a morte, o medo de amar, célebre pelo ensaio de Mário de Andrade (1935), a melancolia ou o tédio de viver. Por isso, a inflexão alvaresiana frente à leitura mais comum do movimento do qual fez parte tende a causar algum estranhamento. Vagner Camilo, em *Risos entre pares* (1997), estudo dedicado às manifestações do riso nessa geração, destaca que, embora pouco estudado, há um grande espectro do riso a ser analisado nos escritos de poetas como Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães e mesmo, em poetas menos conhecidos, como Bruno Seabra, demonstrando um vasto diálogo com este outro veio do Romantismo. Até mesmo um poeta tomado por sua extrema sisudez, como Gonçalves Dias, apresenta, embora discreto, algum vislumbre de riso, ou de sorriso, caso das *Sextilhas de Frei Antão*, de 1848 (Camilo, 1997: 46).

Camilo (1997: 47) explica que, dado o empenho nacionalista do nosso romantismo, o humor foi negligenciado pela maioria dos escritores, ou restrito a produções marginais, pois não servia como ferramenta para a construção da identidade brasileira. Mas, no caso dos poetas-estudantes de São Paulo, a segunda geração, essa obrigatoriedade podia ser menos intensa devido à espécie de não lugar que ocupavam os seus membros: “de passagem pela adolescência, não sendo mais filho de família, nem ainda bacharel ou proprietário, o estudante ocupava uma zona intervalar, sobre a qual não recaíam direitos e obrigações, posto que se encontrava *aquém* da vida prática” (Camilo, 1997: 37). A própria organização do meio estudantil acentuava a possibilidade de deflagração do riso, pois, segundo o escritor, este se dividia em pequenas associações ou grêmios, nos quais, historicamente, se cultivou o cômico, caso dos grupos escolares oriundos da Idade Média. A suposta boemia e o espírito de vacância que predominavam são outros elementos da constituição do lúdico na academia paulistana.

Na tentativa de iluminar todos os meandros do riso na segunda geração, Camilo (1997: 23) retoma a ascendência que a sátira proveniente de Portugal manteve sobre ela, especialmente na figura de um Nicolau Tolentino. Naquilo que tange a interpretação cômica do *Don Quixote* pelos ultrarromânticos brasileiros, este vínculo pode ter sido importante, na medida em que, notadamente na produção satírica deste escritor, encontra-se a presença do livro em questão como mote para a sátira. Tal é o que demonstra a sátira “Feyta Por Ocasião da Quêda do Marquês de Pombal”, que possui como título “*Quixotada* e está enunciada em voz do próprio Dom Quixote” (Abreu, 2006: 300).

Até mesmo Almeida Garrett (1799-1854), introdutor do romantismo em Portugal e influente, mesmo após a Independência, nos rumos da literatura brasileira no oitocentos, sustentou uma leitura cômica da obra até, pelo menos, os anos de 1830,

momento em que viveu no exílio. Segundo Maria Fernanda de Abreu (2006: 301), poemas como “Magriço ou os Doze de Inglaterra” ainda mantinham “o uso satírico das figuras cervantinas”. Já num livro como *Viagens na minha terra*, de 1846, depois de seu regresso a Portugal e do triunfo do liberalismo no país, o autor se mostra totalmente imbuído “pelo paradigma da interpretação romântica daquelas figuras, uma interpretação antinômica: Dom Quixote, o louco sonhador, versus Sancho, o que vê a realidade das coisas” (Abreu, 2006: 301).

Como se vê, a visão romântica foi, gradativamente, firmando-se entre os escritores do século XIX, salvo, de certa forma, junto a Álvares de Azevedo. O livro de poemas *Lira dos vinte anos*, principal obra alvaresiana, possui um prefácio que explica a teoria fundamental do autor, que o levou a dividi-lo em duas partes opostas, num sistema que foi chamado por ele de binomia: “Duas almas que moram nas cavernas de um cérebro pouco mais ou menos de poeta escreveram este livro, verdadeira medalha de duas faces” (Azevedo, 2002: 139). A motivação para reviravolta na orientação do livro, de maneira geral, seria a exaustão a que o sentimentalismo romântico havia chegado, convertendo-se em “poesia de arremedo que anda na moda” (Azevedo, 2002: 139), em convenção literária, incapaz, portanto, de expressar a verdadeira profundidade da vida e a essência do ser humano, preocupações do projeto romântico.

De acordo com este projeto, a representação completa da realidade, do indivíduo, só poderia ser completa se se apoiasse em pólos antitéticos, já que

A fusão deliberada do riso à lágrima num todo dissonante surgia como a única capaz de encenar as contradições dos estados emocionais e, mais ainda, de flagrar a trama variegada do real, onde nada se afigura compartimentalizado e estanque – segundo faz supor a estética clássica –, mas sim obediente a um duplo movimento fundamental (Camilo, 1997: 59).

Assim, Álvares de Azevedo reserva a primeira parte de seu livro às “ternuras elegíacas”, o idealismo, e a segunda à “sátira que morde”, o prosaísmo, encabeçando o prefácio justamente com as figuras de Don Quixote e Sancho Panza:

Cuidado, leitor, ao voltar esta página!

Aqui dissipa-se o mundo visionário e platônico. Vamos entrar num mundo novo, terra fantástica, verdadeira Ilha Baratária de D. Quixote, onde Sancho é rei, e vivem Panúrgio, Sir John Falstaff, Fígaro e o Sganarello de D. João Tenório: - a pátria dos sonhos de Cervantes e Shakespeare.

Quase que depois de Ariel esbarramos em Caliban (Azevedo, 2002: 139).

Ao contrário do que poderia predizer a leitura romântica, a dupla cervantina figura no pólo do prosaísmo e da sátira, ao lado de outras personagens associadas ao cômico, com um traço do grotesco, caro aos românticos.

Tal como em Miguel de Cervantes, o prefácio se torna um importante espaço de reflexão literária e, especialmente, de desnaturalização da convenção, pois, da

mesma forma que o autor espanhol investe contra as tópicas das novelas de cavalaria, Azevedo se volta contra os lugares comuns da poesia romântica e, nas poesias que se seguem, procura evidenciar o cômico, ou, em alguns momentos, o tragicômico a que chegam àqueles que creem, sem nenhuma objeção, em um código poético já ultrapassado, incapaz de expressar com profundidade os problemas da realidade. É visível, como ressalta Camilo, a existência de diversos aspectos do riso nos poemas da segunda parte, desde o *humour*, num poema como “Ideias Íntimas”, até o mais jocoso, caso de “Namoro a cavalo”.

Além da segunda parte do livro *Lira dos vinte anos*, e como ilustração da importância do cômico dentro da poética deste autor, mencionamos a *Carta sobre a atualidade do teatro entre nós*, pequeno texto no qual Azevedo discute o atraso do palco brasileiro e maneiras de melhorá-lo. Afirmando que, além de termos apenas “dramas coxos” e “melodramas caricatos”, fizemos pior ao abandonar as representações cômicas: “Mas o que é uma desgraça, o que é a miséria das misérias é o abandono em que está entre nós a Comédia. [...] Verdadeiros *blasés*, parece que só amamos as impressões fortes: que preferimos estremecer, chorar, do que rir daquelas boas risadas de outrora.” (Azevedo, 2000: 746). O autor promove, nessa passagem, um alinhamento com as propostas românticas de resgatar a importância da comédia no cenário teatral, relegada pelo sistema neoclássico francês às atuações menores.

Ao longo de toda a obra de Álvares de Azevedo se pode verificar essa preocupação de levantar o questionamento dos elementos poéticos cristalizados, a proposição de outros, novos, que fomentem uma contínua recriação da poesia e a busca pela diluição da hierarquia entre os gêneros literários, como se pode ver, na retomada da comédia. De forma que, assim como em Cervantes, salvaguardadas as devidas distinções, a sua crítica se concentra mais num aspecto estritamente literário do que nos problemas da sociedade, do indivíduo, que emergem como consequência do primeiro assunto.

O poema “É ela! É ela! É ela! É ela!” (Azevedo, 2002: 191 e 192) possui como um de seus efeitos cômicos a sobreposição de uma retórica elevada a situações e personagens do cotidiano, do trivial, fazendo lembrar, por exemplo, a cena de *Don Quixote* anteriormente citada. Contendo dez quartetos de versos decassílabos, o poema traz um eu-lírico que expressa, num código poético sentimental incompatível com seu contexto, uma paixão pela lavadeira que reside defronte a casa dele. Numa noite, ele entra no quarto da jovem, enquanto esta dorme, e rouba-lhe um bilhete que ela trazia no seio, crendo tratar-se de um poema de amor destinado a ele, quando era, na verdade, um rol de roupa suja:

É ela! é ela! - murmurei tremendo,
E o eco ao longe murmurou - é ela!
Eu a vi - minha fada aérea e pura -
A minha lavadeira na janela!

Dessas águas-furtadas onde eu moro
Eu a vejo estendendo no telhado

Os vestidos de chita, as saias brancas;
Eu a vejo e suspiro enamorado!

Esta noite eu ousei mais atrevido
Nas telhas que estalavam nos meus passos
Ir espiar seu venturoso sono,
Vê-la mais bela de Morfeu nos braços!

Como dormia! que profundo sono!...
Tinha na mão o ferro do engomado...
Como roncava maviosa e pura!...
Quase caí na rua desmaiado!

Afastei a janela, entrei medroso:
Palpitava-lhe o seio adormecido...
Fui beijá-la... roubei do seio dela
Um bilhete que estava ali metido...

Oh! de certo ... (pensei) é doce página
Onde a alma derramou gentis amores;
São versos dela... que amanhã de certo
Ela me enviará cheios de flores...

Tremi de febre! Venturosa folha!
Quem pousasse contigo neste seio!
Como Otelo beijando a sua esposa,
Eu beijei-a a tremer de devaneio...

É ela! é ela! - repeti tremendo,
Mas cantou nesse instante uma coruja...
Abri cioso a página secreta...
Oh! meu Deus! era um rol de roupa suja!

Mas se Werther morreu por ver Carlota
Dando pão com manteiga às criancinhas,
Se achou-a assim mais bela, - eu mais te adoro
Sonhando-te a lavar as camisinhas!

É ela! é ela! meu amor, minh'álma,
A Laura, a Beatriz que o céu revela...
É ela! é ela! - murmurei tremendo,
E o eco ao longe suspirou — é ela!

Os epítetos que o eu-lírico utiliza para descrever a lavadeira como uma “fada aérea e pura” não condizem, no plano da convenção literária, com ações que ela desempenha: o ato de estender as roupas no varal, o dormir com o ferro do engomado na mão, o ronco. Tais atitudes são utilizadas para produção de um efeito cômico, acentuando a construção caricatural típica do gênero humorístico. Ao vê-la lavando as camisinhas, as referências suscitadas são as do cânone universal, Petrarca, Dante, como se a simples moça se encontrasse encantada aos olhos de seu admirador, no sentido contrário ao de Cervantes, tornando possível “o efeito irônico do riso no sentido de demonstrar não mais uma impossibilidade criativa da lavadeira de roupa, mas do despropósito do princípio estético que espera encontrar um gênero lírico de teor amoroso na convenção do prosaico, refletindo com isso, a ingenuidade do sujeito criador” (Cunha, 1998: 161). O encontro da lista de roupa suja em detrimento da expectativa do poema lírico reflete o ridículo a que se submete o eu ao buscar na realidade as expectativas amorosas condicionadas pelo sentimentalismo.

Outro poema que lida com a incompatibilidade do código poético tradicional e a situação prosaica é “Namoro a cavalo” (Azevedo, 2002: 204 e 205), formalmente semelhante ao poema transcrito anteriormente. Nele, além de tematizar uma prática comum à época, o poeta contrasta as práticas típicas da corte amorosa, mandar flores, escrever versos, e o valor monetário que é necessário para executá-las, a compra dos presentes e o aluguel de um cavalo. O efeito “bola de neve” a que é sujeito o cavaleiro, as roupas sujas pela lama do caminho, a desfeita da namorada, a queda do cavalo, o nariz sangrando e a calça rasgada, também é típico da comédia:

Eu moro em Catumbi. Mas a desgraça,
Que rege minha vida malfadada,
Pôs lá no fim da rua do Catete
A minha Dulcinéia namorada.

Alugo (três mil réis) por uma tarde
Um cavalo de trote (que esparrela!)
Só para erguer meus olhos suspirando
A minha namorada na janela...

Todo o meu ordenado vai-se em flores
E em lindas folhas de papel bordado...
Onde eu escrevo trêmulo, amoroso
Algum verso bonito... mas furtado.

Morro pela menina, junto dela
Nem ousou suspirar de acanhamento...
Se ela quisesse eu acabava a história
Como toda a comédia - em casamento.

Ontem tinha chovido... que desgraça!
Eu ia a trote inglês ardendo em chama,
Mas lá vai senão quando uma carroça
Minhas roupas tafuis encheu de lama...

Eu não desanimei. Se Dom Quixote
No Rocinante erguendo a larga espada
Nunca voltou de medo, eu, mais valente,
Fui mesmo sujo ver a namorada...

Mas eis que no passar pelo sobrado,
Onde habita nas lojas minha bela,
Por ver-me tão lodoso ela irritada
Bateu-me sobre as ventas a janela...

O cavalo ignorante de namoros,
Entre dentes tomou a bofetada,
Arrepia-se, pula e dá-me um tombo
Com pernas para o ar, sobre a calçada...

Dei ao diabo os namoros. Escovado
Meu chapéu que sofrera no pagode
Dei de pernas corrido e cabisbaixo
E berrando de raiva como um bode.

Circunstância agravante. A calça inglesa
Rasgou-se no cair de meio a meio,
O sangue pelas ventas me corria
Em paga do amoroso devaneio!...

Nesse poema, é possível observar referências explícitas a uma figuração cômica do *Don Quixote*. Até mesmo a namorada parece ter uma extração humilde, tal qual a verdadeira Dulcinea da novela, já que não se trata da filha de um proprietário rural, uma das posições outrora mais importantes do Império brasileiro, mas apenas filha de um comerciante, que habita na parte superior do próprio comércio (“sobrado, onde habita nas lojas minha bela”). Apesar de não terminar em casamento, *happy end* típico do gênero e referido no poema, é certo que o cômico impera e faz contrastar o “amoroso devaneio” do eu com os empecilhos reais, e não ideais, do jogo amoroso. Desde o início do texto, podemos observar o rebaixamento dos motivos elevados do cânone sentimental a situações do cotidiano. O contemplar a namorada na sacada, possível alusão a Romeu e Julieta, que se converte, ao final, na visão do sobrado do comércio e na desfeita da moça devido a descompostura do namorado, a escritura dos

versos, que, em vez de exprimir sua subjetividade, são de alheia autoria, sugerindo o fim alcoviteiro da atividade poética, ou a oferta das flores, que custam, na verdade, todo o salário do rapaz. A prevalência desses elementos mais materiais, aliados à decepção amorosa sofrida pelo eu-lírico do poema, faz com que ele abandone a corte amorosa, não sem razão, dado que esta trouxe-lhe feridas não apenas sentimentais.

Conforme procuramos sugerir aqui, a interpretação cômica da obra de Miguel de Cervantes na estética de Álvares de Azevedo pode ter diversas razões, estando, entre elas, a manutenção do diálogo com uma vertente anterior à romântica para a leitura da novela. É possível pensar que o escritor brasileiro teve acesso a essa vertente por intermédio de autores portugueses, o que veio a contribuir para uma determinada apropriação das figuras cervantinas pelo projeto poético particular de Azevedo, que se empenhou de maneira peculiar pela valorização do cômico no cenário romântico. Da discussão proposta nesse artigo, é possível destacar a já conhecida profundidade da obra de Cervantes, que fomenta distintas recepções críticas, até num mesmo período literário, bem como a autonomia do pensamento de Álvares de Azevedo que, mesmo tributário das ideias provenientes do Romantismo alemão, o principal responsável pela veiculação da interpretação idealista do *Don Quixote*, diverge delas, perfazendo atitude crítica própria ao poeta moderno.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maria Fernanda de. “O Quixote na voz dos escritores portugueses”. In: VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *Dom Quixote: a letra e os caminhos*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 297-316.
- ANDRADE, Mario de. Amor e Medo. In: _____. *Aspectos da literatura brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Martins, 1978, pp. 197-231.
- AUERBACH, Erich. “A Dulcinéia Encantada”. In *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 5ª Ed, 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 299-320.
- AZEVEDO, Álvares de. *Obras completas*. Organização de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- _____. *Poesias completas*: edição crítica de Péricles Eugênio da Silva Ramos/ Iumna Maria Simon (org.). Campinas: Ed. da UNICAMP: Campinas, Imprensa Oficial: /São Paulo, 2002.
- BORGES, Jorge Luis. Prólogo a “Retorno a D. Quijote” In *Prólogos, com um prólogo de prólogos*. Cia das Letras, 2010.
- CAMILO, Vagner. *Risos entre pares: poesia e humor românticos*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1962.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha*. Madrid: EDAE, 1972.
- CUNHA, Cilaine Alves. *O belo e o disforme: Álvares de Azevedo e a ironia romântica*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHLEGEL, Friedrich. “Fragmentos da Athenaeum”. In: LOBO, Luíza (tradução, seleção e notas). *Teorias poéticas do romantismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 50-72.

VIEIRA, Maria Augusta da Costa. “A recepção crítica do Quixote no Brasil”. In: _____ (org.). *Dom Quixote: a letra e os caminhos*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 341-351.

_____. “Entre tragédias e comédias: questões da história crítica do *Quixote*”. In: *O dito pelo não-dito: paradoxos de Dom Quixote*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 57-74.

Nota Curricular:

Natália Gonçalves de Souza Santos. Doutoranda pelo programa de pós-graduação em Teoria literária e Literatura Comparada, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP. Estágio doutoral na Université Paris VIII (2014/2015) com bolsa da CAPES.

Contacto: nataliagss@usp.br

Metonímias do desejo

José Luiz Foureaux de Souza Júnior
Universidade Federal de Ouro Preto (Brasil)

Resumo:

O presente artigo tenta articular leitura comparativa de três textos fragmentos de um romance, uma carta e fragmentos poéticos (de Guimarães Rosa, Antônio Nobre e Álvaro de Campos, respectivamente) sob o signo da ausência do corpo. Na textualidade de cada um dos gêneros contemplados pelo olhar do leitor, a corporalidade se faz ausente de formas diferenciadas, articulando discursos metonímicos de um mesmo desejo, ainda que não necessariamente nominado. A perspectiva comparatista e o aparato psicanalítico se fazem operacionalmente interessantes e eficazes.

Palavras-chave: Desejo - Sexualidade - Leitura - Comparatismo.

Metonymies of desire

Abstract:

This article tries to articulate a comparative reading of three fragments from a novel, a letter and poetic fragments (by Guimarães Rosa, Antônio Nobre and Álvaro de Campos, respectively) under the topic of the body's absence. In the textuality of each of the genres covered by the reader's eye, the corporality is made out of different forms, articulating metonymic speeches of the same desire, even if not necessarily named. A comparative perspective and the psychoanalytic apparatus become operationally effective and interesting.

Keywords: Desire - Sexuality - Reading - Comparatism.

A angústia surge do momento em que o sujeito está suspenso entre um tempo em que ele não sabe mais onde está, em direção a um tempo onde ele será alguma coisa na qual jamais se poderá reencontrar.

Jacques Lacan

A ideia motriz desta leitura é a de que a ausência do corpo, no caso da carta de Antônio Nobre; a observação do corpo defunto de Diadorim, em *Grande sertão: veredas* e a celebração do corpo da letra poética, nos fragmentos poéticos de Álvaro de Campos/Fernando Pessoa são processos que fazem este mesmo corpo presente, na discursividade do desejo. A mais absoluta presença neste discurso/texto se dá, exatamente, por sua ausência. Isto remete ao Trovadorismo galego-português quando a ausência do elemento masculino faz com que ele seja a mais absoluta presença nas lamentações da voz poética. A proposta segue algumas lições contudentes de dois eventos culturais que marcaram a passagem do século XIX para o século XX, no contexto da Literatura Luso-Brasileira: a publicação da revista *Orpheu* e as atividades da Semana de Arte Moderna. O tom iconoclasta e, mesmo, transgressivo, dos dois eventos permite que exercícios de leitura como o aqui proposto se façam plausíveis, efetivos e eficazes. Por outro lado, Freud e Nietzsche comparecem, mesmo que subliminarmente, como anteparos epistêmicos da ideia de ausência de corpo e de sua consideração como metonímias do desejo, como anunciado.

Já chegando ao final de seu relato, Riobaldo depara-se com uma cena que o inquietava. Mesmo depois de sua vivência, o relato ainda se faz angustiante. Diz o narrador (Rosa, 1994: 861-862):

Constante o que a Mulher disse: carecia de se lavar e vestir o corpo. Piedade, como que ela mesma, embebendo toalha, limpou as faces de Diadorim, casca de tão grosso sangue, repisado. E a beleza dele permanecia, só permanecia, mais impossivelmente. (...) E disse...

Diadorim - nu de tudo. E ela disse: - "A Deus dada. Pobrezinha..." (...)

E disse. Eu conheci! Como em todo o tempo antes eu - não contei ao senhor - e mercê peço: - mas para o senhor divulgarcomigo, a par, justo o travo de tanto segredo, sabendo somente no átimo em que eutambém só soube... Que Diadorim era o corpo de uma mulher, moça perfeita... Estarreci. A dor não pode mais do que a surpresa. A coice d'arma, de coronha...

Ela era. Tal que assim se desencantava, num encanto tão terrível; e levantei mão para me benzer - mas com ela tapei foi um soluçar, e enxuguei as lágrimas maiores. Uivei. Diadorim! Diadorim era uma mulher. Diadorim era mulher como o sol não acende a água do rio Urucuia, como eu soluzei meu desespero.

Na observação do ato de lavar o corpo, acompanhado por Riobaldo, a beleza de Diadorim revela-se, uma vez mais, mesmerizante. Riobaldo chora. No “travo de tanto segredo”, como diz a voz narrativa, abre-se a possibilidade de admitir que a “dor não pode mais do que a surpresa”. Travo e segredo são significantes que remetem, via leitura associativa, a desejo por vias transversas. Desejo recalcado porque desconhecido seu objeto. Riobaldo sempre acreditou que Diadorim fosse, para sempre, seu companheiro. E o gênero masculino da palavra encobria com a sombra do recalçamento o desejo que angustiava e endoidecia o narrador. Por diversas vezes ele simplesmente não encontrava palavras para expressar o que se ia em seu íntimo, pela inexplicável atração prazerosa que o unia aos “olhos verdes”. No abrupto corte provocado pela morte, o desejo de Riobaldo se divide entre a decepção e o alívio. A ambiguidade se revela sobretudo pelo uso vocabular que Guimarães Rosa exercita, o que enseja um discurso de dubiedade, como no “encanto tão terrível” que Riobaldo experimenta e que o leva a benzer-se e desabafa: “Uivei. Diadorim! Diadorim era uma mulher. Diadorim era mulher como o sol não acende a água do rio Uruçuia, como eu soluzei meu desespero”.

O verbo uivar (de dor, de prazer, de decepção?) guarda aqui singularidade discursiva que, uma vez mais, remete à ideia de desejo. Uivaré um verbo com origem no termo em latim *ululare*, que significa dar uivos, berrar, ulular. Em sentido figurado o verbo uivar significa bravejar ou vociferar, dar gritos. O ato de uivar é característico de cachorros e lobos. Normalmente o uivo de um cachorro não é sinal de sofrimento, e sim uma forma de demonstrar a sua frustração. O uivo pode ter vários tons e diferentes volumes de intensidade, que variam conforme a mensagem que o animal pretende enviar. Este detalhe dá colorido especial ao uivo de Riobaldo.

Os gestos de Riobaldo acompanham a mesma motivação, a partir do trecho citado, várias são as passagens que denotam essa manifestação física que está no limite da ambiguidade que o desejo retroalimenta. A sua reação ao saber do “segredo” leva ao pedido de desculpas da mulher que revela tudo, o que, por sua vez, causa certa confusão mental/afetiva em Riobaldo. A consistência da ideia de desejo é, então, incontestável. Neste sentido, igualmente incontestável, a influência da sombra de Freud, da Psicanálise. Esta contribui para possíveis mudanças no/do discurso que se articula nas releituras da obra de Guimarães Rosa, abrindo, inclusive, espaço para novas perguntas e novas respostas frente a “fenômenos” da sexualidade ficcionalmente construídos. Aqui, postulo a pertinência da ideia de desejo, e mais, de desejo homoerótico como uma dessas possibilidades. Para a Psicanálise, o homoerotismo é simplesmente uma das estruturas em que a pulsão se molda e, em si, ele não é nem bom, nem ruim, nem anormal, nem patológico. Não existe uma ética especial para o que quer que seja de homoerótico. Mais um pouco de Rosa (1994: 863-864) para ilustrar essas ideias:

O senhor não repare. Demore, que eu conto. A vida da gente nunca tem termo real.

Eu estendi as mãos para tocar naquele corpo, e estremei, retirando as mãos para trás, incendiável: abaixei meus olhos. E a Mulher estendeu a toalha, recobrando as partes. Mas aqueles olhos eu beijei, e as faces, a boca. Adivinhava os cabelos. Cabelos que cortou com tesoura de prata... Cabelos que, no só ser, haviam de dar para baixo da cintura... E eu não sabia por que nome chamar; eu exclamei me doendo:

- “Meu amor!...”

Foi assim. Eu tinha me debruçado na janela, para poder não presenciar o mundo. (...) Essas coisas se passavam perto de mim. Como tinham ido abrir a cova, cristamente. Pelo repugnar e revoltar, primeiro eu quis: - “Enterrem separado dos outros, num aliso de vereda, adonde ninguém ache, nunca se saiba...” Tal que disse, doitava. Recai no marcar do sofrer. Em real me vi, que com a Mulher junto abraçado, nós dois chorávamos extenso. E todos meus jagunços decididos choravam. Daí, fomos, e em sepultura deixamos, no cemitério do Paredão enterrada, em campo do sertão.

Ela tinha amor em mim.

A expressão do desejo em palavras. O termo “real”, o que escapa, aquilo que não tem nome, que não se consegue “identificar”. Assim é que o narrador põe na boca da mulher que lava o corpo de Diadorim a constatação axiomática do desejo desconhecido de Riobaldo. O “não presenciar o mundo” para Riobaldo pode equivaler a recalcar o desejo que não consegue ultrapassar a faixa da identificação. O sujeito angustia-se e, na narrativa, abraça-se à mulher e chora “extenso”, alargando o pressentimento obsedante: seu desejo. Daí e que vem a ordem, a pá de cal na possibilidade de excluir qualquer ambiguidade alimentando-a, retrospectivamente, como tiro que sai pela culatra: “Enterrem separado dos outros, num aliso de vereda, adonde ninguém ache, nunca se saiba...”. Ninguém deve saber. Nunca se deve saber. O inominável, aquele do qual não se diz o nome. Nas frestas das palavras de Riobaldo, o discurso do desejo homoerótico escorre implacável, inundando a narrativa com sua seiva vital. Por conta da confusão que sempre experimentou, Riobaldo pede para “separar” o corpo de Diadorim: um lugar que “ninguém ache, nunca se saiba”. O verbo “doitava” dá bem a dimensão da confusão experimentada por Riobaldo. Riobaldo não consegue “realizar” o amor que sentiu por Diadorim, na dúvida que experimentava, em relação ao que sentia pelo “companheiro”. A novidade deste aspecto, de fato, inexistente. Também nesta passagem – selecionada por questão de afinidade – a questão do homoerotismo aflora. A referência aqui apenas reitera o fato conhecido de que a perspectiva homoerótica de leitura pode ser percebida ao longo da narrativa, desde o primeiro encontro entre Riobaldo e Diadorim, ainda meninos.

Antes de concluir este passo, devo acrescentar que, reconhecidamente, a extensão de citações e comentários aqui feitos não abrange a complexa amplitude narrativa do texto de Guimarães Rosa. No entanto, o intuito aqui jamais foi “esgotar o

assunto”. Acredito que os elementos aqui levantados sustentam a hipótese implícita na leitura que faço. Isto, ao fim e ao cabo, funciona como um convite ao aprofundamento da questão em leitura do texto em nada raso do romance. Finalizando, em termos mais “psicanalíticos”, tomo a pergunta feita por Freud em 1915: “Por que uma moção pulsional, deveria ser vítima de semelhante destino (recalcamento)?” (Freud, 1996:152). A resposta cabível é: porque o caminho em direção à satisfação pode acabar produzindo mais desprazer do que propriamente prazer. As lágrimas de Riobaldo.

No que tange à satisfação da pulsão, há que se levar em conta a “economia” presente no processo. Assim, se se levar em conta a presença das instâncias psíquicas, nota-se que aquilo que dá prazer em algum lugar, pode vir a ser extremamente desprazeroso em outro, sendo que desta forma, fica estabelecida a “condição para o recalque”: é preciso que a potência do desprazer seja maior do que o prazer da satisfação. “Devemos compreender que o recalque está a serviço da satisfação pulsional e não contra ela”, diz Freud (1996: 153). Nesta lição, Riobaldo aprende, a duras penas, o caminho das pedras para o recalque que explode quando da descoberta do feminino no corpo de Diadorim. A ambiguidade se instala, não explica o conflito. Ao contrário, retroalimenta-o. Esta angústia pode ser lida no desejo de “separar” o corpo de Diadorim, deixando-o em local desconhecido para qualquer um...

1. Álvaro de Campos / Fernando Pessoa

Com a devida vênia para a rima involuntária, diz o heterônimo pessoano, saudando o poeta norte-americano (Campos, 1993: 36):

Não sou indigno de ti, bem o sabes, Walt,
 (...)

Sou dos teus, tu bem sabes, e compreendo-te e amo-te,
 E embora te não conhecesse, nascido pelo ano em que morrias,
 Sei que me amaste também, que me conheceste, e estou contente.
 (...)

Concubina fogosa do universo disperso,
 Grande pederasta roçando-te contra a adversidade das coisas,
 Sexualizado pelas pedras, pelas árvores, pelas pessoas, pelas profissões,
 Cio das passagens, dos encontros casuais, das meras observações,
 (...)

Cantor da fraternidade feroz e terna com tudo,
 Grande democrata epidérmico, contágio a tudo em corpo e alma,
 Carnaval de todas as ações, bacanal de todos os propósitos,
 Irmão gêmeo de todos os arrancos,
 (...)

Rameira de todos os sistemas solares...
 (...)

Quantas vezes eu beijo o teu retrato!
Lá onde estás agora (não sei onde é mas é Deus)
Sentes isto, sei que o sentes, e os meus beijos são mais quentes (em gente)
E tu assim é que os queres, meu velho, e agradeces de lá —,
(...)
Uma ereção abstrata e indireta no fundo da minha alma.
(...)
Nada do *engageant*¹ em ti, mas ciclópico e musculoso,

Mas perante o Universo a tua atitude era de mulher,
(...)
E cheira-me a suor, a óleos, a atividade humana e mecânica.
Nos teus versos, a certa altura não sei se leio ou se vivo,
Não sei se o meu lugar real é no mundo ou nos teus versos,
(...)
Loucura furiosa! Vontade de ganir, de saltar,
(...)
De ser a cadela de todos os cães e eles não bastam,
(...)
Quero a contigüidade penetrada e material dos objetos!
Quero que os corpos físicos sejam uns dos outros como as almas,
Não só dinamicamente, mas estaticamente também!
(...)
O sujeito e o objeto, o ativo e o passivo.

Bem mais explícito, o poeta pessoano ratifica a veia homoerótica que ressalta dos versos, ainda que dimensões outras se anunciem, com pertinência e espessura. Há quem diga de certa anormalidade no que é explicitado de sexualidade, a colear entre os versos do poeta. Há certo exagero nisso, como por exemplo na observação de João Gaspar Simões (1991: 133):

(...) o que nele se manifestava, por certo (sic!) era uma sexualidade anormal. A anormalidade de sua vida sexual denuncia-se, claramente, na espécie de repulsa que lhe merece o amor físico entre homem e mulher - entre o homem que ele era e a mulher em quem, possivelmente, entrevia o ser que neste mundo lhe despertara o mais intenso e imperecível amor.

Daí se pode pensar que o fato de estar oculto, faz do desejo um exercício de busca e de identificação. Nas veias do poema, o sangue do desejo corre e na alternância de gênero das palavras, pode penetrar o olhar homoerótico, sem temer por seu recalçamento, o que redobraría a ambigüidade antes aqui referida. Nos poemas de

¹ Que atrai, seduz, que tem certo apelo: Proposta envolvente. Que o convida para construir relacionamentos; atraente, amigável, atraente.

Álvaro de Campos, a voz heterônima de Fernando Pessoa se faz ouvir. No universo vocabular do poeta português, as artimanhas do inconsciente, se a lição de Freud puder ser considerada em sua correção, o corpo, mesmo “ausente” se faz perceber e move o desejo que se espria em versos. Exemplo disso vem, a concluir, no seguinte poema de Campos (1993: 38):

A coisa estranha e muda em todo o corpo,
 Que está ali, ebúrnea, no caixão,
 O corpo humano que não é corpo humano Que ali se cala em todo o ambiente;
 O cais deserto que ali aguarda o incógnito O assombro álgido ali entreabrindo A porta suprema e invisível;
 O nexo incompreensível Entre a energia e a vida,
 Ali janela para a noite infinita...
 Ele — o cadáver do outro,
 Evoca-me do futuro
 [Eu próprio dois?], ou nem assim...
 E embandeiro em arco a negro as minhas esperanças Minha fé cambaleia como uma paisagem de bêbedo,
 Meus projetos tocam um muro infinito até infinito.

A expressão entre colchetes, “Eu próprio dois?”, sugere a pergunta feita acerca da existência de uma relação entre a voz poética e o corpo defunto (como no caso de Rosa) de alguém a quem não se conhece. Aqui, particularmente este desconhecimento é duplo: primeiro, por conta da dúvida da própria voz poética; segundo, para o leitor, a quem não é dada nenhuma pista sobre a identidade do defunto. A confirmação vem versos acima, quando o “outro” é mencionado. No mesmo diapasão, soa “incógnito” o que a voz poética chama de “assombro álgido” que vai, poeticamente, “entreabrindo / A porta suprema e invisível; / O nexo incompreensível”. Isso pode ser lido como índices do desejo que se revela desconhecido em sua própria experiência. Seguindo ainda a trilha dos passos do jogo inconsciente que se revela em significantes por demais provocadores, constatação da ausência do “corpo humano que não é corpo humano”. Este corpo ausente, objeto do desejo que se desconhece em sua materialidade por força da morte, é “coisa estranha e muda em todo o corpo”. Essa coisa “ebúrnea, no caixão”, por força de sua caracterização, remete a um conceito de beleza – a lisura, a brancura do mármore – que vai, por sua vez, detonar a ideia de fracasso, pertinente ao pensamento de Nietzsche. Isso porque o substantivo “caixão” conota morte, perda, fim, o que se busca com a satisfação dos desejos. A morte impede esta realização.

2. Antônio Nobre

Alberto de Oliveira é o destinatário de uma carta escrita por Antônio Nobre, datada de 24 de Outubro de 1890. A bordo do navio Britannia, a caminho de Paris, o poeta do *Só* escreve mais uma das inúmeras cartas endereçadas ao seu “melhor amigo”.

Uma pena não ter sido encontrada a carta que possivelmente Alberto de Oliveira teria escrito a António Nobre depois desta, ou mesmo, antes. Caso assim o fosse, poder-se-ia averiguar até que ponto a correspondência entre os afetos que enlaçava os dois poetas verifica-se na “correspondência” que mantiveram durante tanto tempo. Sobretudo no que diz respeito às comparações que Nobre faz.

A reação de Alberto de Oliveira seria por demais esclarecedora, mas vai ficar sepultada na campa das inferências. Vale lembrar que o estado de espírito do poeta não era dos melhores. Por um lado, havia sido reprovado por duas vezes seguidas nos exames em Coimbra, não podendo conseguir aí o diploma de Bacharel em leis. Por outro, a separação do “amigo mais querido”² que ficou em terras portuguesas, o que criou o horizonte de expectativas das cartas que trocaram. O poeta faz, em determinado passo da carta, uma comparação entre o navio em que viaja e o corpo de Alberto de Oliveira (Castilho, 1982: 116):

Também te quero dizer que o *Britannia* nasceu em 1873, tendo pois a tua idade: sois, talvez, gêmeos, mas não sois com certeza patrícios, por que o teu corpo de Purinho, desengonçado e cor de leite, foi batizado na concha de pedra da Igreja de Santo Ildefonso, o desse monstro do *Britannia*, sólido e negro, tem o seu nascimento arquivado, nalguma babilónica oficina de Liverpool. Contudo, há esta coincidência, mas eu não consinto que a tua pilinha-morango, toque nem de leve o vergalho deste pacote. Alberto, são 2^{1/2} da tarde: vou à tolda saber notícias da nossa marcha e, pela noite, depois do jantar, virei concluir esta folha. Até logo.

A comparação é reveladora. Como espaço de exposição da intimidade - ainda que este não seja, conscientemente, o objetivo de quem escreve - uma carta é sempre circunscrição de um perímetro desenhado pelo desejo, seja ele de que natureza for. A passagem da carta aqui considerada apresenta uma série de três pares comparativos feitas pelo poeta “da torre”, envolvendo seu amigo e o navio em que viajava.

O primeiro par aponta para a coincidência entre o ano de nascimento de Alberto de Oliveira e o de inauguração do *Britannia*, 1873³. São “gêmeos”, como diz Nobre, apesar de nacionalidades diferentes. Dada a particular oscilação de António Nobre em relação a seus sentimentos quando se trata dos ingleses, de cara, evidencia-se a preferência pela própria identidade cultural.

Na primeira assertiva do segundo par comparativo, António Nobre opõe “o corpo de Purinho, desengonçado e cor de leite” a “monstro do *Britannia*, sólido e negro”.

2 Coloco a expressão entre aspas, não porque alguém a tenha citado - e creio que tenha sido - mas porque é usada aqui e ali, e por mim mesmo, para identificar Alberto de Oliveira.

3 Parece haver confusão aqui. A confiar no Google (http://en.wikipedia.org/wiki/SS_Britannia), há oito referências a navios com este nome. Um deles naufragou em 1873. Nenhum dos outros tem qualquer relação com o ano de 1873. Terá sido ato falho do poeta? Gralha na edição das cartas? Como não tive acesso aos originais - ademais este não é o meu principal objetivo com a pesquisa que está em curso - não poderei averiguar. Mas é instigante a constatação que faço apenas agora, quando da redação deste artigo.

Os adjetivos em contraposição explícita revelam dobras semânticas insuspeitadas, quando observados/lidos sob o enfoque da lente do homoerotismo: “desengonçado” opõe-se a “sólido”, deixando entrever a delicadeza do afeto que aproxima e une os dois poetas, não sem confirmar a intimidade física entre eles. O sentido dicionarizado de “desengonçado”, aqui, é abandonado para ceder espaço a uma acepção envolvida por afeto, carinho, que ressalta, ainda uma vez, a delicadeza da relação entre os dois poetas.

Na sequência, “cor de leite” opõe-se a “negro”. O cromatismo, em primeira instância apela para a dicotomia totalidade/nulidade se se considerar o pressuposto da Física, que apresenta o branco como a presença de todas as cores e o negro como a sua ausência. Daí para o simbolismo de dicotomias que as duas cores ensinam e sustentam é um pulo: a pureza e a sujidade, a inocência e o vício, o dia e a noite, o permitido e o condenado.

No diapasão destas observações, a Psicanálise dá o tom, fazendo com que a plausibilidade da associação seja respaldada pelo axioma lacaniano que toma a linguagem como modo de operação do inconsciente. Esta “insinuação” não tem aqui o papel de determinar o direcionamento dos sentidos que circunscrevo aos pares opositivos que examino. Estou longe, muito longe, de querer afirmar que as práticas de sodomia e/ou pederastia foram um dos aspectos da relação entre António Nobre e Alberto de Oliveira. Na verdade, a sustentar a hipótese que venho desenvolvendo, cabe muito mais argumentar a favor da supremacia do desejo. Assim, os pares comparativos funcionariam como uma espécie de jogo. Este, por sua vez, teria alguma semelhança ao que é pensado por Freud a este respeito.

A segunda assertiva da mesma comparação aponta para outra dicotomia: sagrado/profano. A “concha de pedra de Santo Ildefonso” é o par opositivo de “nalguma babilónica oficina de Liverpool”. Ressalte-se que a referência utilizada por Nobre - Alberto/Igreja de Santo Ildefonso e Britannia/Liverpool - também pode levar a outro nível de comparação que é o das circunstâncias e da conjuntura da Europa à época. Por metonímia, é plausível pensar na comparação entre o desenvolvimento da Inglaterra e certo atraso industrial português. Ora, a “concha de pedra” opõe-se à “babilónica oficina”. A primeira recebe, aconchega, acolhe; a segunda produz, apresenta, lança. O adjetivo “babilónica” é o significante que dispara o discurso comparativo de oposição entre o sagrado e o profano. De mais a mais, a mesma oposição serve para reforçar o caráter afirmativo da valorização do relacionamento entre os dois poetas, conforme atestado nesta correspondência. Uma vez mais, por vias transversas, o pacto homosocial é celebrado.

No terceiro par comparativo, António Nobre nega consentimento à identificação completa entre o navio e o seu amigo: a “pilha-morango” é oposta ao “vergalho”. Pila, em Portugal, é usado para identificar o pênis, sobretudo coloquialmente. No Brasil, mais especificamente no Rio Grande do sul, significa, também, dinheiro⁴. O primeiro

4 Outro nível de aproximação semântico-discursiva é facilitado aqui: o da associação entre sexo e dinheiro, leia-se prostituição e, no caso específico, masculina. A perspectiva sociológica fica mais explícita e eficaz. Isto fica para outra oportunidade, mais uma vez, por decurso de espaço.

significado coloquial se aplica a “vergalho”. O diminutivo do primeiro, que pode ser referência à dimensão do órgão masculino, aprofunda o sentimento carinhoso e delicado devotado pelo autor da carta a seu amigo. A força fonética do segundo termo confirma a ideia representada pelo navio, nas comparações feitas por António Nobre. Tudo isso não deixa de ser sugestivo, no uso de “morango”, funcionando como índice identificador, uma espécie de predicativo do sujeito. Por um lado, a delicadeza da fruta que se revela no adocicado e no líquido associados ao paladar e, por outro, a cor que identifica, indiretamente, a “adolescência” de Alberto de Oliveira. Estes detalhes ratificam, uma vez mais e definitivamente, a delicadeza percebida, devotada e celebrada na/pela relação entre os dois poetas.

Na sequência de comparações feitas por António Nobre, se Freud não estava errado, percebem-se indícios do que este chama de compulsão à repetição. O poeta sempre volta ao navio como elemento comparativo em relação ao corpo de Alberto de Oliveira. Este aparece, na repetição, como elemento de desejo do sujeito nostálgico que é António Nobre a bordo do navio, a caminho de Paris, sozinho. Ao mesmo tempo que constrói as comparações, forçosamente, Nobre recorda a sua experiência afetiva com Oliveira. No intuito de fazer “real” o seu afeto, mesmo levando-se em consideração o caráter introvertido da personalidade de António Nobre - como aqui já aventado - o poeta usa a repetição, inconscientemente, é claro, como forma de alcançar a realização de seu desejo: a proximidade com Alberto de Oliveira.

3. Quase conclusão

É fato que o desejo impõe ao sujeito certas dificuldades que parecem intransponíveis. Sob a égide do pensamento de Friedrich Nietzsche, o fracasso pode ser um incentivo à tentativa de transposição destas mesmas dificuldades. É dele mesmo certo axioma que remete a este ponto de vista. Diz ele: “A todos com quem realmente me importo, desejo sofrimento, desolação, doença, maus-tratos, indignidades, o profundo desprezo por si, a tortura da falta de autoconfiança e a desgraça dos derrotados.” Ora, à parte o fato de que se trata de matéria afeita aos circunlóquios do inconsciente, a ideia matriz deste axioma faz-se pertinente à ideia de ausência de corpo, nos termos em que aqui a considere. À sombra desta ideia, considere-se outra: a de que o fracasso é um tabu cultural, tratado como se fosse uma coisa que só acontecesse a alguns coitados, mas ninguém fala a respeito. Por outro lado, há o sucesso. São coisas distintas. Como se pode apreciar o sucesso se não se viveu o fracasso antes?

Num esforço que toca a sublimação, nos termos em que Freud a coloca, o pensamento de Nietzsche, faz pensar no desejo como energia que leva o sujeito a fracassar e a conquistar satisfação, sequencial e/ou simultaneamente, numa circularidade que não se pode controlar. Assim é que, ao mesmerizar-se diante do corpo de Diadorim, no caso de Guimarães Rosa, ou sacralizar o corpo ausente e distante de Walt Whihtman, no caso de Campos /Pessoa; ou ainda, na distância imposta pela separação entre António e Alberto, o desejo da proximidade e a celebração deste mesmo desejo levam os respectivos sujeitos a um fracasso. O “motor” desse fracasso

é a morte, no caso de Riobaldo, a distância no caso, tanto da voz poética pessoana, como no caso de António Nobre. Torna-se imperativo, então agir como jardineiro de Nietzsche que se depara com plantas que têm raízes feias. Pois eles são capazes de cultivar algo que parece feio a princípio, até extrair a beleza que há nele. A metáfora é pertinente ao *modus operandi* do sujeito no embate com seu desejo: pegar situações incômodas, angustiantes, e fazer brotar algo de “belo”, para ficar com a terminologia do pensador. A ansiedade pode levar ao pânico, mas também pode levar a uma análise do que está errado, gerando, assim, paz de espírito. Seria o gozo lacaniano um exagero aqui?

Apolo e Dionísio, como metáforas operacionais do pensamento de Nietzsche, devem ser vistos em relação e completando-se. A vida comporta essas duas realidades que estão sempre se tocando. Assim é com as personagens de Guimarães Rosa que, da angústia de um desconhecimento mútuo em relação ao desejo, se aproximam e se distanciam, sem jamais experimentar o gozo do saber. Na relação à distância entre Álvaro de Campos / Fernando Pessoa e Walt Whitman, a voz poética aproxima os sujeitos pelo verso e por uma fotografia que, ainda assim não chegam a anunciar a proximidade desejada. Entre António Nobre e Alberto de Oliveira, a mediação das cartas transfigura o desejo dispensando o sujeito de certa dose de angústia pela impossibilidade de satisfação. Nos três casos, a sombra de Freud e seu conceito de inconsciente. Desejo e corpo, como significado e significante, respectivamente, prescindem da obediência a um gênero, seja da ordem do textual, seja da ordem da sexualidade. Em qualquer dos casos, a supremacia do inconsciente usa da palavra para materializar-se em desejo escrito e, depois, lido.

Referências bibliográficas

- CAMPOS, Álvaro de Campos. *Livro de Versos*. Lisboa: Estampa, 1993.
- CASTILHO, Guilherme de. *António Nobre: correspondência*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1982.
- FREUD, Sigmund. *Recalque. Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 6.
- ROSA; Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994.
- SIMÕES, J.G., *Vida e obra de Fernando Pessoa*. 6 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1991

Nota Curricular:

José Luiz Foureaux de Souza Júnior. Professor Associado IV de Literatura Luso-Brasileira. Dois pós doutoramentos em Literatura Comparada Universidade Federal Fluminense, com financiamento da Faperj) e Literatura Portuguesa (Universidade de Coimbra, com financiamento da Capes)

Contacto: foureaux24@yahoo.com

Paradoxos do arquivo em *Nove noites*: entre a verdade e a ficção

Harion Márcio Costa Custódio
Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar como o arquivo, à luz de teorias contemporâneas da literatura e da historiografia, é ficcionalizado no romance *Nove noites*. Tomando como método uma forma de análise que investiga não só a temática do texto, como também a sua forma, constatamos que a forma instável do arquivo suscitado pelo referido romance reflete na própria imanência da obra. A partir desse problema central, foram analisadas questões subjacentes, como os limites da representação da realidade pelo texto ficcional, a desconstrução do conceito de verdade histórica e documental e a problematização da noção de temporalidade. Por fim, concluímos que o arquivo dramatizado em *Nove Noites* proporciona um relativo caos ao narrador-ficcionista-jornalista, gerando um efeito paradoxal - incorporado pela própria tessitura narrativa -, em que diversos aspectos de seus documentos podem tanto ser verídicos como falaciosos.

Palavras-chave: Arquivo – Teoria literária – Historiografia – Metaficção.

Archive paradoxes in *Nove noites*: between truth and fiction

Abstract

This article aims to analyze, in the light of contemporary theories and historiography, how the archive is fictionalized in the novel *Nove noites*. Taking as a method a form of analysis that investigates not only the topic of the text, but also its form, we found that the archive's unstable form emerged in the romance is itself reflected in the work's immanence. From this central problem, underlying issues were analyzed, such as the limits of reality representation by the fictional text, the deconstruction of the concept of historical and documentary truth and the questioning of the notion of temporality. Finally, we conclude that portrayed archive of *Nove noites* causes confusion to the narrator-novelist-journalist, creating a paradoxical effect – incorporated by the narrative structure – in which various aspects of its documents can either be truthful or fallacious.

Keywords: Archive – Literary theory – Historiography – Metafiction.

1. Introdução

Se na contemporaneidade há uma forte tendência na área das ciências humanas, das artes e da epistemologia em questionar ou desconstruir paradigmas tradicionais, antes tidos como representantes de uma certa norma, essa tendência discursiva só é possível devido à existência de um arquivo. Tido por Foucault como “sistemas de enunciados”, ele configura, “de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault, 1987: 149). O arquivo e a história (dois fenômenos intrinsecamente ligados) não pertencem à ordem do espontâneo e, por conseguinte, as ciências e as artes – de uma forma mais geral, o conjunto de enunciados conservados segundo critérios específicos e peculiares – também são manifestações arbitrárias que, para o seu surgimento e atuação, necessitam desse “conjunto de práticas discursivas” (Foucault, 1987: 148) previamente construídas, materializadas e consignadas em um determinado *topos*, cuja forma de ordenação e acesso obedecem a um conjunto de princípios nomológicos (Derrida 2001).

A desconstrução e a crítica que vêm se intensificando nas últimas décadas – os estudos culturais, as teorias pós-coloniais e pós-modernas, a crítica feminista, dentre outros – operam no interior mesmo do arquivo, esse “sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (Foucault, 1987: 150), essa massa organizada de evidências documentais, dotadas de (relativo) poder, sejam elas verdadeiras ou não, mas circunscritas ao domínio de um arconte (Derrida 2001). Segundo Foucault (1987: 150):

[...] não nos é possível descrever nosso próprio arquivo, já que é no interior de suas regras que falamos, já que é ele que dá ao que podemos dizer – e a ele próprio, objeto de nosso discurso – seus modos de aparecimento, suas formas de existência e de coexistência, seu sistema de acúmulo, de historicidade e de desaparecimento. O arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis, melhor, sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o tempo dele nos separa.

Paradoxalmente, o arquivo, ao mesmo tempo em que funda as condições para a formação do nosso próprio discurso, não pode ser textualizado em sua completude. Irrepresentável como um todo, ele nos transcende. É uma esfinge cujo enigma é indecifrável somente com uma resposta fixa. Pode-se dizer que um arquivo, desde sua gênese, sempre se apresenta como lacunar e fragmentário – o arquivo também instaura a lei do que não pode ser dito –, mas apenas recentemente as suas insuficiências estão sendo problematizadas com maior contundência. Em diversas áreas do conhecimento – história, sociologia, antropologia, filosofia – esta questão tem sido incorporada ao próprio fazer científico ou artístico. A literatura contemporânea, prática artística e discursiva, campo de interseção entre os saberes arquivados do homem, tem representado esse problema em sua própria imanência.

O romance *Nove noites* de Bernardo Carvalho (2002), objeto de estudo desse presente trabalho, se insere nessa categoria contemporânea de ficções do(s) arquivo(s). As próprias narrativas presentes na obra parecem obedecer a lógica da pesquisa e do trabalho em arquivo: os narradores, motivados por um evento trágico, recorrem a formas documentais de construção textual para produzir seus discursos ficcionais, mesclando fatos históricos com invenções literárias. Porém as ficções do arquivo não são manifestações estritamente contemporâneas ou pós-modernas somente. É importante ressaltar que já nas produções artísticas do modernismo, as ficções do arquivo também se constituíam como uma tendência temática e formal. Narrativas que tematizam o processo do ofício do escritor e do intelectual – uma obra não é um produto materializado a partir da consciência pura de um indivíduo, isto é, autônoma, mas sim um construto literário que dialoga com outros diferentes textos, de diversas áreas do conhecimento, e que não se fecha em si mesma, se inserindo em uma complexa cadeia textual, fazendo desse tipo de narrativas construções metatextuais e metaliterárias – foram constantes no modernismo. Como afirma Arthur Danto (2006), representações voltadas para si mesmas, auto reflexivas, constituíram um projeto amplamente desenvolvido no citado período.

Entretanto, a arte moderna foi marcada por um forte projeto presentista – e futurista –, ligado, de certo modo, a um pensamento iluminista positivista, em que a obra de arte se inseria em um movimento de ascendência evolutiva, cujo ápice seria a maturação do fazer e da técnica artística (Hartog 2013) – essas obras maduras se constituiriam como meta-narrativas modernas, um ícone da vanguarda a ser seguido. Em vista disso, os arquivos do passado, além de serem subvertidos, seriam negados, em especial os da tradição; talvez devido ao contexto histórico em que as utopias estavam se formando e digladiando. Era a busca do novo que estava em curso. É em contrapartida à essa tendência do novo e único, esse projeto artístico utópico, que a arte contemporânea se afirma. Nas palavras de Arthur Danto (2006: 7):

A arte contemporânea [...] nada tem contra a arte do passado, nenhum sentimento de que o passado seja algo de que é preciso se libertar e mesmo nenhum sentimento de que tudo seja completamente diferente, como em geral a arte da arte moderna. É parte do que define a arte contemporânea que a arte do passado esteja disponível para qualquer uso que os artistas queiram lhe dar. O que lhes não está disponível é o espírito em que a arte foi realizada. [...] não existe mais um plano estranho a realidades artísticas distintas, nem são essas realidades tão distantes uma da outra.

Efeito de uma realidade pós-utópica, talvez, em que as grandes promessas de um futuro redentor não são mais viáveis, a arte contemporânea se apropria do passado: não como um retorno absoluto à tradição, mas como uma sobrevida. O novo não é mais possível, mas a pluralidade se exprime indomável. É justamente a inviabilidade de uma meta-narrativa (enquanto modelo de um texto ideal, portador de uma verdade) em diversas áreas do saber, principalmente nas ciências humanas e

nas artes, que as tendências nas artes contemporâneas manifestam. O pensamento e a estética ordenadora, racionalista, com todo etnocentrismo daí decorrente, não mais direcionam, como imposição de uma maioria, o espírito do artista ou do intelectual (Danto, 2006: 20-21):

A arte contemporânea é por demais pluralista em intenção e realização para se permitir ser apreendida em uma única dimensão, e pode-se mesmo argumentar que boa parte dela é incompatível com as restrições de um museu e que exige uma outra geração de curadores, completamente diferente, uma que contorne as estruturas do museu como um todo, com o intuito de comprometer a arte diretamente com a vida das pessoas que não vêem razão em usar o museu nem como arca do tesouro da beleza nem como santuário da forma espiritual. Para um museu se comprometer com esse tipo de arte, ele tem de renunciar boa parte da estrutura e da teoria que definem o museu segundo suas outras duas modalidades.

A unilateralidade se desintegrou na contemporaneidade. O museu, espécie de *óikos* de um arquivo cultural, se torna contestável. Os domicílios que guardam os arquivos, assim como os arcontes, autoridades legítimas, responsáveis pela interpretação e ordenação do arquivo (Derrida 2001), têm sua dominação ameaçada. O próprio arquivo nos fornece as armas de combate. Falamos de dentro dele: com ele, sobre ele, contra ele (sem nunca vencer). Por isso a importância da volta, do uso ou da pesquisa do passado. O tempo é um constante devir que aponta para uma origem fantasmagórica e turva. “A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distância; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo” (Agamben, 2009: 59). De acordo com Agamben, ser contemporâneo é ser um anacrônico de seu próprio tempo. É se dissociar das luzes do presente, almejando as trevas que emanam do passado. Pode-se entender por trevas as irresoluções de um projeto promissor, as falhas de uma suposta proposição progressiva, aquilo que deu errado, cujo erro persiste latente ao longo do tempo.

As falhas e contradições do arquivo, são, então problematizadas. O progresso possui diversas facetas perversas, outrossim o arquivo que o legitima. O próprio surgimento desse instrumento de poder, enquanto sistema de enunciados consignados em um suporte e circunscritos em uma estrutura topo-nomológica, acompanham a criação de Estados-nação (Marques, 2008: 106), que estabeleciam, inexoravelmente, uma ordem excludente. Graças ao próprio arquivo e às tensões não resolvidas da história (as trevas) registradas em seus labirintos, os contemporâneos podem, no interior desse sistema enunciativo, desconstruí-lo e questioná-lo. Pode o arquivo representar uma verdade? O que é real ou falso? A linguagem é suficiente em representar o mundo em sua totalidade? Quem são aqueles que o arquivo pouco cita, ou nada cita? O que é a verdade? Essas são questões abordadas na constituição formal e temática de diversas produções literárias contemporâneas. Porém ressalto mais uma

vez: não se trata de um fenômeno inteiramente novo. Os textos modernos já vinham dramatizando os problemas do arquivo, das ciências e das linguagens. Pode-se dizer que o novo, de acordo com as palavras de Linda Hutcheon (1991: 150), consiste no fato de que os textos de hoje em dia, “apresentam intensa autoconsciência em relação à maneira como tudo isso é realizado”.

Nesse sentido, visto os problemas até aqui suscitados, passaremos a analisar como essas questões são problematizadas no romance *Nove noites* de Bernardo Carvalho (2002), anteriormente citado, cuja forma de composição e conteúdo apresentam qualidades tanto metaficcionais, relativas à auto reflexão da linguagem, da ficcionalização e da pesquisa em arquivo, quanto ao campo da historiografia. Partimos, então, para uma exploração mais detalhada do texto.

2. Desenvolvimento

2.1 Problemas formais

Romance cujo enredo não segue uma unidade narrativa e cuja ordenação dos fatos não são concatenados, a trama de *Nove noites* gira em torno da figura e dos mistérios da vida de Buell Quain. Personagem de existência verdadeira, mas ficcionalizado na referida obra, ele foi um antropólogo que dedicou grande parte de seu trabalho aos estudos etnográficos sobre os índios Krahô situados ao norte do Brasil. Um dos narradores, espécie de jornalista ficcionista, após ler um artigo sobre Quain escrito 62 anos depois da morte dele e após passar por uma série de acontecimentos fortuitos ligados de alguma forma ao etnólogo, começa a se interessar pela história do antropólogo, tentando chegar a uma conclusão sobre a verdadeira causa de seu suicídio. O narrador personagem, então, parte em busca dos arquivos existentes sobre o caso.

Paralelamente aos relatos deste ficcionista-jornalista, outra narrativa, que também gravita ao redor da figura enigmática do antropólogo, se desenrola. Intercalados entre as passagens do narrador sem nome, há os “relatos ficcionais” de Manoel Perna, um engenheiro que conheceu Buell Quain durante seus percursos no Brasil, endereçados a um misterioso destinatário alguns anos depois de sua morte. E durante diversas passagens do livro, uma multiplicidade de relatos e perspectivas - inclusive trechos de cartas do próprio etnólogo - muitas vezes distintas entre si, surgem do arquivo e das entrevistas do narrador jornalista-ficcionista. Numa ordenação não linear e anárquica (não existe uma voz onisciente que interpreta os fatos, documentos e acontecimentos, os relatos são em primeira pessoa, sem hierarquia de importância entre as narrativas), a forma de *Nove noites* problematiza a nossa realidade temporal e histórica.

A desilusão com as utopias, o avanço das políticas neoliberais ao redor do mundo e o fortalecimento de grupos ligados ao totalitarismo e ao terror, demonstraram radicalmente que a história e o tempo não ascendem linearmente num estágio evolutivo e positivo. O pensamento cartesiano, ordenador e etnocêntrico que dava suporte à construção dos saberes no ocidente, se mostrou insuficiente diante das falhas e do horror produzidos pelo homem agente do progresso. Por outro lado, o crescente avanço dos movimentos sociais de minorias que não centralizavam suas demandas

somente em torno de projetos motivados pela luta de classes, como o movimento negro dos séculos XX e XXI, a luta por igualdade dos movimentos feministas e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), os ativistas ecológicos, as desconstruções epistemológicas (estudos culturais e pós-coloniais), dentre outros, fizeram com que a vida em sociedades geridas por uma forma de organização política democrática se tornassem menos homogêneas e mais plurais (porém não menos tensas e contraditórias). Com o passado disponível como arquivo a ser apropriado, reestruturado ou desestruturado, e com relativa possibilidade de fundar ou refundar epistemologias outras que num momento anterior era negado à determinados grupos minoritários, a cultura, a arte e o conhecimento se tornam heterogêneos. Por isso, em nosso quadro literário (Marques, 2017: 4):

Observa-se [...] a existência de manifestações e tendências heterogêneas, sem que uma narrativa totalizante possa legitimá-las e definir-lhes uma direção ou sentido. Da mesma forma que o artista visual, o escritor não rejeita a literatura do passado nem se dobra ao peso de suas convenções textuais e de gênero. Cultiva sua biblioteca e frequenta diferentes tradições literárias com desenvoltura e liberdade, apropriando-se de todos os gêneros e modelos textuais, para decompô-los e combiná-los em novos esquemas e sínteses. Sem se submeter a restrições impostas pelos limites do que seja próprio do literário, ou de que formato deva ter uma obra de arte literária. De sorte que os textos da literatura contemporânea revelam-se então híbridos, instáveis e informes, escapando a formas pré-definidas ou fixas, sem que se reduzam, porém, a mero pastiche de estilos. Assim, o escritor contemporâneo mostra-se consciente do arquivo da literatura, de sua história, e cioso de seu próprio arquivo, dele se alimentando para sua produção textual.

Numa relação com o nosso próprio momento histórico, a forma de *Nove noites* não obedece a nenhum princípio homogêneo. Como já afirmado, não há um narrador ou narrativa única, mas sim diversas narrativas e narradores. No mesmo sentido não linear (sem ser desconexo, é preciso ressaltar), o contexto de enunciação dos narradores personagens não é o mesmo. Escrevendo cerca de sessenta anos após a morte de Buell Quain, os textos do narrador jornalista-ficcionista, na ordenação física dos capítulos, se interpõem às cartas de Manoel Perna – engenheiro amigo do etnólogo, que o acompanhou durante nove noites em uma expedição rumo a uma aldeia indígena – que as escreveu poucos anos após a morte do companheiro. Num anacronismo temático-formal, percebemos um projeto poético que possui, também, como proposta a problematização da história, da historiografia e do tempo. As trevas provenientes da vida e morte de um sujeito lastreiam pelo tempo e pelos arquivos da história, tocando e resvalando outras obscuridades, de sujeitos diferentes, em distintos contextos e momentos, atravessando a contemporaneidade (Didi-Huberman 2015). É o inconcluso e perene que tende a se manifestar e projetar em diversos feixes negativos,

o trágico que não podemos evitar. O arquivo, estranhamente, não fornece uma solução real, mas também não nos decepciona por inteiro. Por isso as considerações dos narradores personagens não são nem completamente seguras, nem obtusas. “Ninguém nunca me perguntou e por isso nunca precisei responder” e “isto é para quando você vier” (Carvalho 2002), são sentenças frequentemente utilizadas na narrativa. Seja pelo efeito das lacunas e da indeterminação dos arquivos de Quain ou pela instabilidade e melancolia do arquivo pessoal dos narradores, as formas linguísticas e até mesmo o enredo do romance manifestam a todo momento a incerteza e o instável.

2.2 Os paradoxos do arquivo

A instabilidade da matéria do romance se deve em grande parte ao estado quase caótico dos arquivos apresentados. O arquivo diz e silencia, ele é veraz e capcioso ao mesmo tempo. Cabe aqui ressaltarmos que com essa caracterização paradoxal sobre o arquivo em *Nove noites*, o nosso intuito não é aplicar uma relativização absoluta sobre esse sistema de enunciados. O que importa demonstrar é que os documentos de registro nem sempre se apresentam como fonte inteiramente seguras e verdadeiras. Digamos, para evitar o reducionismo, que as fontes levantadas pelos narradores são carregadas de marcas paradoxais e a inconsistência nem sempre se faz presente.

A existência de alguns personagens, como Buel Quain, Lévi-Strauss, Heloísa Alberto Torres, dentre outros intelectuais, é verídica e as descrições histórico-temporais são fatos inegáveis. *Nove noites* faz uso de um extenso arquivo histórico cuja refutação não faria sentido. Menções a períodos de conflitos históricos nacionais e internacionais, como o clima hostil de repressão no período do Estado Novo e as referências às guerras mundiais, perpassam a narrativa, como, por exemplo, nos trechos seguintes:

A situação dos estrangeiros no Brasil do Estado Novo era delicada. A impressão era que estavam sobre vigilância permanente. Dos jovens antropólogos de Columbia que trabalhavam no país no final dos anos 30, Ruth Landes foi provavelmente a que mais sentiu na pele clima de ignorância e o horror, uma vez que estava envolvida pessoal e profissionalmente com os intelectuais baianos perseguidos, presos e intimidados pelo regime sob a acusação de serem comunistas [...]. (Carvalho, 2002: 38)
[...]

Buell Quain se matou na noite de 2 de agosto de 1939 – no mesmo dia em que Albert Einstein enviou ao presidente Roosevelt a carta histórica em que alertava sobre a possibilidade da bomba atômica, três semanas antes da assinatura do pacto de não agressão entre Hitler e Stalin, o sinal verde para o início da segunda guerra e, para muitos, uma das maiores desilusões políticas do século XX. (Carvalho, 2002: 12)

O desenvolvimento das narrativas acaba por dramatizar um arquivo e a forma com que ele é usado pelo pesquisador-artista. Ao transferir evidências históricas para a

construção textual, a narrativa cumpre um projeto de representação de uma realidade histórica. Mas simultaneamente essa lógica de representação do real é rompida pela finalidade fictícia da narrativa – ao final é sabido que o narrador jornalista-ficcionista intentava escrever uma obra ficcional a partir de suas pesquisas sobre Buell Quain. É todo um conceito epistemológico – que tange as áreas da filosofia, arte, psicologia e história – sobre a verdade que está sendo problematizada nessa representação paradoxal do arquivo. Nas palavras de Reinaldo Marques (2017: 14):

as ficções do arquivo na literatura contemporânea, simulando narrativas detetivescas, relatos etnográficos, biografias e autobiografias, emulam a pesquisa histórica do passado, a busca científica da verdade, se apropriando de documentos, de técnicas de prova. Mas o fazem de um modo mais radical e crítico, na medida em rasuram as fronteiras entre realidade e imaginário, arte e vida, denunciam o caráter construído de documentos e provas, explicitam as relações de força e interesses que se cruzam no arquivo, colocando em xeque a própria ideia de verdade, de certeza. Mimetizam regimes discursivos da verdade, suas estratégias argumentativas, corroendo-os por dentro, ao controverter a racionalidade arcôntica, estatal e científica, centrada na evidência histórica, que normalmente rege o arquivo. Não por acaso, é exatamente quando abandona a busca da verdade a respeito do suicídio do antropólogo, que o narrador-escritor de *Nove noites* ingressa no mundo da ficção para escrever seu romance. Um romance que já está escrito.

Um dos narradores, interessado em desvendar a verdadeira causa do suicídio do etnólogo, e o outro, escrevendo para um destinatário nunca revelado, jamais chegam a uma visão clara o bastante para terem suas dúvidas sobre Quain esclarecidas (Carvalho, 2002: 6):

Isto é para quando você vier. É preciso estar preparado. Alguém terá que preveni-lo. Vai entrar numa terra em que a verdade e a mentira não têm mais os sentidos que o trouxeram até aqui. Pergunte aos índios, qualquer coisa. O que primeiro lhe passar pela cabeça. E amanhã, ao acordar, faça de novo a mesma pergunta. E a cada dia receberá uma resposta diferente. A verdade está perdida entre todas as contradições e os disparates.

Esse é o trecho de entrada do romance, escrito pelo narrador engenheiro. Nada no romance é da ordem da estabilidade. Os arquivos instauram o caos. Em momento algum é solucionada a verdadeira causa da morte de Quain: se foi suicídio, se foi ocasionada por uma doença ou pelo ataque dos índios. Os documentos estão esparsos e incompletos, muitos foram destruídos e perdidos, como a última carta escrita pelo etnólogo, supostamente tida como chave de solução. Até mesmo o arquivo corpóreo do antropólogo – pois o corpo é também lugar de inscrição da memória,

de performatividade da identidade – foi destruído, por ele mesmo, manifestando uma “pulsão de morte”, aquilo que ameaça “todo primado arcôntico, todo desejo de arquivo” (Derrida, 2001: 23), pulsão esta ligada à psicologia de um indivíduo em conflito consigo mesmo. Alinhado pelos índios de “Cãmtwýon”, cujo significado dado pelos índios o narrador interpreta como “a casa do caracol e o seu fardo no mundo, a casca que ele carrega onde quer que esteja e que também lhe serve de abrigo, o próprio corpo, do qual não pode se livrar a não ser com a morte, o seu aqui e o seu agora para sempre” (Carvalho, 2002: 72), o “mal de arquivo” parece estar intimamente ligado à existência de Buell Quain.

Conclusão

Ao fim da leitura, os agradecimentos (onde se estabelece um efeito confuso sobre quem o escreveu, se o narrador ficcionista ou o próprio autor do livro. Possivelmente, eis aí um efeito intencional que aponta para um possível entrecruzamento entre biografia e criação literária) esclarecem que *Nove noites* “é um livro de ficção, embora esteja baseado em fatos, experiências e pessoas reais. É uma combinação de memória e imaginação [...]”. (Carvalho, 2002: 151).

A motivação do narrador em querer descobrir a causa da morte do etnólogo após ler sobre ele em um artigo de um jornal é superficial. Os interesses dos narradores na história de Buell Quain pertencem à lógica do fortuito, do acaso, em que, de alguma maneira, a conexão estabelecida entre eles se liga à um fator subjetivo (o narrador ficcionista estabeleceu as primeiras relações com o nome de Quain por meio de contatos com um velho moribundo, internado no mesmo quarto de hospital que seu pai, também em estado decadente). Explorar os arquivos do misterioso antropólogo é explorar o próprio íntimo desconhecido, por isso as frequentes alusões à própria biografia dos narradores. Nesse processo, extrair uma verdade dos documentos de Quain é tão importante quanto compreender a si mesmo. É desse processo que a imaginação surge como possível superação das insuficiências decorrentes do paradoxo do arquivo. É a partir dos próprios enigmas internos que a pulsão ficcional emerge: “O livro que escreveria sobre eles seria uma forma de mantê-los vivos, e a si mesmo. (Carvalho, 2002: 51).

Os arquivos sobre Buell Quain são lacunares e paradoxais. Situam-se entre um “não parecer e na realidade ser” (Carvalho, 2002: 32). Diante dessa problemática, a imaginação e a ficção parecem ser os meios viáveis de superação dessa falta. Isto resulta em um projeto poético que, inserido em uma tendência contemporânea de pluralidade artística e liberdade estético-formal, acaba por metatextualizar o fazer literário, processo arcôntico de reunião, escolha e interpretação de documentos, sejam eles materiais ou não, e apresentar uma visão crítica sobre os procedimentos historiográficos e arquivísticos. *Nove noites* é, portanto, uma metaficção historiográfica (Hutcheon 1991) que tem como um dos objetos de representação dramática problematizar os paradoxos do arquivo.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- CARVALHO, Bernardo. *Nove noites*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- DANTO, Arthur C. *Após o fim da história: a arte contemporânea e os limites da história*. Trad. Saulo Kieger. São Paulo: Odysseus; Edusp, 2006.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- FOUCAULT. *A arqueologia do saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Trad. Andréa Souza de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- MARQUES, Reinaldo. “Memória literária arquivada”. *Aletria: revista de estudos de literatura*. N. 18, 2008: 105-119.
- MARQUES, Reinaldo: *Ficções do arquivo: o literário e o contemporâneo*. UFMG, 2017 (no prelo).

Nota Curricular:

Harion Custódio. Graduando em Letras, Bacharelado em estudos literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. É pesquisador do NEIA–Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade, com sede na UFMG

Contacto: harioncustodio@hotmail.com

Carimbos da migração no *Passaporte* de Fernando Bonassi: minificções em trânsito

Wendell Guiducci
Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil)

Resumo

A mobilidade é uma das categorias que influencia de forma mais decisiva a condição humana na contemporaneidade. Vivendo a “modernidade líquida” identificada por Zygmunt Bauman, a humanidade se move em um constante estado de transitoriedade, fixando-se a nada em meio à revolução informacional capitalista que potencializa e acelera as trocas mercadológicas, de capitais e estimula os movimentos migratórios. Neste contexto, o próprio conceito de território é reformulado, abordado agora não apenas de uma perspectiva física, mas sobretudo simbólica. A literatura contemporânea brasileira reflete este estado de permanente deslocamento, e Fernando Bonassi é um dos expoentes na representação desta nova ordem. Seu livro *Passaporte* em tudo remete à transitoriedade, desde o projeto gráfico que imita um passaporte verdadeiro até a opção pela minificção como estética narrativa, marcada pela fragmentação e pelo hibridismo genérico. A estrutura fragmentária de *Passaporte*, escrito em trânsito, remete à fragmentação do ser humano e do próprio mundo globalizado, cujas fronteiras, diluídas pelas noções de pertencimento, já não podem mais ser apreendidas pela cartografia cartesiana.

Palavras-chave: Minificção – Brevidade – Fernando Bonassi – Fragmento.

Migration stamps in *Passaporte* by Fernando Bonassi: mini-fiction in transit

Abstract

Mobility is one of the categories that influences the human condition in contemporaneity in the most decisive way. By living the “liquid modernity” identified by Zygmunt Bauman, mankind moves in a constant state of transition, attaching to nothing in the midst of the capitalist informational revolution, which enhances and accelerates the market exchanges of capital and stimulates the migratory movements. In this context, the very concept of territory is reformulated, approached not only from a physical perspective but also a symbolic one. Brazilian contemporary literature reflects this state of permanent displacement and Fernando Bonassi is one of the exponents in the representation of this new order. His book *Passaporte* reflects transition in everything, from the graphic project, which imitates an actual passport, to his option for mini-fiction as a narrative aesthetics, marked by the fragmentation, the generic hybridism. The fragmental structure of *Passaporte*, written in transit, refers to the fragmentation of the human being and the globalized world itself, whose borders, diluted by the notion of belonging, can no longer be apprehended by the Cartesian cartography.

Keywords: Mini-fiction – Brevity – Fernando Bonassi – Fragment.

Receção: 24/03/2016 | Admissão: 28/11/2016 | Publicação: 31/03/2017

GUIDUCCI, Wendell. “Carimbos da migração no Passaporte de Fernando Bonassi: minificções em trânsito”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 113 (2016): 131-143

Ainda que o nomadismo esteja gravado nas mais profundas raízes do comportamento humano, a mobilidade, nos moldes em que se verifica nesses tempos frenéticos da globalização capitalista, tremula como marca explícita da produção cultural contemporânea. A dinâmica da mundialização, turbinada pela revolução informacional em pleno curso, potencializa as trocas mercadológicas, a veiculação de sons, textos e imagens, a transferência de capitais e, nesta torrente implacável, leva consigo de um lado para outro massas de gente, reconfigurando no processo as noções de territorialidade e de espaço-tempo (cf. Mignolo, 2003; Haesbaert, 2007). Tal movimento, incessante como ordena a lógica do “aberto 24 horas”, ecoa profundamente no mundo da cultura.

Nesta nova realidade, em que habitamos o corpo fluido da “modernidade líquida” identificada por Zygmunt Bauman (2001), em que tudo é transitório, a movência torna-se uma das categorias mais influentes a definir a condição humana. Tal modernidade, que não é a pós-modernidade – esta, segundo Bauman (2007), ainda não foi alcançada pelas sociedades contemporâneas –, escancara “a incapacidade endêmica de nossa sociedade, e de qualquer parte dela, de manter sua forma por algum período de tempo”. Tudo é volátil. Nada é permanente. Tudo está em trânsito, e a dificuldade de estabelecer um foco em qualquer objeto neste movimento constante redundando na dificuldade de compreender tais fenômenos.

Nas palavras de Julie Poll (*apud* Cury, 2007: 8), “the world witnesses what is probably the largest ever movement and migration of peoples dispossessed by war, drought, ‘ethnic cleansing’ and economic instability”. A sensação da falta de limites físicos impostos por uma territorialidade, impulsionada por movimentos migratórios sem precedentes e também por um imaginário alimentado pela virtualidade proporcionada pelos meios de comunicação ultravelozes, faz com que as noções de estabilidade, enraizamento e ancoragem deem lugar a “trânsitos e deslocamentos que conformam novos espaços” (Cury, 2012: 11). Caem por terra, diante desta transitoriedade, os projetos idealísticos de qualquer nação pura e homogênea, e faz-se necessária “uma postura crítica que esteja atenta à superfície híbrida e fragmentada de uma identidade nacional não mais enrijecida pelas fronteiras do essencial/exótico, do nativo/estrangeiro, do natural/esquizoide, do centro/periferia” (Barberena, 2012: 2).

Diante desta nova modernidade, é preciso adotar também um novo ponto de vista em relação ao próprio conceito de território, não mais determinado somente a partir das perspectivas físicas, econômicas e políticas, mas sobretudo sob uma ótica simbólica. “O estudo da territorialidade se converte assim em uma análise da atividade humana que diz respeito à semantização do espaço territorial” (Haesbaert, 2007: 70). A cartografia cartesiana, incapaz de representar os movimentos migratórios, as relações entre a espacialidade material e seus transeuntes, e as superposições culturais possíveis dentro dos estados-nações, já não dá mais conta de traduzir a noção de pertencimento, que só pode ser abstraída a partir da demolição das antigas fronteiras em favor da compreensão das redes múltiplas que se esparramam mundo afora, disparadas por conflitos de toda sorte.

Motorizado pela globalização capitalista, este movimento rizomático, paradoxalmente, levanta armas contra o próprio projeto homogeneizante intrínseco da globalização ao permitir que se ergam vozes desconformes falando de e por diversos lugares. Uma resistência fundamentalista por parte das vozes nativas a tal projeto faz-se igualmente impossível, donde Mignolo (2003: 407) propõe uma “cultura de transiência”:

Uma “cultura de transiência” é um corretivo necessário à globalização do ponto de vista da “mundialización” à globalização. Não há muitas escolhas. Uma vez que se reconheça que a homogeneidade cultural sob os projetos ocidentais globais é tão contraproducente quanto a resistência fundamentalista justificada pela história local, faz-se necessária uma cultura de transiência. Mas seria também contraproducente passar a uma transitoriedade que mantenha a colonialidade do poder e na qual a transição seja regida apenas por projetos globais. Faz mais sentido pensar que a cultura da transitoriedade será regida pelas histórias locais, pela desubalternização do conhecimento local e por uma descolonização epistemológica como crítica radical à presunção de “benefícios para todos” que rege os projetos globais, tanto da perspectiva esquerdista quanto da direitista.

Para a absorção desta dinâmica das novas territorialidades, Mignolo propõe o conceito de “pensamento liminar” em um sentido antropofágico, não como exercício de contracultura, mas como “a negação da negação de “barbarismo”; não uma síntese hegeliana, mas a absorção dos princípios “civilizadores” pela “civilização do barbarismo”, uma “fagocitose” da civilização pelo bárbaro (...) e não o bárbaro se curvando e entrando na civilização” (Mignolo, 2003: 410). Descarta-se logo a possibilidade de uma síntese integradora e homogeneizante, posto que permanecem evidenciadas as diferenças e dissonâncias. Se há uma hegemonia possível na globalização, é uma hegemonia múltipla, diversa, descentralizada, polifônica. O que constrói o espaço são as múltiplas trajetórias que sobre ele se entrecruzam, fazendo chocarem-se experiências diversas e proliferando causas e efeitos.

Em seus estudos sobre as migrações internas no Peru moderno, notadamente do movimento campo-cidade, Antonio Cornejo Polar identifica no comportamento do migrante uma tendência a absorver as experiências que lhe atravessam sem necessariamente buscar uma síntese destas vivências, construindo em torno de si espaços que permitam a fusão e sobreposição de aparentes opostos, que coexistem sem se anular. Naturalmente tais instâncias do itinerário percorrido comunicam-se entre si, mas não necessariamente se harmonizam. Assim também, para Cornejo Polar (2000: 304), o discurso do migrante edifica-se ao redor de eixos diversos e assimétricos, de forma “não dialética”. O agenciamento destas diferenças faz vibrar narrativas que ecoam de diferentes vales ou, como considera o teórico peruano, o “deslocamento migratório duplica (ou mais) o território do sujeito e lhe oferece a oportunidade de falar a partir de mais de um lugar ou o condena a essa fala. É um discurso duplo ou multiplamente situado” (Cornejo Polar, 2000: 304).

Frente ao fluxo contínuo de pessoas e línguas e culturas e religiões, empurradas para lá e para cá por motivos diversos, é natural que a literatura também reflita este cenário, abordando em suas representações ficcionais a questão do espaço e suas relações com os seres que se movem sobre ele.

Migrações e deslocamentos marcam linhas de força na ficção brasileira contemporânea em romances e livros de contos. Como outras manifestações artísticas, também a literatura deixa-se atravessar pela intensificação dos atuais processos de globalização, tematizando os deslocamentos, o mundo do trabalho, a mudança de feição de nossos espaços urbanos e tantas outras realidades, assumidas em dicções e processos enunciativos também eles em trânsito, elegendo a mobilidade e a pluralidade vertiginosa de vozes como marcas textuais. (Cury, 2012: 14)

As narrativas literárias ficcionais contemporâneas no Brasil – e não só no Brasil, como observa Ricardo Piglia ao propor o deslocamento como uma das marcas da literatura contemporânea universal (*apud* Cury, 2007) - são fortemente influenciadas por esta realidade movediça, o que fica claro em obras como *Eles eram muitos cavalos*, de Luiz Ruffato (2001), *O quieto animal da esquina*, de João Gilberto Noll (1991), e *Passaporte*, de Fernando Bonassi (2001), livro de minificções que passaremos a abordar neste artigo. A atual produção literária que exhibe em seu corpo os rasgos da travessia e do desenraizamento abre-se também ao reconhecimento das vozes das minorias, representadas pelos errantes, pelas prostitutas, pelos subempregados, pelos despossuídos, pelas travestis, pelos novos escravos, pelos marginais, enfim. A fluência é, inclusive, traço da própria carreira literária de Fernando Bonassi. Após estreitar na poesia – gênero que jamais retomou - em 1987, com *Fibra ótica* (escrito com Nereu Velecico e Marcelo Arbex), o escritor paulistano, graduado em cinema, diversificou sua atuação como dramaturgo, contista, romancista, cineasta, cronista e roteirista de cinema e televisão, escrevendo livros, espetáculos teatrais, séries de TV e filmes tanto para adultos quanto para crianças e adolescentes.

Na página anterior ao primeiro conto de *Passaporte*, aparece o que podemos considerar um subtítulo para o livro de Bonassi: “(relatos de viagem)”. Grande parte do pequeno volume foi escrita entre maio e setembro de 1998, durante uma excursão à Europa custeada por bolsa do *Kunstlerprogramm* do *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (DAAD). Alguns textos foram escritos muito antes, outros depois – datam do período entre 1987 e 2000 –, mas de diversos lugares diferentes, de Jardimópolis ao Rio de Janeiro, de Jiparaná a São Paulo, de Gurupi a Congonhas do Campo, de Presidente Altino a Querétaro, de Sumidouro a Chicago. As minificções de *Passaporte* apareceram inicialmente publicadas em uma coluna mínima na “Folha de S. Paulo”, chamada *Da Rua*, que o autor assinou de 1997 a 2002. Após uma reforma gráfica do jornal, Bonassi foi convidado a ocupar um outro espaço, maior, no mesmo caderno – a *Ilustrada* -, e ali permaneceu até 2007.

Tudo em *Passaporte* remete à transitoriedade, a começar pelo projeto gráfico, que emula um documento de passaporte real. Na capa, no lugar do brasão de armas da República Federativa do Brasil, uma lâmina de barbear anuncia a narrativa afiada de Bonassi, cuja prosa é marcada pela violência e pela marginalidade. Na contracapa, o aviso: “Instantâneos sórdidos da pós-modernidade, cartões-postais da desilusão” (Bonassi, 2001). No miolo, a disposição de cada um dos 137 microrrelatos simula os carimbos aleatórios de um passaporte verdadeiro. Para acompanhar a trajetória do autor-viajante, não é necessária uma ordem cronológica ou espacial. O formato fragmentado do livro convida o leitor a dar saltos, abrir páginas ao acaso, ir e vir a seu próprio ritmo e desejo. Os relatos ficcionais de Bonassi são independentes entre si, mas juntos constroem um mosaico de realidades contemporâneas assentadas pelo cimento da desesperança, em que a cor dos despossuídos brilha ferozmente.

A própria opção pela minificação – ou microrrelato, ministória, microconto, miniconto – reforça o compromisso com uma cultura liminar, dado o caráter periférico do gênero a orbitar o cânone literário brasileiro. Também é uma estética perfeitamente adequada à agilidade e fragmentação do mundo contemporâneo, pois, como observa Cury (2007: 11), tais textos “revelam um modo da ficção autoinquirir-se sobre como nomear as ruínas dessas cenas (cf. Susinianastopoulos, 1997): restos da história, de identidades que não mais se reconstituem, de um espaço público desarticulado (cf. Walty, 2005)”.

Marcado pela concisão, pela elipse, pelo hibridismo, o conto mínimo, presente na bibliografia de muitos autores contemporâneos, como os já citados Noll e Ruffato, além do próprio Bonassi, tem como maior expoente no Brasil o paranaense Dalton Trevisan, que dedicou ao formato dois volumes inteiros – *Ah, é?* (1994) e *Desgracia* (2010). Proliferando-se principalmente através da internet, terreno sem fronteiras que se mostrou receptivo a sua brevidade nestes tempos líquidos e fugazes, a minificação, no entanto, não ocupa lugar de destaque nas prateleiras das livrarias, e somente há pouco, no Brasil, começou a atrair alguma atenção da academia. “São textos que até chegam, muitas vezes, a constituir um gênero literário novo, modulando numa narrativa formalmente marcada pela concisão e rapidez, como registros ininterruptos de realidades em movimento célere e que não têm repouso” (Cury, 2007: 10-11). A minificação é ela própria, enquanto gênero, marginal.

Apesar da escolha por esta estética em afirmação na literatura brasileira, ao lançar-se ao mundo em busca de cenários e personagens para suas polaroides textuais, Fernando Bonassi retoma uma tradição de literatura de viagem iniciada ainda na Antiguidade. Desde a *Odisseia*, de Homero, escreve-se sobre viajantes e suas experiências pelo caminho. Enquanto narrador, todavia, Bonassi aproxima-se especialmente de uma categoria de autor-viajante, identificada pelo crítico português Fernando Cristóvão (*apud* Romano, 2013: 40) como “erudito”:

São viagens em que a aquisição de conhecimentos é a preocupação maior, quer se trate de conhecimentos científicos, ou de cultura geral, capazes de

provocarem novas ideias e hipóteses. E quanto aos viajantes, são diferentes dos outros. Não têm, em geral, espírito de aventura, nem realizam actos de coragem dignos de serem recordados. São príncipes, preceptores, artistas, eclesiásticos, bolseiros de diversos tipos, intelectuais críticos que não se acomodam à estreiteza política, cultural, religiosa ou artística dos seus países, desejosos de encontrar fora de fronteiras o que lhes falta dentro. Por meio de escritos irão contribuir para a renovação cultural dos seus concidadãos.

Contista em trânsito, em suas histórias brevíssimas Bonassi filia-se a Goethe, que produziu um vasto repertório ao longo de uma viagem de dois anos pela Itália em meados do século XVIII, entre eles os dísticos, poemas mínimos de dois versos que remontam à tradição do epigrama. Ambos, por sua vez, filiam-se a Matsuó Bashô, grande mestre do *hai kai* japonês do século XVII, que empreendeu extensas viagens pelo Japão feudal e, pelo caminho, compôs vários relatos, sendo o mais célebre deles as *Sendas de Oku*, que começa assim:

Luas e sóis (meses e dias) são viajantes da eternidade. Os anos que vêm e se vão são viajantes também. Os que passam a vida a bordo de navios ou envelhecem montados a cavalo estão sempre de viagem, e seu lar se encontra ali onde suas viagens os levam. Os homens de antigamente, muitos, morreram pelos caminhos, e a mim também, durante os últimos anos, a visão de uma nuvem solitária levada pelo vento inspirou contínuas idéias de meter o pé na estrada. (*apud* Leminski, 2013: 85)

Diferente de Bashô e Goethe, com quem por certo divide o gosto pela brevidade, entretanto, Fernando Bonassi não serve ao leitor sua experiência de viajante como um talentoso turista a poetificar visões das maravilhas da natureza, como o japonês diante dos lagos e cerejeiras na primavera, ou do homem, como o alemão diante das maravilhas da Antiguidade e da Renascença vislumbradas em Roma e Florença. Não. Em suas minificções, pequenas cápsulas explosivas de duro realismo, Bonassi dá voz àqueles que não tiveram suas histórias cantadas em prosa ou verso, existências aparentemente diminutas que, como suas próprias narrativas igualmente mínimas, desvelam universos inteiros quando perscrutadas com a devida aplicação. São personagens no *Passaporte* garimpeiros, traficantes, prostitutas, ambulantes, marreteiros, mochileiros, viajantes e, em reiterados contos, migrantes.

A temática da migração e seus efeitos – desterritorialização, reterritorialização, transculturação, multiterritorialidade – carimba destacadamente o *Passaporte*. Começando pelo fim, a ministória que encerra o livro (Bonassi, 2001):

137 américa

Querido Allen; é 4 de julho e estou na América. Os mexicanos adoram a América. Aqui há brasileiros que se fartam e porto-riquenhos dão graças a

Deus. Até os dólares dão graças a Deus! Bósnios e croatas encontram paz. Aqui existem ruas aonde não devo ir, sob risco de ser morto. Posso vê-las da janela do hotel. A cada quarteirão um grupo étnico diferente dirige os Cadillacs. Parece importante estar atento a quem dirige os Cadillacs na América... Allen, nesse 4 de julho, só dez pessoas morreram soltando fogos por seu país. (Chicago - EUA - 1997)

Lançando mão do hibridismo genérico que marca o miniconto – que aqui toma feições de carta –, de sua janela Bonassi pinta o panorama de uma América multifacetada, habitada por povos que se deslocam como impulsos elétricos fazendo o caminho inverso para dentro do cérebro que sonha o sonho americano, ejetados de suas origens pela instabilidade econômica (mexicanos, brasileiros, porto-riquenhos) ou pela guerra (bósnios e croatas). Há ainda uma demarcação de territórios no instantâneo registrado pelo autor que desmascara a heterogeneidade sem fronteiras sugerida pela globalização, zonas riscadas pelos quarteirões sitiados por diferentes etnias, que remetem ao conceito de território-zona de Haesbaert (2007: 306), “forjados no domínio da lógica zonal, com área e limites (‘fronteiras’) relativamente bem demarcadas e com grupos ‘enraizados’, onde a organização em rede adquire um papel secundário”.

A lógica dos territórios-rede, “configurados sobretudo na topologia ou lógica das redes, ou seja, são espacialmente descontínuos, dinâmicos (com diversos graus de mobilidade) e mais suscetíveis a sobreposições” (Haesbaert, 2007: 306), também aparece nas pequenas ficções de Fernando Bonassi (2001):

085 cinderela

Jacira mora em Suape. Müller mora em Donauwörth. Jacira tem apenas 15 anos, mas já é puta velha. Müller tem apenas 32 anos mas já está cansado de procurar mulher. Jacira põe foto no *book* de uma agência de viagens no centro de Recife. Müller tira duas semanas de férias na fazenda do pai. A foto de Jacira é copiada e viaja por cima do Atlântico. Müller escolhe a foto em Stuttgart. Müller mais 120 homens vêm num voo *charter* de Frankfurt. Jacira vai encontrar Müller no hotel. Eles têm cinco dias acertados. No sexto se casam e vão pra Baviera plantar batatas. (Munich - Alemanha - 1998)

O Porto de Suape, Donauwörth, Recife, Stuttgart, Frankfurt, a Baviera. Pontos distantes ligados pela prosa seca e concisa de Bonassi, embebida de um realismo tão seco que beira a insensibilidade. No mundo regido pela lógica reticular, a vastidão do Atlântico é miniaturizada e dois destinos improváveis se cruzam e se interferem e se causam e geram efeito: Jacira do Suape vai plantar batatas com Müller na Baviera. Como observam Mol e Law (*apud* Haesbaert, 2004: 309), “Num espaço em rede (...) a proximidade não é métrica. E ‘aqui’ e ‘lá’ não são objetos ou atributos que se estendem dentro ou fora de um conjunto de fronteiras. Proximidade tem a ver, ao contrário, com a identidade do padrão semiótico”. Não interessa, pois, a distância geográfica.

O que distancia ou aproxima os indivíduos e os lugares no mundo globalizado são seus interesses, suas diferenças ou similaridades, suas relações, e não o espaço físico.

A experiência da multiterritorialidade retumba nas poucas linhas de “cinderela”, não somente pelo aspecto mundializante da relação “internacional” entre Jacira e Müller, mas por uma noção anterior, fundada nas relações humanas:

a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (Haesbaert, 2004: 344).

Nestes cruzamentos proporcionados pela lógica das redes, fragilizam-se as fronteiras em processos de desterritorialização, o ato de desterritorializar entendido aqui como “diminuir ou enfraquecer o controle dessas fronteiras (...), aumentando assim a dinâmica, a fluidez, em suma, a mobilidade, seja ela de pessoas, bens materiais, capital ou informações” (Haesbaert, 2004: 235). Fala-se em controle pois o conceito de território está intimamente ligado à noção de poder, de dominação do espaço físico. A raiz do termo território aproxima-se tanto de “*terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo” (Haesbaert, 2004: 1; grifo nosso). Há ainda um aspecto positivo, relacionado àqueles que têm com a terra um sentimento de pertença, de identificação.

Sob qualquer abordagem, portanto, território lida com noções de poder, e não somente do poder político formalmente constituído, que remete à dominação e à funcionalidade, mas também e em igual medida do poder simbólico, referente à apropriação, aos valores construídos pela experiência e pelo uso do espaço. Dominação e apropriação não são excludentes, coexistem, mas não de forma pacífica. Assim o território “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (Haesbaert, 2004: 95-96). Bonassi (2001) reverbera estes conflitos ao ficcionalizar a situação dos imigrantes em seu *Passaporte*, como na ministória abaixo:

086 crônica do dia 17/8/98

(com o poema/aviso “Fuga da Morte”, de Paul Celan, na cabeça)

Hoje o *Die Republicaner* colocou um cartaz nessa rua cheia de árvores que aguarda para os próximos dias a abertura de um Kindergarten: “Estrangeiros Criminosos, Fora!”. Mais uma vez não pude evitar os maus

pensamentos dessa Alemanha que ainda chora leites derramados. Não quero ver o começo de alguma coisa. Seria absurdo. Há muitos sinais de que nada será como antes. Bombas explodem em toda parte, menos aqui. Não posso pensar que, como no poema, a figura diabólica vai se construindo lentamente, uma música terrível. Leite negro da madrugada, te cuspo horrorizado... (Berlim Ocidental - Alemanha - 1998)

Novamente aproveitando-se da confluência de gêneros autorizada pelo miniconto – agora invadindo a seara da crônica jornalística -, o autor-viajante relata o rastejar nada discreto da extrema direita pelas ruas dessa Alemanha cujas cicatrizes envergonhadas ainda ardem em muros e asfaltos. Bonassi entrega-se aqui à experiência da alteridade, em seu próprio desconforto dá voz ao outro, teme pelos “estrangeiros criminosos” ameaçados por um novo holocausto que se desenha. A citação a Paul Celan (que aponta a pena do autor para a intertextualidade, outro traço distintivo da minificação enquanto gênero literário), para aqueles que têm acesso prévio à obra do autor judeu, reforça a referência ao nazismo. O “leite negro da madrugada” que envenena os intestinos da Alemanha no poema de Celan é cuspidor horrorizado por Bonassi. Mais que um microrrelato, a “crônica do dia 17/8/98” ganha tons de advertência, como nota Cruz (2009: 71):

Este minirrelato se torna um dos mais tocantes e consistentes do livro de Fernando Bonassi. É nele que, especialmente, vem à tona uma voz narrativa que procura, mesmo timidamente, dialogar e/ou interferir de forma mais concreta no mundo que o cerca. O narrador de “086” alerta a todos os viajantes, seja o “turista” comum ou aquele em viagem de estudo ou negócios, sobre o perigo do reaparecimento das práticas de extrema-direita.

São os aspectos mais nefastos da globalização que interessam a Bonassi em seus relatos de viagem, especialmente por esta Alemanha recém-reunificada pela marcha inclemente do capitalismo, e a opressão aos imigrantes é uma delas. A dificuldade de inclusão, a exploração da força de trabalho, as barreiras sociais e linguísticas que não reverberam o pretensão rompimento das fronteiras entre culturas e nações, os traumas nos processos de desterritorialização e reterritorialização. Estes são os temas percorridos pelo autor, como nesta ministória (Bonassi, 2001):

016 os turcos

Quando Suleyman pousou em Berlim o muro já tinha desaparecido. Chegou ofegando de tanto correr daquela aldeia onde se tropeça na entrada e se cai depois da saída. Na época pensou que os alemães falassem sozinhos porque era o seu jeito de pensar. Não tinha visto muitas pessoas até então, mas sabia que poderiam ser muito diferentes de um lugar pro outro. Agora, no seu *trailer* de *donners*, procura se vigiar. Vendendo os

sanduíches mais baratos de Kreuzberg, já sabe que a Alemanha não está falando sozinha porque pensa, mas que é quase o contrário disso. (Berlim Ocidental - Alemanha - 1998)

O imigrante sempre-alerta, desconfiado do território onde ora enraíza-se por força das circunstâncias, avalia seu entorno. Neste exame silencioso, arma-se das marcas que traz de seu território original, aquela “aldeia onde se tropeça na entrada e se cai depois da saída” em algum lugar da Turquia. Com Suleyman, o Magnífico, sultão que estendeu as fronteiras do Império Otomano à Europa, o Suleyman de Bonassi guarda uma outra similaridade além do nome e da origem. Como o grande imperador, seu homônimo, Suleyman também expandiu suas fronteiras, arriscando-se fora dos limites de sua terra. Mas se aquele moveu-se como conquistador, este desloca-se como sobrevivente. E, enquanto tal, adota uma postura cautelosa diante da hostilidade de um território desconhecido. Uma experiência que, embora seja incentivada e multiplicada pela globalização, é muito anterior a ela. Como observa Cornejo Polar (2000: 301), desde tempos remotos existe “uma retórica da migração, enfatizando sentimentos de dilaceramento e nostalgia e compreendendo normalmente o ponto de chegada – a cidade – como um espaço hostil, embora de certo modo fascinante ou simplesmente necessário”.

A questão do trabalho é abordada de forma recorrente por Bonassi em *Passaporte*. A história de Suleyman é um destes momentos. Outros personagens estão tentando levar sua vida vendendo casacos furados de bala no Portão de Brandemburgo, mirabolando excursões por campos de concentração com direito a choques elétricos e câmara de gás, vendendo quinquilharias à beira das estradas geladas da Polônia. Outros tantos estão se prostituindo, como Rogério. Ou Anna Marie (Bonassi, 2001):

099 saudades do brasil

Nesses dias, Rogério, que anda usando o nome de Anne Marie, deu pra desconfiar dos carros ao atravessar a Lange Reihe mesmo com a autorização dos semáforos. Quando vai ao banheiro, se procura e não se reconhece no que faz. Também, nem se preocupa mais com embutidos! Na batata entrou de cabeça. Ganha sotaque, cala a boca, perde a hora, deixa pêlo... de forma que ninguém “ã” está querendo. Dimitri fica putto. Diz que se ela não voltar aos 5.000 marcos do mês passado, no mínimo, vai botar toda a turma de Smolensk naquele seu pezinho de sandália. (Hamburgo - Alemanha - 1998)

Fernando Bonassi pinta um triste quadro de desilusão neste microrrelato, o naufragar aparentemente irreversível de uma travesti desolada nas mãos de seu cafetão. Realidade que assalta muitos imigrantes no Velho Continente, como objetivo de vida traçado previamente ou como um terrível acidente de percurso, a prostituição é mostrada aqui como um dos efeitos amargos da globalização: a travesti brasileira que vaga pelas ruas de Hamburgo prestando serviços sexuais sob a coleira de um cafetão

russo. A relação de poder entre Dimitri e Rogério/Anne Marie é também uma metáfora para a relação de poder entre os opressores e oprimidos do mundo, comandada por aqueles que se impõem pela violência quando veem seus lucros ameaçados por qualquer atitude titubeante ou contraproducente de sua força de trabalho. A situação de Rogério/Anne Marie não é diferente dos bolivianos e paraguaios escravizados nas confecções de São Paulo, ou chineses nas olarias de seu próprio país, ou mexicanos em fazendas dos Estados Unidos, ou crianças em moinhos de arroz da Índia.

As questões do desemprego, do subemprego, da marginalidade delimitam território na prosa de Fernando Bonassi, mas sempre acompanhadas de uma fina ironia à dinâmica do capitalismo, como na ministória a seguir (Bonassi, 2001):

114 livre-iniciativa

Claudia e Ivonne faziam ponto na Oranienburgerstrasse, então tiveram uma grande ideia. E como todos que têm iniciativa e boas ideias na Alemanha Unificada têm todo o apoio do sistema bancário, puderam pôr tudo em prática. Agora elas trabalham em seu próprio lava-rápido, sem cafetões russos pra ficar com 40% do que ganham. Lavam os carros peladas, esfregando as coxas e peitos na lataria, com uma esponja no lugar dos pentelhos e detergente num coldre de plástico. Estraga um pouco a pele, mas pelo menos não entram mais em contato com a saliva nojenta desses babacas. (Berlim Oriental - Alemanha - 1998)

Como “a razão econômica que convoca os novos pobres para a metrópole pós-moderna é transnacional e, na maioria dos casos, também é clandestina” (Cury, 2012: 18), Claudia e Ivonne começam sua “carreira” na Alemanha se prostituindo. Mas a mesma lógica de exclusão do capitalismo se mostra também “inclusiva” a partir do momento em que os bancos abrem linhas de crédito para incentivar o que Bonassi chama de “boas ideias”. No caso, um lava-jato em que as lavadoras trabalham nuas, esfregando seus corpos nos automóveis. E é aí que surge com força a ironia ferina do autor, convertida em crítica ao modelo econômico que rege esta era globalizada: em seu salto para fora da prostituição e da total informalidade, Ivonne e Claudia ainda se veem oferecendo os próprios corpos à exploração. Sua condição de isolamento social é mantida a despeito da distância conquistada da “saliva nojenta desses babacas”. Enquanto imigrantes, elas estão condenadas a uma posição inferior na hierarquia social, e tal posição “tem por efeito lembrar a todos, ao imigrante e à sociedade de imigração, sua origem nacional ou comunitária (quando não étnica ou racial) (Sayad, 1998: 268)”. As raízes nacionais, fincadas em países geralmente periféricos, estendem-se ao novo território e ali definem a situação social do imigrante, sempre fadado a ter relembrado seu DNA de oprimido.

A viagem que Fernando Bonassi propõe em *Passaporte* é vertiginosa, fragmentária, descontínua, refletindo uma forma de realização artística típica da contemporaneidade que, segundo o historiador Nicolau Sevcenko (*apud* Oliveira, 2013: 15), sugere “a prudência como método, a ironia como crítica, o fragmento como

base e o descontínuo como limite”. Pois são justamente estas as ferramentas que o autor utiliza na formatação realista de sua ficção. Ao construir sua narrativa sobre o esteio do fragmento, que toma emprestado dos princípios da montagem cinematográfica, da televisão e do teatro, mídias pela qual também transita com desenvoltura como diretor, roteirista e dramaturgo, Bonassi evoca a fragmentação originária do ser humano, sempre em movimento, em busca de algo que o una e o complete. Assim o texto fragmentário surge como maneira de aprisionar momentos de intuição na modernidade fluida em que deslizamos constantemente: “A única forma de expressão para o eu múltiplo e multifacetado do homem, para a ‘pessoa,’ concebida como o ‘germe de um gênio infinito,’ para a consonância dissonante de vozes que convivem na consciência humana é, pois, o fragmento” (Faria, 2010: 9).

Embora não seja ele mesmo um migrante, mas antes um viajante, ao voltar seu olhar para os marginalizados e despossuídos dos lugares por onde erra, Bonassi dá voz a estas existências. No processo, reafirma a importância da questão do território para a produção cultural dos dias atuais, uma vez que “o espaço se erige na epistemologia contemporânea como uma das categorias mais importantes para as ciências humanas” (cf. Bhabha, 1998; Soja, 1993; Augé, 2007). E se proliferam espaços móveis à medida em que perdem força as formas de ancoragem, estes tempos marcados pela mobilidade das culturas e pela transitoriedade das relações reivindicam mesmo a existência de uma literatura também peregrina.

Bibliografia

- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2007.
- BARBERENA, Ricardo Araújo. “A identidade latino-americana na literatura pós-moderna: as múltiplas confessionalidades na *limiar* da nação”. *Organon*, v. 27, n. 52, 2012: 11-14 <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/33478/21351>> (20/03/2016)
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. “O homem que inspirou Matrix”. *Folha de S. Paulo*, 2007. Entrevista concedida a Marco Flamínio Peres. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200706.htm>> (20/03/2016).
- BONASSI, Fernando. *Passaporte*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- _____; Velecico, Nereu; Arbex, Marcelo. *Fibra ótica*. São Paulo, M. Ohno Editor, 1987.
- CORNEJO POLAR, Antonio. *O condor voa: literatura e cultura latino-americanas*. UFMG, 2000.
- CRUZ, Adélcio de Sousa. *Narrativas contemporâneas da violência: Fernando Bonassi, Paulo Lins e Ferréz*. Tese (Doutorado em Estudos Literários – Literatura e Expressão da Alteridade) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

- CURY, Maria Zilda Ferreira. “Novas geografias narrativas”. *Letras de Hoje*, v. 42, n. 4, 2007: 7-17 <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fale/article/view/4109/3111>> (20/03/2016).
- _____. “Mobilidades literárias: migração e trabalho”. *Ipotesi*, v. 16, n. 1, 2012: 11-14.
- FARIA, Maria Lucia Guimarães. “Plenitude e carência: a dialética do fragmento”. *Revista Litteris*, n. 5, 2010: 1-17.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, UFRGS, 2004 <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> (20/03/2016).
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- LEMINSKI, Paulo. *Vida – 4 biografias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003 <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/184/176>> (20/03/2016)
- NOLL, João Gilberto. *O quieto animal da esquina*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
- OLIVEIRA, Carlos Cristiano de. *A presença do realismo na literatura de viagem brasileira contemporânea: realismo e pós-modernismo na obra Passaporte, de Fernando Bonassi*. Brasília, Universidade Federal de Brasília, 2013.
- ROMANO, Luís Antonio Contatori. “Viagens e viajantes: uma literatura de viagens contemporânea”. *Estação Literária*, v. 10B, 2013: 33-48 <www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL10B-Art3.pdf> (20/03/2016).
- RUFFATO, Luiz. *Eles eram muitos cavalos*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SUSINIANASTOPOULOS, Françoise. *L'écriture fragmentaire: définitions et enjeux*. Paris, PUF, 1997.
- TREVISAN, Dalton. *Ah, é?*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- _____. *Desgracida*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- WALTY, Ivete. *Corpus rasurado: exclusão e resistência na narrativa urbana*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

Nota Curricular:

Wendell Guiducci. Graduado em jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre em letras pela mesma instituição.

Contacto: wdelguiducci@gmail.com

Correspondência de Manuel María com Xosé María e Emilio Álvarez Blázquez: edição e contextualização¹

Cristian Pernas Rubal
Universidade da Corunha (Galiza)

Resumo:

Transcrição e contextualização de sete cartas de Manuel María Fernández Teixeiro dirigidas a Emilio (apenas a carta número 3) e Xosé María Álvarez Blázquez entre 1955 e 1975, a propósito do processo de publicação e distribuição de determinadas obras da autoria do próprio Manuel María ou doutros autores, bem como de episódios pessoais dos dous escritores. As cartas contribuem para deitar luz sobre aspetos muito determinados do estado do campo literário galego durante a etapa do franquismo, nomeadamente do campo editorial.

Palavras-chave: Manuel María – Xosé María Álvarez Blázquez – Emilio Álvarez Blázquez – Correspondência.

Correspondence between Manuel María and Xosé María and Emilio Álvarez Blázquez: an edition and contextualization

Abstract:

Transcription and contextualization of seven letters written by Manuel María Fernández Teixeiro and addressed to Emilio (only letter 3) and Xosé María Álvarez Blázquez. The letters deal with the intended publication and distribution of several literary pieces both by Manuel María himself and by other writers, as well as with some personal events regarding both authors. The letters throw light about some features of the Galician literary field at the time of the Franco regime, namely the publishing field.

Keywords: Manuel María – Xosé María Álvarez Blázquez – Emilio Álvarez Blázquez – Correspondence.

Receção: 31/01/2017 | Admissão: 24/02/2017 | Publicação: 31/03/2017

PERNAS RUBAL, Cristian: "Correspondência de Manuel María com Xosé María e Emilio Álvarez Blázquez: edição e contextualização". *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 113 (2016): 145-160

¹ Agradecemos ao professor Celso Álvarez Caccamo, da Universidade da Corunha, a cesom da correspondência para ser editada neste trabalho.

Manuel María Fernández Teixeira (1929-2004), a quem foi dedicado o Dia das Letras Galegas em 2016², manteve unha intensa actividade literaria e cultural ao longo de practicamente toda a súa vida adulta. O prolífico poeta comezou a publicar e a participar en congresos e colóquios já na década de 1950, e nom o deixaria de fazer até o ano da súa morte. No entanto, as actividades a que Manuel María dedicava o seu tempo nom se limitam a um simples labor de escritor e intelectual, mas chegarían a incluír também a direção dumha editora (Xistral) e dumha livraria juntamente com a súa esposa, Saleta Goy. Também participaria em actividades culturais e políticas clandestinas durante a ditadura franquista ligado ao nacionalismo galego de esquerdas e seria concelheiro com o Bloque Nacionalista Galego na vila galega de Monforte de Lemos (1979-1985).

Assim pois, o poeta da Terra Chá é umha figura central da segunda metade do século XX no campo literário galego, que contribuiu em grande medida para impulsionar e em que participa nomeadamente como poeta, narrador e dramaturgo, mas também como editor, livreiro e conferencista. Aliás, Manuel María esteve em contato com umha boa parte dos agentes que conformavam o campo literário galego da segunda metade do século XX, chegando a ter relação de amizade com muitos deles. A meio caminho entre as suas facetas de escritor, amigo e colega editor convém enquadrarmos os seguintes documentos, que supõem umha boa amostra das dificuldades económicas que o poeta tivo de enfrentar nas primeiras décadas da súa produção poética, devido em parte à censura imposta polo regime franquista, que o obrigou a publicar muitas das suas obras no exílio americano. Além disso, com frequência foi multado com importantes quantias pola súa participação em actividades culturais de tendência nacionalista galega; é o caso, por exemplo, da multa de 75.000 pesetas recebida após um recital de poesia na Faculdade de Ciências Políticas e Económicas da Universidade de Madrid em 1969.

Quanto aos irmãos Álvarez Blázquez, a quem vam dirigidas as cartas que nos atingem (a Carta terceira a Emilio e as outras a Xosé María), partilham com Manuel María o seu labor como editores e agentes ativos no campo literário galego do franquismo. Embora nom tenham recebido da parte da crítica a mesma atenção como escritores que recebeu o autor chairego, sim som reconhecidos no mundo editorial, pois a súa editora, Castrelos, colheu um enorme sucesso de vendas ao se basear em formatos de livro de temáticas populares e preço barato. Este projeto editorial, surgido em 1964 e finalmente comprado pola editorial Galáxia em 1979 (que reeditou apenas durante os primeiros anos algúns dos livros mais populares

2 Celebrado a proposta da Real Academia Galega com carácter anual desde 17 de maio de 1963, data do centenário da publicação de *Cantares Gallegos* de Rosalia de Castro, o Dia das Letras Galegas é o evento cultural que constitui “o principal mecanismo de canonización póstuma de axentes do noso sistema [Sistema Literário Galego]. Esta efeméride lexitima a produtora ou produtor homenaxeado ao mesmo tempo que dispara a produción sobre el e favorece a súa promoción” (Pernas Rubal, 2016: 29), já que ao reconhecimento do/a escritor/a em galego seleccionado pola RAG para lhe dedicar o Dia das Letras Galegas venhem-se somando a grande maioria de agentes e institucións presentes no Sistema Literário Galego de maneira unânime desde finais da década de setenta do século XX.

do fundo de Castrelos), tratava-se do segundo empreendido por Xosé María após a posta em andamento em 1950 da Editorial Monterrey, que encerra as suas portas em 1960. Com a criação destas duas casas editoriais e, sobretudo, de coleções de livros baratos dirigidos a um público alargado (como *O Moucho*, de Castrelos), os dois irmãos tudenses procuravam um objetivo claro: popularizar o mercado do livro em galego, bem como torná-lo um negócio sustentável e normalizado. Partilhavam este objetivo, além de com outros agentes, com Manuel María Fernández Teixeira, o que provavelmente animou a relação de camaradagem pessoal e profissional entre o poeta chairego e Xosé María Álvarez Blázquez refletida nas cartas.

Com efeito, muitos autores assinalam com frequência a importância que para Manuel María tinha a amizade, habitualmente identificada com a terra. O sacerdote e ensaísta Alfonso Blanco Torrado, amigo de Manuel María, afirmou que o poeta criava “unha complicidade de amplo espectro, non só afectiva, senón transformadora, porque el quería que todo se dirixise ao noso recoñecemento como membros activos dunha patria, dunha terra que merece toda a nosa enerxía” (Blanco Torrado, 2009: 59). A amizade entre Manuel María e os irmãos Álvarez Blázquez está, portanto, também ligada à mútua afinidade nacionalista que partilhavam.

Contudo, se calhar o que melhor se reflete nesta correspondência som as dificuldades económicas por que passou Manuel María e a sua mulher durante uma boa parte da vida, já desde que começa a publicar na década de 50. Um sistema editorial pelo geral deficitário, bem como a censura franquista e o pouco interesse da maioria do público leitor galego da altura impedem Manuel María viver da escrita literária e obrigam-no a exercer como mestre e procurador. Por causa disto, o poeta deverá com frequência publicar as obras na sua própria coleção “Val de Lemos” — criada em 1967 — ou depender das suas amizades para as distribuírem — tal e como fica patente nas missivas agora editadas.

Apesar do prestígio derivado da obtenção de diversos prémios literários³, as dificuldades para publicar continuam até finais da década de 1970, quando a censura da ditadura e do imediato pós-franquismo se aliviou. Da mesma maneira, as dificuldades económicas de Manuel María continuam também na década de 70 (onde enquadrámos as cartas 4-8), em que segundo a sua biógrafa Mercedes Queixas Zás (2016: 99) o poeta vive como um “cidadán comprometido socialmente coa nación, escritor prolífico recoñecido, compatriota respectado e intelectual humanista reclamado en calquera acto de dinamización cultural convocado polo tecido asociativo do país e mais como voz galega con autoridade fóra del”. Deste modo, o sucesso académico mesmo no estrangeiro (como se deduz das cartas 4 e 5), geralmente nom se correspondeu com sucesso comercial.

Esta breve mostra da correspondência entre Manuel María e os irmãos Álvarez Blázquez contribui, pois, para nos aproximarmos do funcionamento dumha parte do campo literário galego da década de 50 até meados da década de 70 da ma

3 Com, por exemplo, o Prémio Eduardo Pondal de Poesia en Buenos Aires em 1955 com o *Libro de Pregos* ou o Prémio Castelao de Poesia do Centro Galego de Buenos Aires em 1952 com *Advento*.

dum agente central dele como foi o poeta chairego. A relação entre os diferentes agentes que faziam parte deste campo era de amizade pessoal para além de afinidade ideológica ou laboral, como é possível extrairmos das missivas editadas. Eram, portanto, um grupo reduzido e muito unido, com uma ampla relação de apoio mútuo ao partilharem uma ideia de nação e a vontade de trabalharem para criar um sistema literário galego autónomo, com as dificuldades que isso supunha durante o período franquista e os anos que seguiram.

Documentaçom⁴

Carta 1. 10/11/1951

Lugo, 10, mes dos mortos, 1951

A don Xosé M^a Alvarez Blázquez.

Vigo

Recibín non hai moito tempo propaganda da “Monterrey”⁵ i-ollei con ledicia que na colecc. “leixado do vento” van publicar cousas de escritos galegos atuais. Eu rematei, aló no maio, unha noveliña que titulo: “Silencio da aldeia”⁶ e que desexo publicar. Está manuscrita. Son trinta coartillas escritas a mau pol-os dous lados, coma esta na que lle escribo. Encargueille o noso comun amigo Ramón Piñeiro que lle falara do meu libriño, pero debeuse esquencer pois non me deu ningunha razón.

Eu teño algus libros en galego inéditos. E vostede que é escritor xa sabe como pesan as obras que un non poide publicar, ben por non ter onde, ou ben por non ter un cartos suficientes para editar pol-a sua conta.

Agradeceríalle con toda a i-alma me dese algunha razón. Non teño inconveniente en lle remesar o manuscrito sempre de que en caso de non publicalo non mo estravíe.

Nada máis.

Ofrecelle a sua amistá sinceira e limpa

Manuel María

Av. Coruña, 56-1º Lugo.

Carta 2. 26/04/1955

Lugo, 26, Abril, 1955

De Manuel María a Xosé M^a Alvarez Blázquez.

Meu querido amigo: Dendes que estiven en Vigo non voltei a ter novas tuas nin do meu “Poema ó Miño”⁷. A Emilio remeseille “Advento”⁸ e o meu libriño de cantigas a Mary Romay e non me respostou. Preguntaballe a Emilio que era do meu poema i-agora preguntoche a tí.

O “Poema ó Miño” non me acaba de convencer enteiramente. Onte pol-a noite estiven repasando n-il e pareceume que lle faltaba algo, que lle faltaba un non sei qué,

4 Fazemos apenas uma edição anotada das cartas, transcrevendo a correspondência sem realizarmos nenhuma mudança com respeito ao texto original (mantemos, portanto, castelhanismos e mesmo gralhas).

5 Editorial viguesa fundada por Xosé María Álvarez Blázquez e Luís Viñas Cortegoso em 1950. Estivo ativa durante 10 anos e publicou livros em galego (coleções “Leixado do vento” e “Frol e froito”) e livros em castelhano relacionados com a Galiza (coleção “Beatus Jacobus”).

6 Nom temos constância de que esta obra chegasse a se publicar.

7 Finalmente este poemario nom seria publicado até 1996 por Espiral Maior, com o nome de *O Miño, canle de luz e néboa*.

8 Tinha sido publicado em 1954 na Argentina por Ediciones Galicia, do Centro Gallego de Buenos Aires. Nom saíria do prelo por umha editora sediada na Galiza até a edição da obra poética completa de Manuel María por Espiral Maior em 2004.

que, pol-o de oxe, é imposíbel que llo poña. Se pensabas en publicalo é millor, de momento, deixalo estar e dar, no seu canto, o “Poema a Compostela”⁹.

O “Poema a Compostela” creo que é un bó poema. Eu, pol-o menos, estou encariñado co il. E creo que na nosa literatura non hai nada semellante tanto no sentir a Compostela como no pulo do poema. Ten un prólogo de Piñeiro e non é moi longo. Coido que fará unhas trinta e tantas páxinas. Son doce poemas.

Agardo carta tua n-este senso mentras fago as copias. Non seades preguiceiros pra me escribir.

Coido que a edición non custará moito. De total-as maneiras tería que ser pol-a voso conta, pois sabes moi ben que eu, pol-o de agora non teño un carto.

Unha aperta do

Xograr da Terra Chá

Pd/ O “Poema a Compostela” ibao a dar “Atlántida”¹⁰ en separata, pero, según me din, é algo longo.

Carta 3. 30/08/1968

Monforte, 30 de Segade de 1968

Sr. D. Emilio Alvarez Blázquez

VIGO

Meu querido amigo:

Recibín, devolta, a PROBA DOCUMENTAL¹¹. Cando cha mandei estaba disposta a editada¹² a CELTA, de Lugo. A mín pareceume mellor O MOUCHO e por eso cha mandei. Parece incruzo que O MOUCHO gafou eses probes versos meus, xa que a CELTA agora tampouco lle intresa. De tódolos xeitos pensei ó ver que traducíades a Quevedo, tradución que no meu duro maxín de labrego da Terra Chá non me entra moi ben, andabades escasos de orixinás galegos.

Agora mándoche ese BARRIGA VERDE¹³ que hai anos anda comigo. É a única copia que teño. Si cabe nas vosas edicións algún día que teñades un oco podedelo dar. Si non o tedes polos¹⁴ menos sempre terá aplicación pra colgalo no común que ó mellor é onde debe estar.

Teimo facer eiquí unha colección de poesía chamada VAL DE LEMOS¹⁵. Veremos si podo seguir adiante. O que mais me pon medo é a súa distribución. Non sei si vós¹⁶ me poderíades botar unha mao neso da distribución.

9 Publicado finalmente em 1993 polo jornal compostelám El Correo Gallego.

10 Casa editorial argentina fundada em 1918.

11 Publicada esse mesmo ano de 1968 por Xistral, editorial fundada por Manuel María juntamente com Ánxel Xoan em 1952.

12 Provável gralha tipográfica por “editala”.

13 Esta peça teatral saiu do prelo esse mesmo ano em Castrelos.

14 Riscado na carta original.

15 Esta coleção começa esse mesmo ano, sob o selo da Editorial Xistral.

16 Com certeza refere-se aos três irmãos Álvarez Blázquez (o próprio Emilio, Darío e mais Xosé María), que na altura dirigiam a Editorial Castrelos.

Non sabía que tíñades unha nena. Aínda que un pouco tarde mandamosche – mandamosvos a nosa noraboa. A ver cando a coñecemos.

Saúdos garimosos de Saleta e meus pra tua muller, prós nenos e pra tí.

Unha forte aperta do teu vello e bó amigo,

Manuel María

Roberto Baamonde, 1-3º

MONFORTE DE LEMOS (Lugo)

Carta 4. 04/05/1972

Monforte de Lemos, 4, maio, 1972

Querido Xosé María. Onte mandámosche devoltos os mouchos¹⁷ invendidos polos rapaces do Instituto de eiquí. Hai unhos días tamén che mandamos OS CAS DA VIDA¹⁸. O seu precio de venta ó público é de 40 pts. Agradecería lle digas ó Guanciño¹⁹ que recibimos a súa carta. E que nos mande un novo orixinal pra VAL DE LEMOS. Neste intre non temos nada pra publicar. E que xa lle escribirei.

¿Como anda o libríño do Lois²⁰?

Nós iremos a París a mediados de mes. Trátase de presentar AS CANCIÓS do LUSCO ó FUSCO, traducidas polo profesor da Sorbona Lléo Marzo, co título de HEURES GALICIENNES²¹. O testo é bilingüe i o libríño quedou moi ben. Non teño exemplares. O seu precio é de 9 francos. ¿Interesaríache distribuílo a tí? De interesarche escribiríalle ó editor.

Saudos de Saleta e meus pra Maria Luisa²², prós rapaces, pró Cabana²³ e pra ti. Unha aperta

Manuel María.

Sr. D. Xosé María Álvarez Blázquez

Edicións Castrelos

Falperra, 33

VIGO

17 Os “mouchos” eram exemplares da colección O Moucho, da Editorial Castrelos. Com o lema “Libros do pobo e pra o pobo”, eram livrinhos de grande sucesso entre o público pola súa temática popular e o seu baixo preço.

18 Poemário do jornalista e professor Lois Álvarez Pousa (1948) publicado esse mesmo ano de 1972 por Xistral.

19 Refere-se, muito provavelmente, a Xoán Vidal Martínez (1904-1994), mestre e poeta pontevedrés fundador, junto com Xosé María Álvarez Blázquez, da revista literária *Cristal* em 1932.

20 Trata-se do livro de Lois Álvarez Pousa *Os cas da vida*, publicado finalmente por Xistral, na colección Val de Lemos em 1972.

21 Foi publicado por edições Jean Pierre Oswald.

22 María Luisa Cáccamo Friebe, mulher de Xosé María Álvarez Blázquez.

23 Refere-se ao escritor Dario Xohán Cabana (1952), que trabalhou com Xosé María Álvarez Blázquez em Edicións Castrelos durante a década de 1970. O próprio Xohán Cabana reconhece Manuel María e Xosé María como os seus mestres (Xerman Hermida).

Carta 5. 09/06/1972

Monforte de Lemos, 9, Xunio, 1972

Meu querido amigo: Recibín a túa. Estou conforme co número de exemplares. Esa liquidación pódese mandar como queiras. Teño que mandar a imprenta. Mellor dito, teño que pagarlle a imprenta.

O viaxe a París foi unha maravilla. Lléo Marzo, o traductor do libriño quedou en mandarche CEN EXEMPLARES EN DEPÓSITO. As súas señas son: 7 Allée Fragonard. SARCELLES 95. FRANCIA

Sáudos garimosos ó Guanciño. Xa teño ganas de velo.

Do 16 ó 23 iremos pasar unhas días a Vilagarcía.

Sáudos garimosos de Saleta e meus pra M^a Luísa, prós rapaces e pra ti, cunha aberta,

Manuel María
Sr. D. Xosé María Álvarez Blázquez
Edicións Castrelos
Falperra, 33
VIGO

Carta 6. 18/11/1974

Monforte de Lemos, 18 de nov. 1974

Querido e lembrado Xosé María: Ahi che van os exemplares pra distribuir de Val de Lemos, BORRALLEIRA PRA SEMENTAR UNHA VERBA²⁴. O precio de venda ó público é de 50 pts. exemplar.

Toda esta tempada tiven moito traballo. Estiven, ademais, fora de Monforte de Lemos. Nesta semán heiche de remesar a relación de vendas.

A ver cando vos deixades ollar por Monforte.

Sáudos moi garimosos de Saleta e meus pra María Luisa e máis pra tí.

Unha aberta do vello e bo amigo,

Manuel María

Nota

Agradecería me mandes o orixinal que tés no teu poder de O LIBRO DAS BALADAS²⁵. Teño oportunidade de publicalo noutro lugar. Moitas gracias.

Sr. D. Xosé María Álvarez Blázquez
Edicións CASTRELOS
General Aranda, 14
VIGO

²⁴ Poemario de Xosé Lois García (1945) publicado esse mesmo ano de 1974 na colección “Val de Lemos” de Xistral.

²⁵ Finalmente foi publicado por Follas Novas em 1978.

Carta 7. 07/04/1975

7-Abril-1975

Querido e lembrado Xosé María: Agradeceríache moito nos fixeras unha liquidación de VAL DE LEMOS, si é que hai algo vendido, pois temos necesidade dela. Do derradeiro caderno aínda non recollín cinco céntimos e teño a edición pagada, que me saiu dabondo cara. Tí xa sabes o que son estas cousas.

Hai moito que non botamos un párrafo. A ver cando aparecedes por Monforte de Lemos.

Agora teño o proieuto de publicar un libro de Bernardino Graña. Chámase NON VEXO VIGO NIN CANGAS²⁶.

Saúdos moi garimosos de Saleta e meus pra María Luisa prós rapaces e pra tí.

Unha aperta do vello i agradecido amigo,

Manuel María

Sr. D. Xosé María Alvarez Blázquez

Edicións Castrelos

Falperra, 33

VIGO

Bibliografía

BLANCO TORRADO, Alfonso (2009): “A amizade en Manuel María”, em García Negro, Pilar e Diego Pardo Amado (eds.), *Actas do Congreso ‘Manuel María: literatura e nación’ (A Coruña, 3-5 de novembro de 2005)*. A Coruña: UDC e AS-PG.

PERNAS RUBAL, Cristian (2016): *O proceso de canonización de Manuel María a través das antoloxías poéticas (2004-2016): o impacto do Día das Letras Galegas*. Trabalho fim de Grau em Galego e Português, Estudos Linguísticos e Literários, orientado polo prof. Roberto Samartim. Corunha, Faculdade de Filologia, Universidade da Corunha.

QUEIXAS ZAS, Mercedes (2016): *Labrego con algo de poeta. Biografía de Manuel María*. Vigo: Galaxia.

HERMIDA, Xerman (2001): *Entrevista a Darío Xohan Cabana*. Consello da Cultura Galega. <http://www.culturagalega.org/noticia.php?id=2629#> . Santiago

Nota Curricular:

Cristian Pernas. Graduado em Inglês e em Galego-Português na Universidade da Corunha e Mestrado em estudos ingleses avançados na mesma instituição. Entre os seus interesses está a relação entre literatura e identidade e a narrativa breve contemporânea.

Contacto: cristian.pernas.rubal@udc.gal

26 Esse poemário saiu do prelo esse mesmo ano em Xistral.

Lugo, 10, mes dos mortos, 1961.

A don Xosé M^o Alvarez Blázquez,
Vigo.

Recibiu un hai moito tempo programada da "Montreyy" -illei un ledicia que na colección "leixado do vento" van publicar cousas de escritores galegos actuais. Eu rematei, aló no maio, unha novela que titulo: "Silencio da aldeia" e que desexo publicar. Está manuscrita. Son trinta e tres artigos e unhas e unhas fotos das ledas, coma está na que lle saíu. Encarregalle o meu comu amigo Ramón Piñeiro que lle faleira do meu librito, pero debeuse a que quer pois un me deu unguenda razón.

Eu teño algus libros en galego inéditos. E vostede que é escritor xa sabe como pesan as obras que un non pode publicar ben por un ter verde, ou ben por un ter un cartón suficiente para editar por a tua conta.

Agradeceríalle un todo a i-alme me dese alguenda razón. Non teño inconveniente en lle remendar o manuscrito sempre de que - eu

costo de un publicado - non me estraxé.
Nada mais.

Ofrécalle a súa amizade sincera e limpa
Mauvel Maria

Av. Coruña, 56-1º Lugo.-

Lugo, 26, Abril, 1955.

De Manuel María a Xosé María Álvarez Blázquez.

Meu querido amigo: Desde que estiven en Vigo non voltei a ter novas tuas nin do meu "Poema ó Miño". A Emilio Remeteille "Advento" e o meu librillo de cantigas a Mary Rouay e non me respostou. Preguntáballe a Emilio que era do meu poema in-cogore preguntache a ti.

O "Poema ó Miño" non me acoba de conuencer enteira mente. Deste pol-o noite estiven repatando u- il e pareceume que lle faltaba algo, que ele faltaba, un non sei qué, que, polo seu oxe, é imposible, que elo pona. Se pensabos en publicalo é mellor, de momento, deixalo e dar, no seu canto, o "Poema a Compostela".

O "Poema a Compostela" creo que é un bo poema. Eu, polo menos, estou encorriñado co il. E creo que na nosa literatura non hai nada sena diante tanto no sentir o Compostela como no pñ-lo do poema. Tem un prólogo de Piñeiro e non é moi longo. Obido que fará unhas trinta e tantas páxinas. son dos poemas.

Agardo carita tua neste punto mentras fago as copias. Non teada, mequiceiros pra me escribir.

Coido que a ediciora non custará moito. De todas as maneiras teria que ser pol-o vose conta pois soba moi ben que eu, polo de agora un pouco un corte.

Unha aperta de
Xograr de Tene Chic

Pal/ O "Poema a Compostela" ibao a dar "Atlántida" en separata, pero, replin me diu, é algo longo.

Monforte, 30 de Segra de 1968

Sr. D. Emilio Alvarez Blázquez

VIGO

Mau querido amigo:

Recibín, devolta, a PROBA DOCUMENTAL. Cando che mandei estaba disposta a editada a CELTA, de Lugo. A mín pareceume mellor O MOUCHO e por eso che mandei. Parece incluso que O MOUCHO gañou eses probos versos meus, xa que a CELTA agora // tampouco lle intona. De tódolos xeitos pensei ó ver que traducíades a Quevedo, tradución que no meu duro marín de labrego da Terra Chá non me entra moi ben, andades escasas de orixinas galegas.

Agora mándoches esa BARRICA VERDE que hai anos anda comigo. É a única copia que teño. Si cabe nas vosas edicións algún día que teñades un oco podede-lo dar. Si non o tedes polo/ menos sempre terá aplicación pra colgalo no común que ó mellor é onde debe estar.

Teño facer aquí unha colección de poesía chamada VAL DE LEMOS. Veremos si podo seguir adiante. O que máis me pon medo é a súa distribución. Non sei si vós me poderíades botar unha man nese da distribución.

Non sabía que tiñades unha nena. Aínda que un pouco tarde mandamosche --mandamosvos-- a nosa noraboa. A ver cando a coñecemos.

Saúdos garimposos de caleta e meus pra tua muller, prós nenos e pra tí.

Unha forte aperta do teu vello e bó amigo,

Roberto Barredo

Roberto Barredo, 1-32
MONFORTE DE LEMOS (Lugo)

Monforte de Lemos, 4, maio, 1972

Querido Xosé María: Oute mandámosche de volta os manuscritos inveniados polos repetas do lus. título de ei qui. Hai outros días tenele che mandademos OS CAS DA VIDA. O seu prezo de venda ó público é de 40 pts.

Agradeceríe lle digas ó Guanciano que recibimos e súa carta. E que nos mande un novo original pro VAL de LEMOS. Neste entre un tempo usade pro publicar. E que xa lle escribirei.

¿Cómo anda o libro do Lois?

Nós iremos a París a mediados de mes. Trátase de presentar as CANCIOS do WSCO ó FUSCO, traducidas polo profesor de Sorbonne Léon Merze, co título de HEURES GALICIENNES. O texto é bilíngüe i o libro quedou moi ben. Nun día exempres. O seu prezo é de 9 francos. ¿Interesache distribuílo a ti? De intereseche escribírielle ó editor.

Saludos de Seletti e meus pra María Luisa, pro repetas, pro Celso e pro ti. Unha aperta Manuel María

TARJETA PARA PEDIDOS DE LIBRERÍA

Reglamento de Correos, Artículo, 29 - Indicación 10



Sr. D. Xosé María Álvarez Blázquez
Edicións CASTRELOS
Felpeña, 33

VIGO

xistral

Galerías Fontecha - Cardenal, 30 - Teléfono 504
MONFORTE DE LEMOS (Lugo)

Monforte de Lemos, 9, Xunio, 1972

Meu querido amigo: Recibiu a tua. Estou a verificar o número de exemplares. Esa liquidación podesua mandarl como queires. Temos que mandar a imprenta. Mellor dito, temos que pagarlle a imprenta.

O viaje a París foi unha maravilla. Léo Merse, o traductor do libro quedou en meu poder. **CEN EXEMPLARES EN DEPOSITO. AS SUAS SEÑAS son: 7 Allée Fraconard. SARCELLES 95. FRANCIA**

Saídes formosos e Quecuiño. Xe temos feus de velo.

Do 16 ó 23 iremos pasar varios días a Vilaperdud.

Saídes formosos de Soledade e meus pra Luísa, pra ti, cunha esperla.

Un beso
Miguel Merse

Transféré el 22-6-72

TARJETA PARA PEDIDOS DE LIBRERÍA
Reglamento de Correos, Artículo, 2º - Indicación 1º



Sr. D. Xosé Menis Alvarez Blázquez
Felterra, 33
VIGO

xistral Galerias Fontecha - Cardenal, 30 - Teléfono 504
MONFORTE DE LEMOS (Lugo).

Monforte de Lemos, 18 de nov. 1974

Querido e lembrado Xosé María: Ahi che ven os exemplares pra distribuir de Val de Lemos, BORRALLEIRA PRA SEMENTAR UNHA VERBA. O precio de venda ó público é de 50 pts. exemplar.

Toda esta tempada tiven moito traballo. Estiven, ademais, fora de Monforte de Lemos. Nesta semana heiche de remesar a relación de vendas.

A ver cando vos deixades ollar por Monforte.

Saúdos moi garimosos de Saleta e meus pra María Luisa e máis pra tí.

Unha aperta do vello e bo amigo,

Manuel María

Nota

Agradecería ue mandes o orixinal que tes no teu poder de o LIBRO DAS BALADAS. Teño oportunidade de publicalo noutro lugar. Moitas grazas.

PEDIDO DE LIBRERIA

Reglamento de Correos. Artículo. 29 - Indicación 10



Sr. D. XOSE MARIA ALVAREZ BLAZQUEZ

Edicións CASTRELOS

General Aranda, 14

V I G O

xistral

Galerías Fontecha - Cardenal, 30 - Teléfono 504
MONFORTE DE LEMOS (Lugo)

7-abril-1975

Querido e lembrado Xosé María: Agradeceríache moito nos fixeras unha liquidación de VAL DE LEMOS, si é que hai algo vendido, pois temos necesidade dela. Do derradeiro caderno aínda non recollín cinco céntimos e teño a edición pagada, que me saiu debondo cara. Tí xa sabes o que son estas cousas.

Hai moito que non botamos un párrafo. A ver cando aparecedes por Monforte de Lemos.

Agora teño o proxecto de publicar un libro de Bernardino Graña. Chámase NON VEXO VIGO NIN CANGAS.

Sáudos moi garimosos de Saleta e meus pra María Luisa prós rapaces e pra tí.

Unha aperta do vello i agradecido amigo,

Manuel Narváez



AGÁLIA • REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA NORMAS DE EDIÇÃO

Agália. Revista de Estudos na Cultura publica estudos de caso, trabalhos procedimentais e teórico-metodológicos, recolhas e análises bibliográficas ou documentais, abordagens quantitativas e qualitativas, e qualquer trabalho de investigação localizado no alargado campo dos “Estudos na Cultura”. Neste espaço multidisciplinar estão referenciadas a totalidade das Ciências Sociais e Humanas e estão contemplados âmbitos de especialização tais como os estudos linguísticos e literários, a sociologia, a antropologia, a história, a geografia, a filosofia, as artes, as ciências da educação, a ciência política, o turismo, a economia, o direito, a comunicação ou a gestão e a planificação cultural.

A *Agália* é editada desde 1985 pela Associação Galega da Língua (AGAL) e acompanha os procedimentos e as normas de receção e avaliação de originais próprias do campo científico internacional (nomeadamente à avaliação por pares sob o sistema de “ocultação dupla”). Publicada duas vezes por ano (em junho e dezembro) tanto em versão eletrónica como impressa, a *Agália. Revista de Estudos na Cultura* pode editar, para além de números gerais, volumes monográficos coordenados por investigadores/as convidados/as.

Os artigos encaminhados para a *Agália. Revista de Estudos na Cultura* estarão escritos em (galego-)português, seguindo, preferentemente, o novo acordo ortográfico, e não terão uma extensão maior dos 50.000 caracteres incluindo espaços, notas de rodapé, a relação de referências citadas (a revista rege-se pelo estilo de citação bibliográfica da MLA), um resumo em inglês e outro em (galego-)português de entre 150 e 300 palavras, e uma série suficiente de palavras chave (quatro no mínimo) também nessas duas línguas. Os trabalhos serão originais (em virtude da Lei da Propriedade Intelectual do Reino da Espanha) e não estarão sendo submetidos a revisão em qualquer outra publicação científica. Junto com o seu contributo, o/a autor/a remeterá uma declaração de autoria e originalidade (acessível em <http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>).

Todos os trabalhos serão submetidos a um mínimo de duas avaliações por especialistas pelo sistema de “ocultação dupla”, pelo qual nenhuma referência ao nome do/a autor/a será recolhida no texto, além das citações de publicações próprias. É por isto que tanto a identificação do/a autor/a e da sua Instituição como o próprio trabalho serão enviados através do formulário disponível ao efeito na página da revista (<http://www.agalia.net/envio-de-trabalhos.html>), no qual serão indicados os endereços de contacto (postal e eletrónico) juntamente com uma breve nota curricular do/a investigador/a (entre 10 e 15 linhas em que figure informação sobre habilitações, ligações institucionais, principais publicações, âmbitos de especialidade, etc.). Por este mesmo meio é possível também sugerir eventuais revisores/as para o trabalho enviado.

Tanto aqueles trabalhos financiados por organismos públicos ou privados de investigação como os contributos resultantes de revisões de comunicações apresentadas em congressos (nacionais ou internacionais) indicarão esta condição em nota de rodapé situada no fim do título do artigo. No primeiro caso fará-se constar o nome e o código identificativo do projeto de investigação financiado de que resulta o artigo, as entidades financiadoras e o período em vigor do subsídio. No caso dos trabalhos vinculados a congressos, para além do título completo e do seu carácter nacional ou internacional, será referida a instituição organizadora e as datas e o local de celebração.

Todos os trabalhos submetidos a *Agália* serão redigidos de acordo com as «Normas Técnicas» acessíveis abaixo. Recomenda-se, neste sentido, a utilização do documento modelo disponibilizado ao efeito (em <http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>) e, igualmente, a consulta da “Informação para revisores” que figura na página da *Agália. Revista de Estudos na Cultura* (<http://www.agalia.net/revisoresas.html>).

Aqueles trabalhos recebidos que forem avaliados positivamente serão submetidos as correções gramaticais, formais ou estilísticas necessárias e preceitivas para a sua publicação na *Agália*. Para além disto, de julgá-lo necessário e antes de serem encaminhadas as provas de imprensa, a redação da *Agália* pode enviar a cada investigador/a um Informe de Edição do trabalho aceite; neste informe são oportunamente indicadas todas as questões que os autores e autoras devem resolver antes da diagramação do seu texto.

Na revisão das provas de imprensa serão admitidas apenas correções tipográficas e ortográficas. Qualquer mudança de outro tipo no texto uma vez aprovado para a sua publicação (acréscimos ou eliminações) estará submetida ao juízo dos editores e não poderá afetar a diagramação da revista.

O facto de submeter trabalhos à *Agália* implica o acordo da parte dos autores e autoras tanto na inserção do seu artigo na revista (na sua versão digital e impressa) de acordo com estas Normas, como na disponibilização desse contributo quer através da própria página web da publicação (<http://www.agalia.net>) quer dos repositórios ou bases de dados em que estiver alojada a *Agália. Revista de Estudos na Cultura*.

Recensões

A *Agália* recebe também recensões de trabalhos científicos. Os textos críticos incluídos nesta secção estarão redigidos de acordo com as Normas Técnicas da revista, não poderão exceder os 10.000 caracteres e serão avaliados e aprovados previamente pelo Conselho de Redação desta publicação internacional. No início da primeira página da resenha deverá constar título, nome(s) do(s) autor(es) e dados editoriais da obra comentada (local, editora, ano de publicação, total de páginas e ISBN). Os textos serão enviados, juntamente com um breve currículo do(s) seu(s) autor(es), através do formulário disponível ao efeito na página da revista (<http://www.agalia.net/envio-de-trabalhos.html>).

NORMAS TÉCNICAS

1) TEXTOS: Poderá usar-se qualquer versão dos processadores OPENOFFICE ou Microsoft WORD para os sistemas operativos MS-DOS/Windows ou Linux.

2) MATERIAL GRÁFICO: A inclusão de material gráfico deve garantir a originalidade. No caso de serem incluídas referências, nos originais constará com toda a clareza a sua fonte e/ ou localização, inclusive com menção expressa da concessão da permissão de reprodução se for o caso. A sua identificação será feita imediatamente debaixo do material, em posição centralizada, letra minúscula e utilizando carregado para a tipologia e ordenação do material e redondo para o título, de acordo com o seguinte modelo:

Tabela/ Gráfico/ Imagem 1. Título do gráfico ou da imagem.

Fonte:

O material gráfico digitalizado (que será publicado em escala de cinzentos na versão impressa da *Agália*) deverá adequar-se aos seguintes parâmetros:

- Desenhos, planos, mapas, gravuras, etc.: formato .TIFF, tendo em conta que o processo de digitalização (“scanning”) será feito em linha ou mapa de bits (nunca em escala de cinzentos), ao tamanho real da imagem (100%) e com uma resolução mínima de 1.200 pontos por polegada (p.p.p).
- Fotografias: formato .TIFF a cores ou escala de cinzentos (a preto e branco) conforme proceder, ao tamanho real da fotografia (100%) e com uma resolução mínima de 300 pontos por polegada (p.p.p).
- Gráficos: Preferentemente numa página em Excel (arquivos .XLS) (já que os gráficos de Word apresentam frequentemente problemas de conversão aos programas profissionais de diagramação), ou no formato do Openoffice (.SXC).
- MUITO IMPORTANTE: Com independência de o material gráfico poder ir inserido no documento de texto, como orientação para a localização das imagens, cada uma das imagens ou gráficos deverá ser entregue como arquivo independente, sujeitando-se às especificações supracitadas.

3) COMPOSIÇÃO DO TRABALHO: Recomenda-se a utilização do documento modelo disponibilizado no site de *Agália. Revista de Estudos na Cultura* (<http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>).

- Epígrafes: o título do artigo (Times, corpo 12) irá no cabeçalho em posição centralizada, com letra minúscula e tipo carregado; as epígrafes (Times, corpo 11) e subepígrafes (Times, corpo 10), oportunamente numeradas, serão dispostas no lugar correspondente na direita, em minúsculo e carregado.
- Resumo e palavras chave (Times, corpo 10): serão situados após o cabeçalho, primeiro a versão em (galego-)português e depois a versão inglesa, sem avanço de parágrafo na primeira linha, com espaçamento entre linhas simples, as epígrafes em carregado e o corpo do texto em caracteres redondos.

- Notas de rodapé (Times, corpo 8): serão compostas com a opção específica do processador de texto. Se seguir sinal de pontuação ao número de chamada, o sinal de pontuação irá depois do número da chamada e nunca antes: «exemplo1.» e não «exemplo.1».
- Corpo do texto (Times, corpo 11): justificado e com espaçamento entre linhas de 1.5; o avanço de parágrafo da primeira linha será feito com a opção específica do menu formato ou desenho de parágrafo; nunca se usará tecla de espaçamento nem tabulação. A mesma indicação serve para as notas de rodapé.
- Citações (Times, corpo 11): serão transcritas de acordo com o original para as línguas românicas e o inglês e traduzidas em nota de rodapé para o idioma da revista nos restantes casos. Se tiverem mais de quatro linhas serão dispostas como parágrafo independente, sem aspas, com espaçamento entre linhas simples e a correspondente remissão bibliográfica no fim do trecho entre parênteses; serão compostas (também as tabelas ou quadros) com a opção específica do processador de textos, nunca com espaçamentos ou tabulação. Se a citação tiver menos de quatro linhas, será disposta no corpo do texto, entre aspas duplas (se houver necessidade de utilizar aspas dentro da citação, elas serão simples, ‘...’) e a correspondente remissão bibliográfica no fim da citação entre parênteses de acordo com o seguinte modelo: «(Autor/a, ano: página-página)».
- Bibliografia: As entradas, ordenadas alfabeticamente após a epígrafe correspondente, serão colocadas de acordo com os seguintes modelos (norma ISO 690:2010; mais informação em <http://www.ua.pt/sbidm/biblioteca/ReadObject.aspx?obj=15944>):
 - Autor/a [Apelido(s), Nome]. *Título do Livro*. Edição [ed.]. Volume [Vol.]. Número de Volumes [vols.] Cidade: Editora, Ano.
 - Autor/a [Apelido(s), Nome]. “Título do Artigo Científico Impresso.” *Nome da revista* Volume.Número (Ano): página-página.
 - Autor/a [Apelido(s), Nome]. “Título do Artigo Científico ou do Capítulo do Livro.” *Título do Livro ou Coletânea*. Editor/a ou Coletor/a. Cidade: Editora, ano. página-página.
 - Autor/a [Apelido(s), Nome]. “Título do Artigo Científico Eletrónico.” *Nome da revista* Volume.Número (Ano): Páginas. *Base de dados*. Data de acesso [dia de mês de ano] <URL>.



ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

ENDEREÇO-ELETRÔNICO: revista@agalia.net

ENDEREÇO POSTAL:

Rua Santa Clara nº 21
15704 Santiago de Compostela
(Galiza)

Periodicidade Semestral
(números em junho e dezembro)

www.agalia.net



EXU